

AS DIREITAS NO BRASIL

Discursos, práticas, representações



Rafael Saraiva Lapuente
Guilherme Ignácio Franco de Andrade
Everton Fernando Pimenta
(Orgs)



COMO A DIREITA se articula, historicamente, no Brasil? A pergunta nunca teve tanta relevância quanto agora, quando um projeto de extrema-direita foi alçado no país pela primeira vez desde o fim da Ditadura Militar, e por meio do voto popular. Essa sim uma grande novidade na história brasileira como um todo. Foi em razão da pertinência do tema, da complexidade do momento e da necessidade de uma discussão séria sobre o contexto que os organizadores convidaram diversos pesquisadores, vinculados a diferentes regiões e universidades do país, a pensar de que forma a Direita brasileira organizou-se ao longo da História do país. O fenômeno que hoje ocorre não é necessariamente novo. Contudo, o avanço de uma extrema-direita ganhando espaço no mundo social com um discurso que, na maior parte do período, flerta com rupturas no Estado Democrático de Direito, com a censura explícita e com o aparelhamento de setores e instituições, incita a uma reflexão entre pesquisadores, que observam ao longo dos anos os movimentos deste espectro político. Isso porque, se o tema tem interesse social, é bem verdade que os historiadores especializados no tema estudam há anos as práticas, discursos e representações da Direita no Brasil. Esses estudiosos acabam possuindo, portanto, recursos importantes para compreender este “fenômeno”, que apresenta rupturas e continuidades em suas práticas. Para isso, alguns desafios foram postos. Notamos por meio desta coletânea que, em razão do interesse e da gravidade do momento, abarcado pela ofensiva de um projeto mais focado em desestruturar do que estruturar, há um crescente interesse acadêmico pelo tema, ao qual este livro visa a contribuir também. Esperamos, assim, que a obra contribua para este debate na historiografia brasileira e estimule que ele não se apequene, tampouco cesse.



As direitas no Brasil



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDI

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

As direitas no Brasil

Discursos, práticas, representações

Organizadores:

Rafael Saraiva Lapuente

Guilherme Ignácio Franco de Andrade

Everton Fernando Pimenta



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Helder Tobias

Revisão gramatical: Pauline Freire Pimenta

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 18

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Everton Fernando (Orgs.)

As direitas no Brasil: discursos, práticas, representações [recurso eletrônico] / Rafael Saraiva Lapuente; Guilherme Ignácio Franco de Andrade; Everton Fernando Pimenta (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

299 p.

ISBN - 978-65-81512-42-2

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Política; 2. História; 3. Estado; 4. Brasil; 5. Direita; I. Título. II. Série.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Introdução.....	9
Rafael Saraiva Lapuente	
Everton Fernando Pimenta	
Guilherme Ignácio Franco de Andrade	
Prefácio	12
Leandro Pereira Gonçalves	
1	16
“O perigo agora é verde!”: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros	
Éverton Fernando Pimenta	
Marco Antônio M. L. Pereira	
2.....	44
Atenção, homens brancos e ricos trabalhando: um país à beira do abismo	
Luiz Alberto Grijó	
3.....	89
As eleições de 1989 e as aspirações da elite no Brasil: um olhar a partir da imprensa	
Thaíze Ferreira da Luz	
4.....	120
“Essa ameaça guerrilheira, essa ideia fascista, totalitária, comunista e, principalmente, ditatorial que o PT simboliza”: As ocupações do MST e a luta simbólica entre os agentes parlamentares na Assembleia Legislativa durante o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002)	
Rafael Saraiva Lapuente	
5.....	154
O professor perigoso e desumanizado: paranoia e teoria da conspiração na educação	
Milene Moraes de Figueiredo	

6.....	177
Entre a “Mãe Cívica” e a Degenerada: construção das mulheres no espaço público brasileiro	
Helen Rocha Rotta	
7.....	201
Construção de Hegemonia e Articulação da Grande Burguesia Brasileira	
Flávio Henrique Calheiros Casimiro	
8.....	232
Dimensões do anticomunismo na imprensa Católica no pré-1964	
Francis W. de B. Andrade	
9.....	259
A cultura política dos Padrinhos do Brasil e a Escola Superior de Guerra: pensamento político militar e uma via de institucionalização (1949 - 1954)	
Douglas Biagio Puglia	
10.....	286
Liberal na economia, mas conservador nos costumes: uma análise discursiva a partir das conjunções adversativas	
Vinicius Suzigan Ferraz	

Introdução

Rafael Saraiva Lapuente

Everton Fernando Pimenta

Guilherme Ignácio Franco de Andrade

Como a Direita se articula, historicamente, no Brasil? A pergunta nunca teve tanta relevância quanto agora, pois um projeto de extrema direita foi alçado no país pela primeira vez desde o fim da Ditadura Militar, e por meio do voto popular. Essa sim uma grande novidade na história brasileira como um todo.

Foi em razão da pertinência do tema, da complexidade do momento e da necessidade de uma discussão séria sobre o contexto que os organizadores convidaram diversos pesquisadores, vinculados a diferentes regiões e universidades do país, a pensar de que forma a Direita brasileira organizou-se ao longo da História do país. O fenômeno que hoje ocorre não é necessariamente novo. Contudo, o avanço de uma extrema-direita ganhando espaço no mundo social com um discurso que, na maior parte do período, flerta com rupturas no Estado Democrático de Direito, com a censura explícita e com o aparelhamento de setores e instituições, incita a uma reflexão entre pesquisadores, que observam ao longo dos anos os movimentos deste espectro político.

Isso porque, se o tema tem interesse social, é bem verdade que os historiadores especializados no tema estudam há anos as práticas, discursos e representações da direita no Brasil. Esses estudiosos acabam possuindo, portanto, recursos importantes para compreender este ‘fenômeno’, que apresenta rupturas e continuidades em suas práticas. Para isso, alguns desafios foram postos.

O primeiro deles era conseguir elencar pesquisas que trouxessem diálogos com o Tempo Presente. Isto é, que ajudassem a explicar de que forma um presidente com tão pouco apego à democracia, candidato por um minúsculo partido no sistema eleitoral brasileiro, conseguisse vencer uma complexa eleição, colocando em prática um projeto que visa a desestruturar gradualmente todas as formas minimamente autônomas de resistência à manutenção de um *status quo* conquistado ao longo de muitas lutas durante o século XX.

O segundo desafio era o de inserir, do ponto de vista acadêmico, os historiadores no debate. Como pensar que, em um espaço público onde muitos agentes passam a ser vistos e reconhecidos como legítimos, sobretudo na *Geração YouTube*, onde a forma de apresentação é muito mais importante do que o conteúdo, os historiadores sejam marginalizados? Longe de reivindicar o monopólio do saber, é importante destacar que a historiografia pode trazer contribuições a uma série de pontos que, a rigor, acabam sendo secundarizados pelo chamado ‘senso comum’. Afinal, a História apresenta lições que, aparentemente, setores relevantes da sociedade brasileira tendem a ignorar.

Um terceiro desafio foi o de conseguir ser, ao mesmo tempo, heterogêneo nos temas que compõem a coletânea. Não existe uma direita. Nem mesmo uma extrema-direita. Mas há diversas tendências de pensamento e ação que, embora muitas vezes possuam semelhanças, também possuem diferenças, divergências e antagonismos, quase sempre influenciados pelo contexto histórico ao qual estão inseridos, e que não poderiam ser ignorados neste trabalho. Junto a essa heterogeneidade de temas, também buscamos trazer uma diversificação de pesquisadores, que estão com suas pesquisas concluídas e em andamento. Assim, o trabalho traz desde professores universitários e doutores até pesquisas desenvolvidas por mestrandos e doutorandos com seus cursos ainda em andamento.

Notamos por meio desta coletânea que, em razão do interesse e da gravidade do momento, abarcado pela ofensiva de um projeto mais foca-

do em desestruturar do que estruturar, há um crescente interesse acadêmico pelo tema, ao qual este livro visa a contribuir também. Esperamos, assim, que a obra contribua para este debate na historiografia brasileira e estimule que ele não se apequene, tampouco cesse.

De parte dos organizadores, só nos resta desejar uma boa leitura e reflexão, em tempos de bolsonarismo e de culto à ignorância.

Prefácio

*Leandro Pereira Gonçalves*¹

O estudo das direitas e de elementos conservadores tem ganhado força nos últimos anos. Um fenômeno acadêmico de grande relevância que contribui com a reflexão da política contemporânea. Até pouco tempo atrás, pesquisas de movimentos, partidos, intelectuais ou grupos ligados à direita promoviam relações diretas com o corpo político do investigador, como se o historiador ou cientista político devesse nutrir relações com o seu objeto.

Nesse aspecto, lembro-me do historiador português Luís Reis Torgal, que contesta os que se opõem à classificação do Estado Novo de Salazar como regime fascista. Segundo esse acadêmico, “muitas das vezes os argumentos utilizados por historiadores para afastar o Estado Novo do fascismo foram produzidos pelo próprio Salazar ou por salazaristas que, como quaisquer outros construtores de regimes nacionalistas, desejavam apelar para a originalidade do seu sistema”.² O autor deixa visível a irredutibilidade e a intransigência, pensando o salazarismo como “uma forma identificada de sistema político”³, e rejeita qualquer interpretação contrária, acusando os autores que advogam o caráter não fascista do regime de reproduzirem os argumentos utilizados pelo próprio salazarismo.⁴ Ainda nesse contexto, Florestan Fernandes, na década

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora e Pesquisador CNPq

² TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*: ensaios de história política e cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. v. 2. p. 55.

³ TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*: ensaios de história política e cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. v. 2. p. 65.

⁴ PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu*: problemas de interpretação nas Ciências Sociais. Lisboa: Estampa, 1992.

de 1970, alegava não haver alguma importância em compreender o movimento integralista brasileiro.⁵ Dizia o sociólogo: “Hoje está na moda dizer-se que se deve estudar o integralismo. Não compartilho dessa opinião”.⁶

Em contribuição ao entendimento do conservadorismo radical, estudiosos da história política promovem nesta obra reflexões e discussões sobre a temática, proporcionando ao leitor indagações sobre política contemporânea. Este livro é marcado basicamente pela análise de quatro grandes momentos de alterações políticas e/ou institucionais: 1937, 1964, 1992, 2016. Obviamente não há similaridades entre os quatro marcos políticos, apesar disso é possível identificar uma linha de raciocínio nos artigos apresentados.

Everton Pimenta há anos contribui de forma decisiva para a compreensão do movimento integralista. Não compactuando com Florestan Fernandes, desenvolveu sérios estudos sobre personagens marcantes no movimento fascista brasileiro.⁷ É nessa perspectiva que, ao lado de Marco Antônio Pereira, traz uma contribuição de relevância historiográfica. Em 1938, após uma série de desacordos com Getúlio Vargas, integralistas e grupos insatisfeitos com o Estado Novo atacaram o Palácio da Guanabara com o propósito de destruir o regime. Com base nas lentes dos periódicos mineiros, os autores visualizam como os camisas-verdes passaram a ser taxados de subversivos e perseguidos pelo Estado.

Ao abordar o golpe civil-militar de 1964 e o militarismo, Francis Andrade busca um estudo clássico, o anticomunismo no pré-golpe de 1964, baseado na imprensa católica, enquanto Douglas Biagio Puglia faz

⁵ Vide os últimos acontecimentos envolvendo o ataque neointegralista à sede da Produtora Porta dos Fundos: SENRA, Ricardo. Porta dos Fundos: “Integralismo se fragmentou em pequenos grupos neofascistas”, diz biógrafo de Plínio Salgado. BBC Brasil, 27 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50920796>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

⁶ FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. 2. ed. Recife: Porto Alegre: EDUPE; EDIPUCRS, 2017. p. 9.

⁷ Como, por exemplo: PIMENTA, Everton Fernando. *Duas faces de uma mesma moeda: recepção e circulação do ideário fascista e integralista em Barbacena-MG através do casal Ines e Aroldo Piacesi, 1924-1945*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2015; PIMENTA, Everton Fernando. *Oscar Machado: uma trajetória em meio ao metodismo, integralismo e maçonaria (1930-1965)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

uma análise sobre um dos grupos centrais em defesa do conservadorismo brasileiro, os militares, principalmente por intermédio da Escola Superior de Guerra e suas ideias.

Em 2016, tivemos uma ruptura institucional, com desdobramentos em 2018 pela chegada da extrema direita ao poder. Luiz Alberto Grijó apresenta um texto lúcido sobre o papel da mídia. É mais um “soco no estômago”, pois para todos nós que vivemos e acompanhamos o processo político dos últimos anos, o sufocamento é contínuo, assim como assistir ao excelente documentário, indicado ao Oscar, *Democracia em vertigem*, de Petra Costa. Nas últimas eleições, uma das questões mais ouvidas foi: “sou liberal na economia, mas conservador nos costumes”. Essa é a temática de Vinicius Suzigan Ferraz, demonstrando a dicotomia desses dois conceitos. Ainda nessa perspectiva, Flávio Henrique Calheiros Casimiro visa contribuir com os estudos sobre a reestruturação das direitas no Brasil pela “nova direita” brasileira.

Ainda sobre a imprensa no âmbito da história do tempo presente, Thaíze Ferreira da Luz apresenta reflexões inovadoras, pois indica que, na eleição e na queda de Fernando Collor, a imprensa teve um papel essencial, tanto como influenciadora do resultado eleitoral em 1989 quanto do processo do *impeachment*.

Milene Moraes de Figueiredo, pautada no conceito de paranoia relacionado ao de teoria da conspiração, faz uma análise sobre as consequências desses mecanismos no âmbito da educação, desenvolvendo uma reflexão ampla sobre elementos conservadores e de extrema direita da sociedade brasileira. Por sua vez, Helen Rotta, com uma reflexão conceitual, desenvolve um estudo discursivo sobre a presença das mulheres no espaço público e seu impacto no contexto conservador e autoritário.

Em uma perspectiva regional, Rafael Saraiva Lapuente analisa um tema de grande repercussão na trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), que é a relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O atual chefe da Casa Civil (2020), Onyx Lorenzoni, quan-

do deputado estadual (2002), em uma miscelânea conceitual com o propósito de estabelecer um rótulo de temor e medo na sociedade, caracterizou o PT e o MST ao mesmo tempo de fascistas, nazistas, comunistas, terroristas e mais alguns outros adjetivos. Lapuente faz uma reflexão de extrema grandeza ao mencionar um papel regional, sem cair no regionalismo, algo que ocorre constantemente na historiografia gaúcha, reduzindo o impacto e valor da pesquisa em âmbito nacional.

Everton Pimenta, Rafael Lapuente e Guilherme Franco de Andrade tiveram a capacidade de reunir um material de extrema qualidade, contribuindo de forma decisiva para o entendimento da direita e seu impacto em uma sociedade cada vez mais ativa em torno de ações radicais.

“O perigo agora é verde!”: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros

Éverton Fernando Pimenta ¹

Marco Antônio M. L. Pereira ²

Introdução

O presente artigo busca perceber de que modo, a partir das insurreições integralistas de 1938, dois dos principais periódicos mineiros contribuíram para que se transplantasse para os integralistas a imagem de subversivos anteriormente imputada aos comunistas.

Num primeiro momento, se analisará o histórico da Ação Integralista Brasileira (AIB). Posteriormente, se investigará de que forma a elaboração do imaginário anticomunista contribuiu para o crescimento do integralismo. Por fim, por meio da análise dos artigos dos jornais *Estado de Minas* e *Folha de Minas* dedicados aos eventos de 1938, buscar-se-á perceber como o governo Vargas se valeu da representação já construída do perigo representado pelo comunismo e logrou êxito em transportá-la para os integralistas, contribuindo para dismantelar o movimento.

Um dos grandes desafios deste trabalho consiste em investir numa análise mais detida acerca da transposição do imaginário anticomunista

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio na Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha. Autor do livro *Las armas y las letras dos voluntários brasileiros na guerra civil espanhola: identidades, memórias e trajetórias* (Multifoco, 2017).

para o integralismo. Para tanto, a proposta é abordar o tema à luz das indicações teóricas de Bronislaw Baczko, Roger Chartier e Denise Jodelet.

O historiador polonês Bronislaw Baczko assinalou que as produções imaginárias “constituem outras tantas respostas dadas pelas sociedades aos seus desequilíbrios, às tensões no interior das estruturas sociais e às eventuais ameaças de violência”³.

Em síntese, é através dos imaginários sociais que uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de “bom comportamento” e produz uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”.

Segundo Baczko, o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva. Ademais, ele é “uma peça efetiva e eficaz de controle da vida social e, em especial do exercício da autoridade e do poder. Nesse sentido, ele deve ser compreendido como o lugar e o objeto dos conflitos sociais⁴. Cabe enfatizar que o imaginário social torna-se inteligível e comunicável por meio da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem capaz de informar a realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira⁵.

Para Roger Chartier, é preciso considerar as representações coletivas como matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social. Tal noção parte da necessidade de articular três modalidades de relação com o mundo social: a primeira se refere ao trabalho de classificação e de recorte pelas quais a realidade é (contraditoriamente) construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; a segunda diz respeito às práticas “que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um

³ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 308.

⁴ *Ibid.*, p. 309-310.

⁵ *Id.*, p. 311.

estatuto e uma posição”; e por fim, “as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe”⁶.

A filósofa Denise Jodelet destacou que o conceito de representação social “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”⁷.

Além disso, as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Do mesmo modo, “elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação de conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais”⁸. Portanto, o lugar, a posição social que os indivíduos ocupam, bem como as funções que assumem “determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantém com o mundo social, as normas institucionais e os modelos ideológicos aos quais obedecem”⁹.

Valendo-se de todo um leque de adjetivações, charges e discursos – reativando o que Baczko chamou de “comunidade de sentido” – os periódicos mineiros contribuíram de forma significativa para se delimitar quem seriam os defensores da ordem e os subversivos, sendo que, no interior deste jogo, os integralistas buscavam se colocar alinhados ao governo Vargas e à polícia política.

Posto isso, uma das hipóteses centrais deste trabalho é a seguinte: do mesmo modo como a construção do “perigo vermelho” justificava a

⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 182-183, 1991.

⁷ JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 22.

⁸ Idem.

⁹ Idem, p. 33-34.

criação e o aparelhamento da polícia política¹⁰, contribuía também para o crescimento de movimentos e partidos políticos como o integralismo que se colocariam em guarda contra o avanço comunista no país, mesmo que este não se mostrasse como uma ameaça concreta, sobretudo após o PCB ser posto na ilegalidade no final da década de 1920.

Breve histórico da AIB

O integralismo brasileiro, experiência política de cariz fascista mais importante na América do Sul, teve origem em 10 de outubro de 1932 com o lançamento de seu manifesto no Teatro Municipal de São Paulo que criava a Ação Integralista Brasileira¹¹.

Desde os primeiros estudos acadêmicos realizados na década de 1970, a questão de sua filiação à gama de movimentos políticos fascista e partidos fascistas que se espalharam pelo mundo desde o contexto compreendido entre as duas grandes guerras mundiais tem se colocado na pauta de seus pesquisadores, não raro, dividindo suas opiniões.

Oficialmente, seus inimigos declarados eram o liberalismo, o regionalismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas originárias da maçonaria e do judaísmo. Contudo, ao explicar os motivos para seu sucesso, Héglio Trindade¹² ressaltou que os fatores principais para atrair seus militantes foram, em ordem decrescente, o anticomunismo, a sim-

¹⁰ Ver: ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 2006. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006; CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1992; ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹ Ver TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

¹² Sobre as discussões que atualmente se colocaram em relação à obra de Héglio Trindade, ver o debate travado entre ele e Alexandre Pinheiro Ramos nas seguintes obras: GERTZ, René E.; GONÇALVES, Leandro Pereira; LIEBEL, Vinicius. Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Héglio Trindade. *Estudos Iberoamericanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 189-208, abr. 2016; RAMOS, Alexandre Pinheiro. Comentários a partir da entrevista de Héglio Trindade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, 786-789, maio-ago. 2016; RAMOS, Alexandre Pinheiro. O “Integralismo” de Héglio Trindade quarenta anos depois: uma reflexão crítica sobre sua recepção. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, 324-347, dez. 2014; TRINDADE, Héglio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016a; TRINDADE, Héglio. Observações finais de Héglio Trindade sobre os comentários de Alexandre Pinheiro Ramos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, 790-792, maio-ago. 2016b.

patia pelos fascismos europeus, o nacionalismo e a oposição ao sistema político da época¹³.

À luz do lema “Deus, Pátria e Família”, inicialmente, o integralismo não se colocava como um partido político, pelo contrário, dizia-se contra o jogo eleitoral, propondo a superação das disputas entre as diferentes agremiações, que só faziam mal ao país.

Comandado por Plínio Salgado, intelectual paulista que atuou no movimento modernista de 1922¹⁴ e, por um curto período, exerceu também o cargo de deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), ao longo de seus primeiros anos, pouco a pouco, a AIB apresentou um significativo crescimento fazendo-se presente em todas as regiões do país¹⁵.

Neste contexto, no qual passava a apresentar um crescimento em seu número de adeptos, após os Congressos de Vitória, em 1934, e Petrópolis, em 1935, os estatutos da AIB foram alterados, transformando-a num partido político e numa associação civil, cuja sede se situaria no local onde seu líder supremo, Plínio Salgado, se encontrasse¹⁶.

Como possível explicação para seu sucesso cada vez maior, ao mesmo tempo em que se observava, internacionalmente, o crescimento de outras manifestações políticas fascistas, elemento que, em parte, ajudou a explicar sua disseminação, é inegável que, internamente, esta

¹³ TRINDADE, op. cit., p. 150-153. Embora tenha sofrido influências do fascismo italiano, no país adquiriu contornos advindos de elementos nacionais que contribuíram para a grande adesão de seus militantes, sem contar o fato de que ele não era homogêneo de norte a sul. Assim, entre suas muitas nuances, apresentou uma relação de proximidade com o catolicismo no nordeste, o que poderia ajudar a explicar parte de seu sucesso na região, a penetração do protestantismo no sul, além de outras especificidades que podem ser vistas mais de perto com estudos de cunho regional e local.

¹⁴ No bojo de suas atividades no modernismo durante a década de 1920, além de outros trabalhos, ele escreveu uma de suas principais obras, *O Extranjeiro*, no ano de 1926.

¹⁵ Sobre sua dispersão geográfica, ainda que tenha se feito presente nas cinco regiões do país, não obstante o avanço que as pesquisas acadêmicas sobre o tema tem apresentado nas últimas cinco décadas, ainda hoje há a necessidade de aprofundamento de pesquisas que aborde tal movimento nas regiões norte e centro oeste, sem desconsiderar que mesmo nas outras regiões ainda há muito o que se avançar. Sobre isso ver: BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010. p. 1-10.

¹⁶ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. Sobre as alterações ocorridas na estruturação da AIB no segundo congresso citado, que simbolizou sua passagem à sua “fase eleitoral”, o jornal *Monitor Integralista*, um dos maiores periódicos do movimento, noticiou que seu intento era o de, a partir de então: “a) funcionar como um centro de estudos de cultura sociológica e política; b) desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro; c) Implantar o Estado Integral no Brasil” (MONITOR INTEGRALISTA, 03 mar. 1935, p. 2).

também se manteve atrelada, entre outros fatores, à dinâmica de crescimento do anticomunismo, cujo ritmo de expansão foi maior na conjuntura posterior à criação e à expansão da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e à eclosão da “Intentona Comunista” de 1935.

Desta maneira, entende-se que, fundada no início da década de 1930, preconizando a ruptura com o padrão dos partidos oligárquicos que se limitavam a ter uma expressão regional, uma vez tendo alterado seus estatutos e estrutura organizacional, por motivos diversos, foi que a AIB veio a se transformar no primeiro e maior partido de massas de orientação fascista do Brasil fazendo-se presente de norte a sul¹⁷.

A partir do ano de 1937, envolto num contexto eleitoral no qual se definiria quem seria o próximo presidente, sua intenção passou a ser a de mobilizar seus militantes e toda sua máquina política, – que chegou a contar com aproximadamente 200.000 membros, capilarmente se fazendo presente em 22 províncias do país, contando com mais de 1000 núcleos e 3000 escolas – para tentar eleger Plínio Salgado à presidência da República no pleito de 1938¹⁸.

Todavia, esse intento foi frustrado por conta dos desdobramentos do golpe do Estado Novo, desferido por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Apesar dos integralistas e Plínio Salgado terem desempenhado papéis ativos na elaboração do Plano Cohen¹⁹ e nas ações dele decorrentes, logo no início do governo ditatorial, o que se percebeu foi o delineamento de um painel bastante diferente daquele pelo qual aspiravam os integralistas.

¹⁷ CHOR MAIO, Marcos; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 42.

¹⁸ BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em Foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 2012. p. 20-21.

¹⁹ Suposto plano de conspiração comunista de autoria do então capitão integralista Mourão Filho que forneceu o subsídio necessário para que Vargas dissolvesse o Congresso e, sem resistência, implantasse o novo regime. Sobre este envolvimento dos integralistas na articulação do golpe do Estado Novo ver: GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017; VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas Águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005 e VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto Integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. Goiânia: IFITEG Editora, Ed. Das Américas, 2013.

Sem que o envolvimento de seu líder nestes planos tenha sido de amplo conhecimento de seus militantes, assim como o ocorrido com os outros partidos, no Estado Novo, a AIB foi fechada, sendo seu pedido de continuar funcionando como uma entidade civil negado.

Plínio Salgado não teve suas ambições de ascender ao Ministério da Educação atendidas, tampouco conseguiu transformar o integralismo em um dos pilares do novo regime, fato que demonstra as ambíguas relações entre ambos e a habilidade de Getúlio Vargas em enredá-lo²⁰.

Restava aos integralistas três opções: aceitar sua saída da política, contribuir com o novo regime ou partir para aquilo que sempre combateram no plano discursivo, a insurreição. Escolhida a terceira destas, se a AIB já não existia na condição de partido político, ao desferir a tentativa de golpe em maio de 1938 para depor Getúlio Vargas, que ficou conhecida como “Intentona Integralista”, os camisas verdes²¹ passaram, a partir de então, a serem enquadrados pelo governo e pela imprensa como extremistas, assim como já o eram desde 1935 os comunistas, assunto que será tratado a seguir.

O imaginário anticomunista e sua importância para o fortalecimento da AIB

No início dos anos 1920, o fortalecimento do imaginário anticomunista contribuiu para que movimentos políticos marcados por sua orientação fascista surgissem no Brasil, a exemplo da Legião Cruzeiro do Sul. Em conjunto com outros movimentos similares, eles respondiam a esse suposto perigo comunista, sobretudo após o surgimento do PCB, ao mesmo tempo em que também serviam de justificativa para a criação e o

²⁰ GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 103-110.

²¹ Camisas verdes era o nome pelo qual os homens participantes do integralismo ficaram conhecidos, posto que, junto a uma calça preta, utilizavam uma camisa verde oliva.

aparelhamento das polícias políticas estaduais, cujo arcabouço jurídico referendava suas atividades²².

A esse respeito, o pavor gerado pelo suposto perigo suscitado pelo comunismo, cuja construção teve a imprensa como um de seus principais vetores, teria contribuído para o surgimento de uma série de símbolos, representações e significados que, ao longo do tempo, foram compartilhados de modo a mover afetos, sentimentos, desejos e ainda para orientar e transformar as práticas, valores e normas.

Situada nesse conturbado período político, a representação do perigo comunista pode ser tomada como um elemento que, pouco a pouco, ajudou a articular a realidade político-social, contribuindo para a consolidação da estrutura autoritária que a permeou e também como um dispositivo forte e eficiente para a ação policial no controle da vida social.

Destarte, mesmo sem a institucionalização em torno do PCB, o anti-comunismo se fez presente em órgãos da imprensa antes da eclosão da “Intentona Comunista” de 1935, aspecto que evidencia a força da construção da representação de seu perigo que, se a princípio foi construída por meio das atividades de monitoramento e repressão policiais, aos poucos adentrou as páginas dos periódicos brasileiros, contribuindo para a capilarização desta em nossa sociedade²³.

Exemplo disso se verificou numa nota do jornal *Estado de Minas*, que versava sobre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e sobre a posição do Ministro da Justiça e da Suprema Corte. Nesta, se afirmava que ANL²⁴ seria um disfarce do PCB, que se encontrava na ilegalidade desde a década-

²² Se a década de 1920 representou os primórdios do fascismo no Brasil, é inegável que, somente a partir de 1932, foi que este teve sua maior expressão, materializada no surgimento da AIB. BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 370-371.

²³ SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. *Tempos Históricos* (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, v. 2, n.1, p. 195-228, 2000.

²⁴ A ANL foi uma organização de massas que se fez presente em todo o Brasil aglutinando forças e instituições marcadas por seu teor antifascista e, conseqüentemente, anti-integralista, o que a levou a se confrontar com a AIB. Por manter relações íntimas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que acabou ingressando oficialmente em suas hostes, ela se transformou no grande inimigo dos integralistas sendo que inúmeros conflitos entre eles ocorreram, tendo também implicações sérias na “Intentona Comunista” de 1935. Sobre isso ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65-105.

da anterior, cujos passos ocultos eram monitorados pelas autoridades policiais da capital e dos estados²⁵.

Depreende-se na pequena nota que, antes de serem fechados os núcleos da ANL, as polícias estaduais já acompanhavam as atividades desempenhadas por seus militantes sendo que uma característica reiteradamente imputada aos comunistas a eles também era atribuída: a ação traiçoeira, realizada às escondidas que impossibilitaria o revide por parte de suas vítimas.

Nesta conjuntura, meses depois de terem sido descobertas e desbaratadas as articulações da “Intentona Comunista”, os jornais de Belo Horizonte passaram a carregar cada vez mais suas tintas, de modo a realçar determinados jargões que eram comumente atribuídos ao comunismo, como uma maneira de recriminar o evento.

De início, o simples fato dos jornais – que não se limitavam apenas aos mineiros e aos periódicos laicos – designarem a tentativa de levante comunista como “Intentona”, cujos significados se remeteriam a termos como *conluio*, *revolta* e *motim*, ou ainda a um *ataque inesperado* ou *plano contrário ao bom senso*, que impediriam quaisquer tipos de reação e defesa, denotam que o objetivo de elaborar uma determinada narrativa para tal evento era patente, a começar pela designação a ele dada²⁶.

Se o anticomunismo se fez presente nos jornais desde o início da década de 1930, foi após 1935 que ele se consolidou de vez no imaginário político brasileiro. As menções ao perigo que representava reativavam a construção da imagem negativa acerca deste, com o agravante de que, se antes ele era apenas um fantasma que rondava a sociedade, desde então ele se tornava concreto.

²⁵ O ESTADO DE MINAS. 06 ago. 1935, p. 1.

²⁶ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo”. Mesmo que alguns políticos e jornalistas tenham utilizado a expressão logo depois das revoltas, sua generalização e oficialização só se consolidaram anos depois. Nesse sentido, “a adoção da expressão pela memória oficial decorreu das necessidades estratégicas da luta anticomunista, na medida em que se tratava de desqualificar a tentativa revolucionária de 1935. Intentona significa intento louco, motim insensato e é exatamente desta ideia que se pretende associar ao evento”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 76.

Assim, em 1935, o que se verificou foi que seus adversários se animaram e passaram a se organizar mais, especialmente após a eclosão dos levantes ocorridos no mês de novembro, momento que é tido como o maior responsável por sua consolidação e propagação. Isto é posto, pois os eventos não foram tomados como rebeliões comuns, pelo contrário, causaram grande comoção popular pelo fato de terem sido veiculados na imprensa vestígios da participação estrangeira do Comintern em sua organização²⁷.

Sob tal prisma, dias depois de deflagrado o movimento, dando o tom de uma série de edições que reforçariam o que havia sido gestado sobre o comunismo, a manchete da capa do *Estado de Minas*²⁸ trazia os seguintes dizeres: “Irrompeu na madrugada de domingo, em Recife e Natal, um movimento sedicioso de caráter extremista”²⁹.

Nos momentos subsequentes aos levantes, era notória uma maior inflexão nas críticas desferidas contra os envolvidos, bem como a ampliação do léxico depreciativo utilizado pelos jornais, com a incorporação de termos como “revoltosos”, “rebeldes”, “sediciosos”, etc³⁰.

²⁷ À luz da análise construída por Marly Vianna acerca das revoltas de 1935, é possível inferir o seguinte: “Só depois do 27 de novembro, quando o 3º Regime de Infantaria rebelou-se no Rio de Janeiro e ficou clara a participação de Prestes, é que se começou uma campanha anticomunista orquestrada nacionalmente. O que não passou de uma quartelada, apoiada pela anarquia popular, transformou-se em movimento cuidadosamente organizado, ‘uma solerte e traiçoeira trama’ ordenada e comandada por Moscou”. VIANNA, op. cit., p. 93.

²⁸ Fundado em 1928, em seus anos iniciais, o jornal e sua direção passaram por diversas mudanças. Se em seu início, sob a supervisão de Juscelino Barbosa, Pedro Aleixo e Alvares Mendes Pimentel, o intento era o de criar um órgão de imprensa marcado mais por seu novo padrão jornalístico do que por seu enviesamento político, passada uma década, além da mudança de seus proprietários, verificava-se que, desde o levante comunista de 1935 e a posterior eclosão do golpe de 1937, o periódico se mantinha alinhado ao governo Vargas. Sem que se ignorem possíveis divergências anteriores, o último evento foi encarado como um movimento patriótico sendo que o Estado de Minas manteve sua posição de apoiador a Getúlio Vargas até aproximadamente 1943, quando, ao surgirem as críticas ao governo e as manifestações a favor da redemocratização, passou a esboçar manifestações oposicionistas, tendo inclusive veiculado o Manifesto dos Mineiros em 1943. O ESTADO DE MINAS. In: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-o>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

²⁹ O ESTADO DE MINAS. 26 nov. 1935, p. 1.

³⁰ Importante destacar que “[...] é com o advento da ‘Intentona Comunista’ que a ameaça comunista se cristaliza no Brasil, visto que o episódio encerra a identificação dos comunistas à figura do inimigo da civilização cristã e da pátria. Uma vez próximo à realidade brasileira, indo ao encontro das previsões da Igreja Católica no Brasil, competia às autoridades eclesiais convocar o governo federal a tomar medidas necessárias no trato do problema”. PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “*Guardai-vos dos falsos profetas*”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). 2010. Dissertação de Mestrado (História). Universidade estadual de São Paulo. Franca, 2010. p. 79-80.

Assim, com o advento das revoltas de 1935, esta narrativa se exacerbava, pois passava a expressar claramente a tentativa de se criar uma contraposição entre *bem x mal*, *legalidade x subversão*, sendo enfatizados também os “atos de heroísmo” daqueles agentes que as combateram, com ênfase em seus mártires.

Um exemplo destes foi o 1º tenente Benedicto Bragança que, à frente de um dos batalhões da Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, perdeu a vida nos conflitos. Segundo aquilo que foi encontrado no jornal *Estado de Minas*, ao ser intimado pelos elementos revoltosos que dominaram o edifício a se render ou a aderir à sua causa, ele teria se negado a escolher uma das opções, preferindo morrer³¹.

Em resumo, pode-se afirmar que, nos jornais mineiros analisados, entre a construção de mártires e heróis, o que se viu a partir de 1935 foi que, concomitantemente à manutenção do supracitado léxico depreciativo para os envolvidos na insurreição comunista, elevava-se o tom de elogio das autoridades que, a despeito das baixas, conseguiram controlar os revoltosos³².

Sem desconsiderar a fragilidade da articulação comunista e a ausência de apoio popular que pudesse lhe oferecer a possibilidade de êxito, se pode afirmar que os efeitos provocados pelos levantes fizeram com que, ao mostrar sua face concreta, o comunismo fortalecesse o poder da representação construída contra ele ao longo de décadas.

Além disso, fornecia a justificativa para a existência e para o cada vez mais crescente papel de controle social exercido pela polícia política de Vargas, ao mesmo tempo em que servia de elemento catalisador para o crescimento exponencial verificado nas hostes integralistas desde então³³.

³¹ O ESTADO DE MINAS. 28 nov. 1935, p. 10.

³² Um dos pontos altos destes elogios foi a exposição detalhada dos planos dos insurrectos, realizada pelo chefe de polícia de Getúlio Vargas, Filinto Müller, cujo objetivo era demonstrar que os aparatos repressivos estavam prontos a repelir quaisquer perigos à ordem. In: O ESTADO DE MINAS. 04 dez. 1935, p. 1.

³³ Parte da historiografia voltada para a análise do movimento político considera que ele só se consolidou após 1936, quando ocorreu sua fase de maior crescimento conhecida como o ano verde. Sobre isso ver: BULHÕES, op. cit., p. 20.

O perigo agora é verde!

Como se pode perceber, além do discurso oficial do governo, que se colocou na condição de vítima de um ataque traiçoeiro desferido pelos comunistas, a veiculação da imagem de subversivos imputadas a estes era efetuada de modo muito eficaz por meio da imprensa.

Desde seu surgimento, os integralistas discutiam a temática do comunismo em seus jornais e demais publicações, situação que colocava o anticomunismo como um elemento que servia para unificar a militância, atrair mais integrantes e dar respeitabilidade à AIB dentro da sociedade.

Logo, definindo-se como anticomunistas, os integralistas buscavam expressar uma identidade de si que, em consonância com o imaginário criado acerca do “perigo vermelho”, os colocava como defensores da ordem estabelecida.

Ao analisar a gênese e as especificidades do anticomunismo integralista, João Fábio Bertonha destacou que com o crescimento do imaginário anticomunista no contexto pós-levantes de 1935 havia um manancial a ser explorado para a atração de novos militantes. Ademais, ao tentar se aproximar do governo federal, a AIB tentaria tirar proveito do cenário político ampliando sua área de influência³⁴.

Contudo, ainda que se colocasse como um movimento ordeiro, que, sob os desígnios cristãos, atuaria em defesa da família contra o comunismo, tentando inclusive se aproximar do governo, na abordagem que realizou da presença do integralismo em Minas Gerais, Emerson Nogueira Santana atestou que a relação entre a AIB e a polícia política, desde o surgimento da primeira, foi marcada pelo signo da ambiguidade e da desconfiança³⁵.

³⁴ BERTONHA, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EDUEM, 2014. p. 61-62.

³⁵ SANTANA, Emerson Nogueira. “Camisas-verdes em marcha no solo mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 42, v.1, 82-94, 2006.

Por conseguinte, apesar de possuírem um inimigo em comum (nesse caso, o comunismo), aspecto que poderia ensinar uma relação de proximidade entre eles, denota-se que, se o integralismo possuiu algum grau de liberdade em seus momentos iniciais de existência, ele também se encontrou na condição de vítima do arbítrio por parte das ações a ele direcionadas por parte do DOPS/MG, sendo que, não raro, seus integrantes recorreram à justiça para denunciar o tratamento recebido.

Excetuando-se, talvez, os dois primeiros anos logo após a criação da AIB, enquanto ela ainda estava se organizando e teve maior liberdade de ação, pode-se dizer que a relação entre a polícia política e a Ação Integralista Brasileira foi pautada por ambigüidade e desconfiança. Se, por um lado, os integralistas foram tratados como agitadores, por outro, alguns policiais manifestaram simpatia pelo movimento, chegando a fazer parte de seus quadros. Delegados e agentes de polícia de cidades do interior, muitas vezes atuando de maneira arbitrária e em defesa de outros grupos políticos, aproveitaram todas as chances que tiveram para combater as ações dos “verdes”. Fecharam núcleos da AIB e prenderam militantes, interrompendo manifestações públicas e atividades de propaganda. Os integralistas não deixaram por menos. Recorreram às instâncias superiores da polícia e, até mesmo, à Justiça. Na maioria das vezes, conseguiram resgatar seus direitos políticos. Isso porque, mesmo durante o estado de guerra, declarado após a “Intentona” comunista de 1935, foi mantida a permissão para a realização de reuniões e eventos internos pelos partidos e organizações políticas, desde que as ações previstas fossem previamente comunicadas às autoridades. (SANTANA, 2006, p. 86-87)³⁶

Aparentemente, os camisas verdes acreditavam que isto seria superado pois tinham participado ativamente das articulações para o golpe do Estado Novo, fornecendo, inclusive, a justificativa para que ele fosse deflagrado por Getúlio Vargas, o Plano Cohen.

³⁶ Mais informações sobre a relação conflituosa do DOPS com a AIB podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Tese de Doutorado (História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002 e PIMENTA, Everton Fernando. *Dois lados de uma mesma moeda: Recepção e circulação do ideário fascista e integralista em Barbacena-MG através do casal Ines e Aroldo Piacesi, 1924-1945*. Dissertação de Mestrado (História) São João del Rei: UFSJ, 2015.

Todavia, em dezembro 1937, quando os partidos políticos foram extintos e as promessas feitas por Vargas a AIB, que preconizavam que o integralismo seria um dos pilares do novo regime, não haviam sido cumpridas, ocorreu uma cisão no interior de suas hostes, sendo que uma parcela de seus ex-membros, insatisfeitos com a situação na qual se encontravam, optou pela via insurrecional³⁷.

Num evento ainda pouco estudado pela historiografia, em 11 de março de 1938, os integralistas partiram para a primeira de suas tentativas de insurreição contra o novo regime. Em sua edição de 18/03/1938, a primeira página do jornal *O Estado de Minas*, de modo emblemático, abordou a ação radical destes fazendo a automática associação dos planos de levantes integralistas à “Intentona Comunista”, ainda que não tenha se valido deste termo.

A manchete “Abortou uma revolução integralista que estava marcada para o dia 10 de março” era seguida de uma matéria que, já em seu título, “Seriam massacradas as pessoas de maior destaque na sociedade e nas altas esferas da administração”, enfatizava os planos violentos do integralismo, aspecto que fazia remontar toda a representação de perigo construída anteriormente sobre os comunistas³⁸.

Poderia se argumentar que tais destaques visavam a apenas noticiar os acontecimentos que, em boa medida, apesar de sua importância, tiveram seu real alcance maximizado. No entanto, a menção, no corpo da matéria, da apreensão de punhais que teriam saído da casa de Plínio Salgado, de armas de alto calibre e também de uma “lista negra”, com nomes de pessoas a serem exterminadas após o sucesso da rebelião, fazia com que, semelhantemente ao ocorrido em 1935, os planos de levantes integralistas, além de serem associados à ação traiçoeira comunista, também fossem vinculados ao extremismo alemão³⁹.

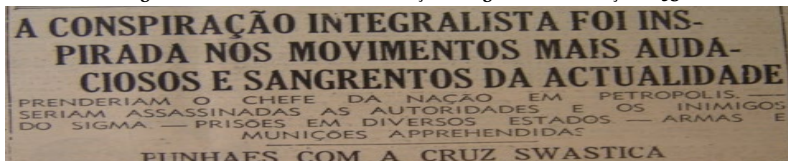
³⁷ MIRANDA, Gustavo Felipe. *O poder mobilizador do nacionalismo: integralistas no Estado Novo*. 2009. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

³⁸ O ESTADO DE MINAS. 18 mar. 1938, p. 1.

³⁹ Idem.

No dia seguinte, outra matéria sobre a lista e os punhais reforçou ainda mais a suposta relação entre os planos de levante integralista com o nazismo sendo que, na parte inferior de seu título, foi realçada a presença de suásticas nos punhais que, pelo conteúdo da matéria, teriam sido doados pelos nazistas aos integralistas, conforme se observa na imagem abaixo.

Imagem 1: Título de matéria alusiva as ações integralistas em março de 1938



Fonte: O ESTADO DE MINAS, 19 mar. 1938, p. 1.

O jornal *Folha de Minas*⁴⁰, ao noticiar esta frustrada tentativa de levante, trouxe um tom parecido em matéria cujo título, “Um banho de sangue no Brasil estava sendo planejado pelos adeptos do extinto integralismo”, ainda trazia logo abaixo a seguinte chamada: “O fracasso de uma intentona verde para subverter a ordem no país – Detidos os principais agentes das articulações, foi abortada a deflagração do movimento. O sr. Plínio Salgado está foragido, acredita-se que o chefe, do antigo Sigma se asilou numa embaixada”⁴¹.

Nessa e nas demais matérias que abordaram o evento, além de escancarar os planos dos revoltosos e trazer à tona o perigo apresentado pelos integralistas, se enfatizou a ação do governo, que estaria pronto para reagir a qualquer movimento subversivo, sendo que, após serem descobertos os planos conspiratórios, sobre os quais a polícia já estaria informada em pormenores, muitas prisões já haviam sido feitas.

⁴⁰ No site do Arquivo Público Mineiro, o histórico do jornal *Folha de Minas* foi assim apresentado: “O jornal *Folha de Minas* foi diário fundado em 14 de outubro de 1934 em Belo Horizonte, pela sociedade anônima *Folha de Minas* mantenedora do jornal. Seu primeiro diretor foi Afonso Arinos de Mello Franco e seus principais redatores os srs. Luís de Bessa e Newton Prates. Suas matérias cobriam a política mineira, nacional e internacional, bem como a cultura, economia, religião, ocorrências policiais e por um tempo determinado publicou o suplemento *Folha de Minas infantil*. No período das décadas de 1940 e 1950, fez uma ampla cobertura dos desdobramentos internacionais no decorrer e no pós-Segunda Guerra Mundial. O jornal *Folha de Minas* encerrou suas atividades em novembro de 1964”. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=221>. Acesso em 28 fevereiro 2019.

⁴¹ FOLHA DE MINAS, 19 mar. 1938, p. 2-4.

Os jornais enalteciam a bravura e a eficácia da polícia em desbaratar o movimento e, além de mencionar a apreensão de um grande número de armas, noticiavam também que a polícia havia detido membros das forças armadas favoráveis à ocorrência da insurreição sendo que, durante as oitivas, o nome de Plínio Salgado havia sido mencionado⁴².

Pela primeira vez desde seu fechamento, a AIB, que em seu período de existência legal objetivava veicular a imagem de que se constituía como um movimento pacífico, auto intitulado-se defensora da ordem, da família, da moral e dos bons costumes, passou a ser taxada como extremista, ao mesmo tempo em que seus líderes passavam a ser enquadrados como os articuladores de um plano insurrecional covarde.

No jornal *Folha de Minas*, isso foi enfatizado quando, ao tratar dos detalhes dos planos dos envolvidos nesse movimento, a matéria intitulada “Desvendam-se novos detalhes do fracassado movimento para subverter a ordem no país”, trazia consigo, em seu subtítulo, a seguinte chamada: “As atividades revolucionárias dos conspiradores verdes consistia em reeditar a tática comunista de 1935. Divulgado o plano de ação preliminar dos conspiradores”⁴³.

Lançando mão de termos como “revolução”, “conspiração”, “extremistas” e “trama diabólica”, o encadeamento lógico do artigo era o de tentar demonstrar o quão semelhante seria o modo de ação dos integralistas em relação ao levante comunista de 1935. Além do léxico depreciativo imputado aos integralistas ser praticamente o mesmo usado anteriormente para os comunistas, verificou-se também que se reativava a imagem de elementos conspiradores que se reuniam secretamente para organizar um movimento eivado de perfídia e deslealdade, quando, por exemplo, foi

⁴² FOLHA DE MINAS, 19 mar. 1938, p. 2. A partir da análise dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) contra os envolvidos na tentativa de golpe em março e maio de 1938 no Rio de Janeiro, a historiadora Marly Vianna levantou a hipótese de que a revolta de maio de 1938 foi também uma rebelião militar contra Vargas, mais do que um movimento marcadamente integralista – “embora esses tenham participado dela, da mesma forma que, em menor escala, os comunistas participaram do movimento de 1935”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Rebeliões integralistas – 1938: março e maio. In: VIANNA, Marly; CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da; GONÇALVES, Leandro Pereira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Org.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 433.

⁴³ FOLHA DE MINAS, 20 mar. 1938, p. 2-4.

realçada a apreensão dos punhais e da lista dos apoiadores do regime que seriam assassinados com o uso destas e das demais armas⁴⁴.

Portanto, imediatamente após os incidentes de março de 1938, o que se percebeu nos dois jornais mineiros analisados foi esta automática associação dos planos integralistas à anterior “conspiração comunista” de 1935. Isso demonstrou o quão eficaz e bem-sucedida foi a construção das representações do perigo comunista, pois ao serem transpostas para o integralismo, mobilizaram a opinião pública contra seu extremismo.

Por conseguinte, a “comunidade de sentido” das representações de perigo engendradas sobre os comunistas, com toda a força do amplo léxico que permeava o imaginário político, a exemplo do termo “intentona” e de todas as adjetivações que tinham como objetivo desqualificá-lo, ao serem transpostas para os integralistas pela imprensa mineira, conseguiram desmobilizar por completo aquilo que os integralistas buscavam representar sobre si, a imagem de que faziam parte de um movimento pacífico, ordeiro, patriótico, cristão que se calcava na família.

Entretanto, mesmo com todos os desdobramentos que envolveram prisões, investigações e a busca das lideranças integralistas que estavam foragidas, a exemplo de Plínio Salgado, em maio de 1938, novamente os integralistas voltariam à cena com a deflagração de um levante que ficaria conhecido como “Putsch” ou “Intentona Integralista”⁴⁵.

Na verdade, este movimento, que objetivava invadir o Palácio Guanabara para depor Getúlio Vargas, pode ser tomado como um desdobramento dos eventos de março sendo que, em decorrência dessa malograda insurreição, a polícia política já dispunha de informações sobre as movimentações dos integralistas colocando-se preparada frente a uma possível investida⁴⁶.

Sobre a insurreição, denota-se que, dentre todas as matérias que abordaram os planos e as ações de ataque ao Palácio Guanabara, além de ser lembrado o caso dos punhais, numa alusão a uma ação traiçoeira,

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ SILVA, Hélio. 1938: terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

⁴⁶ VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto Integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. Goiânia: IFITEG Editora, Ed. Das Américas, 2013, p. 69.

somam-se às ações integralistas a realização de uma emboscada e um atentado contra a vida de Getúlio Vargas, uma vez que houve disparos contra seu gabinete que teriam acertado sua cadeira⁴⁷.

É importante mencionar a respeito desse episódio envolvendo os punhais uma vez que, desde os acontecimentos de março de 1938, tais tipos de notícias serviram para reforçar um dos principais mitos sobre o levante integralista, a ideia de que os integralistas teriam recebido apoio do governo alemão que estaria irritado com o novo regime de Vargas. Segundo João Fábio Bertonha, muitos trabalhos que abordaram esse evento acabaram sendo envolvidos por parte daquilo que o governo veiculava sobre o levante, aspecto que demonstra a força de tal narrativa, ao mesmo tempo em que também serve para justificar a necessidade de uma maior imersão na temática⁴⁸.

Essa possível relação do governo alemão com os integralistas foi veiculada no jornal *Folha de Minas* do dia 18 de maio que, em sua primeira página, noticiou a descoberta de uma carta de Gustavo Barroso⁴⁹, uma das principais lideranças integralistas ao lado de Plínio Salgado, que teria sido enviada à Aliança Racista Europeia, departamento que pertenceria ao Partido Nazista⁵⁰.

Ainda que essa carta se remeta mais à temática voltada ao tratamento alemão dado aos judeus e à solidariedade que Gustavo Barroso tinha em relação ao nazismo, quando é associada a outras matérias publicadas neste contexto, que traziam menções às prisões de alemães e italianos, se percebe o quão forte era a narrativa de que houve uma ajuda externa ao movimento, tal qual teria ocorrido em 1935, em relação à URSS⁵¹.

⁴⁷ O ESTADO DE MINAS, 12 maio 1938, p. 2.

⁴⁸ Sobre a "Intentona Integralista" ver: BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002; VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas Águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

⁴⁹ Gustavo Barroso era um dos três principais líderes da AIB ao lado de Plínio Salgado e Miguel Reale, destacando-se por uma forte tendência antissemita.

⁵⁰ FOLHA DE MINAS, 18 maio 1938, p. 1.

⁵¹ Em relação às prisões de alemães e ao suposto envolvimento do país com a intentona integralista, que teria, inclusive, causado a revolta do embaixador deste país no Brasil, ver também: (FOLHA DE MINAS, 15 mai. 1938, p. 1; FOLHA DE MINAS, 17 mai. 1938, p. 1 e FOLHA DE MINAS, 17 mai. 1938, p. 1).

Em síntese, o que se viu nos jornais do período foi que, em meio ao conturbado cenário, os periódicos mineiros novamente enfatizavam a serenidade com que Getúlio Vargas lidou com a situação. A despeito dos eventos nos quais ele e sua família se viram envolvidos com o cerco ao Palácio Guanabara, no dia seguinte ao levante integralista, teria dado um passeio a pé e não teria alterado sua agenda de audiências e despachos no Palácio do Catete, como realizava de praxe⁵².

Para concluir a análise das matérias que envolveram a “Intentona Integralista” e o modo como o governo a encarou, destacam-se mais duas. Na primeira, intitulada “Continuemos a trabalhar confiantes no futuro, prontos a castigar exemplarmente os culpados pelo crime de lesa-pátria”, pôde-se notar uma clara subida no tom por parte do governo, uma vez que o movimento foi classificado como crime de lesa-pátria que, por definição, seria a maior ação traiçoeira que causaria prejuízos ao país⁵³.

Na segunda delas, evidenciou-se outra vez a força de Getúlio Vargas que, num discurso proferido aos trabalhadores por meio do rádio, destacou a repressão aos integralistas a quem chamou de covardes, sublinhando ainda que Plínio Salgado visava a impor ao país uma ideologia exótica, contando com a ajuda estrangeira, fato que ameaçava a soberania nacional⁵⁴.

Juntamente ao título da matéria, “Nem os atentados miseráveis nem o terrorismo inconsciente entibiarão os nossos ânimos”, sobreleva-se, no discurso de Getúlio Vargas, o modo como desqualificava os integralistas pois, além de associá-los aos comunistas, intentava deixar claro que sua ação contra o Palácio Guanabara teria sido covarde⁵⁵.

A um só tempo, seu discurso, em parte reproduzido abaixo, além de reforçar a imagem de serenidade e bravura com que ele lidou com os ataques ao Palácio Guanabara, também atingia de modo letal os integralistas

⁵² O ESTADO DE MINAS. 12 maio 1938, p. 1.

⁵³ O ESTADO DE MINAS. 14 maio 1938, p. 1-2.

⁵⁴ O ESTADO DE MINAS. 14 maio 1938, p. 1-4.

⁵⁵ Idem.

no campo político classificando-os como inimigos da pátria, pois estes haviam atacado seu lar, quase chegando a ferir sua família, cuja defesa, curiosamente, era um dos pilares da propaganda integralista de outrora⁵⁶.

Assim como ontem, na defesa da integridade e da honra nacional, repelimos os extremistas da esquerda, hoje, sem vacilações, enfrentamos os da direita. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos e encontram igual repúdio frente a opinião pública. Na madrugada de 11 de maio, os inimigos da pátria erigiram a violência e o ódio faccioso em normas de ação. Os indivíduos que assaltaram casas residenciais para trucidar os seus moradores eram, na generalidade, meros alcarios sem qualificação social e profissão conhecida (O ESTADO DE MINAS, 14 maio 1938, p. 1-4).

Cabe aqui um breve parêntese para problematizar a afirmação do jornal *O Estado de Minas* ao sustentar que “os extremistas de esquerda e de direita se equivalem nos seus meios e objetivos”. Em artigo recente, a historiadora Marly Vianna faz uma ressalva importante a respeito da comparação entre a tentativa de golpe de novembro de 1935 e a de maio de 1938. No que tange às propostas dos movimentos essa comparação é bastante problemática, pois a ANL defendia um governo liberal-democrático, cujas principais bandeiras eram a reforma agrária e a ampliação da participação popular.

Já os envolvidos no levante de 1938 diziam-se liberais conservadores e “aceitavam a aliança com os que propunham uma ditadura de direita e tinham como traço de união um arraigado anticomunismo”⁵⁷. Apenas no que se refere à direção militar os movimentos foram bastante parecidos, pois foram levantes militares, “a que depois a população deveria aderir”. Além disso, “a falta de visão na realidade e a crença segura na vitória também eram muito semelhantes”⁵⁸.

Em trabalho que abordou a disputa de representações do passado sobre o integralismo, Rogério Lustosa Victor evidencia a força da narrati-

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ VIANNA, 2018, p. 467-468.

⁵⁸ Ibid., p. 468.

va construída contra os integralistas por ocasião dos levantes de março e maio de 1938. Uma das ideias centrais do autor é a de que a imagem forjada e veiculada de si pelos integralistas foi suplantada pela representação que o Estado Novo e a imprensa formularam sobre a AIB.

Tal situação que no pós-Segunda Guerra fez com que tentassem se despojar de toda e qualquer vinculação com os fascismos – sendo que também se via expropriado de seu passado respeitável, no qual terçou armas contra os mesmos inimigos do regime, passando a ser símbolo de extremismo e deslealdade⁵⁹.

Considerações finais

Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia durante o governo Vargas. A perseguição aos comunistas ganhou fôlego entre 1930-37, mas adquiriu maior intensidade de 1935 a 1937, como resultado dos levantes de novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Num discurso proferido por Getúlio Vargas em 1936, numa referência à tentativa de golpe em 1935, o comunismo adquiriu o rótulo de inimigo mais perigoso da civilização cristã. Por outro lado, a nosso ver, os integralistas também cumpriram – sobretudo após as rebeliões de março e maio de 1938 – “parte de um importante papel na estratégia política para a criação do mito de uma conspiração que serviu para liquidar facções divergentes no interior da sociedade brasileira”⁶⁰.

Ao se valerem do ataque ao palácio presidencial e defini-lo sob o rótulo de “Intentona Integralista”, associando-o à “Intentona Comunista” de 1935, os periódicos mineiros analisados tiveram êxito em atribuir aos integralistas a mesma imagem de subversivos e perigosos conspiradores anteriormente direcionadas aos militantes comunistas.

⁵⁹ VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto Integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. Goiânia: IFITEG Editora, Ed. Das Américas, 2013, p. 72.

⁶⁰ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1992. p. 81.

Tal narrativa acabou fortalecendo a imagem do ditador que, amparado na existência de uma cultura política autoritária presente na sociedade brasileira, legitimaria ainda mais o arbítrio de seu regime, posto que havia sido vítima de um ataque covarde, necessitando responder à altura.

Se, no plano nacional, a covardia do ataque integralista servia de mote para deslegitimar o movimento político e colocá-lo no mesmo rol de periculosidade que os comunistas, quando se pensa num contexto mais amplo, com a vinculação dos dois eventos, buscava-se também aproximar suas doutrinas com ideários exógenos.

Semelhante ao ocorrido em 1935, buscava-se agora deslegitimar o integralismo, uma vez que este caráter internacional de sua “intentona” também se configuraria como uma tentativa de atacar a própria soberania do país⁶¹. Desse modo, compreende-se que, seja frente aos comunistas ou aos integralistas, Vargas objetivava se legitimar no poder por meio do controle social e da manutenção da ordem pública, algo que se mostrou muito eficaz.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, as representações negativas concernentes ao fenômeno do comunismo elaboradas e veiculadas pela imprensa ajudaram a conformar uma leitura de mundo que desautorizava a existência de quaisquer ameaças ao poder instituído, como o comunismo e o integralismo, fato que mostra como suas construções se saíram vitoriosas e tiveram papel determinante no jogo político.

Assim, após os levantes de novembro de 1935 e da “Intentona Integralista” em 1938, a mobilização de um perigo extremista anteriormente construído foi facilmente transposta para essa nova ameaça que se valia de armas parecidas, fato que contribuiu para “jogar a pá de cal” sobre o túmulo da extinta AIB.

No entanto, é preciso destacar que ocorreram diferenças bastante significativas no tratamento dado aos presos envolvidos nas insurreições

⁶¹ SILVA, Giselda B. *A lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. p. 213.

de 1935 e 1938. Como observou Marly Vianna, apesar da repressão aos integralistas, praticamente todos os rebeldes de 1938 foram reincorporados ao Exército, “enquanto que os de 1935 levaram mais de 50 anos para sê-lo”. Tal diferença “pode ser explicada pelas simpatias de muitos militares da cúpula do Exército pelo integralismo mas, principalmente, pelo anticomunismo que unia a todos”⁶².

A manifestação deste imaginário anticomunista construído desde a década de 1930 foi sempre reativado por parte dos grupos dominantes no Brasil que, ao criar uma “paranóia comunista”, atuou com sucesso na manutenção da ordem vigente. Por meio desse estratagema, ao longo do século XX, seja na década de 1930, na década de 1960, e porque não falar no início deste novo século, muitas vezes, tudo o que se colocava contrário à manutenção do *status quo* passou a ser considerado como manifestações comunistas, fato que mobilizou e ainda mobiliza as pessoas em seu combate⁶³.

Isso demonstra que a cultura política autoritária que Beatriz Kushnir atestou estar arraigada na gênese da sociedade brasileira, é com eficácia constantemente reativada e reforçada, seja por parte da imprensa ou por parte das instituições governamentais a serviço de grupos conservadores quando estes se sentem acuados num movimento pendular que parece estar longe de acabar⁶⁴.

Referências

ANDRADE, Francis Wellington de Barros. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961/1964)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

⁶² VIANNA, 2018, p. 468.

⁶³ ANDRADE, Francis Wellington de Barros. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961/1964)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 23.

⁶⁴ KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 42. v. 1, p. 43, jan./jun. 2006.

- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 2006. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.
- _____. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EDUEM, 2014.
- _____. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em Foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, 2012.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHOR MAIO, Marcos; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 41-58.
- ESTADO DE MINAS, O. In: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-0>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

GERTZ, René E.; GONÇALVES, Leandro Pereira; LIEBEL, Vinícius. Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Héglio Trindade. *Estudos Iberoamericanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 189-208, abr. 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 42, v. 1, p. 42-52, jan./jun. 2006.

MIRANDA, Gustavo Felipe. *O poder mobilizador do nacionalismo: integralistas no Estado Novo*. 2009. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. Editora Perspectiva, 2002b.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “Guardai-vos dos falsos profetas”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). 2010. Dissertação de Mestrado (História). Universidade estadual de São Paulo. Franca, 2010.

PIMENTA, Everton Fernando. *Duas faces de uma mesma moeda: Recepção e circulação do ideário fascista e integralista em Barbacena-MG através do casal Ines e Aroldo Piaçesi, 1924-1945*. Dissertação de Mestrado (História) São João del Rei: UFSJ, 2015.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Comentários a partir da entrevista de Héglio Trindade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, 786-789, maio-ago. 2016.

_____. O “Integralismo” de Héglio Trindade quarenta anos depois: uma reflexão crítica sobre sua recepção. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, 324-347, dez. 2014.

SALGADO, Plínio. *O estrangeiro*. São Paulo: Helios Limitada, 1926.

SANTANA, Emerson Nogueira. “Camisas-verdes em marcha no solo mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 42, v.1, p. 83-94, 2006.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. *Tempos Históricos* (Unioeste), Marechal Candido Rondon, v. 2, n.1, p. 195-228, 2000.

SILVA, Giselda B. *A lógica da suspeição contra a força do Sigma*: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

SILVA, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

TRINDADE, Hélijo. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016a.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Observações finais de Hélijo Trindade sobre os comentários de Alexandre Pinheiro Ramos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, 790-792, maio-ago. 2016b.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Rebeliões integralistas – 1938: março e maio. In: VIANNA, Marly; CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da; GONÇALVES, Leandro Pereira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Org.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 433-471.

_____. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65-105.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas Águas do Lete*: história, memória e esquecimento. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

_____. *O labirinto Integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. Goiânia: IFITEG Editora, Ed. Das Américas, 2013.

Periódicos:

Abortou uma revolução integralista que estava marcada para o dia 10 de março. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 18 mar. 1938, p. 1.

Acção Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*. Rio de Janeiro: 03 mar. 1935, p. 2.

A Allemanha teria ajudado os camisas verdes? *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 15 mai. 1938, p. 1.

A conspiração integralista foi inspirada nos movimentos mais audaciosos e sangrentos da actualidade. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 19, mar. 1938, p. 1.

Continuemos a trabalhar confiantes no futuro, promptos a castigar exemplarmente os culpados pelo crime de lesa-pátria. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 14 mai. 1938, p. 1-2.

Depois da comédia dos punhaes, a emboscada e o atentado pessoal. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 12 mai. 1938, p. 2.

Desvendam-se novos detalhes do fracassado movimento para subverter a ordem no pais. *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 20 mar. 1938, p. 2-4.

É inteiramente infundada. *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 17 mai. 1938, p. 1.

Esperamos as suas instrucções. *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 18 mai. 1938, p. 1.

Estrangeiros comprometidos com o Putch verde. *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 17 mai. 1938, p. 1.

Genese e desenvolvimento da rebelião comunista. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 04 dez. 1935, p. 1.

Irrompeu na madrugada de domingo, em Recife e Natal um movimento sedicioso de carácter extremista. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 26 nov. 1935, p. 1.

Nem os attentados miseraveis nem o terrorismo inconsciente entibiarão os nossos animos. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 14 mai. 1938, p. 1-4.

O fechamento das sedes da A.N.L. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 06 ago. 1935, p. 1.

O presidente Getulio Vargas deu hontem um passeio a pé. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 12 mai. 1938, p. 1.

O fracasso de uma intentona verde para subverter a ordem no país – Detidos os principais agentes das articulações, foi abortada a deflagração do movimento. O sr. Plínio Salgado está foragido, acredita-se que o chefe, do antigo Sigma se asyillou numa embaixada. *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 19, mar. 1938, p. 2.

Seriam massacradas as pessoas de maior destaque na sociedade e nas altas esferas da administração. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 19 mar. 1938, p. 1.

Um banho de sangue no Brasil estava sendo planejado pelos adeptos do extinto integralismo. *Folha de Minas*. Belo Horizonte: 19, mar. 1938, p. 2-4.

Victima do dever. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte: 28 nov. 1935, p. 10.

Atenção, homens brancos e ricos trabalhando: um país à beira do abismo

Luiz Alberto Grijó

1.

Quando Rafael Lapuente, um dos organizadores deste volume, com a amabilidade que o caracteriza, me convidou para escrever um dos seus capítulos, imediatamente aceitei o desafio. Como resultados de meu projeto de pesquisa principal sobre o papel da mídia empresarial no período republicano no Brasil, em especial quanto às suas relações com o mundo político, tenho já contribuído com alguns trabalhos a respeito da atual situação do país (GRIJÓ, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019). Pensei, então, em dar prosseguimento a alguma questão apenas esboçadas nesses, baseando-me inclusive em escritos já encaminhados sobre o golpe de estado de 2016 e o papel que a mídia nele exerceu, bem como em seus desdobramentos no processo eleitoral de 2018 e seus resultados.

Uma das vias que poderia tomar é a da análise mais detida da questão que se apresenta como chave para o futuro do país. Trata-se do que se pode chamar de anti-intelectualismo e do conseqüente desprezo que muitos dos agentes da coalizão vencedora das eleições de 2018 e empossada como novo governo em janeiro de 2019 demonstram pelo ensino escolar e seus profissionais, pelas universidades, principalmente as públicas, e pelo conhecimento nelas produzido. Desde os ditos gurus de internet até os pregadores ignaros de empresas religiosas, passando por

oportunistas de todos os tipos, uma trupe destituída de capital cultural mais elaborado e consistente se põe a proferir discursos pretensiosamente de autoridade baseados apenas nas suas próprias figuras públicas, inventadas por eles mesmos, e cujos pesos fiduciários relativos são medidos apenas pelo número de seguidores em redes sociais, de assinantes em canais de divulgação ou por curtidas. A ciência e mesmo a opinião sustentada por currículos propriamente intelectuais, penso aqui em jornalistas e outros profissionais de largo tirocínio, em certos advogados e ativistas sociais, são substituídas por uma coleção de declarações voluntaristas e impressionistas, as quais são formalmente apresentadas como evidências que devem em um só tempo se tornar fatos em si e desqualificar tudo o que a elas se contrapõem, como a racionalidade e a boa fé, por exemplo, nem falando de ciência. A simples crença se eleva como base de certezas e desloca para debaixo do tapete tudo aquilo que a negue como tal, como a pesquisa científica, a experiência profissional, a dedicação desinteressada, e, por consequência, todos os agentes e todas as estruturas que os sustentam: professores, estudantes, pesquisadores, deontologias profissionais, carreiras consolidadas, a universidade pública, ativistas, tirocínio profissional e assim por diante.

Outro viés que cogitei aprofundar é o que diz respeito ao reaparecimento público legitimado de discursos ditos conservadores, na realidade uma coleção de declarações fascistas, autoritárias, ditatoriais, preconceituosas, homofóbicas, ginofóbicas, machistas, que de uns anos para cá, de manifestações marginais e até mesmo amplamente rejeitadas pelo grosso do *establishment* político-midiático e cultural, inclusive como objeto de deboche e galhofa, vêm ganhando espaços cada vez mais significativos nas vozes deste pessoal notorizado exclusivamente pelas próprias imagens e por conteúdos que eles mesmos produzem em busca de aclamações virtuais ou dos púlpitos. E não somente nas chamadas novas mídias, como as redes sociais, canais de divulgação, *blogs*, *sites* e demais recantos mais ou menos obscuros da internet, mas na própria imprensa *mainstream*. Isso é particularmente complicado tendo em vista

a crise geral das instâncias mais tradicionais de mediação, em primeiro lugar, da própria imprensa empresarial, mas também dos partidos políticos, dos sindicatos, das associações da sociedade civil, de certas ONGs, das igrejas tradicionais, da universidade. A crise das instâncias de mediação outrora fortes lança um novo desafio à sociedade e ao conhecimento da sociedade, o que se consolidará em seu lugar, gurus de internet, lideranças autocráticas, pastores pentecostais, políticos demagogos, tiranetes?

Como desvio ou aprofundamento desta perspectiva, eu poderia também focar com mais vagar os estragos que, nestas instâncias anteriormente consagradas de mediação, o capitalismo, em sua atual fase neoliberal, tem operado, inclusive prescindindo da democracia liberal que já fora importante para a sua imposição e desenvolvimento, mas que agora tem se tornado uma simples formalidade ou até um empecilho (DARDOT & LAVAL, 2016). O caso do Brasil e de suas muito precárias instituições democráticas merece uma atenção especial, principalmente contando com a história da imposição do capitalismo no país, a qual nunca foi muito atrelada a formas liberais de exercício do poder, pelo contrário, tendo surgido de um amálgama entre práticas e concepções coladas a uma sociedade profundamente marcada pelo escravismo, mas em vias de urbanização e complexificação acentuadas em meados do século passado, e as necessidades do desenvolvimento do capitalismo que precisava de um certo grau de tirocínio técnico, de racionalidade instrumental e de autodisciplina.

Nesta mesma perspectiva, poderia ainda refletir sobre a aplicação no caso brasileiro da teoria dos choques adversos (KLEIN, 2008), segundo a qual no atual estágio das necessidades do capitalismo neoliberal uma das formas de facilitar as condições para a sua plena expansão é criar territórios de terra arrasada, como no caso do Oriente Médio, ou se aproveitar de catástrofes naturais, como no caso do furacão Katrina em Nova Orleans, para provocar a destruição dos serviços e das redes públicos de proteção e assistência ou dos grupos resistentes e impor reformas

privatistas em seu lugar. A crise que desembocou no golpe de estado de 2016 no Brasil em muito se deveu a essa estratégia operada pelos grandes senhores do capitalismo nativo em conluio com seus associados externos.

Ocorreu-me também contribuir com o debate sobre o caráter disto que alguns têm chamado de nova direita, sendo que eu tendo a recusar a ideia de que haja algo de propriamente novo em si no que o conservadorismo atual de fato apresenta ou representa no caso do Brasil. O Brasil não é a Itália, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Hungria e nem a Turquia. Pode haver uma rearticulação, podem estar lançando mão de novos métodos de enfrentamento político, podem até mesmo minimizar ou deixar um pouco de lado certos conteúdos mais clássicos e caros à extrema direita, como um certo nacionalismo estatizante, mas de realmente novo, no caso do Brasil, há muito pouco. O odor a coturnos e o servilismo aos Estados Unidos são suas marcas essenciais. De parte dos civis, há uma espécie de udenismo renovado, enquanto que da parte dos militares há o resgate de sua tradicional veia intervencionista e supostamente salvacionista. Em uma postagem muito recente em sua linha de tempo no *Facebook*, minha ex-professora e atual colega Céli Pinto escreveu que uma das coisas que caracterizariam essa nova direita é que enfim ela perdeu qualquer pudor. Mesmo na ditadura militar se fazia um enorme esforço para esconder a ignorância, o arbítrio, a violência pura e simples, o conteúdo autoritário e, no limite, fascista do próprio regime. Isso teria acabado. Agora se criaram novas condições discursivas nas quais a ignorância, o anti-intelectualismo, o moralismo, o voluntarismo, o radicalismo fascistoide passaram a se apresentar crua e despudoradamente na esfera pública. Concordo. Apenas creio que esta atual explicitação pública não está ancorada em um conteúdo propriamente novo e nem em agentes novos ou diferentes, é mais fruto de uma volta de um reprimido do que uma inovação. A ligação de muitos dos membros do atual ajuntamento governativo com milícias paramilitares, com os aparelhos de informação (os serviços secretos das polícias militares, as

PMS-2, a Agência Brasileira de Inteligência, ABIN, e demais serviços do tipo dentro das corporações militares, um verdadeiro entulho reciclado das antigas agências governamentais que serviam à ditadura de 1964 para aterrorizar a população civil em geral), com a banda fascista dos ministérios públicos, polícias e justiça, com militares golpistas e interventionistas ao velho estilo tenentista mostram isto. E o moralismo de base religiosa apenas se deslocou da igreja católica para estas novas seitas empresariais pentecostais que passaram a pulular pelo país desde o final da ditadura militar.

Outro viés ainda que eu poderia abordar nesta contribuição é o do impacto das chamadas novas mídias nas possibilidades de que este extremismo de direita pudesse ter ganho os espaços conquistados à sombra da crise das instituições e instâncias mais tradicionais de mediação. Aqui me deteria nas *fake news*, no domínio do que alguns têm chamado de pós-verdade, na questão de como uma complexa rede de produção de conteúdos, financiada por ricos capitalistas, instrumentalizada e adestrada por organizações internacionais ligadas à difusão do neoliberalismo pelo mundo, como os *think tanks* norte-americanos (*Atlas Foundation*, por exemplo) e seus congêneres e confrades latino-americanos (Instituto Milenium, Fóruns da Liberdade, fundações de bancos e de grandes empresas). Enfim, como esses novos espaços públicos ganharam dimensões tais que passaram a ser um importante e até mesmo decisivo recurso político-eleitoral, influenciando os resultados do pleito de 2018 no Brasil?

2.

Na verdade, até o momento, meados de fevereiro de 2019, escrevi um primeiro esboço de texto, oito páginas mais a bibliografia, o trabalho estava andando. Mas algumas coisas aconteceram pelo caminho. Uma ex-aluna postou uma observação sobre um livro em sua linha de tempo no *Facebook*, algo como uma das obras mais extraordinárias que ela já lera. Era “HHhH” de Laurent Binet (BINET, 2012). O título se refere a

Himmlers Hirn heißt Heydrich, ou, em português, O cérebro de Himmler se chama Heydrich. Como eu me preparava para as férias aqui em Punta del Diablo, no ainda democrático Uruguai, estava recolhendo a bibliografia necessária. Férias, ainda mais no litoral, são também feitas para tirar alguns atrasados de leituras, principalmente literatura, que não foram possíveis de vencer ao longo do ano. Mas não só livros, também dá para dar uma conferida no que o pessoal está postando nas redes sociais, replicar alguma coisa, curtir outras, postar uma foto descontraída, dar uma passada de olhos pelas notícias nos portais confiáveis. E escrever alguma coisa, se for o caso ou as ganas.

Pois, o livro de Binet veio no Kindle e foi devorado nos primeiros dias das férias. Obrigado, Carolina Suriz, de fato é um livro muito bom.

3.

Trata-se de uma espécie de ficção verdadeira, de uma história-romance, ou de um romance-história, sei lá, ainda não há uma etiqueta na prateleira da divisão por gênero para pôr o livro de Binet, romance-história, talvez. Não é um romance histórico, como *O tempo e o vento*, por exemplo. Desde uma farta documentação que nós da história profissional dividiríamos em primária e bibliografia ou secundária, porém, juntando um conjunto de fontes que costumamos desprezar, como filmes e romances, o livro de Binet narra e interpreta as circunstâncias e o atentado à vida de Reinhard Heydrich, chefe da Gestapo e comandante político-militar em Praga à época da ocupação alemã na II Guerra, além de ter sido um dos artífices e principais responsáveis pela solução final, pela criação dos grupos de extermínio, pelas câmaras de gás, um porco nazista safado que dedicou sua vida e habilidades em perseguir e matar: judeus, comunistas, eslavos, mendigos, homossexuais, enfim, todos aqueles que o *reich* tinha como inimigos, inferiores, indignos, resistentes ou dissidentes.

Mas, além do evidente interesse que qualquer boa história, ainda mais histórica, desperta em um historiador, a narrativa de Binet é entre-

cortada por declarações de autor que vão explicitando o processo mesmo de composição do texto enquanto ele é escrito. Binet não é um narrador onisciente e ausente do narrado, é, junto com sua companheira, seu pai, seu irmão, com as condições do início do século XXI, tempo da narração, e mais um conjunto de personagens e situações, um personagem-autor. A narrativa é tecida aos olhos do leitor que é conduzido por fatos verdadeiros inventados num vai e vem espaço-temporal que contém até mesmo a Idade Média quando oportuno. Binet propõe implicitamente um pacto com o leitor com um profundo conteúdo ético: eu vou te contar a história como ela aconteceu, mais ou menos, vou inventar algumas coisas, mas vou te avisar disto, meu compromisso é com uma meta-verdade, uma verdade além da narrativa e do narrado, a verdade que honra a história e, mais do que isto, a memória daqueles que dela participaram e da nossa que está, novamente, tanto no ato de escrever como no de ler, trazendo tudo isto de volta.

Binet, que conhece bastante os clássicos gregos, não faz referência a dois autores que me vieram à cabeça quando estava elaborando esta reflexão e enquanto lia seu livro, Tucídides e Aristóteles. Do estagirita lembrei da proposição muito mal compreendida segundo a qual a história é menos filosófica do que a poesia porque visa ao particular, enquanto que os discípulos de Homero têm como meta o universal, como a filosofia, um reino todo especial (ARISTÓTELES, Poética, 1451b). E de Tucídides recordei da passagem de seu primeiro livro na qual ressalta que o que escreve sobre sua guerra, aquela entre os peloponésios e os atenienses e seus aliados, é sobre os fatos testemunhados ou pesquisados com rigor por ele mesmo, bem como a respeito dos discursos reproduzidos tais quais teriam sido proferidos. Parecem contraditórias as proposições, pois o historiador Tucídides estaria defendendo que a história é na verdade uma espécie de filosofia da ação, um “bem para sempre”, algo que deveria ser medido pela sua utilidade transcendente, que extrapolava o narrado, sempre contingente (TUCÍDIDES, 21-22), antecipando a explicitação ciceroniana da história como *exempla*, como *magister vitae*, e seria,

portanto, tão ou mais filosófica que a poesia, sua rival. Não custa lembrar que os historiadores da antiguidade rivalizavam diretamente entre si, mas especialmente com Homero. É que Aristóteles tinha em mente a história como narrativa do particular e, enquanto tal, fadada à prisão do acontecimento.

Tem uma ótima tirinha de Calvin e Haroldo (Hobbes, no original em inglês) na qual o garoto aparece em classe fazendo uma prova de história. A pergunta é, qual a importância do Canal de Erie? Em português foi traduzida brilhantemente por Canal de Suez, pois ninguém tem aqui a obrigação de saber o que é e onde fica ou ficava o Canal de Erie. No segundo quadrinho Calvin está escrevendo a resposta: no sentido cósmico, absolutamente nenhum. No terceiro quadrinho Calvin rompe a quarta parede e se dirige ao leitor: *we “big picture” people rarely become historians*, nós que vemos as coisas em perspectiva ampla dificilmente nos tornamos historiadores. Nada mais aristotélico.

Porém, a história de Tucídides, que em nenhum lugar de seu texto é chamada de história, é outra, é uma filosofia política, uma reflexão sobre a grandeza e a ruína das cidades e dos seus homens. As liberdades que ele toma com o que teria sido dito ou acontecido é também fruto de um acordo tácito com seus leitores: o único discurso seguro possível sobre o passado é o que é testemunhado. E por isto Tucídides cairia nas graças dos historiadores ao longo do século XIX, quando a história ganha um agá maiúsculo e de um conjunto de receitas sobre como devem os grandes homens se comportar para serem grandes passa a ser uma abstração e um princípio motor do devir social ancorado na sua inevitabilidade inscrita em um passado. *Le mort saisit le vif*, o morto captura o vivo, mal traduzindo (BOURDIEU, 1989b; KOSELEK, 2006).

4.

Não entro aqui em maiores detalhes sobre a delicada questão do chamado presentismo (HARTOG, 2013), mas é importante ressaltar um

aspecto do texto de Binet. Ele constrói uma narrativa fundamentada na ideia de que a história só é possível como história no presente e para o presente e é por isto que ele próprio se transforma em personagem e as temporalidades se confundem e mesclam. 27 de maio de 1942 é transportado para 2008, para o momento da escrita, único tempo e lugar em que qualquer coisa que ainda se tenha a dizer sobre o atentado a Heydrich e o que ele possa vir a significar faz algum sentido, seja história, seja um bem para o agora.

5.

Depois de ler o livro de Binet fiquei vivamente impactado. Tendo aceito a responsabilidade de escrever sobre o golpe de 2016 no Brasil e as suas consequências, poderia sem dúvida optar pela linha mais austera e acadêmica que meu agora interrompido texto de oito páginas chamado A terra plana começava a ser. Porém, não é sempre que, como nos últimos anos, se vivencia a aceleração do tempo de tal modo que qualquer coisa que se pudesse dizer sobre o Brasil antes de junho de 2013 jamais comportaria o que desde então se desencadeou como destruição, ruína e regresso. Afinal, reacionarismo é isto mesmo. Ao contrário da confiança de muitos do século XIX, a história não se fez como melhora, como progresso e talvez nem mesmo como processo, a não ser que seja o de Josef K., é muito mais contingente e indeterminável do que se supunha e com certeza muito mais aterrorizante, como Benjamin já frisou (BENJAMIN, 1985).

6.

Para Binet, a relatividade do tempo é efeito do que se apresenta como uma conjunção de ações e expectativas concorrentes ou coincidentes. Quando os agentes tchecoslovacos escolhidos para emboscar e eliminar Heydrich estão nos campos de treinamento, tomando chá na casa em que

se hospedam na Inglaterra, na espera e na planificação da ação, ou mesmo nas catacumbas da igreja na qual se esconderam depois do atentado, não há muito o que narrar, o tempo se estende, se alonga, não termina, mas a narrativa é breve, rápida, sintética. Quando se põem em ação, parados na esquina à espreita do alvo, a postos, prontos para agir, o tempo se acelera, fica denso, cheio, ligeiro, gordo. A narrativa, por sua vez, se torna extensa, longa, pausada, ocupa várias páginas.

O que vivemos hoje no Brasil é um destes momentos. Os acontecimentos se atropelam, as instituições estão em frangalhos, as vidas correm perigos reais e virtuais, a violência se espalha, não só a simbólica, mas também a violência física que derruba aeronaves, abate vereadoras, enterra pessoas vivas na lama da incompetência, do descaso e do neoliberalismo, executa a tiros oficializados centenas de pessoas pobres, todos os dias, negras, em sua maioria. Quanto vale ou é por quilo? O filme dirigido por Sérgio Bianchi mostra bem, na mesma perspectiva do ficcional-real buscando uma meta-verdade essencial, o Brasil da sua violenta e sanguinária cordialidade bem entendida. E os atuais governantes e seus prepostos atijam esse clima com ainda mais violência, tanto a violência da administração por parte de agentes do estado de uma de suas prerrogativas essenciais, quanto a violência dos oligarcas armados, das milícias, dos agentes desgarrados das funções de estados, de suas instituições paralelas, extralegais, de supostos gurus, influenciadores, pastores, bispos e missionários de todo o tipo alcovitados na internet ou nos púlpitos, todos raivosos, irascíveis, profundamente ignorantes em amplo sentido. Nascido das trevas do ódio e do anátema, dificilmente o atual governo golpista de extrema direita poderá se sustentar sem alimentar suas entranhas com os restos dos corpos dos sujeitos de sua ira. Não é à toa que um livro sobre nazistas e como foram e devem ser tratados impacta tão fortemente alguém atento à situação atual do Brasil.

7.

Se nós suprimirmos duas palavras no trecho a seguir do romance-história de Binet que vou indicar com asteriscos, os quais adiante esclareço, fica assim: “É essencial punir os professores *, pois o corpo docente é um viveiro para a oposição. É preciso destruí-lo e fechar os colégios *. Naturalmente, a juventude ** deverá então ser educada fora da escola e arrancada dessa atmosfera subversiva” (BINET, 2012, posição 2690). Isso não é um tuíte de um dos filhos do atual governante ou mais um anátema de Olavo de Carvalho, é parte de um discurso que teria sido proferido pelo carrasco de Praga, o chefe nazista da Gestapo e interventor, o carneiro Reinhard Heydrich, em 4 de fevereiro de 1942. A julgar pelas manifestações de diversos apoiadores do atual governo do Brasil, inclusive tendo em vista a vigilância e as perseguições que proponentes do programa denominado escola sem partido, que tem sido tentado transformar em algum tipo de legislação, propõem quanto a professores e suas práticas docentes, o * poderia tranquilamente estar no lugar de brasileiros e ** de brasileira. Na verdade * está no lugar de tchecos e ** de tcheca, é que Heydrich estava em Praga, não em Brasília, detalhe? Acrescente-se a isto a tentativa, como política de governo expressa pela atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, de permitir por decreto no país a educação domiciliar (G1, 25/01/2019). A escola virou alvo e não mais objeto de política pública. *Delenda universitas*, bradam e ladram os cachorros que de uma forma ou de outra influenciam a banda atualmente em governo.

Pelo *Twitter*, no meu tempo era só um autofalante – sim, eu sei que o autofalante é *tweeter*, mas a ideia é boa –, um dos membros mais destacados da *famiglia* reinante no país como ativista de internet, Carlos Bolsonaro, fez a postagem da capa de uma dissertação de mestrado ainda não defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) intitulada A produção das masculinidades nos perfis de homens que buscam parceiros do mesmo

sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande - RS. Junto o vereador da cidade do Rio de Janeiro postou o comentário: “Meu Deus! Isso é uma dissertação de mestrado! Este senhor recebeu dos cofres públicos, nos últimos 2 anos, uma bolsa de R\$1.500, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Nota-se porque o Brasil está no nível de educação que está. Tire suas conclusões!” (*apud Sul21*, 11/02/2019). A orientadora da tese respondeu em uma carta pública, bem como algumas autoridades da instituição, lembrado da estupidez, ignorância e prepotência, palavras minhas, de se julgar o conteúdo de um trabalho acadêmico apenas por seu título e com claras pretensões de insinuar uma reprovação *a priori* do mesmo por mero moralismo de fachada.

De início eu pensava que o filho, dizem que dileto, do atual governante estava movido apenas pelo anti-intelectualismo, por preconceito de gênero e sexual e pelo moralismo tacanho que caracterizam muitos dos atuais ministros e demais nomeados em cargos de confiança dos escalões mais altos aos mais baixos da administração federal. Mas há um outro detalhe, o autor da dissertação fora candidato a vereador em Rio Grande pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o que só agrava o caráter baixo da postagem, pois a motivação adicional e colateral é também atingir os adversários políticos transformados em inimigos pelos tiranetes de ocasião. Numa só tacada são agredidos os homossexuais, todo o pessoal envolvido com pesquisa acadêmica, a Universidade e o PT. Uma questão crucial para todos nós neste momento é tentar medir a quantos metros de distância estamos da volta da censura e das perseguições arbitrárias ao conhecimento, às artes, à liberdade de criação e de expressão. A postagem foi feita pelo filho do homem, não por um Zé das Couves querendo ganhar notoriedade com seu canal no *YouTube*, é uma manifestação semioficial.

8.

Quando eu escrevi que este texto tem inspiração no livro de Binet pode parecer pretensão minha. É um pouco, pretensão e uma certa inve-

ja por não ter sido eu a escrever algo parecido, uma inveja boa, como diz o outro, mais ou menos, que me acomete depois de uma grande leitura. Eu queria ter escrito Memórias póstumas de Brás Cubas, Grande sertão, Política no mundo antigo, O processo, O cavaleiro inexistente, Incidente em Antares. Felizmente não escrevi, estiveram em boas e melhores mãos e mentes. Porém, depois de ler qualquer livro desta estirpe a vontade é sentar e escrever, talvez algo parecido, ao menos inspirado, e alguém já disse, sobre inspirações, acho que foi o Pierre Bourdieu, que um ótimo esquema teórico-metodológico bem aplicado tem resultados também importantes para o conhecimento. Os Donos do poder, por exemplo, fazem muita justiça a Max Weber. Nada como um bom estímulo em uma boa inspiração.

Aqui neste modesto escrito a inspiração está mais presente na forma, com a divisão das seções, nas interpelações e interposições subjetivas, no recurso a fontes heterodoxas, e na tentativa de transformar o autor em personagem. É isso. Que fique bem claro que a gravidade e a importância do tema de Binet, que, enfim, diz respeito à luta histórica contra o fascismo assassino de milhões de pessoas, é muito mais universal por seu peso histórico relativo do que as vicissitudes de um país periférico mais uma vez às voltas com golpes de estado, regimes de exceção, autoritarismo. Não que estes não causem também mortes e horrores, os quais importam muito na perspectiva das vítimas e da meta-histórica de uma reflexão sobre a justiça, a verdade e as formas de convivência em sociedade, mas são, infelizmente, uma rotina. Por outro lado, recuso-me a medir regimes ou relações de dominação quanto aos graus de horror e terror que causam ou causaram apenas pelo número de mortos e mutilados físicos e simbólicos que deixam em seu rastro, é a porta aberta àquela estúpida definição da ditadura militar brasileira como ditabranda, porta aberta pela insigne *Folha de São Paulo* e seguida depois pelos então marginais obscurantistas de plantão que acabaram agora no governo e que hoje acusam, entre outros, a própria *Folha* de ser comunista.

Caetano tem razão ao perguntar por que será que a América Latina vira e mexe tem de suportar ridículos tiranos, coniventes e sustentados por capatazes e paisanos que com sua burrice fazem jorrar sangue demais nos pantanais, caatingas e nos gerais, estes últimos agora soterrados em lama tóxica de barragens criminosamente incontinentes.

Por fim, há um outro detalhe: não tenho nem sombra do talento literário daqueles que me inspiram, de modo que não há perigo.

9.

Mais uma vez releio o texto desde o princípio. Quanto maior fica, mais tempo dura a tarefa, pois nunca é só uma leitura, é sempre mais uma correção, uma reescrita: tira ali, põe aqui, estica acolá. E assim vai. Já passei das oito páginas do primeiro texto, este está promissor. A ver.

10.

De minha parte continuo chamando o golpe de 1964 de golpe militar e o que se seguiu de ditadura militar e regime militar. Há toda uma discussão a respeito das denominações (MELO, 2012), sendo a mais convincente a que aduz a militar a designação civil, para marcar que o golpe e o estado de exceção posterior tiveram a marcante participação de civis, individualmente tomados ou por meio de suas vinculações institucionais. Sou pelas denominações mais tradicionais e que foram forjadas e consagradas no próprio correr dos acontecimentos. Justifico.

É totalmente louvável, pertinente e importante a discussão acadêmica sobre a problemática, criando-a como tal, inclusive, mas em termos de eficácia simbólica, uma vez que até mesmo um negacionismo está surgindo com a recusa da definição de golpe de 1964 e da ditadura como ditadura, nomeações sintéticas têm uma eficácia simbólica muito maior do que extensas conceituações. De qualquer modo, se estou estudando ou

desdobrando o que se alberga sob golpe e ditadura militar, certamente aparecerão os agentes ou coniventes civis que a eles se relacionaram.

Não se pode esquecer que as próprias denominações golpe e ditadura foram o resultado de um processo amplo de disputa que começou já em abril de 1964, com os golpistas se querendo revolucionários na melhor tradição tenentista da revolução brasileira regeneradora, daí a ideia de revolução redentora, que remonta à década de 1920, embora renovada, enquanto que os golpeados imediatamente denunciaram o golpe como tal. Golpe militar e ditadura militar têm a força dupla do esclarecimento do que aconteceu pelo viés da própria luta conjuntural, quanto a força cultural e científica deste mesmo esclarecimento pela corroboração quase que unânime destas definições que se seguiu pela objetivação operada pela história e pelas ciências sociais no plano acadêmico. O ciclo de golpes militares na América Latina dos anos 1960 e 1970 estão amplamente reconhecidos enquanto tais na academia, inclusive como contraposição à experiência revolucionária cubana.

Na linha daquele esforço em maquiarse, escondendo sua essência reacionária e conservadora, por parte dos vitoriosos em 1964, mesmo distribuindo arbitrariedades desde o princípio, tais como cassações, perseguições, Atos Institucionais (AIs), expurgos e violências semelhantes, o regime se queria restaurador da democracia, redentor e salvador da pátria contra os subversivos que supostamente a queriam entregar ao comunismo ateu. Lembro de uma definição corrente à época, e isto depois do AI-5, que enterrou o *habeas corpus* e deu ao regime um poder quase que ilimitado e legitimado de uso da força contra a população, destas coisas que se ouvia no rádio ou na televisão ditas por sofistas de aluguel, sabujos obedientes, de que o Brasil era uma semidemocracia, como sendo algo positivo e como se isto pudesse de fato ser possível.

Mais recentemente estamos de novo frente a tentativas de definição e redefinição do que aconteceu e acontece e 1964 e a ditadura passam por uma nova prova. A turba que apoia o situacionismo em grande parte se serviu de um discurso militarista e autoritário, sendo que o próprio chefe

da facção, o ex-capitão Jair Bolsonaro, que ora ocupa o palácio do Planalto, declarou em alto e bom som e em diversas oportunidades ser um defensor da ditadura militar e da tortura como método de enfrentamento político dos adversários, chegando a referir que a ditadura matou pouco, deveria ter matado uns 30 mil (*FSP*, 03/06/2018), o que muito honra o legado de Reinhard Heydrich e seus métodos de ação. Quando da consumação do golpe de 2016 na votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara, Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, um Heydrich à brasileira que torturou pessoalmente ou supervisionou centenas de sessões de tortura, inclusive da presidenta que era afastada de suas funções e prerrogativas de direito naquela data (*BBC-BR*, 21-04-2016).

Não pode haver confusão nisto, aliás, não há, apenas acontece um trabalho intenso, agora apoiado por autoridades designadas, como o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admirador também confesso de regimes militares e seus métodos, de negar 1964 como um golpe e o regime subsequente como ditadura. Trata-se de mais um de tantos elementos obscurantistas e violentos que se querem fazer passar por evidências na atual conjuntura, é mais um meio de espezinhar os adversários políticos, os professores, a escola e a universidade, todos transformados em um bando de comunistas, esquerdistas, ou petistas, o anátema do momento.

Do mesmo modo, o que aconteceu no país em 2016 quando do afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff entra nesta linha de preocupações. Em outro momento discuti este assunto (GRIJÓ, 2018), marcando fortemente a posição academicamente fundada de que o *impeachment* de 2016 foi um golpe de estado. É de Pierre Bourdieu a sugestão de que o estado pode também ser encarado como composto por uma mão direita e uma mão esquerda, a primeira relativa ao seu núcleo duro, como forças armadas e policiais, justiça, finanças, agricultura, fiscalização, ministérios públicos e assim por diante, enquanto que sua mão esquerda seria aquela relativa aos serviços sociais, educação, previdência,

saúde, fiscalização ambiental e assemelhados. O que ocorreu no Brasil em 2016 foi um golpe da mão direita do estado sobre a mão esquerda, com a ampla participação e conivência de órgãos da sociedade civil e do alto empresariado rentista do país, além da pequena burguesia satélite, tudo devidamente justificado pela grande mídia corporativa nacional que se posicionou em bloco contra o governo de Rousseff e em favor de sua destituição.

A grande mídia teve uma crucial participação no golpe ao incensar iniciativas deletérias e para-legais, como a tal operação lava-jato, desencadeada não por acaso no estado periférico do Paraná, um tradicional reduto conservador, e as manifestações de rua contra o governo petista, principalmente desde a sua guinada histórica de junho de 2013, quando, se aproveitando das manifestações de grupos de esquerda e extrema esquerda que reivindicavam melhorias nas condições da mobilidade urbana em várias cidades do país, a questão do aumento das passagens, da tradicional condenação dos movimentos como radicais e compostos por vândalos, na medida em que estes ganharam adeptos e amplitude, a grande mídia empresarial passou a apoiá-los, tentando ao mesmo tempo transformá-los segundo a sua própria agenda: uma alegada luta anticorrupção. Desde meados do mês de junho de 2013, portanto, os grandes jornais, revistas e meios eletrônicos passaram não só a apoiar as manifestações, mas a incentivá-las dando-lhes ampla divulgação e destaque.

Depois disto começaram a nascer organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL), de direita neoliberal cujo nome é já uma tentativa de usurpação de MPL, Movimento Passe Livre, que estava na origem dos protestos e é uma organização de esquerda. Um de seus líderes, em sua maioria são ainda muito jovens, Kim Kataguiri, chegou a ser colunista regular do supostamente austero e isento jornal *Folha de São Paulo*. O MBL se declarava apartidário, sem pretensões eleitorais, lutando desinteressadamente pela regeneração moral do país. Hoje uma boa parte de seus membros mais ativos são parlamentares, alguns eleitos na onda bolsonarista. Kim é deputado federal pelo Democratas (DEM), partido da

base de apoio do atual governo e que tem suas origens na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação parlamentar da ditadura militar.

Naquela altura, 2013, a meta era a derrota de Rousseff nas eleições de 2014, para o que a grande mídia empresarial não poupou esforços. O candidato preferido era Aécio Neves, que, ao final, perdeu por escassa margem. Daí em diante, desde o primeiro dia do novo governo Dilma Rousseff em janeiro de 2015, foi uma avalanche contrária a ele que envolveu a grande mídia empresarial, empresários de todos os tipos, agentes policiais e judiciários, ministério público, maçonaria, movimentos de rua convocados por organizações como o próprio MBL, e uma forte oposição parlamentar, com a traição do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que, de base de apoio do governo e contando com o vice-presidente de suas fileiras, Michel Temer, se transformou em principal articulador parlamentar do processo de *impeachment*, ao lado da oposição.

O então senador Romero Jucá sintetizou os contornos do golpe no célebre diálogo que travou com o empresário Sérgio Machado, ambos aturdidos com os rumos que as investigações realizadas no âmbito da operação lava-jato tomavam. Era um telefonema interceptado pela operação e datado de, provavelmente, março de 2016, antes da sessão da Câmara que permitiu a abertura do processo de *impeachment* de Rousseff, pois quando do vazamento para a imprensa em maio do mesmo ano Jucá era já ministro do governo Temer. Segue o diálogo editado, fiz apenas algumas adaptações para enxugar o texto que é muito longo no original, tendo como base a sua publicação pelo jornal *Folha de São Paulo*:

“JUCÁ – Eu ontem fui muito claro. [...] Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro, para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá

mais credito a ele para porra nenhuma. Concorda comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais?

[...]

MACHADO – Tem que ter um impeachment.

JUCÁ – Tem que ter impeachment. Não tem saída.

[...]

MACHADO – Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisões de segunda instância], vai todo mundo delatar.

JUCÁ – Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer.

MACHADO – Odebrecht vai fazer.

JUCÁ – Seletiva, mas vai fazer.

MACHADO – [...] Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

[...]

JUCÁ – Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar.

[...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

[...]

MACHADO – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ – Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ – Com o Supremo, com tudo.

MACHADO – Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ – É. Delimitava onde está, pronto.

[...]

MACHADO – É aquilo que você diz, o Aécio não ganha porra nenhuma...

JUCÁ – Não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não.

MACHADO – O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB...

JUCÁ – É, a gente viveu tudo.

[...]

JUCÁ – [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquan-

to ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca!. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

MACHADO – Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava jato]

JUCÁ – Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO – E burro [...] Tem que ter uma paz, um...

JUCÁ – Eu acho que tem que ter um pacto.

[...]

MACHADO – Um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato], mas parece que não tem ninguém.

JUCÁ – Não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça].” (Adaptado de *FSP*, 23/05/2016).

Dilma Rousseff foi afastada pelo parlamento sob o pretexto de que cometera alguns deslizes contábeis, algo que nunca derrubara antes absolutamente ninguém, forçados em crime de responsabilidade, cuja caracterização era necessária para a abertura do processo sob o ponto de vista constitucional. Jucá, no entanto, alguém profundamente envolvido e muito próximo a Michel Temer, escancarou, involuntariamente é certo, os meandros das articulações, suas razões e quais os seus agentes principais, desde o Supremo Tribunal Federal, passando por militares e parlamentares. Teori Zavascki morreria em uma queda de avião pouco mais de um ano depois, Lula está hoje preso em Curitiba por condenação em uns casos armados contra ele sobre a posse de um sítio e de um apartamento como tendo sido havidos por meio de propina. O juiz responsável até 2018 pelos processos da lava-jato, inclusive pela primeira

condenação de Lula, Sérgio Moro, é hoje ministro da Justiça do conluio governativo comandado pelo capitão reformado do exército.

A mídia e os adversários políticos do PT negam que tenha havido um golpe, 2016 teria sido um *impeachment* dentro dos conformes constitucionais por ter a presidenta cometido um crime de responsabilidade, as chamadas pedaladas fiscais. Não somente os petistas, mas inúmeros intelectuais e acadêmicos identificaram no processo, no entanto, características claras de um golpe de estado. Um novo tipo de golpe, parecido com o que ocorreu no Paraguai e em Honduras, quando os resultados eleitorais são subvertidos por uma articulação intra e extra-parlamentar que logra destituir com aparente legalidade um mandatário eleito no curso de seu período de governo. Alguns falam em golpe branco, em golpe parlamentar, em golpe parlamentar, midiático e empresarial. Prefiro golpe de 2016. Seus efeitos ainda estão em curso e, dentre eles, um detectado por Romero Jucá, “Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não”. Ganhou um outro.

11.

Autor-personagem, nasci em janeiro de 1965, praticamente um ano depois do golpe militar de 1964. Até 1985, quando boa parte dos pesquisadores identifica o fim da ditadura com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, foram 20 anos. Em 2019, tenho 54 anos, há 3 do golpe de 2016. Sendo brasileiro e vivendo no Brasil, passei 23 anos de minha vida até agora sob alguma forma de regime de exceção. Se considerarmos que a expectativa média de vida dos brasileiros e brasileiras é de em torno de 75 anos, é certo que um membro de qualquer geração que se tome passará em média por ao menos dois golpes de estado ao longo de sua vida.

A República em 1889 se instalou com um golpe militar, sendo que até 1900 tivemos ao menos dois grandes enfrentamentos bélicos internos de importância, a luta intra-elites pelo poder na guerra federalista de

1893 a 1895 e o massacre, várias vezes adiado pela força, coragem e ousadia dos sertanejos, de Canudos. A década de 1920 foi uma sucessão de conflitos, levantes militares, a coluna Prestes, até o golpe de misericórdia na República oligárquica em 1930. O Estado Novo em 1937 também surgiu com um golpe de estado. Democratizado em 1946, até 1964 o país sofreu ao menos três tentativas sérias de novos golpes, contra Getúlio Vargas, contra Juscelino Kubitschek e contra João Goulart. Quanto a este, a segunda tentativa foi o bem-sucedido golpe militar de 1964. Em todos estes casos, de 1889 até 1964, a participação de militares foi essencial, seja na articulação principal dos levantes, seja como seus principais avalistas.

Os golpes de estado da minha geração são os de 1964 e o de 2016, aqueles que me cabem como brasileiro, por enquanto. Embora eu não tenha testemunhado o golpe de 1964, vivi 20 anos sob a ditadura dele derivada, mas, felizmente, participei mais intensamente do período da sua debacle, de seu melancólico fim, quando os ratos que o apoiavam iam abandonando o barco e deixando para trás uma trupe raivosa e inconformada do tipo do general Newton Cruz.

Durante o período de votação no Congresso do projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, abril de 1984, a emenda das diretas, que previa o retorno da escolha pelo voto universal direto dos cidadãos do presidente da República, no governo João Figueiredo, um outro general que dizia preferir o cheiro de cavalos ao cheiro de povo (*FSP*, 02/11/2000) e o último ditador, se realizaram vigílias públicas e manifestações de apoio ao projeto em diversas cidades pelo país. Em Brasília, no entanto, elas foram proibidas, o que não impediu que muitos cidadãos acorressem aos espaços públicos. Uma das formas de manifestação eram os buzinaços. O general Newton Cruz, comandante militar do Distrito Federal, encarregava-se pessoalmente de supervisionar a repressão aos protestos e, numa destas ocasiões, saiu pelas ruas montando um cavalo branco distribuindo golpes de relho nos capôs dos automóveis cujas buzinas teimavam em soar (*Chico Santanna*, 06/06/2014), mesmo ante a

ameaçadora presença do militar que se trajava à semelhança do general norte-americano George S. Patton, ao menos à semelhança do figurino do ator norte-americano George C. Scott que interpretou o general combatente da II Guerra no filme Patton. A cena é realmente patética, um militar de alta patente vestindo uniforme de campanha, montado num cavalo branco, distribuindo relhaços em carros buzinando em pleno centro da capital do país. Ridículos tiranos.

Essas imagens para mim ficaram registradas como algumas das representações mais fortes do fim daquela ditadura maldita e sufocante. Eu estava nas manifestações pelas diretas em minha cidade natal, Porto Alegre, e cursava o segundo ano de engenharia mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde hoje sou professor de história. Foi muito bom ter feito parte daquilo tudo, da agitação e da excitação política e social que tomava conta do país abrindo muitas possibilidades de futuro. A década de 1980 tem sido chamada de década perdida, especialmente por economistas e a gente ligada ao sacrossanto mercado, por causa da crise econômica internacional e sua tradução no Brasil: inflação altíssima e os índices de crescimento econômicos baixos, desemprego, enfim. Sob um outro ponto de vista, o ponto de vista cultural, político e social, a década de 1980 foi um dos períodos mais ricos e intensos que viveu o país nas últimas décadas. A liberalização social, política e cultural que chacoalhou o mundo desde o final dos anos 1960 encontrou no Brasil um regime de exceção, uma ditadura moralista, conservadora, operosa em reprimir não só os adversários políticos, mas também as manifestações culturais e artísticas que considerava desviantes. Nos anos 1980, a abertura política possibilitou também uma abertura de comportas e muito do que estava reprimido, oprimido e represado saltou direto para as ruas. Foi bonita a festa.

A grande mídia empresarial, a que restou das perseguições mais ou menos diretas depois de 1964, estava de fato em grande parte a serviço do regime. Com raras exceções, até enfrentava a censura, alçada ao plano de uma repartição federal de uma burocracia pública a zelar pela moral,

os bons costumes e reprimir oposições. Ao longo dos anos 1970 houve alguma distensão e pareceu se estabelecer uma tolerância um pouco maior para, por exemplo, o cinema considerado pornográfico ou politicamente subversivo, palavra chave e ideia-força central na justificação da repressão, censura, perseguição, tortura, enfim, do próprio regime. Aqui e ali, alguns artistas, autores e intelectuais desafiavam a censura e forçavam seus limites, mas tudo isso vai de fato desembocar na abertura cujos efeitos se farão sentir depois do final do AI-5, com a anistia e o relaxamento e o fim da censura a partir do final dos anos 1970. Foi muito louco, tinha de tudo para todo mundo, um quarto só para nós, um quarto para os convivas, cabeças ativas, todo mundo dando vivas, como cantou o bardo preferido de Porto Alegre, Ney Lisboa.

A trajetória no Brasil do filme *Laranja Mecânica* de Stanley Kubrick é paradigmática. Lançado internacionalmente em 1971, ficou censurado, como se dizia na época como sinônimo de proibido pela censura, até 1978. Então, já nos estertores do regime, a liberação nos cinemas, apenas para os maiores de 18 anos, incluía algo que se tornou antológico: nas cenas de nudez, bolinhas pretas foram pintadas na película cobrindo os genitais dos atores e atrizes (*DP*, 04/09/2015). Eu tinha 15 anos em 1978 e não pude ver o filme quando lançado porque a censura era mais zelosa em fiscalizar os cinemas das cidades maiores. Mas era um ponto de honra ver *Laranja Mecânica* para um adolescente que descobria o mundo naquele contexto adverso. Mas havia sempre um jeito. Era raro que pedissem documentos comprobatórios de idade na porta dos cinemas e alguns colegas da minha idade que aparentavam ser mais velhos não tinham problemas para ver os filmes proibidos. Outro expediente eram as carteiras de estudante com a idade falsificada. Fiz a minha só no ano seguinte, todo mundo tinha. Outro era matar, ou se matar, no cansaço, tentando ingressar diversas vezes no cinema esperando um porteiro mais descuidado, relaxado ou amigável. Não convinha arriscar nos primeiros meses de exibição, quando o pessoal ficava mais alerta. O Império dos Sentidos consegui ver no Avenida lá pelo sexto ou sétimo mês em

cartaz, depois de ser barrado várias vezes. Porém todo adolescente de classe média sabia que se não conseguisse passar pela censura nos cinemas de Porto Alegre, sempre era possível esperar o verão e assistir os filmes nos cinemas da praia. Então eram comuns as casas de veraneio e as temporadas prolongadas que as famílias passavam nas cidades balneárias ao longo das férias escolares em janeiro e fevereiro. E nos cinemas da praia eles sempre deixavam entrar. Tramandaí, a cidade que minha família frequentava, contava com os Cines Caiçara e Coimbra, onde pude ver Laranja Mecânica com bolinhas no verão de 1979 e outros filmes naquele ou em outros verões, como Calígula e alguns Emmanuelles.

O ridículo que eram aquelas bolinhas gíngando na tela tentando tapar órgãos genitais era um pouco também do descrédito do regime que já não cumpria mais nenhuma função significativa nem para as classes dominantes para as quais servira muito bem. Uma censura com bolinhas pretas já não é mais censura, é apenas ridículo, sinal do desespero, da arbitrariedade por ela mesma, sem mais uma função efetiva de proteção ao regime ou às almas pudicas. É como aqueles que se arrogavam o direito e o dever de pintá-las, é como um general distribuindo relhaços nos capôs no meio da cidade montado num cavalo branco, pelo menos eu acho que era branco. De qualquer modo, cavalos brancos tem um apelo mais forte.

12.

O final dos anos 1970, portanto, quando comecei a ter uma noção mais apropriada do mundo, coincidiu com o processo chamado de abertura do regime. Lembro bem da campanha pela anistia, da volta dos exilados, o caso de Brizola foi marcante, das eleições diretas para governadores em 1982, da campanha pelas diretas para presidente, da eleição e morte de Tancredo Neves e do governo anticlimático de José Sarney

que, ao menos, conseguiu garantir a Assembleia Constituinte e a promulgação da nova Constituição em 1988.

13.

No pleito eleitoral de 2014 a turma supostamente liberal não conseguiu colher os efeitos de todo o trabalho de desconstrução e criminalização do partido e dos governos do PT que operou com mais virulência e radicalismo a partir de 2013, mas que vinha já desde o primeiro mandato de Lula. Eles não emplacaram seu candidato preferido do partido do seu coração, Aécio Neves do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). No entanto, para eles, grande mídia empresarial, empresários rurais e urbanos, rentistas, agentes do mercado financeiro, a classe média branca das cidades principalmente do centro-sul, agentes da mão direita do estado (militares, juízes, promotores, procuradores, policiais, muitos deles venais e com ligações com organizações paraestatais como as chamadas milícias), não era aceitável mais um governo petista. Dilma Rousseff e o PT demonstraram uma força político-eleitoral ainda significativa, impedindo que no Brasil ocorresse como na Argentina, onde a perseguição midiática, policial e judicial ao governo de Cristina Kirchner obteve sucesso elegendo Maurício Macri presidente. Intolerável! Desde o primeiro dia o segundo governo de Rousseff sofreu um bombardeio político, midiático e judicial como poucas vezes se pode constatar na história do país. O Congresso acabou dominado por ex-aliados, agora traidores, comandados pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha, que estabeleceu uma estratégia de boicote a projetos e ações do governo e a imposição de agendas que iam de encontro aos interesses do Planalto, as pautas-bombas. Aécio Neves e o PSDB, por seu turno, não acataram o resultado eleitoral e partiram para um enfrentamento jurídico questionando o pleito. A mídia se armou de vez, cada vez com maior truculência e violência simbólica, e se tomou de um furor lacerdista exacerbado contra a presidenta. Ela passou a ser atacada pessoalmente, por ser mulher e

eventualmente louca, raivosa, prepotente. Tudo em redes nacionais de televisão. A grande mídia empresarial, cujo paradigma foi a revista *Veja*, simplesmente deixou de fazer jornalismo para fazer política partidária clara e abertamente. O *impeachment* foi uma consequência direta disto. Em alguma cobertura de algum prédio de alto luxo no Rio de Janeiro ou em São Paulo, ou em uma exuberante mansão numa daquelas ilhas particulares de Angra dos Reis, ou em mais de um lugar destes ao mesmo tempo, barões da mídia e das finanças, um punhado muito restrito de políticos, talvez algum general, juiz, enfim, lá pelas tantas chegaram à conclusão de que Dilma teria de ser derrubada. A mesma conclusão a que políticos, num plano inferior e com o objetivo mais fisiológico de salvar a própria pele, como Romero Jucá, também haviam chegado. O Rubicão seria ultrapassado. O nome disto é golpe de estado.

14.

Mas nem sempre as coisas saem como planejadas. Mesmo sendo o PSDB o partido preferido das classes dominantes nativas, é um partido como qualquer outro e no processo de derrubada de Dilma Rousseff foi deixando rastros. Sangrou como todos os demais partidos grandes e acabou também envolvido em denúncias criminais pelas investigações jurídico-policiais, até mesmo para se dar um ar de isenção a estas investigações. Aécio Neves e alguns governadores e parlamentares do PSDB foram implicados em transações criminosas. Internamente o partido se cindiu. Acabou escolhendo como candidato às eleições de 2018, outra vez, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Um humorista o apelidara de Picolé de Chuchu quando de sua candidatura anterior à presidência em 2006. Ele é de fato um político com pouquíssimo apelo carismático ou popular. O apelido pegou e, de qualquer modo, o Chuchu não teria a menor chance no pleito de 2018. Parece que a crença de Jucá era comparilhada por muitos, a de que um político tradicional dificilmente ganharia

as eleições. Especulou-se, inclusive, durante um tempo, que o apresentador de TV Luciano Huck seria candidato.

De qualquer modo, para estas elites, o grande medo, um medo muito grande mesmo, seria a volta de Lula. O PT já o escolhera como pré-candidato e as pesquisas de intenções de voto lhe eram amplamente favoráveis, de modo que a reação do espectro golpista foi rápida e certa. Apressaram um dos processos criminais arranjados contra Lula na justiça federal pelas mãos do então juiz Sérgio Moro. O Tribunal Regional Federal da Quarta Região se encarregou de em tempo recorde confirmar e ampliar a condenação do ex-presidente. Foi impedido de se candidatar por acabar preso em uma cela na sede da polícia federal em Curitiba, onde se encontra até hoje.

As eleições de 2018 no Brasil, que aportaram aos parlamentos nacionais um conjunto expressivo de deputados e senadores do até então insignificante Partido Social Liberal (PSL) e fizeram presidente da república o capitão reformado e deputado Jair Messias Bolsonaro, só podem ser entendidas neste contexto do golpe de estado. Bolsonaro seria o *outsider*. Mas como, um *outsider* que era deputado federal por quase 30 anos? Este foi todo o bem-sucedido trabalho de marketing realizado em torno dele. Como sempre fora um deputado de terceira linha, um zero à esquerda parlamentar a quem ninguém dava importância ou voz, e ser um sujeito expansivo, agressivo verbalmente, dado a rompantes e com um discurso machista, homofóbico, militarista, autoritário, conseguiram construí-lo como justamente isto, um diferente, alguém que não era convidado para o baile, o patinho feio de supostas mão limpas, corajoso em falar o que pensa sem se preocupar com a mídia ou o decoro, que não participava do grande jogo dos partidos e dos cargos. O fato de ter sido um medíocre a vida toda foi usado em seu favor e em uma agressiva campanha em redes sociais e com o apoio dos pentecostais chegou ao segundo turno, quando, ao enfrentar o professor Fernando Haddad do PT, ganhou o apoio decisivo do antipetismo que marcou a campanha

eleitoral como um todo, arrebanhando os votos de quase todos os outros candidatos com maior votação no primeiro turno.

15.

Em janeiro de 2019, pouco depois da posse de Bolsonaro, uma comitiva de parlamentares do PSL, em torno de uma dúzia, viajou para a China a convite daquele país oriental. O que poderia ser apenas algo prosaico e bastante comum, se transformou em um imbróglio.

Tido como um guru da direita brasileira e de muitos dos membros do atual governo, o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho postou um vídeo na internet no qual xingava e esbravejava contra a viagem dos parlamentares e assessores à China. Tratou-os como caipiras e analfabetos funcionais, que estariam querendo entregar o Brasil aos chineses, uma vez que teriam se deslocado ao país asiático para conhecer e eventualmente implantar em aeroportos no Brasil um sistema de reconhecimento facial da empresa Huawei. Para Carvalho, caso isso acontecesse a China teria acesso aos dados dos brasileiros, os quais poderia manipular conforme seus interesses e, sendo um país comunista, isto equivaleria a entregar o Brasil a uma potência marxista. Imperdoável para parlamentares eleitos por uma confusa agenda de direita, mas claramente antiesquerdista e anticomunista, incompatível com uma viagem e muito menos com um acordo tecnológico com um país comunista. Isso causou um reboliço entre os apoiadores do atual governo, desencadeando postagens em redes sociais de uns e de outros fazendo-se acusações mútuas, até mesmo de ordem pessoal, apoiando ou não a viagem, seus objetivos e as admoestações de Carvalho. O próprio palácio do Planalto seria envolvido, pois, segundo alguns dos viajantes, eles esperavam do governo algum sinal de apoio, o que não aconteceu (*FSP*, 20/01/2019; *Piauí*, 17/01/2019). Por fim, Carvalho, “depois da confusão armada [...], escreveu na sua página que o chamavam erroneamente de guru do governo. ‘Não sou guru dessa porcaria’” (*Piauí*, 17/01/2019).

Em 2019, a direita brasileira discute publicamente seus problemas, sendo acompanhada com interesse por jornais de grande influência como a *Folha de São Paulo* e revistas que atingem um público de intelectuais como *Piauí*. Ela está no poder, comandando o executivo federal e em vias de estabelecer uma maioria no Congresso.

16.

Corta, voltamos a 2004. Se viviam outros tempos, em vários sentidos. O primeiro presidente eleito do país não socialmente oriundo das classes dominantes cumpria o seu segundo ano de mandato. O Brasil entrava em um período de crescimento econômico e avanço substancial na melhoria de diversos de seus indicadores sociais, como no tocante ao combate à fome, aos níveis de escolaridade, ao emprego. Mas aquele ano também representava uma data redonda, eram passados 40 anos da implantação no país a ditadura militar de 1964.

Neste tempo, havia motivos de sobra para se pensar que o Brasil superara institucional e politicamente não só o regime de exceção, mas as suas sequelas mais importantes. Diversos comentaristas e estudiosos pensavam que a democracia, se não ainda plenamente consolidada, se encontrava em rápido processo de consolidação. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 era uma prova. Sem contar a euforia dos seus correligionários do PT, de modo geral, se tinha que o acontecimento vinha ao encontro da perspectiva de que o país seguia firme no caminho do reforço das instituições democráticas. A cerimônia de posse condensava esta representação, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial para o líder sindicalista-operário, um representante de uma coalização de centro-direita neoliberal empossava um representante da centro-esquerda social-democrata sem um golpe de estado, sem luta armada, sem militares desfilando nas ruas aterrorizando a população. Só poderia ser um forte indício de que as coisas estavam mudando,

de que, de um modo ou de outro, um apreço geral mais amplo pelas instituições e regras da democracia liberal se espalhava e consolidava.

Para marcar a data cheia, foi realizado um evento acadêmico e três pesquisadores universitários se encarregaram de publicar um livro de coletânea de artigos que expunha a produção e propunha a reflexão histórica sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Dentre estes textos, um dos organizadores, Daniel Aarão Reis, escreveu *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória* (REIS, 2004). Ele faz uma contraposição entre dados históricos a respeito da ditadura paralelamente a uma análise da memória sobre ela lá em 2004. Reis argumenta que na década de 1960, nem os apoiadores do regime de exceção e nem a maior parte da oposição, especialmente os que pegaram em armas, nutriam maiores apegos por instituições democráticas. A maioria desprezava os mecanismos da democracia liberal burguesa, embora os motivos e justificativas pudessem variar. Já no processo de abertura, ao final da década de 1970 até meados da década de 1980, porém, as discussões sobre os direitos humanos e a anistia começaram a ganhar força, ao mesmo tempo em que o regime moribundo perdia legitimidade e aceitação. “Na gênese da ditadura, tendeu-se a apagar o grande embate social. O projeto reformista revolucionário evaporou-se, transformado em um *fantasma*. As esquerdas foram vitimizadas. Os amplos movimentos sociais de direita praticamente apagados. Os militares, estigmatizados *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do árbitro. A ditadura, quem apoiou? Muito poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, quase todos *resistiram*. Mesmo a esquerda revolucionária transmutou-se numa verdadeira *resistência democrática* de armas nas mãos. E assim a nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática, reconciliando-se, reconciliada” (REIS, 2004, pp. 49-50).

De minha parte, professor do curso de história da UFRGS desde 1993, recordo claramente na virada do século das várias vezes nas quais as discussões em sala de aula sobre eleições, partidos políticos, lutas ideo-

lógicas no Brasil deixavam claro que praticamente não havia ninguém que se declarasse ou posicionasse como sendo de direita no país. Com a provável exceção de Eneias Carneiro e seu Partido da Reedificação Nacional (PRONA), com uma expressão política menor no conjunto das organizações de então, nem aqueles partidos que tinham suas origens vinculadas diretamente a ARENA, quais sejam, o Partido Democrático Social (PDS), do qual o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje DEM é uma sucessão, e que, depois de fusões e mudanças de nome, hoje é conhecido como Partido Progressista (PP), bem como uma miríade de partidos menores criados em função de divisões destes, se apresentavam como de direita. Antes de mais nada procuravam se afastar de qualquer identificação com a ditadura e com o conservadorismo, buscando um discurso de aparência reformista e democrático. Palavras muito comuns eram mudança, democracia, legalidade, respeito às leis, e não conservação, regime de força, estado policial, estado de exceção, militarismo.

Depois dos percalços iniciais do processo de abertura, aquilo que então se chamava Nova República se configura com a Constituição de 1988 e se consolida com a queda do governo Collor de Melo, o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Este último condensava em si mesmo muito da imagem deste processo de reconstituição de memória e de produção de esquecimento do qual Daniel Reis dá conta. Sociólogo academicamente reconhecido, ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) cassado pela ditadura, exilado, filho de um general do exército, ainda nos anos 1970 se torna um político de início vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual concentrava a oposição consentida ao regime militar. Estava, ao que se dizia, na ala esquerda do partido, tendo sido inclusive apoiado como candidato por lideranças emergentes de movimentos sociais, como o então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva. No final dos anos 1980 foi um dos criadores do PSDB. Quando presidente por dois mandatos (1995-2003), implementou reformas neoliberais que o aproximaram ainda mais das classes dominantes

do país, especialmente do capital financeiro, da burguesia paulistana, da grande mídia empresarial e de boa parte das classes médias.

Cardoso, que foi se constituindo com aparências de um moderno democrata, de início procurando uma inspiração mais social-democrática à europeia e depois seguindo um pragmatismo mais sintonizado com o que a burguesia paulistana propunha para o país, não tinha suspeitas de vinculação ou colaboração com a ditadura, pelo contrário, era inclusive tido por certos militares como um dos “comunistas [que] chegaram ao poder” (*apud*, CASTRO, 2002, p. 65). O sociólogo filho da classe senhorial e moderno homem de ação, oriundo do mundo acadêmico e sintonizado com as agitações de 1968, com uma inegavelmente qualificada produção bibliográfica internacionalmente reconhecida, que rejeitara a luta armada e apostara na transformação das instituições, que olhava para frente sem revanchismos, se transformou em um agente-chave neste processo geral de transformação da maior parte do espectro político em democratas e de demonização dos militares identificados com os porões da ditadura, responsáveis pelas torturas e maiores arbitrariedades do regime.

Importante frisar que não seriam todos os militares os estigmatizados, pois inclusive generais-ditadores como Castelo Branco e Ernesto Geisel foram de certa forma democratizados, o primeiro como aquele que, embora tenha sido o primeiro presidente do regime militar, era no fundo um liberal, e o segundo como o fiador da abertura do regime em uma luta contra os próprios militares da linha dura (BIAL, 2004, p. 203; GASPARI, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d; CALIL, 2014). Ambos seriam, no fundo, democratas, assim convertidos *a posteriori* como parte de uma grande acomodação política e cultural que acabou viabilizando a chamada Nova República.

Não só como memória enquanto modo de representação do passado compartilhado por certas elites que de um modo ou de outro se preocupam e se ocupam com o trabalho de memória, mas como régua de delimitação dos posicionamentos político-partidariamente legítimos, a elisão da referência à direita era uma constante e a eventual identificação

de um político qualquer que seja com ela tinha apenas resultados eleitorais muito limitados.

Caso de Eneias Carneiro, que, embora tenha sido o deputado federal mais votado da história com mais de 1,5 milhão de sufrágios até as eleições de 2018, suas tentativas de chegar ao Planalto renderam o máximo de 7% dos votos, 4,6 milhões, válidos nas eleições de 1994, sendo que nas eleições seguintes, 1998, encolheu para pouco mais de 1,4 milhão de votos (sítio do PRONA na Internet). Em geral, portanto, uma identificação pública e ostensiva por um político ou organização como sendo de direita poderia sim auxiliar na eleição de parlamentares, ou mesmo prefeitos, mas dificilmente o meio político-midiático como um todo viabilizava uma eleição majoritária, para os cargos mais centrais de senador, governador ou presidente, de um direitista autodeclarado. A polarização eleitoral para a presidência da República acabou se dando entre o PT e o PSDB desde a década de 1990, quando a regra era que o candidato de cada um destes partidos fosse o primeiro ou o segundo mais votado.

17.

Em linhas gerais, tanto na disputa de memória quanto no debate político-eleitoral, também na mídia de uma forma geral, uma identificação como de direita por parte de políticos, ativistas, jornalistas e afins não era muito recompensador, a não ser no caso de alguns deles que buscavam nichos de audiência ou voto. Mesmo as posições mais radicais à direita eram disfarçadas com um discurso legalista. Como bem frisou Reis, lá por volta de 2004 se podia constatar que “as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória” (REIS, 2004, p. 40). Pela contraposição com o PT, tido como inegavelmente de esquerda, embora se movimentando cada vez mais para o centro a fim de se viabilizar eleitoralmente, por sua guinada em prol do neoliberalismo, desde a década de 1990 o PSDB foi sendo identificado mais à direita sendo que, a rigor, a

representação dominante era a de que o que passou a prevalecer fora uma espécie de grande centro, em termos político-parlamentares representado pelo chamado centrão, sem o qual não havia governo possível dadas as condições prevalentes. O PT foi ocupando a centro-esquerda, enquanto que PSDB se situando na centro-direita. Essas representações se consolidaram e impuseram sua marca nas disputas políticas, deslegitimando tanto a direita militarista e autoritária, quanto a esquerda revolucionária, as quais acabaram em parte restritas a pequenos partidos políticos, ou a movimentos sociais mais ou menos organizados e mesmo clandestinos, mas de limitada penetração.

É importante frisar, porém, que isto se trata da representação dominante, não da efetiva identidade de vários destes grupos ou seus agentes, escudados sob rótulos democráticos e, principalmente, seus apoiadores no mundo social, com o autoritarismo, o golpismo, o anticomunismo, a revolução, a luta armada, enfim, com métodos e visões de mundo pouco afeitos aos marcos e regras da democracia liberal típica, com a política como representação (BOURDIEU, 1989, cap. 7).

18.

Em 2019, a direita autodeclarada assume o governo no país com a posse do candidato eleito Jair Messias Bolsonaro, do PSL. Seu vice, um general do exército reformado. No mundo midiático internacional e no mundo acadêmico, praticamente todos concordam que a extrema-direita reassumia o controle. Desta vez sem tanques nas ruas, pelo voto. Em uma entrevista logo depois da posse, um antigo militante da esquerda, o petista Flávio Koutzii, que fora preso na Argentina entre 1975 e 1979 pela ditadura do lado de lá do Rio da Prata e passado anos no exílio, declarou em uma entrevista que se sentia estranho em seu próprio bairro. Os vitoriosos “acham que tinham que nos matar como já foi verbalizado expressamente várias vezes. Isso já basta para causar um grande desconforto entre nós, para dizer o mínimo. O cara que está torcendo pelo Inter

ao teu lado no Beira Rio pode ser um cara que quer te matar” (*apud Sul 21*, 12 de janeiro de 2019).

O contraste com 2004 é gritante. Então, se podia postular inclusive uma vitória cultural da esquerda que aderira à democracia liberal, vitória esta que era também política, sobre a extrema-direita que teve seu discurso praticamente varrido dos canais mais importantes e legítimos de manifestação, especialmente da grande mídia. Desde 2013, porém, a esquerda politicamente dominante, leia-se o PT e seus aliados, têm sofrido uma avassaladora oposição que a tem enfrentado nos mais diversos espaços, inclusive ressuscitando publicamente o discurso da direita autoritária, agora com uma nova legitimidade e alcance e com uma enorme virulência. O que aconteceu foi que aquilo que era relegado a um plano insignificante, alegórico, folclórico em anos anteriores, cujos portadores de tais posições apareciam em programas de televisão com o claro objetivo de serem ridicularizados por suas posições extremistas e consideradas estapafúrdias, como no próprio caso de Bolsonaro, passou a ganhar novamente estatuto de legitimidade pública. Se antes o que Bolsonaro dizia em programas de televisão era uma suposta atração em espaços menores, o convite a um bufão como uma forma de disputar audiência pelo absurdo e pela forma como se expressava, servindo também de escada para que jornalistas e entrevistadores aparentemente sensatos chamassem todos à razão, hoje é explícito, legitimado, aberto e oficial. E o discurso era desde sempre de defesa do regime de 1964, homofóbico, machista, autoritário, inclusive favorável à tortura de prisioneiros e adversários em geral. Uma coisa se reconheça em Bolsonaro, a sua constância e coerência. Ele não se tornou autoritário, homofóbico, machista, etc. por uma conveniência eleitoral *ad hoc*, sempre foi assim.

19.

Ontem ou anteontem o vizinho uruguaio aqui da pousada veio bater um papo, se achou com a cuia do mate e a térmica. Começamos a charla.

Eu comentei que desde que eu e a Simone começamos a vir com maior assiduidade para o Prata nunca tínhamos visto o Uruguai tão bem. Há poucos anos trafegar por ruas e estradas daqui era um mergulho em um museu do automóvel. Carros caindo aos pedaços de idades variadas que vinham lá dos anos 1940 e 1950 era o que estava à disposição das pessoas, mesmo de boa parte da classe média. Montevidéu era uma cidade devagar, um pouco decaída, de uma população envelhecida, taciturna. Em uns dez anos a situação mudou significativamente. Ainda se pode cruzar com carros antigos pelas estradas, mas a quantidade é significativamente menor. Parece também haver mais jovens e Montevidéu tem hoje bares e restaurantes e uma vida noturna bem interessante para quem tem menos de 30 anos. A moeda local, que antes se trocava na razão de um real para onze pesos, hoje está algo em torno de oito pesos por real. Na fronteira, ali no Chuy-Chuí, antes os brasileiros abarrotavam os *free shops* comprando de antenas parabólicas a bebidas. Hoje são os uruguaios que vão às lojas do lado brasileiro comprar têxteis e alimentos e colocar gasolina.

Desde 2005 uma coalisão de partidos de esquerda governa o país, conseguindo resultados sociais e econômicos muito interessantes, mesmo para uma economia muito dependente das da Argentina e do Brasil, as quais entraram em crises acentuadas agravadas pela aplicação de reformas neoliberais desde os governos Macri e o golpe de 2016, respectivamente.

Mal terminava eu de elogiar o seu país e o vizinho me veio com, é, mas aqui temos também muitos problemas, a corrupção, por exemplo. Eu devo ter sido muito rude, mas meu sangue ferveu e saí logo bradando que isto é tudo empulhação, veja o caso do Brasil e da Argentina, vamos de mal a pior, economia em frangalhos, instituições desmontadas, desemprego, aumento vertiginoso da pobreza depois que foram destituídos governos de esquerda por neoliberais que, ainda por cima, são muitíssimo mais corruptos. Essa historinha de corrupção é apenas cortina de fumaça, conversa para boi dormir.

Perdi o interlocutor, que passou a mão no seu mate e na térmica e se foi. Será que eles vão conseguir detonar o Uruguai também, pensei?

Espero estar errado, seria muito triste ver este lindo e querido país voltar a ser assolado por discursos de ódio, perseguições, pobreza.

20.

Outro livro já vencido nestas férias foi o *Como as democracias morrem* (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Ao contrário do livro de Binet, este não é lá um grande livro. Os autores, cientistas políticos norte-americanos, se propõem a fazer uma análise comparada entre os casos de diversos países nos quais instituições democráticas foram suplantadas por regimes autoritários, desde o nazismo passando pela Argentina de Perón, Cuba de Fidel Castro e a situação atual dos Estados Unidos, que exigiria toda a vigilância. Na verdade, eles comparam muito pouco e ao invés de tentar uma teoria geral das debacles democráticas que pudesse incluir os diversos casos que analisam, se mostram muito mais preocupados com a situação atual de seu país e o risco que segundo eles lá estaria correndo a democracia. Os demais países aparecem no texto como *sparrings* para o foco principal. Tentam elaborar um quadro de indicadores de risco à democracia, uma prova dos nove, como chamam, mas acabam caindo em certos lugares-comuns já muito explorados. Excessivamente institucionalistas, a democracia para eles é muito mais um conjunto de instituições e práticas vinculadas ao que Pierre Bourdieu chamaria de campo político reificado por estes autores. Há um pressuposto implícito de que no fundo Brasil, Estados Unidos, Venezuela, Cuba, Itália, Hungria, pouco importam em suas configurações histórico-sociais, mas sim se contam instituições de tipo democráticas, se elas estariam ou não em vigência aqui ou ali, e como estas experiências institucionais poderiam fundamentar uma compreensão maior do que ocorre hoje nos Estados Unidos. Nada contra, mas estas limitações diminuem muito a qualidade da análise. O artigo de Anne Applebaum vai também no mesmo sentido (APPLEBAUM, 2018)

Porém, eles têm alguns *insights* interessantes e eles se encaixam muito bem na atual situação do Brasil: “Com efeito, as iniciativas gover-

namentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. Elas são aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais por supremas cortes. Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável – como combater a corrupção, ‘limpar’ as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia ou aumentar a segurança nacional” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 81). A visão institucionalista dos autores consegue perceber a importância de “ter os árbitros do seu lado. Estados modernos possuem várias agências com autoridade para investigar e punir delitos tanto de funcionários ou mandatários públicos como de cidadãos comuns. Entre elas figuram o sistema judiciário, os órgãos de imposição da lei, os serviços de inteligência e as agências reguladoras e tributárias. Em democracias, essas instituições são destinadas a servir como árbitros neutros. [...] Capturar os árbitros dá ao governo mais que um escudo. Também oferece uma arma poderosa permitindo que ele imponha a lei de maneira seletiva, punindo oponentes e favorecendo aliados” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 81-2).

Desde antes de 2013, mas se acentuando a partir de então, com a ênfase no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, do golpe de 2016 e da condenação e prisão de Lula, a captura dos árbitros que primeiro foi operada pelos opositores do PT, agora, com a entronização do juiz paladino da lava-jato Sérgio Moro como ministro da Justiça, é tentada pelo governo Bolsonaro. Os árbitros foram cooptados ou mesmo artífices da seletividade e da arbitrariedade e já deixaram de sê-lo há muito, se transformando em sua maioria em *players* interessados. O estado de direito não existe mais no Brasil (ver VALIM, 2017).

21.

Para encerrar este escrito que, como se pode perceber, tenta trazer problemas e reflexões muito mais do que respostas conclusivas, é bom sublinhar uma questão que me parece extremamente sintomática dos

tempos atuais e do espírito do novo governo e seu novo velho regime que busca instaurar, mas que já se encontra mergulhado em problemas. Dois ministros já foram demitidos, vários estão sendo processados, um dos filhos do capitão-presidente é suspeito de apropriação indébita de recursos públicos com o uso de intermediários, ditos laranjas, e de associação com criminosos, policiais e ex-policiais militares do Rio de Janeiro envolvidos com as chamadas milícias, grupos paramilitares de extermínio, venda de proteção e tráfico de drogas. Bolsonaro, por sua vez, mal assumiu o cargo e internou-se para uma cirurgia, deixando ainda mais à deriva um governo que se elegeu sem debates com os demais candidatos, sem uma linha clara de ação a não ser a vaga promessa de ser diferente, acabar com tudo isto que está aí e eliminar os adversários políticos e seu legado.

No dia 14 de fevereiro, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o então ministro da Educação, Véléz Rodríguez, se reuniram para assinar um acordo para desencadear uma operação de investigação de corrupção e desvios de recursos e outras supostas irregularidades na pasta da Educação, incluindo programas de financiamento estudantil, bolsas e as universidades públicas federais. Véléz, indicado para ministério pelo já citado guru do governo por sua proximidade com um dos filhos do governante atual, o ativista anticomunista, anti-intelectualista e crítico das universidades públicas Olavo de Carvalho, chamou o acordo de lava-jato da educação (*Exame*, 14/02/2019).

O governo e seus sequazes estão desesperados por jogadas de efeito, por algum chamado factóide, lance que chame a atenção da mídia, e a área da educação foi uma das escolhidas para produzi-los em profusão. Onde isto vai chegar é difícil saber, mas é clara a intenção de intimidar. Tal tipo de perseguição já foi feita regularmente por autoridades policiais e ministério público em outros momentos, nas operações midiáticas realizadas nas Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), Paraná (UFPR), Rio Grande do Sul (UFRGS) e Santa Catarina (UFSC), levando inclusive ao suicídio o reitor desta última (GRIJÓ, 2018), falsamente acu-

sado de crimes que hoje se sabe não cometeu. A universidade, tida por Olavo de Carvalho como o centro difusor de um tal marxismo cultural, é um alvo certo.

Termino de escrever este artigo e a imprensa já publica colunas e análises apostando em uma queda em breve de Bolsonaro. Seu vice-presidente, um general que obviamente ultrapassa o capitão em graduação militar, parece agir com alguma desenvoltura e independência frente ao seu teórico chefe. A grande mídia empresarial está cindida, a Rede Record, de propriedade do empresário religioso Bispo (sic) Edir Macedo e o SBT de Silvio Santos parecem alinhados ao capitão, enquanto que os Grupos Globo, Folha, Estadão e Abril parecem não muito conformes com os rumos do atual governo, que, no entanto, ajudaram a entronizar mesmo que involuntariamente. Eles todos odiavam Lula e o PT.

Já nos teclados dos violentos ativistas virtuais apoiadores de Bolsonaro, apelidados de bolsomínions pelos adversários, Globo e Folha despontam na dianteira da rotulagem de comunistas e esquerdistas atribuída à mídia em geral. Ainda é muito cedo, podem daqui a pouco todos chegarem a um grande acordo e sustentarem Bolsonaro desde que faça as reformar neoliberais do Estado que tanto desejam. Mas pode também evoluir para um desgaste insuportável e os militares, já no governo, até o momento em que termino de escrever este texto são oito ou nove ministros vindos das forças armadas, e os seus confrades de fora dele se livrarem do capitão incômodo e promoverem o general Mourão.

Já as perspectivas para a oposição não são das melhores. A esquerda principalmente perdeu o protagonismo que conquistara na virada do século e agora está sem um discurso politicamente eficaz, quer dizer, mobilizador, além da figura pessoal de Lula que vem perdendo força na medida em que o tempo passa e continua encarcerado. O golpe foi duro e diretamente contra a esquerda, que ainda não se recuperou. Está sem uma liderança que possa substituir Lula e sem um programa positivo claro, viável e facilmente comunicável a possíveis apoiadores.

22.

As férias acabam dia primeiro de março. Voltar ao trabalho, especialmente às aulas, será agora como nunca um ato de resistência. Para vencer estes obscurantistas uma das formas pode ser simplesmente se recusar a recuar e se acuar. Este até pode ser que seja o meu último regime de exceção, pode até durar alguns anos, mas um dia acaba, todos acabaram.

Referências:

APPLEBAUM, Anne. O pior está por vir: polarização, teorias conspiratórias, ataques à imprensa – como uma democracia pode acabar. *Piauí*, edição 146, novembro de 2018. In: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-pior-esta-por-vir>, acessado em 19 de fevereiro de 2019.

ARISTÓTELES.

BBC-BR, 21/04/2016. 'Enquanto me dava choques, Ustra me batia com cipó e gritava', diz torturado aos 19 anos. In: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_torturado_ustr_bolsonaro_lgb, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Memória Globo, 2004.

BINET, Laurent. *HHhH*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012 (e-book Kindle).

BOURDIEU, Pierre. A representação política Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989a, pp. 163-207.

BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif, as relações entre a história reificada e a história incorporada. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989b, pp. 75-106.

CALIL, Gilberto. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. *Outros Tempos*, vol. 11, n.17, 2014, pp. 246-270.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

Chico Santanna. Blog da Internet, 06/06/2014. In: <https://chicosantanna.wordpress.com/2014/06/06/ha-30-anos-brasilia-se-levantou-contra-a-ditadura>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

DP - *Diário de Pernambuco*, 04/09/2015. Quando a censura liberou com bolas pretas. In: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretoreadacao/2015/09/04/quando-a-censura-liberou-com-bolas-pretas>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

Exame, 14/02/2019. Moro e Vélz Rodríguez falam em iniciar “lava jato da educação”. In: <https://exame.abril.com.br/brasil/moro-e-vezel-rodriguez-falam-em-iniciar-lava-jato-da-educacao>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

FSP - *Folha de São Paulo*, 03/06/2018. Nos anos 90, Bolsonaro defendeu novo golpe militar e guerra. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-novo-golpe-militar-e-guerra.shtml?loggedpaywall>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

FSP - *Folha de São Paulo*, 23/05/2016. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. In: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>, acessado em 14 de fevereiro de 2019.

FSP - *Folha Online*, 02/11/2000. Figueiredo disse que preferia o cheiro do cavalo. In: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u10538.shtml>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

FSP - *Folha de São Paulo*, 20/01/2019. Alvo de críticas, comitiva do PSL na China cobra apoio do governo, 20 de janeiro de 2019. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/alvo-de-criticas-comitiva-do-psl-na-china-cobra-apoio-do-governo.shtml?loggedpaywall>, acessado em 23 de janeiro de 2019.

G1, 25/01/2019. Damares: educação domiciliar permite a pais ensinar 'mais conteúdo que a escola'. Blog de Andréia Sadi. In: <https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2019/01/25/da...ermite-a-pais-ensinar-mais-conteudo-e-gerenciar-aprendizado.ghtml>, acessado em 11 de fevereiro de 2019.

GASPARI, Elio. 1. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. 2. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014b.

GASPARI, Elio. 3. *A ditadura derrotada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014c.

GASPARI, Elio. 4. *A ditadura encurralada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014d.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, julho de 2016, pp. 67-92.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 279-298.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Capítulos de um Golpe Anunciado*: a mídia empresarial brasileira. Aula aberta proferida no curso “O golpe de 2016 e a nova onda conservadora no Brasil”, realizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicado em 7 de janeiro de 2019. In: <https://www.youtube.com/watch?v=DDOa6tL4Sxc>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. [E-book] (orgs.). São Leopoldo, Óikos, 2018. pp. 441-462.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “efeito Orloff”. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Archanjo (orgs.). *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. [e-book] Porto Alegre, Editora Fi, 2017, p. 165-187.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade – presentismo e experiências do tempo*. São Paulo, Autêntica, 2013.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

KOSELLECK, Reinhart, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUCRJ, 2006.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? : controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*, Ano XIII, n. 27, 20 Semestre de 2012, pp. 39-53.

Piauí, 17/01/2019. Olavo lidera insurgência entre bolsonaristas. In: https://piaui.folha.uol.com.br/olavo-lidera-insurgencia-entre-bolsonaristas/?doing_wp_cron=1547864799.8520369529724121093750#, acessado em 19 de janeiro de 2019.

PRONA. Sítio na Internet. <http://prona.org.br/o-partido/dr-eneas>, acessado em 22 de janeiro de 2019.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Edusc, 2004, pp. 29-52.

Sul 21, 12/01/2019. Flavio Koutzii: “A democracia acabou. Eu me sinto hoje um exilado no Brasil”. In: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/01/flavio-koutzii-a-democracia-acabou-eu-me-sinto-hoje-um-exilado-no-brasil>, acessado em 15 de janeiro de 2019.

Sul21, 11/02/2019. Orientadora de dissertação criticada por Carlos Bolsonaro responde e repudia assédio moral. In: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2019/02/orientadora-de-disser...-criticada-por-carlos-bolsonaro-responde-e-repudia-assedio-moral>, acessado em 12 de fevereiro de 2019.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília/São Paulo, UnB/IOESP, 2001.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo, Contracorrente, 2017 (e-book Kindle).

As eleições de 1989 e as aspirações da elite no Brasil: um olhar a partir da imprensa

*Thaíze Ferreira da Luz*¹

Introdução

Neste artigo apresentaremos conclusões parciais de nossa pesquisa de doutorado, cujo projeto dedica-se ao estudo da História Política do Brasil no período relativo à transição democrática, desde os antecedentes das eleições presidenciais de 1989 até o fim do governo de Fernando Collor de Mello (1987-1992), sob a ótica dos discursos presentes nas páginas dos jornais *O Globo* (OG) e *O Estado de São Paulo* (OESP).

Em nossa pesquisa, buscamos romper com a tese mais aceita e propagada sobre o período em questão, relativa à eleição e à queda de Fernando Collor, na qual atribui-se um papel de extrema relevância, ou até mesmo, única causa, à participação da imprensa como influenciadora do resultado eleitoral em 1989, e posteriormente, à queda de Fernando Collor.

Dentro desta perspectiva, apresentaremos um recorte de nosso trabalho, com uma das hipóteses que corroboram nossa tese, qual seja, a participação da elite no processo eleitoral de 1989, em especial a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e-mail: thai-zef@gmail.com; o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

As eleições de 1989 foram uma das mais importantes de nossa história, tendo em vista que, pela primeira vez, a elite brasileira teria que lidar com situações nunca antes enfrentadas por ela: a ampliação da participação do voto popular nas eleições diretas (com a inclusão do voto aos analfabetos, inovação adicionada no artigo 14 da Constituição Federal de 1988); um desfacelamento e desgaste dos partidos e políticos tradicionais de direita e, ainda, a total ausência de um candidato que representasse as aspirações da classe econômica dominante. Aliado a isso, tem-se, em contrapartida, um crescimento de partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim, conforme Sader, pela primeira vez na história da República Brasileira, especialmente entre os anos de 1930 e 1964, a elite econômica dominante passa por um período de “risco”, pois chega a um processo eleitoral sem ter um candidato previamente definido e com forte organização das massas populares. (SADER, 1991, p. 60).

Panorama geral do cenário da arena de disputas políticas em 1989: antecedentes e implicações no processo eleitoral

No contexto brasileiro, o período compreendido pela passagem de um regime autoritário ditatorial para a “Nova República” ficou conhecido como “transição democrática”. Aos poucos, o autoritarismo seria substituído pela democracia². Todavia, esse processo foi fortemente tutelado pelo poder militar e pelas elites. A história política brasileira mostra que os principais acontecimentos que definiram os rumos do país, como por exemplo, as eleições, são reflexos de acordos feitos pela elite nacional e, em alguns casos, validados através da aplicação da força militar. Con-

² Defendemos que o processo de transição democrática iniciado no Brasil, ainda na década de 1970, iniciou com uma “liberalização”, ou seja, a concessão de pequenas liberdades civis, porém sem que o controle fosse perdido por aqueles que detêm o aparato de poder autoritário do Estado (militares), passando por um período de liberalização com a implantação de uma democracia tutelada, tutela essa feita por militares e elite econômica, até chegarmos efetivamente na instalação da democracia no país, algo que foi concretizado a nosso entender, com a eleição presidencial de 1989. Dessa forma, quando falamos em “transição democrática” brasileira, entendemos que essas fases foram presentes nesse processo. Para aprofundar os conceitos de “liberalização”; “liberalização enquanto democracia tutelada” e “democracia”, ver PRZERWORSKI, 1984.

forme bem exemplificado por Faoro: “o Brasil possui uma *farsa republicana*, onde interesses das elites preponderam sobre os interesses do povo, que sempre fica excluído das decisões importantes”. (FAORO, 2001, p. 783).

A implantação da ditadura civil militar³ no país e, posteriormente, o retorno às liberdades democráticas, é um bom exemplo disso. As classes dominantes, ou a elite brasileira, cuja gênese não tem nem nunca teve um caráter hegemônico, ao longo da história do Brasil e da República, jogam com os partidos, políticos e até mesmo militares, conforme as demandas pela manutenção de seus interesses vão se apresentando, assim, projetos articulados pelas elites brasileiras são “feitos de cima para baixo em que tudo muda para permanecer igual”. (SADER, 1991, p.1)

Antes de discutirmos o processo de transição que levou à ocorrência das eleições de 1989, é importante salientar o papel das elites no momento da implantação do regime civil militar no país. O apoio por parte dessa classe à implantação do regime em 1964 é fruto justamente de uma crise hegemônica por parte da elite brasileira no período da industrialização do país, entre o primeiro governo de Getúlio Vargas até o início da década de 1960 (SADER, 1991). A ausência de um partido político que representasse todos os interesses das elites fez com que os militares fossem vistos quase que como um *partido militar*, daí, o apoio dado por grandes e médios empresários à “revolução democrática” de 1964.

Assim, o regime civil militar de 1964, implantado sob a velha desculpa de combate ao comunismo, com a missão de restaurar o Brasil nas questões econômicas e sociais, rompendo com o modelo político vigente, todavia, tinha sua essência extremamente conservadora, sendo os principais atores do golpe às Forças Armadas; grandes manifestações populares organizadas pela classe média, em especial com protestos contra o governo de Jango; a Igreja Católica conservadora e a política do

³ Entendemos que o Regime Militar Brasileiro, instaurado em 31 de março de 1964, foi um processo em que embora articulado por militares, contou com a participação direta de setores da sociedade civil, em especial pelos grandes e médios empresários que aprovaram tal ação, por essa razão, adotamos a nomenclatura “ditadura civil militar”.

medo orquestrada pela direita, com combate ao fim de latifúndios como “invasão da propriedade privada”; e por fim, mas não menos importante, a legitimação de manifestações por parte da grande imprensa, que apoiou amplamente esse processo. Aqui vemos novamente o quadro: “mudar para permanecer igual”.

Assim que assumiram o controle do país, os militares colocaram em prática suas principais ideias de sustentação do regime: o combate e a perseguição das esquerdas, e a rápida recuperação econômica, fruto da ausência de oposição parlamentar, nenhuma representação sindical e injeção de capital estrangeiro, cuja origem eram empréstimos contraídos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, a concentração de renda nas mãos de poucos cresceu ainda mais e possibilitou a perpetuação do regime civil militar por um período muito mais longo do que havia sido proposto, colhendo os frutos do *milagre econômico*.

Todavia, esse modelo adotado não seria capaz de contentar as elites brasileiras por muito tempo, acendendo o sinal de alerta nos militares. Cedo ou tarde, o regime cairia, e, melhor que a democracia tivesse sua condução feita pelos próprios militares a outros fazerem por eles.

Ainda na década de 1970, essa transição lenta e gradual iniciou seus primeiros passos até que tivéssemos restabelecido as eleições diretas para presidente. A “reabertura política” já havia sido anunciada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel. Houve o reconhecimento por parte dos grupos dirigentes do regime pós-64 que a existência de um partido hegemônico caracterizando um monopólio indefinido do poder não seria viável. A oposição buscou explorar espaços que surgiram em decorrência das atitudes dos grupos governantes e, nas eleições de 1974, reuniu diversas correntes políticas sob a legenda do único partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Deste modo, a oposição foi capaz de garantir importantes concessões, simultaneamente organizando-se como uma poderosa força eleitoral (LAMOUNIER, 1989, p.37).

A anistia política e a suspensão da maior parte dos poderes excepcionais que o Executivo havia outorgado a si mesmo, através dos Atos

Institucionais, decretados sem ao menos a aprovação do Legislativo, ocorreu em 1979. Neste mesmo ano, ainda podemos destacar outro importante fato, a reforma partidária, que pôs fim ao bipartidarismo existente, estabelecendo o pluripartidarismo novamente. No final dos anos 80, o general Figueiredo fez um pronunciamento, dirigido às Forças Armadas, destacando a abertura política e a volta das mesmas à tarefa exclusiva de papel original, ou seja, o serviço dos militares restrito aos quartéis.

Foi iniciado no país um movimento no qual o regime autoritário seria amplamente combatido, abarcando os mais diferentes setores da sociedade, desde o grande capital monopolista e financeiro até o sindicalismo classista do ABC Paulista. Esse movimento foi reflexo da crise do estado desenvolvimentista a partir de 1980, ocorrendo uma quebra da hegemonia das exportações em consequência da crise do petróleo, e uma divisão política, com um distanciamento cada vez maior entre poder político e sociedade, incluindo-se, aí, os empresários brasileiros. Em síntese, o regime autoritário não servia mais aos interesses da classe dominante economicamente no Brasil.

O clamor por eleições diretas para presidente foi aumentando, com a participação de grandes massas populares, nos movimentos que ficaram conhecidos como Diretas Já nos meses iniciais de 1984. Todavia, a ementa constitucional Dante de Oliveira, que propunha uma alteração na Constituição para que se fizessem eleições diretas para presidente em 1985, não foi aprovada, pois a maioria dos políticos no Congresso ainda era ligada ao regime militar. Assim, ocorreram as eleições indiretas para presidente da República, com a vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral da chapa Tancredo Neves e José Sarney, e a criação da “Nova República”.

Com a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985, seu vice, José Sarney, ocupou definitivamente o cargo de presidente, o qual já estava ocupando desde o dia da posse em virtude dos problemas de saúde apresentados por Tancredo Neves. Seu governo procurou dar

seqüência ao projeto de redemocratização do país. Mas do ponto de vista econômico, foi bastante conturbado, fazendo com que vários planos econômicos, como Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão, fossem lançados com a finalidade de controlar a crise e combater a inflação. Além disso, foi um balde de água fria para a população que estava querendo mudança, pois Sarney pertenceu à União Democrática Nacional (UDN) com viés fortemente conservador, e manteve em seu governo vários ministros militares. Sua gestão não mexeu nos grandes problemas brasileiros que eram as dívidas internas e externas e o combate à inflação.

Com o fim do bipartidarismo político, vários partidos políticos surgiram. A extinção da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) fez com que quase todos seus representantes migrassem para o Partido Democrático Social (PDS); e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) deu origem à fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido da Frente Liberal (PFL); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT). Esse era o cenário político brasileiro quando ocorreram as eleições para prefeito e vereador de 1988.

Essa eleição foi importante porque os partidos ligados à direita brasileira sofreram grandes derrotas, vendo a ascensão dos partidos de esquerda, representados por PDT e PT nas principais capitais do país. Sua importância advém do fato de mostrar o enfraquecimento de PMDB e PFL, que eram os maiores colégios eleitorais da época e cujos líderes historicamente representavam os interesses das elites brasileiras. Isso fez com que, pela primeira vez, não houvesse um partido de direita forte, capaz de lidar com uma eleição com ampla participação do voto popular.

Com base nesse quadro, foi possível prever que o sucessor presidencial na eleição de 1989 seria o candidato que aparecesse disposto a lançar um plano de governo completamente oposto ao até então realizado. Nesse contexto, o nome de Fernando Collor de Mello, candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), agremiação sem expressão nacional e criada para aquela ocasião específica, ex-prefeito de Maceió e

ex-governador de Alagoas, surgiu como forte candidato a essa sucessão em razão de sua grande repercussão nos meios de comunicação devido à sua campanha contra os funcionários com altos salários na administração pública, chamados de “Marajás”, e pelo combate ao governo de José Sarney (PMDB).

Era chegado o momento mais aguardado pela população brasileira: a possibilidade de escolha, pela primeira vez em 25 anos, do próximo presidente da República, pelo voto popular direto.

A elite brasileira enquanto classe legítima para traçar os rumos políticos e econômicos do país

Acreditamos que para compreender o funcionamento de regimes e instituições, é fundamental estudarmos o campo político e suas implicações sociais e culturais, como parte do processo de consolidação das democracias⁴. Conhecer os elementos que formam e delimitam a cultura política de uma sociedade é tarefa fundamental para compreender como funcionam suas instituições políticas e os fatores que legitimam os agentes políticos que controlam tal sociedade.

Nesse sentido, trabalharemos, aqui, com a perspectiva de *poder* definida por Pierre Bourdieu, na qual o poder só pode ser exercido mediante capital e no interior do próprio campo, ou seja, dentro do campo político. E a posição dominante dentro do campo político está intimamente ligada a sua maior acumulação de capital, seja ele cultural,

⁴ Trabalharemos com o conceito de democracia definido por Silva K. e Silva M: “Hoje a democracia se apresenta como a legitimação dos Estados e seus regimes de governo. E apesar de, na maioria das vezes, esses regimes democráticos não representarem a vontade da maioria da população, o ideal da democracia ultrapassou as fronteiras do Ocidente e é buscado por grandes parcelas da população mundial. Esse projeto democrático ideal seria o regime em que a sociedade civil organizada fizesse ouvir seus múltiplos discursos (liberdade de expressão); em que os indivíduos não confundissem a *coisa pública* com a *coisa privada*; em que os valores morais e políticos não estivessem voltados para a satisfação das necessidades puramente materiais, mas que se preocupassem com a melhor forma de governo; em que a administração do que é público não estivesse nas mãos de “cientistas” e “técnicos”, controlando de fora o que diz respeito aos cidadãos; em que o exercício da palavra e o exercício da ação não se contradissem; em que as leis pudessem coincidir com os anseios dos destinatários; uma sociedade, enfim, em que as pessoas tivessem o sentido de comunidade a inspirar suas ações. Assim, tomando a democracia como se apresenta hoje e o projeto ideal que ela inspira, vemos que é sobretudo um regime aberto, incompleto e imperfeito, mas que sobre ele é possível construir novas formas de sociabilidade mais efetivamente democráticas” (SILVA; SILVA, 2009, p.90-91).

intelectual, econômico ou representados nas suas mais diversas formas, podendo ou não estar acumulado. (BOURDIEU, 1983).

Por que entendemos que esse conceito deve ser analisado ao estudarmos o papel das elites dentro da política brasileira? Porque, historicamente, a política e a economia do país foram desenvolvidas a partir das demandas da elite agrária e posteriormente também pela elite industrial. Além disso, é possível observar que boa parte dos políticos que formam os partidos com tendências direitistas é formada por pessoas ligadas a esses setores, o que determina sua influência direta dentro da política brasileira. Isso corrobora a ideia de Céli Pinto na qual “*os agentes chegam ao campo político porque acumularam capital de outro campo*” (PINTO, 1996, p.225).

Seguindo o pensamento de Bourdieu, o *campo político* é um campo carregado de poder simbólico. O campo⁵ possui regras próprias, onde apenas determinados indivíduos são legitimados para exercer a atividade política:

“A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação (...)”. (BOURDIEU, 1989, p. 165).

E é justamente através do poder simbólico que os agentes pertencentes a um determinado campo, no caso os políticos dentro do campo político, transformam capital em poder e meio de dominação, pois Bourdieu define que “*o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma*

⁵O campo é caracterizado por quatro leis fundamentais: “*Primeira*: para existir um campo, deve existir interesses específicos que são irredutíveis, isto é, nenhum outro campo e capaz de supri-los; *Segunda*: todo campo possui regras e leis próprias para o seu funcionamento e os agentes que quiserem fazer parte dele, devem estar dispostos a aceitar essas regras e leis, além de serem capazes de entendê-las; *Terceira*: O estado da luta e quantidade e qualidade de capital, definem a estrutura do campo; *Quarta*: a existência do próprio campo é um interesse em comum a todos os agentes que dele pertencem”. (Bourdieu, 1983, p. 89)”.

transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder" (Bourdieu, 1989, p. 15).

Esse também é o entendimento de Céli Pinto quando define o campo político como um campo de luta: *"A luta política é a luta simbólica por excelência⁶, pois seu principal objetivo é converter, é o fazer crer que sua proposta é a melhor para todos: transformar os interesses localizados de grupo, isto é, de classe ou fração de classe, em interesses gerais"*. (PINTO, 1996, p.225).

Desta forma, é pertinente ressaltar a necessidade de distinguir o campo de produção do campo de consumo no entendimento das ocorrências políticas, pois, sendo o campo de produção aquele em que os agentes políticos procuram impor sua visão de mundo para tomar o Estado, *"os diversos capitais se transformam em capital político que em uma democracia pode ser traduzido pela capacidade dos agentes de conseguirem votos"* (PINTO, 1996, p. 226).

Ocorre claramente, portanto, uma transferência de capital de um campo para outro, pois a habilidade de conseguir os votos é fruto do poder simbólico dos agentes políticos que fazem parte do campo político, e seu poder simbólico advém da *"conversão de capitais acumulados e transformados em poder, na grande maioria das vezes em outros campos que não só o político"* (PINTO, 1996, p. 226).

Na mesma linha, quando pensamos nos grandes grupos midiáticos existentes no Brasil, em especial os jornais por nós analisados – *OG* e *OESP*, verificamos que o poder simbólico⁷ exercido pelo campo jornalístico, é capaz de legitimar discursos e influenciar as massas, *"o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as*

⁶ Neste caso, não significa que os demais campos não sejam também campos de luta. Todavia, "quando se fala de política fala-se de um campo de poder por excelência. Em que este campo de poder se distingue dos demais campos, uma vez que em última instância todos os campos envolvem luta e força? Distinguem-se por ser um espaço de luta pelo poder em si (PINTO, 1996, p. 225).

⁷ O poder simbólico, segundo BOURDIEU, é "um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama *conformismo lógico*, quer dizer 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências'. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras". (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Dentro desta perspectiva, a atuação do campo jornalístico é *relativamente* autônoma. Essa relatividade decorre de o campo jornalístico estar condicionado a lidar com pressões externas, relacionadas à atuação política do Estado, e questões de ordem econômicas, como os anunciantes, seu público leitor e a própria concorrência com outros órgãos de imprensa; seu maior ou menor grau de autonomia estará condicionado à atuação dessas pressões em seu campo de produção. É necessário conceituar aqui a noção de campo de atuação, de forma que, ao trabalharmos com o jornalismo enquanto objeto de pesquisa, devemos observar que a produção do discurso político fica concentrada nas mãos de agentes capazes e legitimados para produzi-lo, como jornais; partidos políticos; líderes políticos, etc⁸.

O poder simbólico do campo político se constitui na medida em que são criados mecanismos capazes de despertarem, nos eleitores, uma espécie de “oferta e procura”, fruto das ideias defendidas entre diferentes candidatos, como “*problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos*”, levando os cidadãos a agirem como se fossem consumidores, *comprando* a melhor opção apresentada na disputa eleitoral. (BOURDIEU, 1989, 164).

Assim, levamos em conta, para esta análise, a tradição clientelista predominante no Brasil, de forma que:

“(…) em sua história política, tendo passado por experiências populistas e autoritárias e estando agora ensaiando viver em um regime democrático, seria bastante interessante analisar a composição do capital do campo político historicamente e até a própria constituição do campo enquanto espaço de interesses irredutíveis ao longo do tempo”. (PINTO, 1996, p.227).

Desse entendimento é que buscamos analisar nesse trabalho a atuação da elite brasileira durante o processo eleitoral de 1989, tendo em

⁸ Ver: BOURDIEU, Pierre. *A distinção, crítica social do julgamento*. 1.ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

vista que o capital político brasileiro enquadra-se no que Bourdieu descreve como reconversão de capitais, ou seja, a capacidade de transformar um capital que na maioria das vezes tem origem no capital econômico em capital político e, com isso, conquistar uma posição dominante dentro do campo político.

Se nos primeiros anos de nossa República as políticas econômicas eram direcionadas aos grandes oligarcas, a partir da década de 1930, ela começa a ser ditada pela elite industrial, cujas políticas econômicas foram implantadas por se acreditar que a modernização do Brasil passava pela industrialização.

Nesse sentido, a primeira vez em que oficialmente a FIESP intervém mais diretamente nas políticas econômicas do país remonta a Era Vargas, mais especificamente em 1936, quando o então presidente da entidade oficia o presidente Vargas, para informá-lo acerca das condições necessárias à expansão econômica do país, sugerindo nesse documento uma série de medidas e políticas que deveriam ser adotadas pelo governo e que seriam revertidas em benefício da própria entidade. (VIANA, 1999. p.261).

A elite econômica brasileira auto identifica-se como produtora de bem-estar e desenvolvimento para o país, e assim, reivindica para si “a hegemonia dos seus interesses no interior do aparato corporativo social” (VIANA, 1999, p. 261). E é justamente daí que advém o problema da identidade (ou falta dela) política brasileira: os partidos políticos dominantes são formados por pessoas que possuem interesses autônomos, onde a industrialização do país gera inevitavelmente um conflito de classes.

Assim, o sistema político brasileiro é visto como um sistema restrito, numa arena de disputa onde os recursos são escassos e disputados por classes, grupos sociais e instituições correspondentes, tendo, suas ações, reflexo na sociedade brasileira. O patrimonialismo se apresenta, portanto, como uma característica estrutural do sistema político no Brasil, onde o vínculo entre os detentores do poder e as lideranças políticas emergentes fazem com que o direito de exercer a política passe a ser um *benefício outorgado*. (SCWATZMAN, 1982, p. 60).

Da mesma forma, a cooptação política, um elemento próprio do campo político, faz com que quanto maior for a participação do líder na burocracia governamental, maior será sua força política, o que na prática significa garantir mais recursos para sua classe. E isso deve-se ao fato de que a política tradicional brasileira é “*urbana, moderna e conduzida por uma elite com refinamento e habilidade necessários para controlar um aparelho estatal bastante complexo*”. (SCWATZMAN, 1982, p. 61).

Com relação à situação da imprensa brasileira, também temos um caso bem peculiar, pois diferentemente de outros países, como os Estados Unidos por exemplo, onde a imprensa é formada por empresas jornalísticas nas quais qualquer pessoa pode ser detentora de suas ações, no Brasil, os grandes grupos midiáticos pertencem a famílias tradicionais e operam num sistema de concessões dadas pelo governo.

Assim, verifica-se que o campo jornalístico brasileiro tem sua autonomia bastante reduzida, uma vez que as pressões externas ao seu campo influenciam de maneira direta o funcionamento das empresas jornalísticas. É comum vermos a participação de colunistas que acabam ganhando prestígio de seus leitores e se lançam na carreira política. O mesmo ocorre com políticos que possuem a concessão para operar rádios e emissoras de televisão, ou são proprietários de jornais locais, utilizando sua ideologia política para influenciar nas pautas desses veículos de informação.

A seguir, faremos uma discussão analisando a influência direta da elite brasileira, a partir da ótica do discurso presente nos jornais *O Globo* e *O estado de São Paulo*, no contexto das eleições presidenciais de 1989.

O papel institucional dos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*: breve histórico

Aqui trataremos de uma das hipóteses que trabalhamos na construção de nossa pesquisa de doutorado, que é a influência da elite

econômica, em especial os empresários ligados à FIESP, interferindo no resultado das eleições para presidente da República de 1989.

Nosso argumento será baseado na análise do discurso empregado pelos periódicos em questão, os quais serão exemplificados mais adiante. Todavia, entendemos que ao trabalhar com a imprensa enquanto objeto/fonte, é necessário fazer uma contextualização dos periódicos trabalhados, mostrando seu histórico. A seguir, faremos uma breve introdução a respeito do papel institucional dos jornais *OG* e *OESP*.

Os jornais escolhidos para a nossa análise são em sua origem conservadores, assumindo, posteriormente, uma postura neoliberal. São periódicos que estão há vários anos em circulação, e conforme bem explicita SODRE, “órgãos de vida longa, no Brasil, foram sempre conservadores” (SODRÉ, 1999, p. 190). Para estudarmos a História através da Imprensa, é necessário fazer uma análise da trajetória dos periódicos, desde a sua fundação, observando os motivos pelos quais assumiram diferentes posturas.

O jornal *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho em 1925. Nas palavras de seu fundador, um jornal classificado como “um veículo vibrante, moderno, identificado com a cidade e o seu povo”. É um jornal diário de notícias, com circulação nacional e, atualmente, nas formas impressa e digital. Até 1962 funcionava como vespertino, passando a partir daí a ser matutino. Sua orientação política é liberal e é um dos jornais com maior tiragem no país⁹.

O jornal *o Estado de São Paulo*, popularmente conhecido como “*O Estadão*”, foi fundado ainda durante o Brasil Imperial, a 04 de janeiro de 1875, sob a denominação “*A Província de São Paulo*”. Sua fundação esteve ligada a um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, cujos objetivos eram combater a monarquia e a escravidão. Assim, surgia a linha principal de seu editorial, “fazer da sua independência o apanágio de sua força”. É o mais antigo

⁹ Dados extraídos do site do jornal *O Globo*, na aba “Memória”: <http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/irineu-marinho-9124075>, acesso realizado em 30/04/2017.

dos jornais da cidade de São Paulo, passando a chamar-se *O Estado de São Paulo* em 1890, com a nova nomenclatura para as unidades da federação¹⁰.

Esses periódicos são dois representantes da grande imprensa brasileira e, a partir da década de 1950, assumiram, paulatinamente, uma postura empresarial. Suas redações passaram a introduzir novas técnicas redacionais. Essas medidas garantiram a esses veículos um crescimento significativo, sobretudo entre os anos de 1950 – 1970, que possibilitaram a eles a capacidade de tornarem-se importantes formadores de opinião.

Ao analisarmos a trajetória desses jornais, porém, verificamos que em nome da defesa dos interesses públicos, eles assumiram diferentes posições, apoiando, por exemplo, o golpe civil militar de 1964, além do posterior apoio em defesa da reabertura política em 1985. A adoção de defesa de modelos tão antagônicos causa estranheza e torna necessária uma reflexão sobre os motivos que levaram esses periódicos à adoção de tais posturas.

Em um primeiro momento, podemos ser induzidos a achar contraditória a posição dos jornais *OG* e *OESP*, pois apoiaram um golpe militar e, posteriormente, defenderam o retorno da democracia e das liberdades civis, sociais e políticas. Porém, o fator em meio a esses dois contextos distintos é a defesa de interesses das empresas jornalísticas e dos públicos dessas empresas jornalísticas, representadas pelas elites empresariais do Brasil.

Tanto na passagem do governo de João Goulart para o início do Regime Militar em 1964, quanto na passagem do fim do período militar em 1985 para a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, podemos verificar que esses dois veículos de comunicação possuíam um inimigo em comum: “o inimigo vermelho” ou “perigo comunista”. Porém, por trás deste inimigo, havia o interesse na defesa de mudanças que possibilitassem o desenvolvimento econômico do país, cujo “perigo vermelho” era uma ameaça a sua implantação.

¹⁰ Dados extraídos do site do Jornal O Estadão, na aba “histórico”: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti.htm>, acesso realizado em 30/04/2017.

O governo de João Goulart, último presidente populista do Brasil antes de 1964, era responsabilizado por incluir o comunismo no país, o que desagradava a elite brasileira. A intenção de expandir direitos sociais e trabalhistas, bem como diminuir a desigualdade social, acabaram sendo vistas como uma intenção de implantar o “comunismo” no Brasil.

Assim, a grande imprensa passou a encampar ideias que viam as práticas populistas como entraves ao crescimento empresarial. “Esses periódicos tinham grande influência entre o empresariado e a classe média das duas principais cidades brasileiras, grupos importantes na formação de uma ‘opinião pública’ nacional” (NAPOLITANO, 2017).

A partir daí, os periódicos *OG* e o *OESP* passaram a apoiar as manifestações populares que, em “nome da democracia”, exigiam que o controle político do país passasse para as mãos dos militares. Em sua edição de 20/03/1964, o jornal *OG* traz ampla cobertura da manifestação popular intitulada “Marcha da Família e com Deus”, ocorrida na cidade de São Paulo. Em sua capa, as principais manchetes davam apoio à população e aos militares:

“SÃO PAULO DE PÉ EM DEFESA DA DEMOCRACIA: São Paulo parou para acompanhar a grandiosa ‘Marcha da Família’, que teve participação de delegações de todo interior do estado e de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, Bahia e Guanabara. Tão grande era a multidão, que não coube na Praça da Sé, onde a concentração final, com discursos e orações, espalhando-se pelas ruas das vizinhanças. Em todos os discursos ficou patenteada a disposição do povo brasileiro de defender sua liberdade e sua fé religiosa” (*OG*, 20/03/1964, ANO XXXIX, NR. 11.616, CAPA).

Em edição de 07/04/1964, *OG* apresenta manifestações de apoio ao governo militar instaurado no país, sob o título “Sorte da Democracia”, estampada na primeira página, cujo conteúdo exalta a implantação do novo regime, que era necessária para conter a “destruição do país pelo governo anterior comunista”. Também comemora a melhora imediata no setor econômico, com a queda do dólar e alta da venda de ações na

Bolsa de Valores, dizendo que esse movimento trouxe “a esperança de modernização e abertura ao capital estrangeiro”.

Seguindo a mesma linha, o jornal *OESP*, nas mesmas datas, apresenta manifestações de apoio à “Marcha da Família” e ao governo dos militares. Na edição de 20/03/1964, a capa de *OESP* traz uma fotografia ocupando todo o canto esquerdo, com a multidão que foi às ruas:

“Meio milhão de paulistanos e paulistas manifestaram ontem em São Paulo no nome de Deus e em prol da Liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a Lei e a Democracia. Neste momento particular da vida do mundo (trecho ilegível) o ato dos paulistas adquire importância internacional” (*OESP*, 20/03/1964, ANO LXXXV, NR. 27.273, CAPA)

O apoio ao regime militar, por parte dos periódicos analisados nesse artigo, se manteve praticamente até seu final. *OG* manteve-se fiel ao governo militar até o fim, quando o povo novamente vai às ruas, pedindo a abertura política, no processo conhecido como redemocratização. *OESP*, por sua vez, assumiu uma postura de apoio até a década de 1970, quando questões econômicas voltam a aparecer na pauta do jornal, que vê naquele momento um desvio de interesses. As políticas intervencionistas dos militares já não agradavam tanto.

Essas posturas adotadas contribuíram para construir uma imagem “auto heroica” dos jornais durante o período militar, pois alegando sofrer censura (que variou de autocensura a censura prévia, com maior ou menor intensidade em vários momentos do regime militar), foi permitido que eles se eximissem de qualquer postura crítica, já que usaram a defesa da democracia e combate ao comunismo como justificativa ao apoio dado para a implantação do período em questão.

Todavia, entendemos que esse apoio foi extremamente benéfico aos jornais representantes da grande imprensa, em especial *OG* e *OESP*, pois foi durante o período militar que eles acumularam mais capital, possibilitando a expansão de suas empresas jornalísticas. Usar a desculpa da censura como impossibilidade de denunciar os desmandos dos militares acabou contribuindo para a perpetuação desses veículos ao longo dos

anos, e ainda, possibilitando que eles continuassem capazes de se mostrar como “a voz da sociedade” na defesa dos interesses públicos, sem ter sua legitimidade abalada.

A partir daí, como bem exemplifica Napolitano, os jornais, a partir de 1977, iniciam seu afastamento do regime militar, pois este já não atende aos seus anseios:

Os discursos de elogio à cultura democrática que era gestada na sociedade civil, procurava se conciliar com a defesa de reformas democratizantes paulatinas, sempre ameaçadas de “retrocesso” pela pressão da “linha dura”. Foi também um período em que ficaram mais claros os matizes e variáveis dos jornais analisados. Houve jornais que trilharam a direção de uma consciência radicalmente democrática, procurando assimilar novas demandas da sociedade civil, como o *JB* e a *FSP*, enquanto *O Globo* se manteve governista e *OESP* radicalizava a crítica ao estatismo do governo Geisel, ao mesmo tempo que não se entusiasmava com os movimentos sociais de raiz mais popular que reocupavam as ruas. (NAPOLITANO, 2017, p. 359).

Neste sentido, apesar dos órgãos da grande imprensa nunca terem se mostrado simpatizantes de movimentos politizados das ruas, tanto na instauração do regime militar, quanto no processo de redemocratização, a fim de manterem-se como “vozes da sociedade”, foi necessário alinhar seus editoriais e discursos ao clamor social.

Desta maneira, justificando seu apoio ao regime militar como necessário para conter um projeto comunista e que visava trazer crescimento econômico ao país, *OG* e *OESP* assumem uma postura mais atuante a partir da segunda metade da década de 1980. A grande imprensa posiciona-se como defensora dos interesses públicos nesse processo de abertura política, e faz com que o “jogo político” tenha que se adequar às suas regras. Temos aí a definição do espaço público “agendado pelo sistema midiático, que daria os contornos do que seria ou não legítimo e do que deveria ou não ser prioritário” (FONSECA, 2011, p. 43).

E nessa defesa dos interesses públicos, não podemos esquecer que os órgãos da mídia são empresas capitalistas. No caso do Brasil, o proces-

so de transformação dos jornais em empresas capitalistas iniciou na década de 1950, e foi durante o regime militar que obteve maior expansão. Devemos atentar para o caso dos jornais, que interferem na vida pública, mas possuem interesses privados:

“Como dissemos, os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que, dessa forma, objetivam o lucro (em pouquíssimos casos há órgãos estatais ou públicos). Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns. Isso porque sua atuação implica um equilíbrio instável entre: formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado (renegociações de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções, empréstimos, além de questões regulatórias, entre outras); e auferir lucro” (FONSECA, 2011, p.46)

Neste sentido, acreditamos ser impossível separar os interesses privados no momento em que os jornais assumem a posição de “defensores dos interesses públicos”. Suas pautas, de alguma forma, acabam sugerindo a defesa de interesses privados, através de uma agenda “pública”. “Pode-se dizer, que os órgãos da mídia como um todo representam uma instituição em que (...) se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal” (FONSECA, 2011, p. 54).

Após a reabertura democrática, a grande imprensa volta seu olhar para a forma como a Assembleia Constituinte iria conduzir seus trabalhos, que definiriam a nova Constituição do país. E neste cenário, *OG* e *OESP* apresentam-se apreensivos com a criação de direitos sociais que seriam incluídos na nova Carta Magna, conforme mostraremos mais adiante.

Estudo de caso a eleição presidencial de 1989 e as influências da classe econômico-industrial a partir do olhar da imprensa: *O Globo e O Estado de São Paulo*

Ainda que as organizações de interesse tenham surgido no Brasil na década de 1930, a partir de 1980, temos um considerável crescimento dos interesses organizados em nosso país, que aumentaram sua participação nas negociações, seja no cenário urbano ou no rural. Essa ascensão das organizações de interesse tem como motes tanto a abertura política advinda da redemocratização pós golpe civil militar de 1964, quanto a própria conjuntura econômica, peculiar desse período, com a adoção de praticamente todas as medidas econômicas possíveis, na tentativa sem sucesso, dos governos conterem a inflação e a grave crise econômica.

Podemos considerar, de uma maneira genérica, que até este momento, o Brasil teve uma maior representatividade de organizações de interesse¹¹ ligadas ao setor empresarial, com sua frequente intervenção, ou tentativa de intervir, em políticas econômicas que beneficiassem o impulsionamento da indústria nacional ou interesses do empresariado brasileiro.

Nossa intenção é destacar a atuação do empresariado, em especial a participação da FIESP em alguns momentos específicos do período de transição democrática no país: no momento da instalação da crise desenvolvimentista na década de 1980; nas discussões que envolveram o interesse dos empresários na Assembleia Constituinte e conseqüente promulgação da Constituição de 1988 e por fim, no processo eleitoral das eleições presidenciais de 1989.

No primeiro caso, a crise desenvolvimentista da década de 1980 foi um momento chave para que o regime militar perdesse o apoio daqueles que o ajudaram a dar o golpe de 1964: o empresariado brasileiro. Após a crise hegemônica pós governo Vargas, a elite acabou vendo nos militares

¹¹ Não entraremos na distinção Corporatismo X Pluralismo, todavia, entendemos que o caso do Brasil se mostra peculiar, tendo em vista que acreditamos haver uma fusão de modelos em diferentes períodos do Brasil, conforme o tipo de regime adotado (autoritário ou democrático).

uma espécie de *partido* capaz de garantir a manutenção de seus interesses. Todavia, com a crise instaurada na década de 1980, os militares já não atendiam mais suas necessidades.

“A crise do desenvolvimentismo impediu o regime militar de dirigir a aliança instaurada em 1964 e dividiu seus quadros políticos, que passaram a polarizar-se em torno de interesses e ideias distintas, causando desagregação no interior do bloco dominante e o distanciamento entre o poder político e a sociedade. Os descontentamentos dos setores prejudicados pela nova política econômica”. (MUNIZ, 2016, p. 332)

Esse quadro dividiu o empresariado brasileiro, de um lado os que defendiam uma política nacional desenvolvimentista – com a necessidade de reforma do sistema financeiro, e de outro, os que queriam a adoção de uma política econômica neoliberal – com o fim da intervenção estatal (MUNIZ, 2016, p. 333).

A partir daí, a instituição adotou uma postura que foi defendida por seu presidente Luis Eulálio Vidigal, presidente da entidade no momento em que as manifestações referentes ao movimento das *Diretas Já* tomam conta das ruas e espaços públicos dos país. Para Vidigal, o empresários brasileiros precisavam emitir opiniões e ações claras sobre os problemas políticos, sociais e econômicos que o Brasil enfrentava, e que o governo, antes de preocupar-se em implantar a democracia, deveria ouvir as demandas do empresariado. (MUNIZ, 2016, p. 342). Essa foi uma das razões pelas quais não encontramos, nos discursos da entidade nesse período, menções às manifestações populares, pedindo o fim da ditadura e abertura do processo eleitoral e direto pelo voto, pois, para Vidigal:

“(...) por conta desta atitude, estaria confirmando o que seria a essência do capitalismo: um complexo de valores econômicos, políticos, morais e até religiosos. Portanto, a abertura política, tão pedida pela sociedade brasileira, só seria completa com a defesa da livre empresa. Evitava-se assim que a sociedade democrática que se anunciava no futuro não descambasse em uma luta de classes de consequências imprevisíveis”. (MUNIZ, 2016, p. 338).

Passada a tentativa frustrada de eleições diretas para presidente em 1985, com a recusa da emenda Constitucional Dante de Oliveira, e implantado o governo eleito indiretamente, com a vitória no colégio eleitoral da Aliança Democrática, cuja presidência deveria ser de Tancredo Neves, mas devido ao seu falecimento, tenha ficado a cargo de José Sarney, as atenções da população em geral e do setor empresarial voltaram-se para a Assembleia Nacional Constituinte, que seria responsável por aprovar a nova Constituição do Brasil.

No contexto da redemocratização, as organizações que representavam o empresariado urbano pautaram sua representatividade motivadas por questões políticas, obedecendo uma lógica de representação exclusivista, atuando em especial sobre as agências governamentais. Essa postura se deu em razão do dinamismo com que se alternavam as políticas econômicas da época, obrigando os empresários a se adequarem a essas mudanças do “dia para noite” literalmente. Assim, essas associações não surgiram como oposição ao sistema corporativista, mas como uma flexibilização dele unindo sindicatos, federações, confederações, integrando um complexo sistema de intermediações de interesses (ALMEIDA, 1995, p. 178).

Para a FIESP, a nova Constituição deveria ser “enxuta”:

“Uma Constituição sem grandes preocupações específicas e que garantisse o espaço de atuação da livre iniciativa(...) deixando claro os limites de ação do Estado na seara produtiva: reservas de mercado só seriam admissíveis para propiciar o desenvolvimento tecnológico em setores não suficientemente desenvolvidos, mas por prazo determinado; os monopólios, apenas em caso de segurança nacional, indenizando-se o prévio e justo as empresas eventualmente excluídas; o *lockout* era defendido como exercício legítimo de proteção do patrimônio em casos de ocupação por empregados em greves, ou por suspensão do fornecimento de matéria-prima ou componentes indispensáveis à empresa; ao Estado reconhecia-se o direito de tolher abusos do poder econômico e planejar o desenvolvimento nacional e regional, através do entendimento entre o capital e o trabalho”. (MUNIZ, 2016, p. 353).

Para que os interesses do empresariado fossem atendidos e respeitados pela Assembleia Constituinte, durante sua implantação, foi criada a

União Brasileira de Empresários(UBE), numa tentativa de estabelecer diálogo entre o setor e os constituintes. As pautas que tratavam de direitos trabalhistas e sociais, bem como a intervenção de capital estrangeiro no país, afetariam diretamente o segmento. Todavia, essa entidade não logrou sucesso. Entendemos que a formação heterogênea do empresariado brasileiro pode ter contribuído para esse resultado. Assim, a UBE teve pouca duração, deixando de existir após a promulgação da Constituição de 1988. De um modo geral, as intermediações de interesses dos empresários pouco foi alterada no decorrer dos anos 80.

Nesse cenário, a implantação da Assembleia Constituinte recebeu destaque nas páginas do jornal *OESP*: em 01/02/1987. O momento era visto como a possibilidade de se construir um país melhor, todavia, o discurso do jornal não deixou de fazer críticas a alguns elementos, responsabilizando-os como “entraves” ao avanço do país:

01/02/1987 P.3 - A CONSTITUINTE E O FUTURO

Com a solenidade do protocolo republicano, instala-se hoje, sob a presidência do ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, a Assembleia Nacional Constituinte. O clima festivo e a presença dos chefes dos três poderes no ato deveriam apontar o momento em que a Nação se sente solidária, unida a seus representantes, que se mostram dispostos a trabalhar para que do entendimento das concessões mútuas seja possível dotar o Brasil de uma Constituição moderna, ágil, escorreita, apta a enfrentar os desafios da mudança social, cujo símbolo mais evidente é a taxa de crescimento da população: 2,4% ao ano na década.

OESP fez questão de destacar que embora o momento devesse ser visto como motivo de comemoração, este não era um sentimento comum presente em toda a sociedade brasileira da época. Grupos sindicalistas ameaçavam o bom andamento dos trabalhos Constituintes, com protestos. Essa forma de pressão feita aos Constituintes pelos representantes dos sindicatos era vista pelo periódico como totalmente inapropriada. Essa observação do jornal ocorreu porque, nesse momento, as lideranças sindicais, em especial do ABC Paulista, ganhavam destaque e havia medo

por parte do setor empresarial, de que suas pautas tivessem mais sucesso nas votações da nova Constituição em detrimento daquelas defendidas pelos empresários, em especial, o temido direito de greve.

Na medida em que se aproximava o fim das votações para o texto Constitucional final, o periódico tentou todas as artimanhas para usar a opinião pública a favor das pautas que interessavam aos grupos defendidos pelo *OESP*. Todavia, o movimento sindical estava muito forte e organizado, conseguindo aprovar os principais trechos que traziam benesses aos trabalhadores. Na Promulgação da então “Constituição Cidadã”, *OESP* fez um encarte especial, fazendo uma análise de todas as mudanças trazidas pela Carta Magna de 1988.

Dentre as principais mudanças trazidas pela Constituição Brasileira de 1988, os direitos do cidadão foram os que ganharam mais inovações e ampliações: direito de voto para analfabetos, trabalhadores rurais e domésticos passaram a integrar o direito trabalhista, ganhando direito à greve e a liberdade sindical. A jornada de trabalho foi reduzida de 48 para 44 horas semanais, o direito de licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias. Adquiriu-se o direito ao abono de férias e o direito dos aposentados ao 13.^o salário, além do direito ao seguro desemprego e férias remuneradas¹².

Esses direitos foram vistos pelo *OESP* como uma “vitória dos sindicatos”:

05/10/1988 - CARTA AGRADA SINDICALISTAS caderno suplementar, edição histórica Constituição) P.63

Apesar de algumas divergências, os diversos segmentos do movimento sindical brasileiro aprovaram o novo texto constitucional. Entre os empresários há ressalvas, principalmente em relação ao direito de greve e à jornada de trabalho, mas nada que impeça a continuidade dos investimentos (...) Os itens que mais agradaram aos sindicalistas foram o irrestrito direito de greve, redução da jornada ininterrupta de trabalho para seis horas diárias, pagamento de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas

¹² Constituição Federal de 1988, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm, acesso em dezembro de 2017.

demissões e licença maternidade ampliada de 90 para 120 dias. Apenas a unicidade sindical e a contribuição sindical foram recebidas com indiferença pelos trabalhadores. (...) Entre os empresários, que esperavam mudanças no segundo turno de votação, o que agradou aos trabalhadores foi motivo de críticas. “O resto dava para aceitar, mas o direito de greve e a redução da jornada de trabalho não deveriam ser aprovados”, diz Roberto Della Manna, diretor do departamento Sindical da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp) (...).

Promulgada a Constituição de 1988, as matérias publicadas pelo *OESP* assumiam o tom derrotista por parte do empresariado, porém, o foco passou a ser a eleição presidencial de 1989.

O movimento sindical fortalecido do período 87-88 trouxe à tona a ascensão de figuras políticas ligadas aos trabalhadores e partidos da esquerda, como Leonel Brizola do PDT e Luiz Inácio Lula da Silva do PT. Neste sentido, *OESP*, a partir de novembro de 1988 até as eleições presidenciais de 1989, passou a fazer reportagens e noticiar fatos que serviam de alerta e, ao mesmo tempo, buscava uma reação por parte dos partidos tradicionais e com maior representatividade da época, PMDB e PFL.

A demora por parte desses partidos na escolha de um nome para concorrer à presidência, fez com que Lula e Brizola despontassem nas pesquisas eleitorais como os principais candidatos a ocupar o posto de Presidente do Brasil. Cada vez mais a corrida por um nome capaz de impedir que o espantalho político das elites, o fenômeno “*Brizola*”, pudesse chegar ao cargo de Presidente, passou a ser a principal preocupação de *OESP*. Até meados de 1989, não havia consenso sobre quem seria o candidato capaz de reunir as características necessárias para modernizar o Brasil, fazê-lo voltar a crescer economicamente e que tivesse a força jovem para a mudança, tão esperada pelas elites e frustradas pela Promulgação de uma Constituição que, longe de reunir essas características, foi vista como arcaica e engessadora do país.

Nesse período, gostaríamos de exemplificar a preocupação expressa também nas páginas de *OG* com relação à inércia dos grandes partidos que faziam oposição a PDT e PT, de forma que o próprio Roberto Mari-

nho escreveu em 1989 um editorial em seu jornal, mostrando esse questionamento. O editorial foi intitulado *Convocação*, escrito por Roberto Marinho, em edição de 02/04/1989, e seu conteúdo fazia uma provocação para os partidos políticos tradicionais (PMDB e PFL) e a sua demora na definição de quais candidatos que concorreriam à eleição, juntamente com uma série de anseios, que nas palavras de Roberto Marinho, traduziam os principais sentimentos da “nação brasileira”:

OG, 02/04/1989 -Editorial de CAPA: “CONVOCAÇÃO: Nas vésperas das eleições presidenciais a maioria silenciosa da Nação assiste, constrangida, o espetáculo de perplexidade proporcionado pela elite política do País abrigado pelo PMDB e PFL, largamente majoritários no Congresso e que, ainda no último pleito, alcançaram, em conjunto, mais de 47% dos votos”. (...) Tem por isso mesmo, legitimamente, o direito de cobrar dos líderes do PMDB e do PFL uma proposta séria e consistente, uma candidatura de consenso que seja a intérprete de sua vontade política. Um candidato de renovação que não se enrede em manhas e combinações inaceitáveis. Um candidato que não fuja dos temas controversos e do subterfúgio a suprema sabedoria política. Um candidato, afinal, com uma abordagem moderna e otimista dos problemas brasileiros, que devolva à Nação o direito de sonhar com o futuro. E que lhe ofereça uma alternativa melhor que a de obriga-la a escolher entre um projeto caudilhesco-populista e um outro sectário e meramente contestatório”. (Grifó nosso)

Nesse discurso, podemos observar que *OG* deixa clara sua posição com relação a alguns pontos: a necessidade de urgência na definição das candidaturas do PMDB e PFL, esperando-se que esses partidos tomassem para si a responsabilidade de modificar a situação econômica do país, definindo candidatos com novas propostas que possibilitassem o crescimento econômico do Brasil.

Também é possível perceber a grande preocupação do editor com a possibilidade de vitória de um dos candidatos que na época representavam partidos de esquerda, como Lula (PT) ou Brizola (PDT). É visível a preocupação em destacar que a vitória de qualquer um desses candidatos seria catastrófica e aproximaria o país de ideias comunistas, o que, na visão de *OG*, seria totalmente inaceitável e equivalente a um retrocesso. E

na mesma linha da presidência da FIESP, a escolha de um desses projetos políticos nas eleições de 1989 seria desastrosa para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O interessante e o que queremos ressaltar com esse editorial de Roberto Marinho é o *feedback* dos leitores de seu jornal nos dias que sucederam sua publicação. Após a publicação desse editorial, durante 08 dias, a seção “Carta dos Leitores” publicou as manifestações de apoio ao texto produzido por Roberto Marinho. Ao todo foram 31 cartas publicadas no jornal, sendo que o editorial foi reproduzido em Câmaras Municipais, Estaduais e Federais, e ainda por diversos meios de comunicação, incluindo jornais de grande circulação, como é o caso da Folha de São Paulo.

Traçamos um perfil dos leitores que se manifestaram, e o seu público era composto basicamente por empresários, políticos, profissionais liberais e artistas, na seguinte proporção: Políticos – 16,13%; Empresários – 38,71%; Profissionais Liberais – 35,48% e Artistas – 9,87%. Ou seja, houve uma predominância de apoio por parte de empresários de todo o país, com a participação inclusive do então presidente da FIESP e demais federações estaduais brasileiras. Roberto Marinho foi visto como “guardião e vigilante dos interesses do povo brasileiro” por vários leitores que se manifestaram nesse espaço.

Às vésperas do limite para a inscrição das candidaturas, os partidos mais influentes do país apostaram em velhos caciques, como Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, do PMDB e PFL respectivamente. Sendo que o primeiro, por ter conduzido os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, saiu deste processo com sua imagem totalmente desacreditada pelas elites, uma vez que a “Constituição Cidadã” não agradava aos grupos empresariais do Brasil. Isso refletiu diretamente em sua campanha eleitoral, tendo em vista a péssima estreia de Ulysses do horário eleitoral gratuito:

OESP 16/09/1989 P.4 – PMDB CANSA O TELESPECTADOR

O PMDB foi responsável pelo pior momento de audiência eleitoral na estreia da propaganda eleitoral gratuita na televisão. Segundo o Ibope, ao final do

programa de Ulysses Guimarães, às 13h43min apenas 24% dos televisores da cidade de São Paulo estavam ligados, enquanto a média desta primeira edição do horário político ficou em 27%. [...] O mau desempenho de Ulysses pode ser explicado por dois motivos: seu programa, com 11 minutos, foi o mais longo e a entrevista com o candidato, produzida por Silvia Poppovic, norma. Aureliano Chaves, dono do segundo programa mais extenso, com oito minutos, conseguiu manter a audiência ao longo de sua apresentação, começou e terminou com os mesmos 29%.

A partir desse momento, a ascensão de um candidato totalmente ignorado pela mídia passou a crescer significativamente, de forma que Fernando Collor saiu vitorioso em 1989. Sua primeira aparição se deu em 31/3/1989, em um programa eleitoral gratuito, já contando com um forte trabalho de *marketing* eleitoral. Collor soube ler os principais anseios de eleitores, e moldar sua campanha eleitoral, de acordo com o que a mídia destacava, como sendo os principais problemas que o futuro presidente do Brasil deveria se mostrar capaz de resolver.

A indefinição dos principais partidos políticos do Brasil perdurou ainda por mais algum tempo, e quando estes finalmente chegaram a um consenso, Collor e os candidatos de esquerda já estavam com suas campanhas eleitorais bem adiantadas. Com a primeira aparição de Collor na TV, seu nome passou a despontar nas pesquisas eleitorais, de forma que a primeira pesquisa de opinião já lhe dava uma margem de vitória de 60% das intenções de voto. A partir daí toda a sua plataforma de campanha foi centrada em temas como o ataque à grave crise moral pela qual o Brasil passava e, somado a isso, seu passado enquanto “caçador de marajás” no governo de Alagoas contribuiu significativamente para mostrar que era a pessoa indicada para o combate à corrupção e também se mostrava como um político que não estava vinculado às velhas oligarquias do país. Outros temas presentes em suas propostas foram o combate à inflação e à dívida externa, e claro, a adoção de um sistema econômico liberal, o que ia ao encontro da elite econômica do país.

A partir da ascensão de Fernando Collor de Mello nas pesquisas de intenções de voto, finalmente *OESP* passou a ter um nome para dar cara

ao projeto defendido pelo jornal, muito embora, desde o início da campanha eleitoral, a folha mostrou em seu discurso a necessidade de um candidato forte representando o centro-sul do país. Esse entendimento era baseado no velho anseio das elites, de que a modernização do Brasil só seria implantada no dia em que a maior cidade brasileira, São Paulo, detivesse ao mesmo tempo o poder econômico e o poder político (presidência) em suas mãos.

Diante do cenário apresentado na campanha eleitoral de 1989, não levou muito tempo para que a grande mídia, incluindo *OG* e *OESP*, passasse a destacar o crescimento de Fernando Collor de Mello nas pesquisas de intenção de voto, e rapidamente, o mesmo candidato, que num primeiro momento nem era cogitado como possível concorrente à presidência da República, passou a ser cotado como o mais preparado e, principalmente, capaz de derrotar o grande inimigo do país, que a mídia chamava de “*brizula*”, ou seja, impedir a vitória de um candidato de esquerda (Lula ou Brizola).

Diante disso, a partir da construção de uma agenda negativa pela mídia, com o destaque para os problemas do país que deveriam ser combatidos pelo próximo presidente, Collor acabou criando o mito de “Salvador da Pátria”, personificando a figura do político enquanto herói, se mostrando como o único naquele momento, que poderia resolver todos os problemas da nação, o que lhe garantiu a vitória nas urnas, derrotando o candidato de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva do PT.

Conclusões

Partindo da concepção teórica de poder defendida por Bourdieu, foi possível concluir que o tipo de política feita no Brasil acaba tendo como agentes dominantes aqueles que são capazes de atrair diferentes tipos de capital e fazer a reconversão desses em outros campos.

Desta maneira, o capital simbólico empregado tanto no campo político, quanto no campo jornalístico, é capaz de moldar o discurso de

acordo com a defesa de interesses daqueles que exercem uma posição de dominação nesses campos.

Analisando o período de transição do regime militar para a implantação da democracia no país, podemos observar que a atuação da defesa dos interesses da elite esteve presente nos principais momentos desse período, sempre com a ideia de atrair o desenvolvimento e modernização para o Brasil.

Nesse cenário, o discurso presente nas páginas de *OG* e o *OESP*, ainda que esses periódicos se digam fiscais do povo, mostrou de forma sutil ou não, que novamente a elite desempenhou um papel fundamental na condução do processo de transição democrática, que culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989.

O único problema é que a eleição de Collor se deu por uma soma de fatores, tais como a ausência de uma liderança política nos grandes partidos PFL e PMDB em que a elite esperava encontrar um nome para apoiar, mas que devido ao desgaste do apoio ao governo Sarney, somado ao fracasso de apoiar as pautas da elite nos trabalhos que aprovaram o texto constitucional de 1988, impossibilitaram essa escolha; também outro elemento muito presente combatido tanto pelo presidente da FIESP da época, quanto pelas páginas de *OG* e *OESP*, o velho perigo comunista, visto como entrave ao desenvolvimento do país.

Assim, o apoio a Fernando Collor para presidência pelas elites brasileiras foi construído muito mais por um vácuo político, do que pela defesa de um projeto definido e forte, uma vez que as pautas do candidato do PRN eram um amontoado de frases de efeito e chavões ensaiados. A vitória de Collor na eleição é chamada por Sader de “vaso vazio”, ou seja, a elite comprou o personagem montado por Collor, sem ter ideia do que poderia sair em seu governo. Porém, dentro do contexto político da época, os nomes em que essa elite depositava confiança, ou seja, os capazes de manter os privilégios da classe, não atraíam a atenção do eleitorado brasileiro, fator novo no cenário eleitoral do Brasil, após ampliação do direito ao voto, advento da Nova Constituição. Dessa forma, a manutenção de privilégios

só teria chance com a eleição de um candidato que não fosse representado por partidos de esquerda, sendo Collor a opção do momento.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Além do corporativismo: Interesses organizados e democratização, pp. 171-192. In: SOLA, Lourdes. PAULANI, Leda M.(orgs.). **Lições da década de 80**. São Paulo, Edusp,1995.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2015.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro, Globo, 3.^a edição, 2001.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. In: **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**no.6, Brasília July. /Dec.2011.p.41-69.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989 A maior eleição da História**. Porto Alegre: Lorigraf Gráfica e Editora LTDA, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Editora Loyola, 1989.

LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v.5, n. 2, 2011.

MUNIZ, Altamar da Costa. O empresariado paulista e a redemocratização dos anos 1980. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. MUNIZ, Altamar da Costa (Orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016. pp. 331 - 358).

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). IN: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766> Acesso em novembro de 2017.

ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In.: ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: **Revista Veritas**, v.41, n.º 162, Porto Alegre: EdIPUCRS, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. Amas a incerteza e serás democrático. IN: **Revista Novos Estudos**, n.º 9, v. 2, São Paulo: Fundação Carlos Chagas,1984.

SADER, Emir. **A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?** São Paulo: Editora Atual, 1991. 92p.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2.ª edição, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.

VIANA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Sites:

Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (Constituição Federal), consulta em 20 de março de 2019.

Acervo Jornal O Estado de São Paulo: <https://acervo.estadao.com.br/>

Acervo Jornal O Globo : <https://acervo.oglobo.globo.com/>

CPOC da Fundação Getúlio Vargas: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO.%20O.pdf> (OESP) e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/globo-o> (OG) .

**“Essa ameaça guerrilheira, essa ideia fascista, totalitária, comunista e, principalmente, ditatorial que o PT simboliza”:
As ocupações do MST e a luta simbólica entre os agentes
parlamentares na Assembleia Legislativa durante o
governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002)**

*Rafael Saraiva Lapuente*¹

Introdução

A relação do PT com os movimentos sociais é bastante abordada pela bibliografia.² Esses movimentos são vistos como um recurso importante utilizado e convertido em capital político pela sigla, explicando parte de sua ascensão apesar da origem “extraparlamentar”. Os *movimentos sociais/teologia da libertação/esquerda marxista* são considerados pela literatura como os pilares do microcosmo³, mas outros setores também o compuseram e com diferentes pesos conforme as realidades regionais.

As disputas em torno da representação do MST e de sua relação com o governo do estado abarcaram não só as eventuais reivindicações

¹ Doutorando em História e bolsista vinculado à CAPES.

² Ver: GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa/Palminrinca, 2003; IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012; MENEGUELLO, Rachel. *PT - a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

³ SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Atelie, 2016; KECK, Margareth. *PT: a lógica da diferença - o Partido dos Trabalhadores e a construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelsen de Pesquisas Sociais, 2010.

em nível estadual, mas também federal. Sendo a Reforma Agrária uma prerrogativa da União, as ações do movimento contra o governo federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também tomavam a atenção dos deputados estaduais. Nesse sentido, procuraremos estudar como os deputados procuraram deslegitimar o governo estadual na luta simbólica utilizando-se dessa relação com o MST. Como contraporiam? Procurariam disputar a categoria ou associar as ações do movimento a uma imagem negativa no mundo social e, por extensão, vincular isso ao governo do estado? E os deputados ligados ao ruralismo no Rio Grande do Sul, como defenderiam suas posições no campo? Essa questão atinge tanto aqueles ligados ao MST como aos próximos dos grandes latifundiários.

Procuraremos entender essa relação a partir desse artigo. Partimos do princípio de que havia por parte do governo estadual um compromisso de campanha com a Reforma Agrária. Esse era assumido desde antes do período eleitoral propriamente dito, a ponto de o Movimento Sem-Terra ter apoiado, nas prévias internas do PT, Olívio Dutra contra Tarso Genro, pela ligação do primeiro com o movimento. Além disso, membros do MST participaram com cargos no governo, inclusive na Secretaria da Agricultura, o que gerou algumas tensões ao longo do mandato que colocava o movimento, enquanto microcosmos, em momentos de contradição. Segundo José Machado, houve até um ‘abrandamento’ do MST contra o governo estadual no período em que Dutra esteve à frente do executivo.⁴ Apesar disso, essa proximidade indicava que havia uma relação de *fides* entre o MST e o PT, sobretudo em Olívio Dutra, que possuía um capital político incorporado junto a lideranças e dominados do agrupamento rural.

Por outro lado, a Reforma Agrária por parte do governo estadual tinha que encarar algumas limitações do ponto de vista institucional, como realizar desapropriações apenas com contrapartida indenizatória e à

⁴ MACHADO, José Carlos Lucas. *O processo de criação e organização do Gabinete de Reforma Agrária no governo Olívio Dutra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Porto Alegre, PUCRS, 2002.

vista, fator que impedia um maior raio de ação. Ainda assim, estabeleceu-se uma política de assentamentos específica, com secretaria exclusiva ligada diretamente ao Governador. Já no que concerne à política federal de assentamentos, desde antes de Dutra assumir, a Farsul, que era o sindicato patronal dos ruralistas gaúchos, resistia às vistorias do INCRA, que visavam a desapropriar propriedades com índices baixos de produção, realizando inclusive a obstrução de estradas para impedir a passagem dos fiscais do órgão federal.⁵

O que queremos destacar com este breve contexto é que o tema ligado ao campo, no período estudado, era complexo: marcado por tensões nos âmbitos federal e estadual, os agentes possuidores de capital simbólico e com legitimidade reconhecida na esfera parlamentar, do executivo e vinculada a entidades representativas faziam uma luta simbólica e mobilizavam seus agentes para fazer crer suas posições como as mais legítimas no mundo social em relação à política agrária. Também conseguiam delegar a deputados ligados tanto ao MST quanto a latifundiários capital político para fazerem-se representantes legítimos de suas categorias. Estes utilizavam o legislativo como *locus* privilegiado de uma luta simbólica interna, com os deputados procurando construir sua posição e deslegitimando a do adversário.

Portanto, muitos destes deputados também faziam a disputa pelo fato de ter um capital político delegado. Isto é, um capital que é conferido por grupos a eles para serem representantes dessas categorias e, no legislativo, tinham como objetivo fazer valer seus interesses e ideias-força na luta simbólica. Esses deputados, portanto, agem como abnegados, já que a estas agremiações devem todo o capital simbólico que possuem. No caso do governo estadual, pelo compromisso enfático com a Reforma Agrária e com o MST, o conflito com o patronato rural era inevitável, ainda mais porque este já vinha em litígio com o governo FHC pelas desapropriações pretendidas em latifúndios de baixa produtividade –

⁵ ROS, César Augusto Da. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamont, 2002.

apesar de muitos dos microcosmos de oposição no Rio Grande do Sul atuarem como aliados do executivo federal. Os agentes vinculados ao patronato, como ortodoxos na luta simbólica, procuravam nela fazer valer que a estrutura dada era a mais legítima. Isto é, eram o polo dominante, agindo para conservar o estado existente. Assistiam, contudo, à ascensão do MST que, embora dominado, tinha acessos a mais recursos com o PT enquanto governista, e intensificava a heterodoxia, ou seja, as ações de subversão daquela estrutura. Nessa disputa pela conservação ou subversão da estrutura rural, dominantes e dominados utilizavam os recursos que possuíam nessa disputa simbólica.

Dentre os recursos manipulados por estes agrupamentos, estavam os agentes políticos com capital delegado, que usavam o espaço da Assembleia Legislativa para fazer valer qual a visão de mundo social era mais legítima: a que pregava a manutenção da estrutura rural rio-grandense ou sua modificação por meio da Reforma Agrária. Junto aos agentes com capital delegado, também agiam outros profissionais investidos de mandato, que disputavam um capital de prestígio entre os profanos simpatizantes de um dos polos em luta.

2. Iluminando o palco: um diálogo com a sociologia bourdesiana

Utilizaremos nesse trabalho o conceito de campo político. Para Pierre Bourdieu, ele é um *microcosmo* social relativamente autônomo, com sua própria lei, princípio e regra de funcionamento dentro do *macro* mundo social, e surge da forma como ele resenha em sua obra a partir do século XIX. Segundo Bourdieu, quem pretende se tornar um agente na política deve operar uma “conversão” para se adequar às regras próprias do campo, mesmo que esta ocorra gradualmente de forma inconsciente. Caso isso não ocorra, a atuação do agente político fica sob risco de exclusão ou fracasso. Dentre os fatores necessários para ingressar nesse microcosmo, é preciso obter um relativo grau de educação, acúmulo de capital político e tempo livre para poder se mostrar como porta voz de

grupo/grupos. Segundo Patrick Champagne, “discípulo” de Pierre Bourdieu, essa condição no Campo Político se acentua pelo fato de o grande público não ter interesse pela política. Assim, o público em geral – os “profanos”, que ocupam uma posição de dominados – vira espectador do processo. Essa condição facilita não só o monopólio dos profissionais “internos” da política, mas também contribui para que agentes “externos” possam construir sua legitimidade. Ao público dominado lhe cabe apenas ações abstencionistas, como o apolitismo, antiparlamentarismo etc, para contestar o monopólio político por parte dos profissionais.⁶

Esses fatores ilustram, portanto, que a capacidade de ingresso no campo político é desigual, ou seja, as condições sociais de funcionamento elaboram uma espécie de divisor: somente determinadas pessoas que conseguem preencher as condições de acesso podem “jogar esse jogo”. A rigor, o campo político repousa sobre uma exclusão aos despossuídos que não tem condições de ingresso, cujo interesse da perpetuação dessa lógica existe entre aqueles que pertencem ao campo, ainda que sob o prisma de que representam os cidadãos que lhe delegaram essa condição. E é assim que se legitimam dentro do Campo Político: fazendo crer a si e aos outros que são porta-vozes dos grupos de eleitores que lhe dão sustentação. Esses despossuídos contribuem inconscientemente para que exista essa dominação, reconhecendo a legitimidade dos agentes políticos, que ocupam uma posição dominante.

Mas como podemos definir o que é capital político? Para Pierre Bourdieu, ele é:

uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Isto é, um ‘crédito’ que só existe *na* e *pela* representação, *na* e *pela* confiança, *na* e *pela* crença, *na* e *pela* obediência. Ou seja,

⁶ CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996; BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.5 Brasília Jan./Jul. 2011; BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

um poder que aquele que lhe está sujeito dá para aquele que exerce, um crédito que ele lhe confia pondo sua confiança. Um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê nisso. O homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele.⁷

Esse capital é variável conforme o contexto e é provido de diferentes maneiras. Isso porque “en el campo político confluyen distintas especies de recursos sobre las que se funda la competencia de quienes se sienten autorizados a involucrarse en política y a transformarse en profesionales de esta actividad”. Além disso, o capital político “es tan sólo una de las especies posibles que habilitan los agentes para acceder al campo político”, já que há distintas formas de habitá-lo. Isto é, “actuar en el, de percibir lo que allí ocurre, de apropiarse de diferentes modos de sus roles y objetos, y por tanto de profesionalizarse en dicho espacio. Esto es, un conjunto de maneras prácticas de permanecer en el campo político que son unificadas por el habitus”.⁸

Na lógica de acumulação de capital, o campo político é formado por um estado de forças e lutas entre agentes que usam suas armas para conflitar entre si. As armas que estes agentes utilizam são o seu capital simbólico, conquistado por meio de notoriedade e crédito, mas que nunca é definitivo: o capital simbólico conquistado pelos agentes do campo político pode atingir ápices e desmoronar em proporções muito dinâmicas. O capital simbólico dos agentes de qualquer campo é provisório, mas no caso do político essa provisoriedade é maior, por ser ele suscetível a escândalos que podem afetar a relação de confiança entre dominados e grupos com os agentes que fazem parte dos seus recursos sociais.

Nestas lutas, o objetivo dos agentes do campo é transformar ou conservar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento por meio de uma luta simbólica. Essa ocorre com os adversários dispendo de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. O

⁷ BOURDIEU, Pierre *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 187-188.

⁸ JOIGNANT, Alfredo. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoría general del campo político. *Revista Mexicana de Sociología*. N. 75, n. 4, outubro-dezembro 2012, p. 587-618.

objetivo dessas lutas é a busca pelo que Bourdieu chama de *monopólio da palavra*, isto é, a luta política se torna cognitiva: se busca impor a visão mais legítima do mundo social pelo reconhecimento acumulado sob forma de capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade. Por meio deste capital que se confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, sendo uma espécie de luta pela percepção, que visa a manter ou subverter a ordem das coisas ao conservar categorias ou transformá-las. Nessa lógica, que é baseada na livre concorrência, busca-se dissimular o trabalho de imposição que existe nela.⁹

Para Bourdieu, a ação política tem sentido porque seus agentes, ao agirem no mundo social fazendo parte dele,

[...] têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos - e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses- produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.¹⁰

Nessa luta pela representação¹¹ do mundo social disputada pelo “jogo político”, a maior parte das pessoas está excluída por não

⁹ CHAMPAGNE, op. cit.; WACQUANT, Loïc. Poder simbólico y práctica democrática. In: WACQUANT, Loïc (coord.). *El misterio del ministerio*: Pierre Bourdieu y la política democrática. Barcelona: Gedisa, 2005.; BOURDIEU, op. cit., 2001; BOURDIEU, op. cit., 2011.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 117.

¹¹ O conceito de representação é fundamental para compreendermos a luta política. O trabalho de manipulação simbólica é uma luta conduzida por agentes especialistas em representação (sindicalistas, jornalistas, políticos, intelectuais etc). Eles competem entre si pelo controle das operações sociais de nomeação. A representação nada mais é do que um trabalho constante e diversificado de inculcação e imposição de categorias de percepção que contribuem para formar a realidade social. O agente social é, para Bourdieu, um *animal symbolicum* que habita em um mundo vivido e construído por meio de construtos da linguagem, do mito, da religião, da ciência e de conhecimentos variados. Isto é, por meio de representações subjetivas, e não somente pela realidade concreta, moldando-a. As representações são imagens mentais que os indivíduos possuem do real, visto e reconhecido por seus pares. As representações, no campo político, estão sempre em disputa por seus agentes, e seu grau de eficácia varia conforme

preencherem as condições de acesso. Mas, embora o campo político tenda a aumentar o próprio fechamento, ele jamais pode ser totalmente independente, já que possui uma relação de vinculação indissociável com a sua clientela e os leigos externos ao campo.

Em síntese, é nele onde se concorre pelo poder de falar e agir em nome das pessoas que estão excluídas do campo político e é nessa disputa que se constituem as lutas para transformar ou conservar as relações de força dentro do campo. Em meio a essas disputas levadas a cabo pelos agentes políticos, é importante destacar que o capital possuído por seus agentes não dependem somente deles, mas estará vinculado, primeiramente, ao peso de seu partido e também da posição do agente dentro do grupo.

Corroborando o sentido que estamos trabalhando, Bourdieu menciona que as lutas simbólicas do campo político tem o objetivo de produzir o *senso comum*. Esse poder simbólico “é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que ela é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas”, sendo um poder de consagração ou revelação daquilo que já existe. Assim, as lutas buscam constituir seu ponto de vista como universal por meio de conflitos contra visões que são concorrentes.¹² Nesse sentido, recorreremos à síntese elaborada por Loïc Wacquant.

El análisis del funcionamiento de los partidos y de los parlamentos indica que la antinomia fundamental de la política democrática consiste en que el acto de delegación, por medio del cual se les encomienda a los políticos profesionales la expresión del deseo de sus electores, pero con el persiguen estrategias para favorecerse principalmente entre ellos, siempre incluye la posibilidad de la *desposesión* y hasta la usurpación y mucho más cuanto más el grupo representado se ve privado del capital económico y cultural.¹³

o capital acumulado e sua posição no campo. BOURDIEU, op. cit., 1989; WACQUANT, Loïc. Bourdieu e a questão das classes. *Novos Estudos - CEBRAP*. Nº 96, São Paulo, Jul. 2013.

¹² BOURDIEU, op. cit., 2001.

¹³ WACQUANT, Loïc. Indicações sobre Pierre Bourdieu e la política democrática. In: WACQUANT, Loïc (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 28, grifo do autor.

Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão do cidadão é, também, para manter ou subverter a distribuição de poder do Estado. Os agentes que instituem essa disputa, os partidos políticos, são para Bourdieu organizações de combate ordenadas para conduzirem o que chama de “forma sublimada de guerra civil”. O poder conquistado pelas organizações é proporcional à mobilização que elas conseguem. Por isso que, nessa lógica concorrencial, o autor destaca que se deve levar em conta que os partidos só possuem “existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”, tendendo a organizar-se em dois polos -‘direita x esquerda’, ‘progressistas x conservadores’ etc.¹⁴ Assim, mobilizam grupos que acabam dando suporte para as ideias-força defendidas pelos partidos.

Nessa lógica cuja força da mobilização é fundamental, a palavra polissêmica e imprecisa de ‘povo’ e seus derivados possuem importante peso e grande valor no campo político, diferente, por exemplo, de outros campos – como o literário e artístico -, onde a “popularização” é uma desvalorização.

É no Campo Político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável, e a história das lutas no interior dos partidos progressistas e dos sindicatos operários testemunha a eficácia simbólica do obreirismo: essa estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o ‘povo’ e, desse modo, de uma missão exclusiva, e, ao mesmo tempo, que instaurem como norma universal os modos de pensamento e expressão que lhes foram impostos por condições de aquisição pouco favoráveis ao refinamento intelectual; mas ele é também o que lhes permite simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar - em primeiro lugar para si mesmos - o corte com o ‘povo’ que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz.¹⁵

¹⁴ BOURDIEU, op. cit., 2001, p. 178.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 184.

O uso deste termo, no campo político, tende a ser abstrato, e falar em nome do povo é sempre arbitrário e impreciso. Nesse sentido, o uso do termo e derivados está vinculado com a lógica da delegação, através da qual uma pessoa ou grupo transfere poderes para outra por meio de uma espécie de ‘procuração’. O plenipotenciário é uma pessoa que possui um mandato para representar como porta-voz esses interesses. Em síntese, ele representa um grupo, mas também faz com que ele exista: o grupo só se faz entender, falar e ser ouvido, se ele se despossuir em favor de um porta-voz. Essa lógica é ainda mais forte se o grupo não possuir capital cultural, quando essa dependência aumenta,¹⁶ ou seja, fica claro que, na concepção bourdiana, os dominantes existem sempre, e os dominados precisam se *fazer existir* – muitas vezes, sendo obrigados a aderir a essa relação de dependência para tal.

A organização de polos, que aqui serão tratados como *oposição* e *situação*, são pontos importantes para compreender o papel que as bancadas desempenhavam na estruturação inerente em um campo de forças e lutas como o político. O princípio de divisão age como organizador e aglutinador de grupos e de forças sociais e essas mesmas forças sociais se mobilizam por meio das ideias-força. Esta mobilização, liderada por grupos diferentes e antagônicos, é que vai definir a luta política: as ideias-força que conseguem ter maior raio de mobilização serão aquelas dominantes. Isto é, se o princípio de divisão proposto por um determinado grupo for apoiado pelo maior número, o mesmo terá a força correspondente daqueles que compartilham da mesma visão, por isso é uma luta, sobretudo, intelectual. Nestas disputas, as estratégias visam a impor uma nova construção da realidade social ou sua conservação.¹⁷ As disputas no campo político possuem duas vias: são combates por ideias-força e por poderes. O objetivo, como já dito, é que com essa mobilização o grupo dominante ascenda ao poder sobre o Estado, acessando os cargos públicos pela mobilização eleitoral.

¹⁶ Idem..

¹⁷ BOURDIEU, op. cit., 2011; BOURDIEU, op. cit., 2004.

3 A política agrária e as ocupações: velhas práticas, novos contextos

Uma das práticas comuns do MST como forma de pressionar os governos era por meio de ocupações de áreas rurais alegadas pelo movimento como improdutivas, ou seja, aptas para ações de desapropriação. Assim, pressionava-se tanto o governo estadual como o executivo federal para resolver o impasse. Além disso, também ocorria o conflito judicial, com o proprietário requerendo a reintegração de posse. A execução dela invariavelmente cabia à Brigada Militar, órgão policial que era subordinado ao executivo rio-grandense.

Com a ascensão do PT ao governo do estado, isso gerava sempre uma tensão entre o movimento e o executivo, já que a repetição de um ato repressivo seria remetida ao período Antônio Britto e uma contradição ao discurso petista, podendo abalar a relação de *fides* com o MST. Por outro lado, a não execução de uma ordem judicial colocava o governo estadual em uma crise institucional, pois ele tinha, por questões legais, obrigatoriedade em executar aquilo que era ordenado pelo judiciário.¹⁸ Essa limitação imposta pelo ordenamento legal do Estado colocava o governo de frente com um importante recurso do seu próprio agrupamento. Havia, portanto, uma importante contradição a ser administrada pelo executivo, e os agentes políticos vinculados à oposição poderiam explorá-la para colocar em xeque a *fides* depositada naqueles profissionais do campo ligados ao governo.

3.1 A ocupação do INCRA, da Receita Federal e de fazendas no interior do estado: a tensão no início da legislatura

Essa tensão ocorreu desde o início do mandato petista. Em março, o MST ocupou a sede do INCRA e da Receita Federal, reivindicando “o assentamento de 2,5 mil famílias em 99. Em Catuípe, as 1,3 mil famílias que invadiram uma área da Gerasul aguardam a negociação entre o mo-

¹⁸ ROS, op. cit.

vimento e o INCRA. Em São Luiz Gonzaga, os colonos ainda ocupam a Fazenda Coqueiros”, com o INCRA anunciando a suspensão da Reforma Agrária no estado como retaliação. Naquele mês, os sem-terra desencadearam uma série de ocupações. Além do INCRA e da Receita Federal, em março o MST ocupou outras quatro fazendas, visando “pressionar o governo a acelerar a reforma agrária no Rio Grande do Sul”. Junto a essas manifestações, o PT encaminhava ao governo estadual uma moção reafirmando a necessidade de cumprir a meta de 10 mil famílias assentadas por iniciativa do executivo rio-grandense.¹⁹ Garantia, portanto, o apoio ao Movimento Sem-Terra no momento em que ele se articulava e pressionava para a realização da Reforma Agrária, aumentando a tensão com o executivo, pressionado pelos dois microcosmos: PT e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

As ações do MST suscitaram críticas de agentes parlamentares à postura da Brigada Militar, ainda que a ocupação tenha sido direcionada ao governo federal, sobretudo porque “a BM recebeu ordem de acompanhar à distância a manifestação”²⁰, ou seja, de não reprimir a ação do movimento social. O bloco oposicionista, percebendo a tensão e vendo que o governo procurava preservar a relação com o MST e com os agentes políticos que possuíam capital delegado desta agremiação e apoiavam o executivo, a explorava questionando a postura do aparato policial e exigindo que fosse mais rígido com as ocupações.

A reação da oposição foi procurar atrelar a medida à inconstitucionalidade, junto com a condenação ao movimento por fazer a ocupação. Frederico Antunes (PPB) comentava a atuação do governo neste caso e em outras ações do MST contra laboratórios transgênicos. Além disso, tecia críticas à atuação do deputado Dionilso Marcon (PT), cujo capital político de notoriedade era delegado do MST:

¹⁹Jornal Correio do Povo, 04, 05, 06, 12, 15, 16 e 17 de março de 1999. *Arquivo CP*. Meta esta que estava no plano de governo: “O Governo Democrático Popular de Olívio, Rossetto e Bisol têm compromisso com a reforma agrária, apresentando o seguinte conjunto de propostas: - assentar 10 mil famílias durante seus quatro anos como responsabilidade do governo estadual”. Cf. DUTRA, Olívio. *Proposta de governo da Frente Popular*. (Texto para discussão – versão preliminar não revisada). 30.07.1998, p. 54.

²⁰ Jornal Correio do Povo, 03 de março 99. *Arquivo CP*.

Srs. Deputados, temos que ficar muito atentos com as penalidades que as leis nos impõem, até porque somos nós que as elaboramos, e o Deputado Dionilso Marcon é um legislador. Dizia S. Exa. que, como legislador, continua a ter o mesmo pensamento de quando era invasor. Peço que o Deputado Dionilso Marcon tenha cuidado com os seus atos, porque foi eleito para legislar e obedecer àquilo que S. Exa. próprio poderá, conforme decisão da maioria desta Casa, legislar por intermédio de uma lei, de uma emenda ou de um artigo, aos quais todos nós teremos que obedecer. [...]. Considero um absurdo, uma ameaça atitudes como essa, principalmente quando estamos pouco seguros ou, quem sabe, nos consideramos desprotegidos, inclusive por aqueles que têm a obrigação de nos proteger. Na invasão de Catuípe, somente dois soldados da Brigada Militar foram autorizados a controlar a área invadida e as propriedades vizinhas. Será que, ao chegar a caravana de invasores, esses agentes também foram aconselhados a dizer: podem passar, companheiros, que vamos dar guarida e proteção a todos vocês, ou será que não? Isso me preocupa e, certamente, está preocupando toda a comunidade gaúcha.²¹

Nesse sentido, nota-se que a oposição procurava explorar desde o início do mandato a questão institucional para constranger o governo a agir contra as ocupações que defendiam a reforma agrária. Era uma forma de denunciar que o governo estava aparelhando a Brigada Militar e, desta forma, atuava consentindo com as ocupações. Assim, insinuava-se que o executivo gaúcho estava sendo ‘aparelhado’ em favor dos agrupamentos que concediam *fides* para o PT enquanto microcosmos. Francisco Antunes (PPB) inclusive dizia que o “comando da Brigada Militar está emprestando apoio a invasores de propriedades e que a crise interna ocorre pela tentativa de ideologização e de partidarização da corporação militar estadual, o que é proibido pela Constituição”. Além do mais, ele dizia haver “a pretexto de verificar quem está produzindo sementes de transgênicos, montar a estratégia das invasões, mapeando as propriedades”, estando a Secretaria da Agricultura e Abastecimento como um “braço direito do MST. A Brigada Militar faz o serviço de segurança, e a Secretaria da Agricultura o serviço de informação”. Como

²¹ Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 04.03.1999. *Anais da ALEGRS*.

forma de superlativar as denúncias e, assim, levar o executivo e todos os agentes vinculados ao MST ao descrédito, questionava: “querem instalar o caos no Rio Grande do Sul? Querem subverter a ordem, passar por cima da lei, transformar a Brigada Militar em uma milícia? O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra transformou-se também em uma milícia?”²²

Procurando mencionar que as ocupações no início de 1999 eram uma ‘jogada ensaiada’ – como se diz popularmente – entre movimento e governo estadual, a oposição também questionava a mudança que o MST tinha sofrido, se comparado ao período em que Britto governou o Rio Grande do Sul. Elmar Schneider (PMDB) procurava deslegitimar as ações do movimento sem-terra, associando-o a um aparelhamento por parte do PT, ao registrar “a falta da presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - na Praça da Matriz e na frente do Palácio Piratini. É muito estranho o fato deles terem-se deslocado diretamente até o órgão do governo federal, dele se retirando somente para as suas residências”. Tecendo um paralelo comparativo, como forma de ratificar na luta simbólica a visão de mundo social que buscava indicar um ‘apadrinhamento’ entre o microcosmo governista e do MST, dizia que:

Há uns quatro anos observava, claramente, o acampamento dos representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Praça da Matriz e na frente do Palácio Piratini, e identifiquei a presença de muitas mulheres e de crianças. E desta vez não é o que vejo, nem é o que está acontecendo. Por que não houve a visita dos representantes do movimento à Praça da Matriz e ao Palácio Piratini?²³

A forma como a questão das ocupações foi conduzida pelo executivo suscitou intensa crítica da oposição, que procurava desconstruir o governo enquanto representante legítimo dos interesses rurais. Eliseu Santos (PTB) era um que também questionava a proximidade da Brigada Militar

²² Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 24.03.1999. *Anais da ALERGS*.

²³ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 04.03.1999. *Anais da ALERGS*.

e a visita que o Secretário da Agricultura fazia às ocupações. Para ele, o secretário e o comandante da Brigada Militar visitavam “marginais que invadiram a propriedade alheia”. Como forma de desgastar a postura do governo, comparava a atuação da ocupação com o tráfico de drogas, e questionava: “o secretário da Agricultura e Abastecimento gasta diárias e motorista particular para visitar os sem-terra invasores, enquanto o atual governo divulga que não tem dinheiro para pagar o transporte escolar, nem a merenda escolar para os alunos carentes”.²⁴

Assim, a primeira ocupação ocorrida no Rio Grande do Sul contra o governo federal levantava, da oposição parlamentar, críticas em relação à condução que o executivo estadual estava fazendo, ainda que a ação do movimento se direcionasse contra a administração FHC. Notamos que os agentes parlamentares da oposição procuravam fazer uma desconstrução da legitimidade do MST enquanto representante legítimo para falar em nome da agricultura e da reforma agrária no Rio Grande do Sul, censurando qualquer ação direcionada às ocupações. Assim, também abriam uma oportunidade para criticar a postura do governo: ao não censurar as ocupações, e inclusive indicar um membro do MST para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a oposição utiliza esse expediente para levar o governo ao descrédito por, em sua visão, apoiar e dar guarida a atos irregulares já no início da gestão. Esses ataques também eram entendidos aos deputados situacionistas que, como agentes ligados ao agrupamento do MST, estando tão ligados a este quanto a seus respectivos microcosmos partidários, deviam a ele seu capital político, e, portanto, partiam em defesa tanto da ‘nova’ postura do governo como das ações contra o governo federal.

Os deputados ligados aos agrupamentos que davam sustentação institucional ao governo reagiam, justificando a ‘mudança de postura’ do movimento sem-terra e também do executivo. Dionilso Marcon (PT), agente delegado pelo MST, foi, justamente por isso, o que mais fez intervenções contrapondo os profissionais do campo político ligados ao PPB e

²⁴ Deputado Estadual Eliseu Santos (PTB). Assembleia Legislativa. 25.03.1999. *Anais da ALERGS*.

PMDB não somente nesse episódio, mas em praticamente todos os que tratavam do movimento rural na tribuna da Assembleia Legislativa. Na luta simbólica também há uma clara disputa: enquanto, como vimos, a oposição procurava macular o MST com uma imagem negativa no mundo social, condenando os métodos adotados pelo movimento contra os latifúndios e fazendo disso uma ideia-força mobilizante do patronato rural sulino, os agentes ligados ao governo atuavam defendendo a legitimidade das mobilizações. Para isso, contrapunham em duas frentes: primeiro, criticando a política agrária de Antônio Britto; mas também tecendo ataques ao modelo adotado pelo FHC no Rio Grande do Sul.

Marcon (PT) alegava que, diferentemente do período Britto, o MST não precisava fazer pressão no Palácio Piratini para ser atendido. Fazendo valer a visão de mundo social que colocava o governo como mais ‘democrático’ do que Britto, dizia que antes o Piratini era “a casa dos grandes empresários, a casa daqueles que pegavam dinheiro para investir nos grandes grupos econômicos, não gerando riqueza ou emprego, mas deixando de utilizá-lo nas áreas sociais”. E agora “o nosso governo tem compromisso com os trabalhadores do campo e com os da cidade, com a Reforma Agrária e com os pequenos agricultores”, além disso, também criticava a repressão utilizada por Britto, insinuando que as “questões de reforma agrária no Rio Grande do Sul” eram discutidas pelo “Sr. Secretário de Segurança, que ia no local da ocupação, na hora de fazer os desejos, usando e abusando da sua autoridade”.²⁵

Contudo, a crítica à política agrária do governo federal no início do mandato foi a que se manteve com mais recorrência, como forma de responsabilizar FHC pelas ocupações levadas adiante pelo MST. Segundo Marcon (PT), a crise agrária ocorria pelo corte de 45% do orçamento do INCRA. Como forma de levar FHC ao descrédito na luta parlamentar e responsabilizá-lo pela crise no campo, dizia que “se houver ocupação de terra aqui no Rio Grande do Sul - falo isso como deputado e como membro do Movimento dos Sem-Terra - é porque o governo federal não tem

²⁵ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 04 e 24.03.1999. *Anais da ALERGS*.

proposta para fazer reforma agrária”, mencionando que os cortes ocorriam porque “preocupou-se mais com o Fundo Monetário Internacional”.²⁶ A recorrência dos ataques ao governo federal eram constantes por parte do deputado governista, que usava o expediente para condenar Francisco Turra e Raul Jungmann, respectivamente, ministros da agricultura e da política fundiária. Além disso, há de se ressaltar que os microcosmos de oposição ao governo estadual eram, majoritariamente, aqueles que davam sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso no plano federal. Era uma forma de compartilhar com os agentes políticos da oposição regional a perda de capital político que a crise no campo poderia gerar entre parcelas de profanos, responsabilizando seus respectivos microcosmos pelas ocupações.

3.1.1 A fazenda de Hulha Negra: a ocupação do MST na luta parlamentar e o boicote à expointer – a crise agravada

A tensão em relação à Reforma Agrária era ancorada por dois eixos: pela pressão exercida pelo MST e nas vistorias organizadas pelo INCRA. Este era, sobretudo, combatido pela Farsul por meio do movimento ‘vistoria zero’, constituída de mobilizações organizadas pelos grupos dominantes do ruralismo gaúcho com o objetivo de levar ao descrédito as ações de desapropriações impetradas pelo INCRA para o maior número possível de profanos e clérigos do campo político e jornalístico. Esse conflito se dava com os ruralistas pressionando os governos federal e estadual. O primeiro sofria oposição da Farsul para revisar os índices de produtividade em cada fazenda, considerados altos pelo sindicato patronal.

Já o segundo era questionado para coibir as ações do MST. Um dos momentos de maior agravamento dessa crise se deu no momento em que um grupo ligado ao MST ocupou uma fazenda em Hulha Negra. A situação passou a ser mais crítica quando ruralistas organizaram-se em

²⁶ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 24.03.99. *Anais da ALERGS*.

defesa da manutenção da fazenda, e o prefeito da cidade manifestava-se em favor da desapropriação da área. Além disso, quando a reintegração de posse foi expedida, um membro do grupo anunciava que a ordem não seria cumprida “até que o governo federal implante efetivamente a reforma agrária no país”, anunciando que não atenderia a ordem de saída da área rural. Assim como o MST, o secretário da Agricultura também “responsabilizou o governo federal pela situação”. Como acordo de desocupação, definiu-se que seriam retomadas as vistorias e desapropriações. Isso gerou destes ruralistas a atitude de boicotar a Expointer, como forma de protestar contra o governo estadual e também federal, por estar, na visão do patronato rural, cedendo às pressões do MST de manter os índices de produtividade para desapropriação de terras.²⁷

Em meio a essa crise, notou-se que os parlamentares utilizaram pouco o espaço legislativo para fazer valer suas posições no mundo social. Ainda assim não deixa de chamar a atenção o fato de este espaço ter sido praticamente monopolizado pela oposição. Os agentes políticos do bloco antagonista ao governo cobravam do governo estadual uma solução para a crise, além de vincular as ações do MST a uma representação negativa na luta simbólica.

Ainda que houvesse críticas pela oposição contra a atuação do governo federal, essas não eram um consenso. Isto é, notamos que alguns parlamentares eximiam o governo federal de responsabilidades, enquanto outros cobravam da União uma disposição de repúdio ao MST. Essas atitudes dissonantes entre os agentes políticos antagonísticos ao governo se explicam pelo fato de alguns destes estarem em microcosmos que davam sustentação a FHC. Já outros não tinham essa imposição estrutural do campo político ou mantinham sua *fides* com o patronato rural acima do próprio agrupamento que faziam parte.

Nesse sentido, Jorge Gobbi, deputado estadual pelo PSDB, tecia críticas ao Movimento Sem-Terra. Dizia que “a forte influência do MST nos escalões governamentais, a presença da bandeira do Movimento dos

²⁷ Jornal Correio do Povo, 13, 16, 17 e 19 de agosto de 1999. *Arquivo CP*.

Trabalhadores Rurais Sem-Terra no gabinete do secretário da Agricultura e Abastecimento e algumas outras iniciativas e atitudes são alimentadoras dessa polêmica”. Ao condenar as ações em Hulha Negra, dizia não “concordar com o que ali aconteceu: invasão, uso de armas, ameaças a humildes trabalhadores que moravam na propriedade, uso da força e prática de vandalismo em relação a bens”. Entretanto, buscava dissociar as críticas ao MST com um suposto repúdio à Reforma Agrária, ao afirmar que “condenar esse evento e discordar do crescente uso da violência, de práticas brigadistas e paramilitares adotadas pelo MST não significa renunciar ao apoio à reforma agrária e à mudança do perfil fundiário brasileiro”. Assim, exaltava que “o governo federal implementou, nos últimos anos, o maior volume de ações concretas e pacíficas de reforma agrária que a história brasileira registra”, assentando quase 300 mil famílias e desapropriando mais de 7 milhões de hectares.²⁸

A fala do deputado estadual visava a defender o processo de reforma agrária gerido pela União e criticar o governo do estado pelas tensões ocorridas no campo. Buscava, na luta simbólica, preservar o governo federal e o seu microcosmos da crise gerada com o processo de ocupação, procurando fazer crer que a responsabilidade caía ao governo do estado e ao MST pelo dissídio, inclusive referindo-se aos índices de produtividade. Para isso, Gobbi utilizava-se do *modus operandi* do MST e da sua estreita ligação com o governo do estado para responsabilizá-los pela ameaça de boicote à Expointer, defendendo a política de reforma agrária em execução por Fernando Henrique Cardoso.

Essa posição, por exemplo, foi dissonante da nota enviada pela bancada do PPB, uma das mais próximas ao patronato rural rio-grandense e também a mais numerosa da oposição no legislativo. Nela, denuncia que a nova sede do MST era na Secretaria da Agricultura e que o governo estadual se negava a cumprir decisões judiciais para proteger invasores. A respeito da posição do INCRA, criticava também as posições adotadas pelo governo federal:

²⁸ Deputado Estadual Jorge Gobbi (PSDB). Assembleia Legislativa. 25.08.99. *Anais da ALERGS*.

Quem não sabe que o INCRA, sob as ordens do ministro, Raul Jungmann, aceitou o cabresto do MST e pretende atuar no Rio Grande do Sul numa grande parceria com os invasores e em hostilidade aos legítimos proprietários? Quem pode explicar o motivo pelo qual o INCRA cobra dos endividados produtores rurais índices inatingíveis de produtividade, enquanto investe recursos públicos para promover e manter assentamentos que quase nada produzem?²⁹

Embora a posição do PPB fosse de cobrança à União e ao executivo estadual, em geral os agentes políticos da oposição procuravam responsabilizar o segundo por ser conivente com as ações do MST. Nesse sentido, ao condenar as ações, classificá-las como terroristas e associá-las ao governo do estado, a oposição buscava, na luta simbólica, vincular o executivo como um ‘aliado’ e ‘incentivador implícito’ dessas ações. Tanto o Governo estadual como o agrupamento eram associados a uma visão negativa do mundo social.

Essa visão negativa se nota por meio dessas declarações citadas, além do próprio requerimento de Vilson Covatti (PPB) solicitando esclarecimentos a respeito da presença do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária na ocupação. Além disso, o Deputado do Partido Progressista Brasileiro apoiava a atitude dos pecuaristas da Farsul em não participar da Expointer, em consequência das destruições que teriam ocorrido na ocupação. Segundo Vilson Covatti, “os invasores mataram os animais, roubaram objetos de valor familiar e estragaram o maquinário” e “o invasor é sempre inocente, e o proprietário é culpado”. Nesse sentido, dizia:

A causa da terra é justa. No entanto, o radicalismo do MST em querer tomá-la pela força, via invasão de propriedades, transformou-se num caso de polícia. Os pecuaristas rio-grandenses mostraram toda a sua indignação esvaziando a realização da primeira Expointer no Governo de Olívio Dutra. Qual o motivo do protesto dos pecuaristas? Houve desrespeito à propriedade

²⁹ Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 25.08.1999. *Anais da ALERGS*. (Transcrição de matéria lida).

privada, porque o Governo Olívio Dutra protege o vandalismo, o infrator que invade uma fazenda para montar o seu circo com o objetivo de que a propriedade seja declarada de baixa produtividade e que, dessa forma, haja a sua desapropriação para fins de reforma agrária. [...] Lamentavelmente, há pouco, um telefonema - a pessoa dizia-se oriunda do MST - anunciava a existência de uma bomba naquela entidade. E daí, PT? A Farsul é sindicato e sindicalismo? O que houve, Senhores do governo? Minha indignação é contra aqueles que têm a caneta na mão e que estão instigando a revolta e a discórdia no Estado do Rio Grande do Sul.³⁰

Seguindo a lógica de associar o MST e o governo ao terrorismo, e assim deslegitimar ambos para falar e agir em nome dos pequenos agricultores despossados de terra, também Elmar Schneider (PMDB) procurava vincular o movimento ao terrorismo, além de cobrar uma posição mais próxima da Assembleia Legislativa:

Sr. Presidente, ontem à noite, um empresário de Bagé deixou os assistentes da TVCOM impressionados e preocupados ao contar que às 3 horas havia sido assaltado a mão armada por integrantes do Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul, tomando sua família como refém até às 8 horas. [...]. A sociedade gaúcha deve estar realmente preocupada com o que tem acontecido: assalto a mão armada às 3 horas; 30 encapuzados tiroteando uma casa de família, casa de um produtor que sabe apenas construir, plantar para o bem do Rio Grande, para o bem do Brasil. Essa situação está indo longe demais. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa tem a obrigação de ouvir as pessoas envolvidas. Esta Casa tem a obrigação de começar a se preocupar com o que tem acontecido e a se inteirar do problema.³¹

Apesar das críticas que vinculavam o governo e o agrupamento dos sem-terra a uma imagem negativa no mundo social e a uma perda da *fides* ao movimento e ao executivo, nenhum agente da base aliada manifestou uma posição de defesa. Na ausência de fontes que nos deem um indício maior do motivo pelo qual as críticas da oposição às ocupações e

³⁰ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 25.08.1999. *Anais da ALERGS*.

³¹ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.08.1999. *Anais da ALERGS*.

seu respectivo apoio ao boicote da Expointer ficaram sem resposta no parlamento, *locus* oficial da luta política entre agentes delegados por meio de mandato legislativo, seria possível, em um primeiro momento, especular que os deputados governistas estivessem *in locu* na ocupação, já que esta também envolveu uma luta quase armada com ruralistas da região, e travou-se igualmente no âmbito judicial.

Contudo, a ata da 54^a sessão ordinária indica a presença de dez deputados petistas, sendo que a bancada era composta por doze.³² Portanto, a hipótese mais consistente parece indicar que os agentes governistas se furtaram, pura e simplesmente, de contrapor a ofensiva oposicionista. O motivo para isso é de difícil precisão, mas podemos supor que a ação pode ter criado uma imagem negativa no mundo social, e, portanto, poderia vir a ser passível de perda de capital político. Essa é uma suposição que não pode ser descartada.

3.2 As ocupações e associações no final do mandato: as ações do MST em período eleitoral

As ocupações de terras por parte do MST não findaram quando o mandato aproximava-se do fim. Apesar do período eleitoral, que poderia influenciar em um recrudescimento das ações para evitar que, no mundo social, estas fossem vinculadas a uma ação ordenada pelo governismo, a posição do movimento foi no sentido de intensificá-las. Em linhas gerais, apesar da busca por parte dos agentes políticos da oposição em associar o movimento a uma imagem negativa no mundo social, o atrelando a ações terroristas e ao PT, o MST secundarizou isso, mesmo que levasse a uma perda de capital político, tanto à agremiação quanto aos que eram delegados por ela no *laissez faire* da luta eleitoral, até porque o executivo havia assentado um número menor do que o prometido em campanha.³³

³² A esse respeito, ver: EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Ata da 54^a Sessão Ordinária realizada em 17 de agosto de 1999. *Anais da ALERGS*.

³³ Segundo GUERREIRO, Agostinho. A agricultura e a Reforma Agrária. In: BITTAR, Jorge (org.). *Governos estaduais: desafios e avanços - reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu

As mobilizações entre abril e maio foram bastante monitoradas pela Farsul. O sindicato observava as manifestações nacionais do MST, alusivas ao “sexto ano de falecimento de 19 sem-terra, em 1996, em Eldorado dos Carajás, num confronto com a PM paraense”. Por isso, a Farsul atuou tanto no âmbito jurídico, procurando uma medida cautelar que evitasse as ocupações, e temendo que a sede da entidade viesse a ser alvo do movimento. As mobilizações, centradas, sobretudo, na Campanha rio-grandense, ocuparam fazendas em Julio de Castilhos e Hulha Negra, contando como resposta com a articulação de ruralistas, que organizavam bloqueios à marcha do MST e vigílias para impedir a entrada do movimento em fazendas. Junto a isso, o PT anunciava a cessão de sua sede ao MST. O prédio, que era do Clube da Cidadania, foi motivo de polêmica em função das acusações que vinculavam a sua compra com dinheiro de contravenção – popularmente chamado de “jogo do bicho” –, e havia motivado uma CPI que sugeriu o *impeachment* de Olívio Dutra, como veremos melhor adiante.³⁴

Dentro desse contexto, os agentes políticos investidos de mandato no parlamento utilizavam a medida, associada à aproximação com o pleito eleitoral, para reforçar a ideia de que o MST era um ‘braço direito’ do petismo e agia articulado com os interesses da sigla. Além disso, usavam do fato para lembrar a ‘origem’ do dinheiro do Clube da Cidadania, buscando levar o governo ao descrédito pelo status de ‘escândalo’ que o caso da compra da sede havia ganhado pela associação à contravenção. Nessa vinculação dupla, buscava-se a luta pelo descrédito ao petismo e ao governo estadual.

Desse modo, o deputado estadual Elmar Schneider dizia ser “assustador o que vem acontecendo no Rio Grande do Sul. Já vínhamos denunciando aqui que o MST, que anda pelo Rio Grande, não é um movimento na luta pela terra. Também não é um braço do Partido que

Abramo, 2003, foram assentadas 5.300 novas famílias. De acordo com a literatura especializada – e até mesmo o próprio programa de governo –, a meta era assentar 10 mil, isto é, praticamente o dobro. Ver: DUTRA, Olívio. *Proposta de governo da Frente Popular*. (Texto para discussão – versão preliminar não revisada). 30.07.1998.

³⁴ Jornal Correio do Povo, 02 e 04 abril de 2002. *Arquivo CP*.

governa o nosso Estado: é o corpo inteiro”. Referindo-se ao Clube da Cidadania, Schneider mencionava que “na verdade, o Clube de Seguros da Cidadania foi criado e fundado para lavagem de dinheiro” e que “quando houve as denúncias, o PT anunciou que iria se retirar de lá, mas pediu um tempo e continua instalado nesse prédio adquirido com o dinheiro da contravenção, que é sujo, cheio de sangue. Foi isso que descobrimos”. E questionava: “Meu Deus! A finalidade do MST, ao ocupar aquele prédio, não será, quem sabe, planejar as invasões a prédios públicos, a terras produtivas, e tudo isso com o apoio daqueles que governam o Estado do Rio Grande do Sul? Mas a que ponto se chegou?”.³⁵

Assim como Schneider, outros deputados também procuravam associar o PT ao MST, e ambos à contravenção do prédio que o partido cedia ao movimento, na luta por tentar associar a uma visão negativa do mundo social. Frederico Antunes (PPB) dizia que “o MST não colabora com a reforma agrária e tampouco com a segurança e o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País”. Em tom de denúncia, mencionava que “o MST é, sim, protegido pelo PT, e age de forma truculenta, ilegal e absurda. Chega de ouvirmos contos bonitos e maravilhosos, mas que não refletem a verdade”. Usando a doação do prédio como uma evidência de que o Partido dos Trabalhadores protegia as atuações irregulares do MST, dizia que este estava “recebendo do PT uma sede que foi conquistada com a pressão política do tesoureiro tanto do ex- Prefeito Tarso Genro quanto do atual Governador Olívio Dutra”.³⁶

Dentro dessa ofensiva dos agentes políticos da oposição que objetivava retirar capital político do MST e do PT, a posição dos profissionais do PT foi omissa, mesmo que, como vimos, a atuação da oposição estivesse ancorada na ideia de macular o governo e o MST a um ‘escândalo’, haja vista que o tema do Clube da Cidadania chegou a motivar um pedido de *impeachment* levantado pelo parlamento regional.

³⁵ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

³⁶ Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

A única exceção foi dada novamente pelo deputado Dionilso Marcon (PT), agente delegado do MST. Esse, além de defender as ocupações, dizia que o temor de alguns parlamentares, citando nominalmente Elmar Schneider (PMDB), era pelo fato de o prédio ser:

Localizado perto da rodoviária e dos pontos de ônibus, de onde é fácil se deslocar para qualquer canto da cidade, será o novo endereço de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens e a Pastoral da Juventude Rural. Dessa forma, esses movimentos terão o seu escritório, o seu local para se articular e também para manifestar as suas reivindicações junto ao Governo, tanto do Estado quanto Federal. É claro que a Oposição fica-se perguntando, raivosa, por que esse será o local onde os movimentos sociais terão o seu escritório para mobilização e articulação, dizendo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se articulará para fazer novas ocupações de terra. [...]. Sempre tenho dito que as ocupações de terra são uma das formas que o MST tem de pressionar o Governo para que autorize assentamentos, e também – conforme um dos papéis do Movimento dos Pequenos Agricultores – para garantir o crédito para que essas famílias permaneçam na terra. Pois esse será o endereço do Movimento dos Sem-Terra.³⁷

A fala de Dionilso Marcon (PT) foi rebatida pelos agentes políticos de oposição ao PT, contrapondo a tentativa do deputado de fazer valer a doação da sede como uma atitude legítima e positiva no mundo social. Luis Augusto Lara (PTB), direcionando-se ao deputado Dionilso Marcon (PT), dizia que o MST violava a constituição e o direito de propriedade. Ainda criticava o governo que, segundo ele, “tem aviltado a Segurança Pública para que os órgãos policiais não possam defender aqueles que trabalham, que produzem nesta terra, que pagam impostos e que mantêm, sim, os salários dos Deputados”. Tecendo uma crítica direta ao fato de o capital político de Marcon ser diretamente ligado ao poder simbólico delegado pelo MST, dizia que ele “tem mesmo de defender a legalidade do MST, porque, afinal, foram seus integrantes que colocaram S. Exa.

³⁷ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

aqui e é deles que S. Exa. depende, na próxima eleição, para permanecer nesta Casa”. E complementava: “entendo politicamente seu lado eleitoral, mas não venha, desta tribuna, dizer que aquele Movimento busca a justiça, porque quem busca a justiça, acima de tudo, respeita as leis”. Assim, finalizava defendendo a mobilização ruralista, que procurava impedir que o MST ocupasse fazendas.³⁸

Como notamos, houve uma ofensiva por parte da oposição, no sentido de associar o MST a práticas ‘terroristas’ e, por consequência, fazer crer no mundo social de que o agrupamento atuava como um braço direito do PT. Além disso, também procurava denunciar que o Partido dos Trabalhadores usava a estrutura estatal como forma de ser conivente com as ações do MST que, segundo o bloco oposicionista, transgredia as normas legais do Estado.

Essa ofensiva, próxima ao período eleitoral e que buscava associar as ações do MST a um escândalo capaz de levar o governo, cuja imagem era associada aos Sem Terra durante todo o mandato, a perder capital político no *laissez faire* eleitoral que se aproximava, incluiu a ameaça de instauração de uma CPI, essa especialmente atrelada à pressão do campo jornalístico sobre o movimento sem terra, o que abria a possibilidade de uma investigação parlamentar virar uma ideia-força mobilizável de profanos e passível de captação de capital político entre os agentes e os microcosmos da oposição.

É importante destacar que, em geral, a imprensa tende a contribuir para que, no mundo social, o MST seja representado pela imprensa a expressões como ameaça, bandidagem, baderneiros, terroristas, radicais, antidemocráticos e outras que³⁹, na luta entre os agentes profissionais do campo político, são reforçadas pelos parlamentares. Aproveitando-se desse fator, que robustece a visão pejorativa a respeito do MST no mun-

³⁸ Deputado Estadual Luis Augusto Lara (PTB). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

³⁹ FERNANDES, Bernardo Mançado citado por DUTRA, Paulo André Porto. *Zero Hora e agendamento da disputa política: o caso do MST*. Trabalho de Graduação (TCC em Jornalismo), Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, 2007.

do social, o jornal Zero Hora alegava ter encontrado materiais que incriminavam o movimento.

Em ampla reportagem, o periódico do grupo RBS dizia que a Polícia Civil havia encontrado em uma ocupação em São Jerônimo “um total de oito diários, agendas e manuais apreendidos com integrantes do MST durante a invasão da [fazenda] Santa Bárbara”. O material, segundo Zero Hora, “louva o projeto socialista de Cuba e aponta que 150 estudantes do MST estão fazendo um curso na ilha governada por Fidel Castro” e reiterava aos membros do movimento a se inspirarem em Che Guevara. Também dizia o material que alguns agrupamentos, como PT, PCdoB, CUT, PSB e PV representavam o “projeto dos pobres”. Já PPS, PMDB, PTB, PPB, PSDB, Farsul e Fiergs eram ligados ao “projeto dos ricos”. O extenso dossiê ainda citava a doação de metade dos salários dos membros do movimento para a organização e a existência de cheques em branco de um ex-PM para o MST.⁴⁰

Não é nosso objetivo aqui explanar a relação do MST com a imprensa e, eventualmente, as questões relacionadas à denúncia da Zero Hora, mas fica evidenciado que havia uma pressão no campo político, tanto de agentes internos como externos, provindos nesse caso do jornalístico. Com isso, inclusive, o tema veio a ser pautado pelo campo jornalístico para ser discutido no político, tendo em vista, também, a legitimidade reconhecida entre os pares que o maior periódico do estado trazia. Em linhas gerais, o campo jornalístico, neste caso, influenciou diretamente no campo político. Essa interferência era aceita como legítima pelos deputados, especialmente pela circulação em função do número de profanos que o periódico conseguiria atingir, provocando uma demanda que seria apropriada por estes clérigos investidos de mandato parlamentar, que procurariam se colocar como representantes dessa parcela ou desconstruir essa imagem no mundo social, tornando-se então uma ideia-força.

⁴⁰ Jornal Zero Hora, 08 de maio de 2002. Arquivo MUSECOM.

Como evidência disso é que o jornal reforçava a possibilidade de se instaurar a CPI do MST, ideia que já era aventada por alguns microcosmos oposicionistas antes mesmo do material cunhado de ‘subversivo’ tornar-se público pelo mesmo jornal. O periódico entrevistou todos os deputados da Assembleia Legislativa, sondando qual seria a posição de cada um em caso de uma hipotética CPI ser proposta. O título da matéria praticamente induzia os parlamentares a fazerem essa ofensiva - “CPI tem assinaturas necessárias” -, mencionando que, “conforme levantamento realizado por Zero Hora, 24 deputados já se mostram favoráveis a uma investigação parlamentar - cinco a mais do que o mínimo necessário para iniciar o processo que resulta em uma CPI”. Além disso, trazia uma tabela com o nome de cada parlamentar e a posição do mesmo em relação ao tema.⁴¹

A rigor, o periódico reforçava os apelos da bancada do PPB: “A ideia [da CPI], que ganhou força na segunda-feira durante protestos de políticos e ruralistas contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o governo estadual, é defendida com maior vigor pela bancada do PPB”. Assim, unia-se aos apelos de Francisco Appio (PPB) que, dias antes da revelação desse material, discursava na tribuna:

Não há como resistir. Em meio a tudo isso e depois das afirmações irresponsáveis e tresloucadas do Secretário da Segurança, atacando instituições como o Poder Judiciário e o equilíbrio que deve ter na condução da sociedade gaúcha e brasileira, a esta Casa só resta criar coragem e instalar uma CPI para investigar o MST, porque é esse Movimento que sustenta politicamente as ações da Secretaria da Segurança e que dela recebe apoio para desencadear as suas próprias ações, as quais - repito - afrontam o direito à propriedade e a legislação vigente. Não há como deixarmos passar mais essa agressão feita ao estado de direito, e, por isso, estamos propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos certeza de que esta Casa saberá passar por esse desafio. Não se trata de uma provocação, mas, sim, da obrigação que temos de repor a verdade e de dizer aos gaúchos e brasileiros quem financia, quem é o responsável, quem estabelece as diretrizes das inva-

⁴¹ Jornal Zero Hora, 08 de maior de 2002. *Arquivo MUSECOM.*

sões, quem, por fim, responde pelos atos desse MST que já foi o Movimento dos Sem-Terra e, hoje, é um braço político quase armado no Rio Grande do Sul.⁴²

Além do PPB, outra bancada que se colocava no parlamento como franca e unanimemente favorável à CPI era a do PPS, composta por ex-parlamentares do PMDB naquela altura. Era dessa forma que Paulo Odone se referia, dizendo que o PPS estaria “para defender o estado democrático de direito” e impedir “abusos no momento em que as instituições democráticas estiverem ameaçadas”.⁴³ Notamos que, a partir do momento em que o periódico pautava o tema, o transformava em ideia-força, isto é, mobilizadora de profanos e clérigos que procuravam fazer crer que esta CPI era necessária, causando danos no capital político do governo e articulando agentes profissionais do campo que procuravam se colocar como representantes legítimos desta.

Também a partir da matéria do jornal Zero Hora, viabilizou-se para que os agentes vinculados à oposição usassem o ‘escândalo da cartilha revolucionária’ para aprofundar o caso e procurar vincular ainda mais o PT com o MST, denunciando que no Rio Grande do Sul preparava-se um ‘movimento comunista e guerrilheiro’ com o aval do governo estadual. Onyx Lorenzoni (PFL), por exemplo, dizia que o MST “não têm nenhuma responsabilidade, nenhum compromisso com a reforma agrária, com a produtividade. A ideia é, sim, de um Movimento pré-revolucionário, de inspiração guerrilheira, para quem sabe fazer do Rio Grande e do Brasil uma nova Colômbia”. Citando a matéria de Zero Hora, dizia que estava explícita a montagem de uma “revolução”, e que havia uma mudança de foco pelo movimento: ao invés da luta pela propriedade, estavam enveredando “pelo descumprimento de ordens judiciais, pela reiteração de uso de métodos terroristas. Os produtores rurais, o legítimo homem e mulher do campo, os que produzem, estão aterrorizados diante da situação dramática a que são submetidos”. Como forma de reforçar a

⁴² Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 07.05.2002. *Anais da ALERGS*.

⁴³ Deputado Estadual Paulo Odone (PPS). Assembleia Legislativa. 23.05.2002. *Anais da ALERGS*.

associação de PT e MST, e de procurar vincular ambos os microcosmos como ‘autoritários’ e anti-democráticos, dizia:

Nas palavras de um teórico nazista, a propriedade era não mais um assunto particular, mas um tipo de concessão do Estado, limitado pela condição de ser utilizada corretamente, no julgamento do Estado, no interesse do Estado. A pergunta é: alguém do MST ou do PT se negaria a apoiar essa afirmação? Evidente que não. Essa afirmação é rigorosamente igual ao que pensam e praticam o PT e o MST. Portanto, caiu a máscara. O MST e o PT são antide-mocráticos e preparam no Rio Grande do Sul um estágio pré-revolucionário. Teremos, sem dúvida nenhuma, ao longo do período que se iniciará nos próximos dias, o processo de uma eleição na qual decidiremos se o Rio Grande apoiará a idéia de que a propriedade seja destruída, de que a democracia seja comprometida, de que o estado de direito seja colocado sob risco, ou se o Rio Grande do Sul dará um basta a essa baderna, a essa ameaça guerrilheira, a essa idéia fascista, totalitária, comunista e, principalmente, ditatorial que o PT simboliza.⁴⁴

Nessa luta simbólica que procurava desconstruir o capital simbólico de PT e MST ao mesmo ao tempo, a oposição, observando o fato de Tarso Genro ter sido escolhido para concorrer ao governo estadual no lugar de Olívio Dutra, buscava fazer uma associação também ao candidato petista ao executivo. Elmar Schneider (PMDB) era um dos que dizia: “O Poder Judiciário pediu que os sem-terra se retirassem, e o que faz o Governo? Apóia os sem-terra. E mais, o PT, o Olívio, o Tarso, são de uma panela só. Disseram que não iriam sair, porque este Estado não tem lei”. Criticando a Brigada Militar, dizia que ela não podia “atuar, porque o Dr. Bisol não deixa. O PT, o Olívio, o Tarso, são todos uma coisa só”.⁴⁵

Houve, portanto, uma forte ofensiva dos agentes parlamentares ligados aos microcosmos oposicionistas contra o MST e PT no final do mandato. A luta pela associação do MST como um braço direito do PT, que agia, de acordo com a oposição, coberto pelos recursos controlados pelo executivo no sentido de não reprimir as invasões de terras, visava

⁴⁴ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 08.05.2002. *Anais da ALERGS*.

⁴⁵ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 16.05.2002. *Anais da ALERGS*.

passar a imagem ao mundo social de que o partido e o governo eram anti-democráticos e condescendentes com as posturas ilegais do movimento sem terra. Este, por sua vez, era visto como desviado de sua finalidade, isto é, ao ser associado às posturas de guerrilha e vinculado ao PT, não estaria lutando em favor da Reforma Agrária, mas sim em defesa da ‘revolução’.

Essa ofensiva, tendo o apoio de entidades extraparlamentares (como os sindicatos patronais dos ruralistas do Rio Grande do Sul e impulsionada pelos periódicos que davam às investigações um tom de ‘escândalo’ e criavam uma demanda ao campo político) era estimulada também pelos agentes investidos de mandato parlamentar na oposição. Estes aproveitavam os recursos disponíveis e a visibilidade que o caso ganhava para procurarem se colocar como defensores da ‘ordem’ – isto é, na visão destes deputados, em posição de contrariedade às ações do MST de realizar ocupações. Na medida em que o caso, junto com a circulação provocada por outros agentes ‘externos’ ao parlamento como órgãos de imprensa, sindicatos patronais etc, dando maior relevância ao tema, mais os profissionais do campo político exploravam, no sentido de fazer com que o governo estadual e o MST perdessem a *fides* de parcelas significativas de profanos que, direta ou indiretamente, aderiam à ideia-força de mundo social que alegava serem ambos os microcosmos atrelados e antidemocráticos.

A julgar pelos importantes recursos que apoiavam a ideia-força que associavam o MST ao “terrorismo”, “guerrilha” e outras noções que levavam à perda de capital político, atrelados à proximidade do *laissez faire* eleitoral, é possível depreender que ela foi dominante no mundo social. E é por isso que se pode explicar o fato de as fortes críticas dos agentes políticos da oposição ao PT e ao MST não terem contraponto de nenhum parlamentar governista. Mesmo Dionilso Marcon (PT), cujo mandato era delegado pelo MST, não respondeu à ofensiva dos agentes opositoristas, que fizeram durante todo o mês de maio essa associação, e não foi por falta de sessões plenárias, já que houve 16 abordando variados assuntos.

Maio foi o segundo mês com mais debates em plenário no ano de 2002. Isto é, havia a oportunidade de defesa do governo e de dissociação entre os microcosmos do PT e do MST, se os agentes governistas assim quisessem.

Prova também disso foi o fato de agentes ligados ao PT, muitos deles externos ao parlamento, começarem a declarar publicamente que o microcosmo não tinha ligação com o MST. Após a ocupação em Hulha Negra, inclusive, tanto o vereador Adeli Sell como o deputado estadual e vice presidente do PT, Paulo Pimenta, fizeram questão de manifestar-se dizendo que “o partido não tem ligação com o MST nem responsabilidade sobre os atos dos sem-terra”. Nas falas públicas, só Marcon (PT) foi o que defendeu a ação do MST e pedia para a Brigada Militar desarmar os fazendeiros da região. Até mesmo Tarso Genro procurava dissociar-se do MST, negando em campanha que o movimento fosse uma extensão do PT, enquanto outros candidatos no período do *laissez faire* eleitoral diziam abertamente que iriam tratar os sem-terra com maior vigor.⁴⁶

Fica evidenciada a tentativa de buscar dissociar-se do MST, indicando que a ideia-força que condenava o movimento e o vinculava a posturas “autoritárias”, “terroristas” etc havia conseguido êxito no mundo social. Essa aproximação, portanto, trazia perda de capital político ao microcosmo governista, cuja tentativa era de desvincular-se do MST.

Conclusão

A partir do exposto, notamos que a causa da reforma agrária não era condenada. A disputa se deu em torno do modelo a ser adotado, com críticas frontais à desapropriação sem contrapartida. Entretanto, na luta simbólica, os agentes opositores visavam a desconstruir sua legitimidade e a visão que o movimento visava a formar sobre a política agrária. Notamos também que a oposição procurou fazer a desconstrução do

⁴⁶ Jornal Correio do Povo, 07 de maio de 2002. Arquivo *MUSECOM*; ROS, op. cit.

MST como um movimento ilegal e partidário, não reconhecendo nele nenhum tipo de representação legítima do mundo rural.

Segundo os agentes da oposição, o Movimento Sem-Terra era utilizado apenas para outros fins, políticos e partidários. Nessa luta simbólica, da qual os agentes políticos faziam parte e que tinha como objetivo definir a representação do MST no mundo social, os deputados opositoristas procuravam defini-lo como ‘revolucionário’, ‘clandestino’ e ‘terrorista’. Com isso, utilizavam o histórico de apoio bilateral do movimento ao PT para associar o microcosmo partidário à suas ações. Inclusive, empregava este expediente para fazer crer que o governo estadual estimulava e acobertava as ações do Movimento Sem Terra. Um ponto que unia parte da bancada opositorista e os governistas eram as críticas à política federal de assentamentos, mas por motivos diferentes. Enquanto os agentes do PPB questionavam as vitorias do INCRA, apoiavam o movimento ‘victoria zero’ e as ações de boicote dos ruralistas contra o órgão federal, os governistas cobravam de FHC uma posição mais firme no sentido de desapropriar as propriedades consideradas improdutivas.

Vimos também que os agentes governistas pouco defenderam o microcosmo rural. Em geral, os ataques contra o MST tiveram resposta tímida, com exceção dada a Dionilso Marcon (PT). Contudo, este era um parlamentar organicamente vinculado ao MST, devendo a este agrupamento o capital político que possuía. Podemos notar, inclusive, que houve por parte dos agentes governistas uma tentativa de desassociar do PT a imagem de proximidade que tinha junto ao Movimento Sem-Terra quando o *laissez faire* eleitoral aproximava-se, seguindo uma tendência do microcosmo partidário nacional, isto é, visando o pleito presidencial. Essa dissociação indica, portanto, que a imagem negativa no mundo social construída do MST trazia perda de capital político para aqueles que apareciam vinculados a ele para parcela significativa de profanos, exceção dada aos agentes que possuíam uma ligação orgânica com o movimento. Também sugere que a oposição foi bem-sucedida, junto com

outros fatores externos ao parlamento, em associar o MST a ações anti-democráticas e, por consequência, tutelar ao PT essa representação no mundo social. Assim, a oposição conseguia desconstruir ambos, reduzindo o capital político petista e do governo para parcelas significativas de setores que não reconhecia no MST uma forma legítima de reivindicação e mobilização rural.

O professor perigoso e desumanizado: paranoia e teoria da conspiração na educação

Milene Moraes de Figueiredo

Em momentos de crise, cresce o sentimento de paranoia. Quando essa crise é muito grave e generalizada, uma paranoia coletiva pode tomar conta da sociedade¹.

Em seu livro “Os alemães”, Liebel² explica que, em momentos de crise, inimigos precisam ser apontados como “bodes expiatórios para frustrações” e são criadas frases falsas “ou mesmo absurdas quando analisadas de forma mais detida” que, de repente, de tanto repetidas, tornam-se “verdades absolutas”. Ao se deter ao contexto da República de Weimar, na Alemanha, logo após a derrota na Primeira Guerra Mundial, o autor aponta que circulavam frases como “Comunistas querem tomar o poder para transformar a Alemanha em uma província da União Soviética”, “Socialistas-democratas são agentes da corrupção que destroem o Estado e o entregam às potências estrangeiras”, “Os judeus estão por trás de todas as mazelas do país”. E assim, comunistas, socialistas-democratas e judeus passaram a ser vistos como inimigos a serem combatidos. Devido à constante repetição das frases, a população as tomava como verdade pois estavam vivendo em um ambiente de paranoias e teorias da conspiração.

¹ LIEBEL, Vinícius. Os alemães. São Paulo: Contexto, 2018, p. 182.

² LIEBEL, Vinícius. Os alemães. São Paulo: Contexto, 2018, p. 182.

Tal realidade não é uma prerrogativa exclusiva do cenário alemão, essas paranoias coletivas e disseminação de frases mentirosas para manipular a população ocorrem no mundo inteiro, sempre que o contexto lhe é propício. No Brasil, podemos destacar no mínimo dois períodos históricos com focos de paranoia: Estado Novo e Ditadura Militar. Ambos períodos autoritários, criaram inimigos a ser perseguidos e disseminavam informações enfatizando as mazelas que os mesmos poderiam estar causando ao país. Nos dois momentos, o comunismo foi apontado como uma grande ameaça a ser combatida e “salvar” o Brasil desse mal serviu como justificativa para legitimar ditaduras.

Não é por um acaso que esses dois períodos históricos são marcados por governos conservadores de direita. Conforme Liebel³, a paranoia não se caracteriza no campo político como um traço exclusivo do conservadorismo nem de movimentos de direita, porém, pessoas que se considerem conservadoras enxergam o mundo de forma mais ameaçadora e “isso faz com que a tendência, em casos mais extremos, seja muito maior de conservadores entrarem em círculos paranoide e sucumbirem a teorias da conspiração do que liberais e progressistas”.

Além disso, o tema da luta contra a corrupção também pode ganhar destaque em contextos de crise e, apesar de não ser um elemento específico da extrema-direita, tem sido

demagogicamente manipulado, com certo sucesso, por setores conservadores, na Europa e, sobretudo, no Brasil. Podendo também ser utilizado como gatilho para desencadear paranoias coletivas, legitimando governos autoritários sob o pretexto de acabar com a corrupção e colocar o país novamente nos eixos. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares⁴

³ LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017, p. 53. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-03> Acesso em 21/02/2019

⁴ LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. p. 662

O Brasil está passando novamente por um cenário em que a direita e extrema direita tem ganhado cada vez mais voz, com discursos que assustam alguns e agradam outros pelo seu teor violento, por vezes racista e preconceituoso. Também há a eleição de inimigos a serem perseguidos em nome do bem da nação. Apesar de possuir certas semelhanças com os contextos anteriores e muitos de seus apoiadores fazerem referências à ditadura militar, precisamos lembrar que “[...] a história nunca se repete. Há muitas diferenças entre as conjunturas do passado e as do presente⁵”.

As eleições de 2018 foram marcadas por inúmeros conflitos, mas um dos que ganhou mais destaque foi a disseminação – principalmente pelos partidos que chegaram ao segundo turno - de notícias tendenciosas e mentiras para ganhar votos, as chamadas *fake news*. Inicialmente, o mundo acadêmico não deu muita atenção ao conteúdo das mensagens, pois ambos os lados eram bombardeados com notícias que pareciam ter teor absurdo demais para que alguém acreditasse.

Entretanto, a junção da desinformação, das fotos manipuladas, dos ataques à imprensa tradicional e do crescente uso das redes sociais pela população para se informar sobre política fez com que essas ideias fossem ganhando destaque e contribuiu para uma polarização cada vez maior entre um partido de esquerda e outro de extrema-direita. Com o tempo, foi-se percebendo que havia um significativo número de compartilhamento de mensagens fomentando o ódio às mulheres que levantam a bandeira do feminismo, grupos LGBT’s, negros, índios, dentre outras minorias, revelando uma esfera conservadora da sociedade brasileira. Esses discursos juntaram-se aos valores da “família tradicional brasileira” somado a valores cristãos e o grande medo de que o PT continuasse no poder e o Brasil “virasse a Venezuela”. Assim, a extrema direita ganhou cada vez mais força utilizando as redes sociais como veículo de divulgação e propagação das suas ideias.

⁵ LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: Serv. Soc. Soc, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015, p. 653.

Simultaneamente, ideias moralistas e conservadoras que já estavam pairando o cenário educacional desde pelo menos o ano de 2004 também passaram a ter mais repercussão e, em nome de uma suposta neutralidade, começaram os debates sobre a necessidade de combater a figura do “professor doutrinador”, figura essa que estaria articulando com o PT um plano de manter o partido no poder através da manipulação dos estudantes.

Diante do sucesso dessa estratégia e do resultado nas urnas ainda é frequente o questionamento: Quem acredita nessas coisas? Como isso foi eficaz? Como as pessoas não enxergaram as manipulações? Estaríamos novamente inseridos em uma paranoia coletiva? Nos debruçaremos nesse cenário através do conceito de paranoia que também está relacionado ao de teoria da conspiração. Analisaremos o caso brasileiro, dando destaque principal para as consequências desses mecanismos no âmbito educacional. O texto está dividido em duas partes: na primeira, apresentaremos a inserção desse projeto em um contexto mundial de crise do capitalismo em que gradativamente ideias de partidos conservadores e de extrema-direita foram emergindo ao longo do globo. Posteriormente, discorreremos sobre a forma como o projeto se apresenta e o uso de gatilhos desencadeadores de paranoias coletivas para cooptar a população brasileira para as suas ideias, fazendo-as parecer não só necessárias, mas prioritárias.

O crescimento das ideias conservadoras no cenário mundial e suas interferências no âmbito educacional

A educação brasileira é historicamente conservadora, há alternâncias conforme os períodos históricos, mas, de maneira geral, as escolas seguem um modelo tradicional criado no século XIX sendo “voltadas para dentro dos quatro muros, currículos rígidos, professores fechados no interior das salas de aula, horários escolares desajustados, organização

tradicional das turmas e dos ciclos de ensino, etc⁶”. Apesar de a escolarização que outrora era destinada apenas à burguesia ter se democratizado, chegando a todos os níveis sociais, esse processo ocorreu e continua ocorrendo de forma desigual. Além disso é um modelo que se teoricamente funciona em benefício da aprendizagem dos estudantes, estimulando o desenvolvimento de senso crítico, na prática apresenta grandes dificuldades para atender tais objetivos.⁷ É uma educação que “continua, tantas vezes, a deixar os frágeis ainda mais frágeis e os pobres ainda mais pobres” com seu discurso que na teoria é inovador mas na prática continua mantendo uma “distância entre “os que sabem” e “os que não sabem⁸”. Assim, por mais que ocorram progressos e inovações, a educação tende a manter uma estrutura e mentalidade conservadora.

Há períodos históricos, porém, em que esse conservadorismo se intensifica, e junto com ele também costuma se intensificar o controle do estado no ambiente educacional, chegando a utilizar-se da censura, controle dos professores, e principalmente do controle do senso crítico dos alunos com a desculpa de “salvar” ou fazer o bem para a nação. Isso aconteceu durante o período estadonovista e da ditadura militar, quando o estado interferiu na educação e nos meios de comunicação, utilizando-os como veículos para incutir seus valores morais, cívicos, políticos e econômicos.

Tem sido despertada, novamente, no contexto atual, a preocupação dos educadores com o crescimento de propostas conservadoras em relação ao meio educacional, principalmente uma proposta que, de acordo com Saviani, à primeira vista faz todo sentido e ao mesmo tempo não faz sentido algum: o Projeto Escola sem Partido.

⁶PEREIRA, Henrique Manuel; VIEIRA, Maria Cristina. Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa. In: Saber (e) Educar, n.1, p.113. Disponível em: http://repositorio.esepef.pt/bitstream/20.500.11796/701/2/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf. Acesso em 10/04/2019 às 17h.

⁷SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E. Escola sem partido: a inquisição da educação no Brasil. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordalha e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 70.

⁸PEREIRA, Henrique Manuel; VIEIRA, Maria Cristina. Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa. In: Saber (e) Educar, n.11, p. 111-126.

Faz todo o sentido porque, de fato, a escola não pode ser partidária. Logo, o enunciando “escola sem partido” resulta numa obviedade. E exatamente por isso, por ser algo óbvio, não tem sentido formular e tentar aprovar no Parlamento uma lei impondo a não partidarização das escolas. (SAVIANI, 2018, p. 50-51)⁹

Ao analisar o surgimento desse tipo de projeto no meio educacional, precisamos entender que o mesmo faz parte de um contexto mais amplo de crescimento dos movimentos de extrema-direita, o que não é um fenômeno apenas brasileiro, mas sim mundial, principalmente nas partes do globo que se encontram inseridas no processo de internacionalização da economia e internacionalização da tecnologia.¹⁰ Löwy¹¹ aponta quatro motivos para seu sucesso na Europa: 1- o processo de globalização capitalista neoliberal; 2- a crise econômica; 3- fatores históricos como uma longa tradição antissemita, a permanência de correntes que colaboraram durante a segunda guerra mundial, entre outros; 4- a conjuntura internacional.

O autor ainda destaca que o Brasil teria dois elementos em comum com a extrema-direita, especialmente com a francesa: o primeiro elemento refere-se à ideologia repressiva, ou seja, o culto da violência policial e a defesa do reestabelecimento da pena de morte, como tem sido amplamente defendido pela “bancada da bala”, e o segundo seria a intolerância com minorias sexuais, principalmente as homossexuais.

Além disso, o atual governo também se elegeu com um discurso voltado para a luta anticorrupção e crescimento econômico do país. Como já estamos conseguindo observar na prática, o projeto de crescimento eco-

⁹ SAVIANI, Dermeval. O projeto “Escola sem Partido” na luta de classes da atual conjuntura política brasileira. In: Coutinho, Luciana Cristina Salvatti et. Al. (Orgs.) História e historiografia da educação: debates e contribuições. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 50-51. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/7012/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf. Acesso em 10/04/2019 às 17h.

¹⁰ SILVEIRA, Zuleide. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. In: SILVEIRA, Zuleide S. Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordalha e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 20.

¹¹ LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: Serv. Soc. Soc, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015, p. 662-663.

nômico está relacionado à flexibilização de direitos dos trabalhadores, reforma da previdência e mudanças na educação com o objetivo de volta ainda mais para o mercado. Mas o que significaria essa busca pelo progresso econômico?

De acordo com Nussbaum, a luta pelo progresso e desenvolvimento econômico costuma estar relacionada com o aumento do produto interno bruto per capita. Assim, de acordo com esse modelo de desenvolvimento:

[...] o objetivo da nação deve ser o desenvolvimento econômico. Esqueça a igualdade distributiva e social, esqueça os pré-requisitos necessários de uma democracia estável, esqueça a qualidade das relações raciais e de gênero, esqueça o aperfeiçoamento de outros aspectos da qualidade de vida do ser humano que não estejam completamente ligados ao crescimento econômico.¹²

Esse modelo é defendido com a justificativa de que a partir do desenvolvimento econômico haverá melhoras na saúde, educação e diminuição da desigualdade social e econômica, porém, de acordo com a autora, os resultados dessas experiências têm mostrado que esse modelo não cumpre esse objetivo:

[...] produzir crescimento econômico não significa produzir democracia. Nem significa criar uma população saudável, participativa e educada em que as oportunidades de uma vida boa estejam ao alcance de todas as classes sociais.¹³

Assim, o sistema capitalista não costuma adotar políticas focadas no desenvolvimento humano¹⁴. E na educação, como se não bastasse um

¹² NUSSBAUM, Martha. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005, p. 14.

¹³ NUSSBAUM, Martha. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005, p. 15.

¹⁴. Segundo o modelo do Paradigma do Desenvolvimento Humano, “o importante são as oportunidades, ou “capacidade”, que cada um tem em setores-chave que vão da vida, da saúde e da integridade física à liberdade política, à participação política e à educação. Esse modelo de desenvolvimento reconhece que todos os indivíduos possuem uma dignidade humana inalienável que precisa ser respeitada pelas leis e pelas instituições”. NUSSBAUM, Martha. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005, p. 21

comportamento que privilegia somente o crescimento econômico¹⁵, agora tem ganhado voz discursos que impõem valores da heteronormatividade, família tradicional, e um projeto que parece transformar os professores em inimigos e proibir o senso crítico nas escolas.

Acreditamos então que, apesar de até o momento não ter sido aprovado, esse projeto, ganhou voz na assembleia, e tem sido apoiado por alguns partidos, estando inserido nesse contexto de crise do sistema capitalista, e necessidade dos grupos dominantes de voltar a educação cada vez mais para o mercado. Tudo isso com uma separação entre formação moral que estaria sob responsabilidade da família e a educação conteudista que seria responsabilidade da escola. Isso faz com que o culto à violência, a repressão e o preconceito com as minorias, e a perda de direito dos trabalhadores não possa ser discutida nas escolas, sob a pena desse tipo de debate se confundir com a educação moral, familiar, e/ou questão ideológica partidária. Cria-se assim um ambiente escolar acrítico, conteudista, com alunos que só absorvem conteúdos, sem questionar o contexto em que vivem e sem lutar pelos seus direitos. Essas questões nos ajudam a entender o interesse dos grupos dominantes de implantá-los, mas como ele ganhou voz na população? Como, dentre todos os nossos complexos problemas educacionais, vigiar o professor tornou-se uma necessidade? Quando se começou a acreditar que há tantos professores perigosos e doutrinadores? No próximo tópico trataremos essas questões, analisando como o projeto se apresenta e como utiliza de gatilhos de paranoia e teoria da conspiração para convencer a população de que se trata de uma missão necessária e prioritária.

¹⁵ "A educação voltada para o crescimento econômico exige competências básicas, que a pessoa seja alfabetizada e tenha noções básicas de aritmética. Também precisa que algumas pessoas tenham conhecimentos mais avançados de informática e tecnologia. A igualdade de acesso, porém, não é extremamente importante; um país pode muito bem crescer enquanto os camponeses pobres continuam analfabetos e sem dispor dos recursos básicos de informática [...]. NUSSBAUM, Martha. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005, p. 20.

O Projeto Escola sem Partido e a paranoia do professor doutrinador

O Projeto Escola sem Partido surgiu no ano de 2004, pela ação do advogado Miguel Francisco Cirlano Nagito, com o objetivo de combater a doutrinação ideológica nas escolas. A ideia foi inspirada no movimento *No indoctrination*, um fórum online, estadunidense, em que pais e estudantes poderiam denunciar professores que estivessem tentando doutrinar política e moralmente seus alunos¹⁶. Assim, foi criado um site brasileiro com o mesmo objetivo de acabar com a ideologização nas escolas. O projeto também se baseia no código de defesa do consumidor, estabelecendo na educação uma relação semelhante a de alguém que está prestando um serviço e um consumidor.

Para os professores e demais integrantes da rede educacional, seu discurso desde o início pareceu absurdo, totalmente distinto da legislação, fazendo com que não fosse levado a sério. Porém, essa ideia passou uma década sendo discutida e fortalecida, até receber o apoio de políticos da linha conservadora e cristã e ser levada ao senado através do pastor evangélico e senador Magno Malta (PR-ES). O projeto foi apresentado em junho de 2016 com a ementa de inclui-lo entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando-se então o projeto de lei do senado nº 193, de 2016.¹⁷

Faremos a análise desse fenômeno a partir das descrições do movimento e do projeto e das propostas que são apresentadas no seu site, www.programaescolaseмпartido.org. Quanto aos anteprojetos de lei, dos deteremos ao Anteprojeto de Lei Federal. Trabalharemos com o conceito

¹⁶ De acordo com Silveira (2019, p. 23), longe de ser um movimento singular, de origem Brasileira, os movimentos *No Indocritnation*, *no brainwashing*, *No brainwashing kids*, *No indoctrination by dogmas*, *Creation Studies Institute*, além do *Campus Whatch*, são uma realidade na Austrália, nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) e no Canadá. Edgar Palácio Mizrahi, partidário do “uribismo”, é o principal representante do *Creation Studies Institute* (CSI) na América-Latina, tendo como objetivo traduzir para língua castelhana o material de combate à chamada doutrinação nas escolas públicas.

¹⁷ SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E. Escola sem partido: a inquisição da educação no Brasil. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). *Escola sem partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 72.

de paranoia a partir da perspectiva de Liebel¹⁸ para tentar compreender como esse projeto tem ganhado cada vez mais adeptos em nossa sociedade.

A paranoia está frequentemente vinculada a uma teoria, a uma ideia pré-formada, a um engendramento quase lógico que resulta em um evento catastrófico, em um ataque ao status quo ou, em linhas gerais, em uma traição [...]. De fato, todo pensamento paranoico tende a ser aparentemente bastante lógico, mas tende também a se basear em uma falácia, ou seja, todo o edifício lógico e de causas e consequências acaba se sustentando em areia movediça.¹⁹

De acordo com o autor, a paranoia tem a potencialidade de se manifestar em qualquer pessoa e em qualquer momento, desde que o gatilho necessário seja apertado. Acreditamos que esse projeto pode ser relacionado com esse conceito, por ele ter ganhado voz somente em um contexto propício de crise econômica e política, que contribuiu para que a paranoia se instalasse. Fazemos essa relação principalmente por seus organizadores se basearem em falácias e distorções da realidade escolar, transformando exceções em regras, uma vez que o projeto dissemina suas ideias utilizando

[...] uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional.²⁰

Recorrendo a uma linguagem simplista, seus organizadores partem do pressuposto de que o professor não deveria ser um educador, pois a educação é de responsabilidade da família e da religião, sendo papel do

¹⁸ LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017.

¹⁹ LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017, p. 47.

²⁰ PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35.

professor somente transmitir conhecimentos técnicos de forma neutra. O projeto tenta legitimar-se a partir da ideia de que estaria protegendo os alunos de docentes que se aproveitam dos mesmos para promover seus interesses políticos, partidários, morais e religiosos. Para compreender melhor como se desenvolvem esses mecanismos, vamos à análise do conteúdo do seu site e do Anteprojeto de Lei Federal.

Atualmente, o Escola sem Partido, apresenta-se como um movimento que:

[...] se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, o uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior²¹.

Seu site e seu Anteprojeto de Lei Federal descrevem o programa como uma proposta de lei que torna obrigatória a fixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio um cartaz com o seguinte conteúdo:

DEVERES DO PROFESSOR

- 1-O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas ,morais, políticas e partidárias.
- 2- O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3- O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4- Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade-, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- 5-O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

²¹ <https://www.programaescolasepartido.org/movimento>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.

6- O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula²².

Lido de maneira corriqueira parece fazer sentido e não fazer mal nenhum aos professores, afinal, como seus adeptos dizem usando a linguagem do senso comum, “quem não deve não teme”. Porém, o próprio site deixa claro que esses deveres já existem, sendo decorrentes da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Então, se esses deveres já estão estabelecidos, qual a necessidade de fazer todo um projeto enfatizando-o e colando-os nas salas de aula?

A justificativa apresentada em seu Anteprojeto de Lei Federal é a seguinte:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Diante dessa realidade – amplamente comprovada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o PL 7.180/ 2014 e apensados, conhecida como Comissão Escola sem Partido –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Trata-se, afinal, de práticas ilícitas, violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis [...] ²³.

Inicialmente podemos questionar o que seria essa doutrinação política e ideológica, pois apesar de combatê-la a todo o momento, não há uma definição específica do que pode ser considerado como “doutrina-

²² Anteprojeto de Lei Federal e Minuta de Justificação. Disponível em: <https://www.programescolasempartido.org/pl-federal>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.

²³ Anteprojeto de Lei Federal e Minuta de Justificação. Disponível em: <https://www.programescolasempartido.org/pl-federal>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.

ção”. Segundo Penna²⁴, isso já pode ser considerado uma inconstitucionalidade, “como proibir uma prática sem defini-la claramente?”

Carvalho²⁵ aponta que o projeto comete o erro primário de desconsiderar o importante papel dos meios de comunicação no controle do processo de produção e transmissão das ideias, mas também poderíamos pensar que há outras intenções ocultadas nessa suposta preocupação com professores perigosos e manipuladores. Partimos do pressuposto de que os fomentadores do projeto não só estão cientes do papel dos meios de comunicação no processo de incutir valores nas mentes da população, como tem se utilizado dos mesmos. Suas ideias são disseminadas principalmente nas redes sociais, de uma forma que visa a implantar na população um sentimento de paranoia, que misturado com o medo e a ansiedade, faz com quem nem conhece a realidade das escolas queira combater a qualquer custo o professor doutrinador que estaria manipulando os estudantes.

A sanha paranoica não irrompe do nada, para que ela se desenvolva é necessário que o ambiente se torne propício e ocorra uma manutenção desse clima. O momento precisa ser conduzido pelo medo, pela ansiedade e pela desconfiança, e quanto maior o espaço geográfico e a diversidade dos indivíduos, mais complexa é a estrutura do seu galtilho.²⁶ Por isso, a sociedade contemporânea conta com a ajuda dos meios de comunicação e com a propaganda como um dos mecanismos centrais desse processo. O projeto Escola sem Partido utilizou-se e ainda utiliza de um mecanismo até então pouco explorado pela política brasileira: as redes sociais. Através do seu site e de *memes* e *fake news* compartilhadas nas redes sociais e em aplicativos como o *Whatsapp* que dispara mensa-

²⁴ PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 37.

²⁵ CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento Escola sem Partido. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 49-68.

²⁶ LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, n° 76, 2017, p. 51.

gens automáticas, a população mantém-se constantemente bombardeada pelos mais variáveis (e às vezes absurdos) tipos de notícias. Dessa maneira, a crítica ao trabalho do professor ganhou gigantescas dimensões nas redes sociais e aplicativos por meio de sofismos e informações manipuladas publicadas nas páginas dos grupos apoiadores do projeto, despertando:

A falsa ira nas pessoas sobre a realidade pedagógica in loco. Estas ações culminaram no efeito dominó, imagens com estatísticas sem fontes compartilhadas milhares de vezes por cidadãos que não questionavam a veracidade dos dados, e quando contestados, as páginas dos movimentos e dos políticos, não respondiam a respeito da origem dos números. Este cenário é incessante no cotidiano dos Brasileiros, que são contaminados diariamente por epidêmicas inverdades, sobretudo, pela baixa noção da realidade em que vivem, mesmo tendo em mãos constantes de notícias e outras informações.²⁷

Para Penna²⁸, o projeto promove uma desqualificação do professor. Desde o momento de sua descrição em que apresenta o discente como uma “contaminação” ele já é desqualificado, mas o projeto continua promovendo essa ideia, dando a entender constantemente que os pais não são obrigados a confiar no professor. Segundo suas premissas, muitas vezes os alunos são vítimas de “um exército organizado de militantes travestidos de professores²⁹” que sob o pretexto de transmitir uma visão crítica da realidade, prevalecem-se da liberdade de cátedra para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

O projeto também utiliza-se fortemente da premissa de que os professores estão desrespeitando as convicções morais e religiosas nas famílias, reafirmando o direito de somente os pais intervirem nessas

²⁷ SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E. Escola sem partido: a inquisição da educação no Brasil. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 72-73.

²⁸ PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

²⁹ <https://www.programaescolasepartido.org/movimento>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.

questões, como se quando os alunos destoassem das mesmas a culpa fosse de seus professores:

[...] a exposição, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais, viola o art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”³⁰

Apesar de se descrever como um projeto sem vínculos partidários nem religiosos, ao dizer em seu Anteprojeto de Lei Federal que há professores tentando fazer com que os estudantes adotem “padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual” incompatíveis com os valores ensinados por seus pais ou responsáveis, acaba vinculando-se ao fundamentalismo religioso. De acordo com Frigotto³¹, o projeto utiliza-se do criacionismo para se opor ao que denomina de ideologia de gênero, entendendo o homossexualismo e o lesbianismo como uma doença. Ocorre uma manipulação dos familiares e da sociedade de maneira geral, que acusa os professores de induzir os alunos à homossexualidade. E tudo isso é reforçado com o lema #meusfilhosminhasregras, utilizado nas redes sociais para defender a ideia do poder total dos pais sobre os filhos. O Programa afirma buscar somente “informar estudantes e professores sobre direitos e deveres que já existem da forma menos invasiva e onerosa que se poderia imaginar” simplesmente fixando um cartaz nas salas de aula, porém, na prática, tem incentivado uma cultura de denúncias e criminalização da atividade docente.

São apresentadas denúncias nos perfis das redes sociais do projeto que expõem publicamente professores e estudantes, através de gravações não autorizadas.

³⁰ Parecer de constitucionalidade do projeto. Disponível em: <<https://www.programescolasempartido.org/parecer>>. Acesso em 03 de abril de 2019 às 18h.

³¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 01-10.

Cabe observar, a esse respeito a dupla instrumentalidade dessa forma de exposição que, a título de defender direitos, reúne elementos que legitimam e autorizam a posição acusatória do Escola sem Partido, conferindo-lhe confiabilidade sobrepondo-os aos espaços e regras institucionais no âmbito dos quais as questões escolares deveriam ser tratadas, bem como intimidando e constringendo profissionais e alunos no âmbito escolar, ao propagar a ameaça da disseminação de práticas de registro clandestino e de divulgação pública das suas atividades e diálogos.³²

É dessa forma que o movimento tenta legitimar os procedimentos de vigilância, controle e criminalização da profissão docente, que são explicitados em anteprojetos de leis federais, estaduais e municipais, fornecidos em seu site. Além disso, há o monitoramento das atividades escolares e dos seus materiais didáticos para avaliar se estariam em conformidade com as convicções dos pais dos estudantes. A ideia de vigilância é tão forte que o projeto propõe que as aulas sejam gravadas:

O projeto reconhece também o direito dos estudantes e dos pais de gravar as aulas, caso a escola não o faça ou não disponibilize as gravações. Trata-se de direito que decorre do artigo 206, VII, da Constituição – que assegura, entre os princípios com base nos quais o ensino será ministrado, a “garantia de padrão de qualidade” – o que implica necessariamente para os pais o direito de conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas escolas –; e do artigo 53, par. único, do ECA, que reconhece aos pais o direito de ter ciência do processo pedagógico vivenciado por seus filhos³³.

A sociedade seria vítima da doutrinação também ao receber uma educação de má qualidade, com força de trabalho despreparada e ainda sofrer as consequências das greves dos professores:

E a sociedade é lesada quando recebe, em troca dos impostos que paga, uma educação conhecida mundialmente por sua péssima qualidade; quando é obrigada a suportar o fardo de uma força de trabalho despreparada; quando

³² ALGEBAIL, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 69.

³³ Anteprojeto de Lei Federal e Minuta de Justificação. Disponível em: <https://www.programescolasempartido.org/pl-federal>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.

sofre as consequências de greves abusivas, seletivamente organizadas e deflagradas para prejudicar adversários políticos dos sindicatos de professores; quando custeia o projeto de poder dos partidos que aparelham o sistema de ensino³⁴.

Aparentemente a culpa de todos esses fatores seria da doutrinação no sistema educacional. Mas conforme Carvalho³⁵ destaca, é interessante a forma como o Escola sem Partido demonstra tanta preocupação com os rumos da educação brasileira, reduzindo a culpabilização dos problemas da mesma somente aos supostos professores doutrinadores. O projeto não discute pautas como a estrutura física das escolas, as condições de trabalho dos professores, os salários, dificuldades tanto cognitivas quanto financeiras apresentadas pelos alunos, dentre outras questões determinantes na qualidade do ensino. Será que combater a doutrinação nas escolas seria o único caminho e, ainda, a maneira prioritária de fornecer uma educação de qualidade à população?

Apesar de ignorar questões tão fundamentais, as ideias também se legitimam a partir do questionamento referente a quem seriam os críticos do projeto, apontando, na resposta, somente o sindicato dos professores e os partidos de esquerda, especialmente o PT. Atualmente, tal questão é abordada em um vídeo disponível na página inicial do site através dos seguintes dizeres: “Quem pode ser contra a fixação de um cartaz como esse nas salas de aula? Obviamente, aqueles que praticam essas condutas e aqueles que lucram politicamente com a sua prática”³⁶.

Segundo Carvalho³⁷, ao apontar somente esses críticos, o projeto objetiva controlar não só o que falam os professores, mas também suas

³⁴ Acesso ao arquivo disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/parecer>

³⁵ CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento Escola sem Partido. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 49-68.

³⁶ <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em 02 de abril de 2019 às 15:30.

³⁷ CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento Escola sem Partido. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 49-68.

organizações políticas, procurando desqualificá-las no debate público, tirando a legitimidade dos sindicatos de se opor ao desmonte do orçamento público da educação.

Essa questão também está relacionada ao fato de que apesar de se dizer apartidário, o movimento parte do pressuposto de que os partidos de esquerda de orientação marxista, especialmente o PT, estariam emparelhando a educação, “tornando-a agente da ideologia comunista, o que, evidentemente, situaria Marx como o mentor principal dessa suposta partidarização da escola.³⁸ Haveria, portanto, a ideia de uma conspiração, no site essa ideia aparece de forma mais contida mas, de acordo com Penna³⁹, nas redes sociais a questão surge de forma mais explícita: a estrela do PT aparece ao fundo quando questionam quem estaria lucrando com a doutrinação nas escolas, dando a entender que o partido estaria conspirando para controlar todo o sistema educacional e assim se manter no poder.

Carvalhoressalta que, ao contrário do discurso disseminado de que a escola estaria sendo manipulada por ideias da esquerda política, o cotidiano escolar tem mostrado uma situação bem diferente:

O que a história nos mostra não são professores questionando valores ou ideias que defendem o que está estabelecido socialmente. Não tem sido essa a ação dos professores e das escolas. Pelo contrário, a educação escolar tem contribuído mais com a disseminação de valores que reproduzem ideias dominantes, do que ideias que os contestam. O discurso da meritocracia é mais disseminado nas escolas, de forma as vezes ingênua, do que qualquer análise crítica acerca das formas desiguais com que, no capitalismo, os processos de apropriação do conhecimento se dão, legitimando o mérito de alguns em detrimento do fracasso de muitos. Dessa forma, o papel da escola não tem sido o de disseminar a lógica da solidariedade e da igualdade, pelo contrário, a es-

³⁸ SAVIANI, Dermeval. O projeto “Escola sem Partido” na luta de classes da atual conjuntura política brasileira. In: Coutinho, Luciana Cristina Salvatti et. Al. (Orgs.) História e historiografia da educação: debates e contribuições. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 51.

³⁹ PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p.43

cola tem sido aquela que, em uma sociedade que naturaliza a desigualdade, encontra os melhores alunos, os reconhece e legitima socialmente.⁴⁰

Assim, a premissa de que a escola deve contemplar a diversidade teórico e ideológica está correta, mas a conclusão de que os professores e as escolas são espaços de doutrinação ocupados pela esquerda está equivocada, mas pode ser adotada por quem não conhece o seu cotidiano. Até porque quando o medo já foi criado e a paranoia já está instaurada, a repetição dessas ideias, ainda que equivocadas, ajuda na manutenção dessa lógica. O ambiente político fica marcado então pelo medo e por uma sensação de ameaça e de combate dos inimigos elegidos, onde “qualquer oportunidade de desmascará-los deve ser aproveitada”⁴¹

O projeto parece partir do pressuposto de que os alunos não tem condições de pensar sozinhos, sendo vítimas da suposta doutrinação ideológica dos professores. Entretanto, o que está por trás da ideia é exatamente isso: criar uma paranoia e um clima de desconfiança em relação à educação recebida nas escolas, para que as ideias do atual sistema dominante sejam aceitas e louvadas, sem que os estudantes reflitam sobre elas, muito menos as questionem. Busca-se promover uma educação para o futuro trabalhador obediente, uma educação focada em deveres e não em formar um cidadão crítico, questionador e consciente de seus direitos.

Vende-se a ideia de que se a proposta for aprovada haverá nova ordem escolar, com uma educação voltada para o mercado, ideologicamente “neutra” e com ideais que se baseiam no código de defesa do consumidor. Esse discurso manipula e omite seus lados negativos. As pessoas ficam preocupadas em salvar seus filhos do comunismo, da homossexualidade, em ter total controle sobre os filhos, em manter seus valores dentro da moralidade cristã e familiar, e esquecem de pensar

⁴⁰ CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento Escola sem Partido. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 64.

⁴¹ LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017, p. 53.

sobre a estrutura das escolas, os baixos salários dos professores e colaboradores. Ou até pensam, mas tem boas condições financeiras e acreditam que o caminho é pagar por uma boa educação para os seus filhos e manter as camadas marginalizadas na mesma esfera, sem poder ascender na sociedade.

Apesar de baseada em falácias e distorções, essa narrativa de teoria da conspiração, fruto da paranoia, já conseguiu adentrar a arena pública e ganhar as massas, ganhando importância no campo político, sendo responsável “por encaminhamentos práticos determinantes. Trata-se, ao fim, dos resultados de uma crença, de uma ilusão” que já paira sobre nós e nos assombra.⁴²

Considerações finais

Procuramos demonstrar, aqui, como através de uma linguagem simplista que desumaniza e descaracteriza a figura do professor, o Projeto Escola sem Partido vem desencadeando um sentimento de Paranoia e a necessidade de desconfiar do professor, combater e controlar sua atividade profissional. Conforme já foi enfatizado, esse movimento não é uma prerrogativa exclusiva da sociedade brasileira, estando presente no cenário internacional. A tendência é que nesse cenário de crise do capitalismo e crescimento de discursos conservadores e de extrema direita, esses movimentos só se intensifiquem.

E esse fenômeno já está entre nós. Se a educação para a mordça, voltada para o desenvolvimento econômico for aprovada, o resultado dessa iniciativa pode ser muito parecida com o que vemos nas escolas públicas indianas: um modelo de aprendizado no qual “os alunos ficam sentados passivamente na cadeira enquanto os professores e os livros didáticos apresentam o material a ser assimilado de maneira acrítica”.⁴³

⁴² LIEBEL, Vinícius. Uma facada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017, p. 54.

⁴³ NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005, p. 19.

Ao invés de preparar os “alunos para atuar de forma autônoma e crítica na sociedade, formarão para ajustá-los melhor à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais estão submetidos”.⁴⁴

Mesmo que o projeto não seja aprovado, não estaremos livres de lidar com suas implicações para educação. Trata-se de um projeto marcado por incongruências e generalizações, que se vir a receber aprovação pode mobilizar “as mais desvairadas denúncias”, pois qualquer atitude mal interpretada poderá ser vista como “doutrinação”. Assim, dificilmente será possível punir todos que forem denunciados, já que “o mais provável é que estejam visando os controles prévios da atividade escolar, da atividade docente e da discussão educacional, a partir da disseminação e da ameaça da exposição pública e de criminalização”.⁴⁵

E esse controle já paira sociedade, promovendo a ideia de desconfiança, vigilância e denúncia. Portanto, independente da sua aprovação, parte dos efeitos esperados serão e já estão sendo cumpridos, mesmo que não se estabeleça necessariamente a responsabilização criminal e aplicação de punições jurídicas, já está ocorrendo a autocensura, constrangimento e coibição de comportamentos que possam ser identificados como “doutrinação” ou “desrespeito às convicções morais da família”.⁴⁶ E qual seria nosso papel diante desse contexto? Como devemos lidar com essa situação?

Não há nenhuma receita mágica para combater a extrema-direita. Devemos nos inspirar – com uma distância crítica apropriada – nas tradições antifascistas do passado, mas também devemos saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno.⁴⁷

⁴⁴ SAVIANI, Dermeval. O projeto “Escola sem Partido” na luta de classes da atual conjuntura política brasileira. In: Coutinho, Luciana Cristina Salvatti et. Al. (Orgs.) História e historiografia da educação: debates e contribuições. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 62.

⁴⁵ ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 71.

⁴⁶ ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 70.

⁴⁷ LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: Serv. Soc. Soc, São Paulo, n. 124, out./dez. 2015, p. 661.

Estamos passando por um período difícil, que pode até se tornar sombrio, mas devemos aproveitá-lo para pensar criticamente nosso próprio exercício profissional. Precisamos proporcionar debates que cheguem até a sociedade, que não fiquem restritos aos muros da academia, e estar atentos aos avanços sombrios. Um dos motivos desse projeto ter tomado grandes proporções foi a nossa demora em percebê-lo como uma ameaça, pois as vezes o que para os acadêmicos parece simplista e pejorativo demais é justamente o que ganha voz na população.

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63-74.
- CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento Escola sem Partido. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 49-68.
- ESCOLA SEM PARTIDO. O movimento. Disponível em <https://www.programaescolasempartido.org/movimento>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.
- ESCOLA SEM PARTIDO. Anteprojeto de Lei Federal e Minuta de Justificação. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>. Acesso em 02 de abril de 2019, às 15:30.
- ESCOLA SEM PARTIDO. Parecer de constitucionalidade. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/parecer>. Acesso em 03 de abril de 2019 às 18h.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 01-10.

LIEBEL, Vinícius. Uma facada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-03> Acesso em 21/02/2019

LIEBEL, Vinícius. Os alemães. São Paulo: Contexto, 2018.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: *Serv. Soc. Soc*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

NUSSBAUM, Martha. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

PEREIRA, Henrique Manuel; VIEIRA, Maria Cristina. Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa. In: *Saber (e) Educar*, n.11, p. 111-126. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/701/2/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf. Acesso em 10/04/2019 às 17h.

SAVIANI, Dermeval. O projeto “Escola sem Partido” na luta de classes da atual conjuntura política brasileira. In: Coutinho, Luciana Cristina Salvatti et. Al. (Orgs.) *História e historiografia da educação: debates e contribuições*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 49- 63. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/701/2/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf. Acesso em 10/04/2019 às 17h.

SILVEIRA, Zuleide. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. In: SILVEIRA, Zuleide S. Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). *Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 17-48.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E. Escola sem partido: a inquisição da educação no Brasil. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). *Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 69-96.

Entre a “Mãe Cívica” e a Degenerada: construção das mulheres no espaço público brasileiro

Helen Rocha Rotta

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. **Simone de Beauvoir**¹

Não há melhor forma de iniciar o texto aqui proposto do que com a reflexão feita por Simone de Beauvoir, em seu clássico livro *O Segundo Sexo*. Para a filósofa, as mulheres devem estar sempre vigilantes em relação a sua condição de existência, pois a mesma é adquirida através de conquistas e é mutável, ou seja, não há um estado permanente e naturalizado de qualquer processo de alargamento, emancipação ou ascensão social obtido por mulheres. Se essa tensão, como sugere Beauvoir, é constante, este fato pode ser analisado sob a luz dos diferentes contextos históricos que se apresentam, percebendo as suas especificidades para lançar a seguinte pergunta: quais são os momentos de maior inquietude social e por que os mesmos têm como desfecho a perseguição de mulheres? Obviamente não é o acaso.

Em *A Microfísica do Poder*, Foucault lança uma reflexão acerca dos corpos. Para ele, o é corpo um lugar que ele chamou de “circunscrição histórica”. É, portanto, a superfície em que os acontecimentos históricos, instituições, representações, símbolos, violências, políticas, distinções e dominações estão presentes, impressos e marcados. O corpo da mulher é

¹ BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

parte desses corpos e tem sido, de longa data, um corpo apropriado, um instrumento de poder ativo que normatiza e garante um sólido sistema de distinção para manutenção do *status quo* do homem, bem como o de uma sociedade baseada no poder dos mesmos. Profundamente amparado em símbolos, mitos e imagens, a figura da mulher esteve historicamente inserida em um lugar de perversidade, loucura, maldade, irracionalidade, doença e fraqueza. Esses corpos precisam, portanto, de elementos de restrição e controle, uma vez que não podem se auto gerenciar diante de tantas falhas físicas e mentais.

Olhando para esses aspectos, pode-se dizer que Beauvoir está irrevogavelmente correta em apontar que não há conquista permanente nos processos de emancipação percorridos e reivindicados pelas mulheres, pois o principal argumento que foi atribuído às mesmas é a diferença irrefutável e brutal do homem branco. Essa seguirá sendo sua marca eterna. Como Coloca Hall², a sociedade é fundada em pressupostos de diferenciação, como se fosse um grande quebra-cabeças de diferenças. Isso significa dizer que aquilo que cada indivíduo é – ou pensa ser – é pensado e construído e carece de se manter dentro da estrutura social naquele formato, para o bom funcionamento da mesma. As diferentes estratégias de poder são as que dão conta de organizar esse sistema complexo de distinções. E é por isso que os variados contextos importam na análise da presença da mulher na sociedade, uma vez que essa sociedade se movimenta a partir de novos interesses constantemente.

Assim como os contextos, é fundamental refletir sobre a diversidade do que abordamos genericamente como “mulher”. As mulheres brasileiras trazem consigo um elemento marcante na sua sociologia, que são as suas características individuais. Pertencem às mais variadas classes, etnias, religiões e etcetera, evidenciando que há no Brasil uma ampla forma de ação em sociedade, sejam elas mais voltadas para a inserção no trabalho, nas dinâmicas das comunidades mais específicas, em meios da

² HALL, Stuart. “Needs Identity?” in GAY, P; EVANS, J; REDMAN, P. *Identity: a reader*. London: SAGE Publications, 2000.

intelectualidade ou até mesmo nos espaços mais institucionais, como os da política, por exemplo. No entanto, muito embora existam diferentes formas e grupos atuando na sociedade, as mulheres seguem sendo, na sua totalidade, um grupo identitário estigmatizado, apropriado, normatizado e cerceado.

Há, portanto, por trás de todas as especificidades e variedades destas mulheres, um elemento em comum que as acompanha: o “ser mulher”, longe de qualquer essencialismo – pelo contrário, ressaltando que existem muitas diferenças que permeiam a existência das mesmas. São colocadas no lugar do outro, do diferente: não são homens. É na busca do entendimento destes mecanismos de, ao mesmo tempo, padronização e reforço das distinções, que este texto busca compreender como o avanço e chegada de períodos autoritários se caracteriza pelo recrudescimento e mobilização de modelos e sistemas de distinção, fragmentando e reordenando os espaços de presença e atuação das mulheres brasileiras.

Para tanto, será analisada a situação das mulheres no Brasil em relação a sua atuação no espaço público, refletindo as diferentes possibilidades de se colocar no mesmo, sendo ele um lugar do político, de pluralidade, visibilidade e ação e, por fim, liberdade, além de procurar perceber também quais são os dispositivos presentes que normatizam e fortalecem os sistemas de distinção, impondo regras que mediam os corpos e mentes destas mulheres. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a refletir acerca de como a presença das mulheres na esfera pública nos momentos do avanço autoritário no Brasil, de maneira a provocar uma espécie de alerta, leva as políticas autoritárias a mobilizarem mecanismos conservadores diversos.

Com o intuito de reforçar antigas representações – mas nunca defasadas –, um conjunto de símbolos, elementos de distinção, dispositivos de poder e dominação são ativados, com a intenção de organizar a presença e, principalmente, a ação dessa mulher em âmbito público, visando a não interferência da mesma na construção do campo político. Esses elementos podem ser observados, especialmente, a partir do Estado Novo até a véspe-

ras do Golpe de 1964, percebendo como o autoritarismo estadonovista mobilizou fortemente alguns elementos que ecoaram e interferiram na representação e na presença das mulheres, bem como nas suas dinâmicas de emancipação e conquista de direitos na sociedade brasileira.

O espaço público: lugar de mulher?

O crescimento das discussões acerca do feminismo, bem como as reivindicações e articulações de grupos de mulheres, entidades, partidos políticos e movimentos sociais em favor do mesmo, necessita discutir o significado da esfera pública para a compreensão do seu sentido de maneira mais profunda e para a realização efetiva de mudança nos aspectos políticos. Essa premissa – de entender, de conhecer e de reconhecer as mulheres no espaço público – torna-se fundamental, pois é urgente perceber a importância da atuação das mesmas em cada época e, para além disso, retomar e admitir o sentido dessa atuação. Para tanto, um breve entendimento acerca do conceito de espaço público é, sem dúvida, um dos fios condutores de suma importância para se discutir questões pertinentes à história das mulheres e gênero. Isso porque o lugar público é o lugar onde se desenrola o político³, o concreto, ou seja, carrega consigo o princípio da realidade em que vivemos. É nele que os corpos aparecem, são percebidos e observados. Homens, mulheres, masculino, feminino e os demais sistemas de distinções que foram criados circulam, coexistem e se estabelecem como categoria que faz parte daquilo que Hall chamou de quebra-cabeça social.

O lugar público, como aponta Benhabib⁴ se apresenta como um imperativo das várias subjetividades, intersubjetividades e normatividades que nele circulam, fruto desse esforço de mostrar diferenças e ressaltar confrontos. Foi para isso que eles foram criados. Assim, o espaço é constituído, ontologicamente, por ação e significação, onde a distinção funciona

³ MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

⁴ BENHABIB, Seyla. Feminist theory and Hannah Arendt's concept of public space. In: **History of the Human Sciences**, London, v 6, nro2, 1993.

como estrutura fundamental para organizar e, principalmente, delimitar os diferentes sujeitos que nela habitam, nas suas mais variadas condições e posições sociais⁵. Amparando-se nas formulações arendtianas acerca do público e do privado, pode-se inferir sobre, primeiramente, a significação destes dois espaços (público e privado) no âmbito da estrutura social e, posteriormente, observar de que maneira a presença da mulher se relacionou com a esfera pública e como a sua construção se insere na mesma.

Seyla Benhabib, em seu artigo *Feminist theory and Hannah Arendt's concept of public space*⁶ onde discute a importância do conceito de espaço público arendtiano para a teoria feminista, argumenta que o feminismo precisa conhecer o conceito de espaço público e tê-lo definido claramente, para que se possa compreender a sua importância na articulação das questões diversas do político. Arendt⁷ percebe o espaço público como um lugar cuja característica fundamental é a ação. Para a filósofa, a ação está amparada justamente na pluralidade que é proporcionada e existente no espaço público. Uma vez que nós somos seres sociais, para agirmos necessitamos da presença do outro. Arendt classifica o público, da mesma forma que Benhabib, como o lugar onde as coisas podem ser vistas e esses “outros” se fazem presentes. Na sua definição sobre privado e público, não acredita que o que ocorre no privado deva ser desconsiderado, mas salienta que a presença do outro cria uma possibilidade de diálogo e compartilhamento de experiências, transportando realidades que estavam restritas ao privado para o público e transformando-as em algo com que outros precisam se defrontar.

O espaço privado, por sua vez, se constitui como um lugar de privação, de restrição. Essa condição de privação implica em estar afastado das coisas humanas, que nos transformam em humanos e que só são possíveis em uma condição relacional. As consequências, para Arendt, da ideia de privação, se encontram no que diz respeito, portanto, a relações com o

⁵ BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

⁶ BENHABIB, Seyla. Feminist theory and Hannah Arendt's concept of public space. In: **History of the Human Sciences**, London, v 6, nro2, 1993.

⁷ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

outro, causando uma ausência de trocas que tem como resultado final uma condição de não atuação ou não existência. Nesse sentido, manter a mulher no privado tem como objetivo central atenuar a sua própria existência como ser social, tratando-a como elemento secundário para o funcionamento da sociedade. Em meio a algumas críticas às formulações de Arendt, principalmente em relação ao seu livro *A Condição Humana*⁸, Benhabib ressalta que a contribuição da filósofa é fundamental para a percepção do campo público como um lugar de ação e participação por parte das mulheres. Mesmo com ressalvas, Benhabib reconhece ser esse o ponto focal em que Arendt se torna indispensável para a teoria feminista quando aponta que tudo que é incluído na esfera pública torna-se uma questão de liberdade e se transforma em uma realidade perceptível e materializada dentro de discussões no campo do político, justamente por ganhar visibilidade. Ela traz as mulheres para o coletivo e impõe esse caráter de inevitabilidade de as mesmas serem confrontadas e vistas.

Esse aspecto é fundamental para compreender a distribuição das mulheres nos esquemas piramidais da distinção social: ser vista, atuar, criar concepções, ter suas próprias visões de mundo da realidade como ela é e também como ela pode ser percebida. A Igreja católica, grande pioneira na criação de regras para a existência e apropriação dos corpos das mulheres, tinha interesse em manter as mulheres com a falta do senso de realidade. Mantê-las em um mundo de caráter privado, imaginativo e sem a ideia de compartilhamento, de vida comum com outras comunidades e, por consequência, com a pluralidade presente na sociedade. Esse não era um projeto impensado, mas sim uma tentativa de mantê-las afastadas da característica do político que o espaço público carrega com ele: presença. Trocar, dialogar e perceber as divergências não era uma característica da estrutura do *paters*, da família e do privado. Assim, era um grande risco que essas mulheres frequentassem espaços de convivência pública que eram, naturalmente, o lugar de homens.

⁸ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

No ambiente projetado pelas regras da igreja fortalecia-se a preponderância do privado em detrimento do público, o que favorecia a criação do caráter apolítico na vida das mulheres. Essa privação, era – e segue sendo – uma tentativa de conduzir as mulheres a uma condição de apolitização – desconhecimento, não participação – no político inibindo aquilo que para Mouffe⁹ é constitutivo do campo político: antagonismos. Nesse sentido, existe uma importante razão de compreender o espaço público, por ser nele que se desenrolam questões do aspecto político. O político é, para a Mouffe, a forma como a sociedade é fundada, diz respeito às suas principais dinâmicas, que estão organizadas a partir de discussões, práticas e ações de poder e conflitos. É nesse sentido que o espaço público, produzido ontologicamente pela diferença, abre brecha para a reflexão proposta pelo presente texto: a mulher e o conservadorismo. Nas disputas naturais entre as mais diversas identidades que se confrontam no espaço público, surgem as mobilizações políticas. Quando as mulheres se colocam nessa esfera, trazem consigo o conjunto e o peso das representações que lhe foram atribuídas através dos seus corpos.

Como reflexão proposta por este trabalho, levantou-se a ideia de que o conservadorismo avança nos contextos de autoritarismo crescente. No Brasil, em alguns momentos é possível analisar essa hipótese sob a percepção dos diferentes agentes e como esses agentes mobilizam distintos mecanismos no campo do político. Essas mobilizações estabelecem certas maneiras de perceber a presença da mulher no espaço público e tem como consequência variáveis no *modus operandi* da época, produzindo retrocessos e recolocando no cenário visões de mundo profundamente arraigadas.

A mulher no Espaço público brasileiro

Nos contextos em que o conservadorismo avançou no Brasil, a situação e a presença das mulheres no espaço público foi percebida de distintas

⁹ MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

maneiras, reforça-se aquilo que Beauvoir propunha: não há uma permanente conquista de *status quo* das mulheres. Ressurgem, em determinados contextos, padrões de normatividade outrora adormecidos, mas introjetados e presentes em grande parte da sociedade. Stuart Hall, em seu texto *Who Needs Identity?*¹⁰ defende que o melhor momento para a análise de identidades são os conflituosos, por serem nestes que as divergências outrora ocultadas emergem. E é sobretudo nos momentos de crescimento do autoritarismo que se pode observar com mais evidência os problemas presentes no tocante das identidades de grupos minoritários e, evidentemente, na história das mulheres de maneira geral.

No Brasil, a presença¹¹ da mulher na sociedade, ou seja, a sua atuação e ação no espaço público foi construída e projetada sob a égide de representações¹² profundamente sacralizadas e privativas, como já apontado. A herança religiosa e as formulações das descobertas médicas oriundas do período lusitano e exploradas pelos brasileiros no início do XIX acerca do corpo e da pretensa “essência feminina” foram marcadamente produzidas através de constructos de dualidade. Conduziram noções como “bem e mal” ou “sagrado e profano” e invocavam a ideia da dúvida, da ambivalência presente nas mulheres, assim como a própria ideia do diabo, dual e que pode ser isso ou aquilo. A representação social da mulher foi arquitetada através daquilo que é naturalmente traiçoeiro e necessita sempre de um estado de vigia, de cautela. Sugere-se que ela pode simplesmente mudar, porque é suscetível e volátil.

A dominação através de símbolos e mitos se torna a base de um domínio na prática política e de como essa mulher é percebida e entendida na esfera pública e no próprio campo político. A construção de todos esses elementos fazem com que o homem seja o único indivíduo capaci-

¹⁰ HALL, Stuart. “Needs Identity?” in GAY, P.; EVANS, J.; REDMAN, P. *Identity: a reader*. London: SAGE Publications, 2000.

¹¹ Apenas para deixar mais claro que, quando se coloca a palavra presença, parte-se dos pressupostos arendtianos em que a palavra está profundamente ligada a outra, que é a ação. No sentido daquilo que a autora expõe ser inevitável para o espaço público, estar presente significa inevitavelmente agir, seja dentro das conformações sociais, seja de maneira transgressora.

¹² CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

tado para a presença e prática no campo político, ficando o funcionamento das coisas nas suas mãos, de modo que a conduta e o corpo da mulher tornam-se também componentes dessas decisões que por ele serão tomadas. Nesse sentido, conforme aponta Nicholson¹³, pode-se colocar que a própria edificação das categorias homem – mulher é profundamente política e trabalha para a manutenção dessa teia identitária que mantém o *status quo* do homem nessa relação de poder desigual.

Del Priore¹⁴ argumenta que os médicos portugueses estudavam o corpo da mulher ainda com o olhar que possui um elo entre religião e ciência, com o intuito de entender quais eram os desígnios de deus para com aquela criação. Uma vez que o corpo feminino era visto como palco de atuação de Deus e o Diabo, hora de uma hora de outro, qual seria a função da mulher na terra? A ciência trabalhava, nesse sentido, para definir, através da biologia, padrões de normalidade que, segundo a autora “exprimissem o destino[...] da mulher”¹⁵. Isso tornou-se bastante perceptível no período da colonização, por exemplo, que de fato ficou marcado por essa simbiose entre ciência e religião. Mas além disso, mostrava que o próprio médico era uma figura que ia para além da ciência como método e, reunia, nessa interação com a religião, aquilo que organizava um sistema de símbolos problemáticos para a mulher. Esse conjunto de saberes esteve muito fortemente associado à moralidade – âmbito que não compreende o saber médico-científico, ou seja, se antes a dominação da mulher era um assunto ultrapassado por estar amparado apenas em constructos religiosos, a cientificidade médica se apropriou dos corpos das mesmas para legitimar o discurso moralizante novamente.

Impressos na superfície corporal da mulher estavam, portanto, dois âmbitos de distinção do homem: por um lado, o destino biológico, justificado pela maternidade e pela natural tarefa de criação dos filhos e filhas e, por outro lado, aspectos mentais que traduziam a fragilidade da mu-

¹³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 8, n.2.p. 9-41, 2000.

¹⁴ DEL PIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

¹⁵ DEL PIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 79.

lher, ora em doenças que a ciência daria conta de atribuir a feminilidade, ora pela moralidade perversa que só poderia ser arquitetada pelo diabo.

Com as mudanças instituídas pelo processo de urbanização dos finais do século XIX e já no início do XX e a implementação da nova República, a figura da mulher ganha novamente importância, no que diz respeito a sua participação no campo político e, principalmente nesse momento, no espaço público. Segundo D'incão¹⁶, a rua, com status de lugar público das sociabilidades, passa a ser pensada e construída, no que diz respeito aos costumes e práticas, em oposição ao lugar privado. Na edificação dessa nova lógica urbana, as medidas de higienização implementadas pelos intelectuais do início do século XX tiveram um grande impacto e remobilizaram a criação de uma normatividade baseada no binômio ciência-moral. No novo esquema da limpeza social, o público precisou ser revisto e algumas atividades limitadas ao privado, como a presença das lavadeiras, por exemplo, impondo restrições diversas à população e descentralizando tanto atividades como também agentes sociais desse contexto. Descentralizar significava, portanto, que aquelas pessoas não deveriam mais ser vistas, com o objetivo principal de encobrir a sua própria existência, principalmente a sua ação.

Se pretende aquilo que D'incão chamou de “cidade burguesa”, baseada na tentativa de civilidade e modernização que puderam ser assistidas no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Passa por esse processo, concomitantemente e não menos importante, a construção daquilo que seria delegado ao privado, para que o bom andamento do público se estabelecesse. Nesse sentido, o privado passa a ser o local onde habita oficialmente o universo da mulher: sua atuação, sentimentalidades, sonhos, romantizações e toda a sensibilidade atribuída de maneira inerente ao seu ser. Passa a ser este também o espaço onde tarefas da mulher “ganham importância”. Gestora do lar, ela é quem deveria organizar os eventos sociais onde os seus maridos, figurões ou ascendentes a figurões

¹⁶ D'INCÃO, Maria A. Mulher e Família Burguesa. In DEL PIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

no esquema da distinção, receberiam seus colegas. Nesses momentos, eram permitidos instantes restritos de sociabilidades para as mulheres burguesas.

É nesse espaço dicotômico que operam os mecanismos de restrição, violências e abusos para as mulheres da classe média e da elite. Não se deve esquecer também de mencionar que as mulheres trabalhadoras estavam inseridas na dinâmica social de uma maneira muito mais exposta e perversa, porém com outras dinâmicas de visibilidade no espaço público. Segundo Rago¹⁷, as mulheres compunham grande número nas fábricas e, nesses lugares, experienciavam os piores tipos de violência, como as sexuais, baixos salários, longas jornadas de trabalho ininterruptos e maus tratos. O trabalho era, portanto, também ele uma ferramenta da dominação masculina. Por tratar de mulheres da classe operária, composta em grande número por negras e imigrantes, essas eram vistas como impuras e prostitutas¹⁸, o que concedia certo ar de permissividade nas ações abusivas dos patrões. A mulher trabalhadora enfrentava, por colocar-se no mercado de trabalho, a reputação de “ser pública”, ou seja, de estar disponível e, ao mesmo tempo, de negar ao pressuposto de reclusão e delicadeza que lhe foi atribuído como essência. Mesmo no âmbito privado, o lar das mulheres trabalhadoras também era visto como desestruturado e lugar de ausência dos valores morais presentes na família.

A montagem desse cenário da recente república denunciava, portanto, o crescimento de novos valores vigentes que englobavam, inegavelmente, os parâmetros sexuais, morais e a expressão dos corpos e mentes nos espaços em construção, expressando profundas visões de mundo acerca do que era ser/parecer mulher, visões essas que serviam aos pressupostos da predominância do homem. As visões de mundo são constantemente contruídas e remobilizadas nos períodos em que se fazem mais

¹⁷ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista- Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

¹⁸ MCGEE DEUTSCH, Sandra. “¿Mala fama?” La vida íntima de mujeres judías argentinas, 1890s – 1940s”, University of Texas-El Paso, consultado em estudiosjudios.ides.org.ar. Acesso em 03/04/2019.

necessárias, pois fazem parte daquilo que constitui os indivíduos, ao longo de sua vida. Manheim¹⁹ aponta que existem diversos níveis de experiência que estão em diálogo com cada época e, principalmente, em cada indivíduo conectado àquela época. Para o sociólogo, existem 3 níveis de entendimento na análise de conjunturas e indivíduos que devem ser percebidos: interação (como agem em sociedade), ideação (como pensam estes indivíduos, suas concepções no campo das ideias) e comunicação (como estes indivíduos comunicam as suas ações na sociedade).

Desta forma, há algumas dimensões que são transitantes entre aquilo que é, aquilo que se pensa ser e aquilo que se projeta coletivamente. É possível pensar então, como existe um resultado de experiências e construções social se expressando continuamente através da estrutura social, em jogos de poder e elementos simbólicos. Nesse sentido, o espaço público seria o palco das novas políticas que se pretendia desenvolver para o crescimento e consolidação dessa nova conjuntura projetada, sendo a mulher e a construção da sua imagem um pilar com significativa relevância no contexto.

O Avanço autoritário no Brasil: conservadorismo em marcha

No Brasil, algumas mulheres passam a ocupar mais espaços de convívio social, muitas delas através do trabalho. Há um alargamento nesse aspecto, em decorrência dos espaços ocupados por mulheres nos períodos de conflito, onde os maridos se faziam ausentes e estas precisavam dar continuidade ao sustento do lar. Mesmo na classe média e na elite, o campo do trabalho foi ampliado com algumas profissões mais especializadas, principalmente para a classe média ascendente, como os estabelecimentos comerciais. No entanto, mesmo com a conquista do direito ao voto na década de 30, onde se imaginava o nascer de uma condição diferente das representações sociais da mulher e da sua própria participação social, não

¹⁹ MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

alteram muito o *status quo* vigente e hegemônico²⁰. A dominação masculina, através das categorias duais homem-mulher – especificamente nessa ordem –, seguiu norteando o esquema identitário social.

Segundo Rago²¹, nos anos 20 e 30, surge no Brasil a figura da “mãe cívica”. A imagem da mulher projetada sobre o tripé maternidade/lar/marido se torna o principal exemplo de como devem ser as mulheres da pátria brasileira. A figura nacionalista ganha força após a revolução de 30 e, mais ainda, com a implementação das políticas estadonovistas de Getúlio Vargas. A historiadora ressalta que grande parte dos intelectuais do período, de positivistas a anarquistas e socialistas, valorizavam e atribuíam esse “papel”²² para a mulher brasileira. Há, nesse sentido, um revigoramento da dicotomia público e privado como estratégia para consolidar o conceito de mãe cívica e, como consequência, há um novo afastamento da mulher do espaço público.

A lógica hegemônica da dominação da mulher na sociedade foi fortalecida por Getúlio Vargas, principalmente nos anos do Estado Novo. Com políticas profundamente autoritárias, tinha como ideia o retorno da mulher ao âmbito privado, reestruturando a oposição público/privado e reforçando a definição desses espaços que estavam, por conta da urbanização e da modernização, permitindo certos elementos de flexibilização. O estado autoritário brasileiro passa a ser percebido como um organismo nacionalista e, para o bom funcionamento da pátria brasileira, precisava-

²⁰ De forma alguma pretende-se negar a importância do sufrágio feminino, ou mesmo sugerir que tal conquista não tenha significado emancipatório no sentido da participação das mulheres no campo político, através do voto. O sufrágio possui relevância tanto no que diz respeito ao protagonismo na política e no político, bem como proporcionou para as mulheres o aspecto institucional de suas reivindicações por direitos e por cidadania – logo, por reconhecimento político. Apenas argumenta-se que o sufrágio, em sua época e contexto, não foi suficiente para o desmonte dos sólidos constructos edificados sobre o que era ser e como ser mulher.

²¹ RAGO, Luzia Margareth. “Trabalho Feminino e Sexualidade” in PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 580- 606.

²² Coloca-se aspas em “papel” por compreender-se, assim como propõe Nicholson (2000), que não existe papel de homem e nem papel de mulher, mas sim determinações sociais baseadas em distinções que definem até mesmo aquilo que entendemos como as categorias homem/mulher e os “papeis” que ambos devem exercer, de forma rígida. A nomenclatura “papel” para denominar a representação da mulher na sociedade é subjetiva, remete a uma interpretação quase teatral e esquece muitas vezes de dar conta da diversidade e potencialidade das muitas mulheres presentes na estrutura social. Quando falamos em representações, por suposto, não estamos atribuindo essencialidade às mulheres, mas sim construções sociais sobre as mesmas que são variáveis em contexto e época.

se da mulher exercendo primeiramente aquilo que somente a ela poderia caber: a educação dos filhos e filhas, o futuro do Brasil. Esse discurso apelativo remobilizava os arquétipos da mulher com a maternidade e, ao mesmo tempo, tornava a atuação da mulher importante para o funcionamento de um regime político.

Essa era, claramente, uma estratégia para abafar as conquistas que foram obtidas pelas lutas feministas dos anos 20 e até mesmo pela questão do sufrágio brasileiro. Para a mãe cívica, o trabalho era algo impensável, o dinheiro era, como coloca Rago elemento perverso, sujo, que levava as mulheres a atos que fugiam a sua natureza, devendo esse ficar sob a tutela dos homens. O forte nacionalismo implementado por Vargas, através de um regime de cunho autoritário e repressivo, não permitia à mulher mobilidade dentro desse sistema de dominação. A bandeira nacionalista era a de cooperação com a pátria, com aquele sistema político, lugar e objeto de reflexão em que a mulher era tomada totalmente como um ser passivo. Liebel, citando Germanie Greer, aponta que há uma violação simbólica na mulher, que abarca todos os elementos já apontados até aqui – religioso, médico, sanitário – com o intuito de uma subjugação histórica. Segundo Liebel,

Germaine Greer lança em 1970, na Austrália, o seu *A Mulher Eunuco* (1971). Nele, ela analisa o estereótipo da mulher, uma imagem vetorial que é construída historicamente não apenas para a subjugação social e política da mulher, mas especialmente para a subjugação sexual. [...] Para Greer, essa violação simbólica do espírito feminino ocorre, metaforicamente, no próprio corpo da mulher. É através dos discursos médico, sanitário, mas também religioso, político, enfim, em todos os campos onde o masculino impera, que a mutilação ocorre. É necessário, assim, que as mulheres tomem consciência desse emaranhado discursivo e que se proponham a superá-lo.²³

Liebel aponta, a partir das reflexões de Greer, que há um medo dessas mulheres em subverterem a “ordem natural” das coisas. Em outras pala-

²³ LIEBEL, Vinicius. **Questões de Gênero: Conservadorismo e Sexo**. Comunicação na disciplina “Direitas, História e Memória II: opções de Conservadorismo” ministrada pelos professores Dr. Leandro Pereira Gonçalves e Dr. Vinicius Liebel. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ago-dez, 2016

vras, os mecanismos construídos para a dominação do homem são tão profundamente eficazes que as mulheres temem a solidão, o fato de ficarem solteiras, ou seja, perderem o sentidos e nortes das suas vidas, em nome de uma pretensa e prometida liberdade que não é garantida por nenhuma instituição e nem mesmo está presente no campo das ideias da sociedade vigente. As representações construídas sob a bandeira da “mãe cívica” dizem respeito a essa dominação e enclausuramento na perspectiva do campo político. Tornarem-se mulheres com pressupostos de ações na sua vida – o que implica naturalmente agir no espaço público e no campo do político – vai totalmente contra a lógica que permeia a sociedade da época. Essa é uma poderosa ferramenta para a manutenção do estado de coisas e da hegemonia do homem branco, através do controle dos corpos e, principalmente nesses aspectos aqui citados, das mentes das mulheres.

Há uma ideia totalmente necessária para a dominação masculina que é a de articular, através do político e utilizando-se da esfera pública como meio para tal, recursos que permitam outros tipos de dominação, como apontado acima, sexuais, sociais e até mesmo intelectuais. Essas dominações devem ser vistas, confrontadas e percebidas como modelos. Não apenas de perceber as mulheres, mas também como elas funcionaram como um manual a ser seguido, para que essa mulher pudesse compreender e se constituir ela mesma como sujeita no âmbito de sua existência. A ideia da mãe cívica, lançada e fortemente propagandeada por Getúlio Vargas, era um exemplo a ser seguido por todas as mulheres. Havia aquelas que se sentiam impelidas a serem a própria mãe cívica, seguindo todos os pressupostos desejados nesse espectro, mas também havia aquelas que não sentiam nenhuma vontade maternal, nenhuma vocação para o lar.

A estas mulheres, como coloca Engel²⁴, foi atribuída a doença, que se expressava no corpo através de negações mentais em seguir de forma passiva e dócil, as conformações sociais desejadas. Aliando outra parte da medicina, gênero e psiquiatria ganham debate acerca das identidades em

²⁴ ENGEL, Magali. “Psiquiatria e Feminilidade”. In DEL PIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000

conflito no campo social, principalmente no pós II Guerra, onde, como coloca Baumer²⁵, o projeto de sociedade imaginado para o homem, através do progresso, demonstrou sua falência. A psicologia passa a pensar justamente âmbitos mais subjetivos dessa derrota do homem moderno como nomeia Baumer, incidindo mais fortemente em muitos aspectos. No Brasil, a psiquiatria se apropriou outrora também desse debate e colaborou para o reforço das formulações demonizantes acerca da mulher. Dentre os objetivos dessa interferência, estava a vigilância sob as políticas que foram implementadas anteriormente, visando o controle social dessas mulheres.

Ao fim do regime estadonovista, todo o conjunto de formulações acerca da mulher permanecem disponíveis no campo político como uma visão de mundo presente e circulante, já que perduram estruturas simbólicas e subjetivas profundamente conservadoras. Pinski²⁶ coloca que, nos anos 50, ainda que se tenha observado um expressivo crescimento das mulheres no âmbito do trabalho – isso é, na esfera pública – onde as mesmas adquiriram alguma variedade de ofícios a serem realizados, permaneceu atrelada a figura feminina a negação da ideia da independência financeira, seja pela impureza/irresponsabilidade potencial do que essa mulher vista como ser que tendia a irracionalidade fosse realizar com esse dinheiro, seja pela própria imagem que ela passaria na esfera pública, vista como já apontado aqui “mulher pública”.

O lugar da mulher passou a ser constantemente reposicionado para o lar. Vinculados à representação da mulher, os padrões de feminilidade também ficam confusos nessa nova onda de ocupação das mulheres na esfera pública. Muitas eram cobradas pela manutenção, por exemplo, da boa aparência imagética que remetia aos parâmetros de feminilidade, como maquiarse, portarse e vestir-se com recato e fineza. Os chamados “anos dourados” como coloca Pinski também questionaram a presença dessas mulheres em ofícios tidos como tradicionalmente de homens e

²⁵ BAUMER, Franklin L. *O pensamento Europeu Moderno, vol. I Séculos XVI e XVIII*. Lisboa : Edições 70, 1990. BAUMER, Franklin L. *O pensamento Europeu Moderno, vol. I Séculos XIX e XX*. Lisboa : Edições 70, 1990.

²⁶ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

sugeriam que isso tudo teria como desfecho a perda dos privilégios femininos. Em outras palavras, essas mulheres estavam sujeitas àquilo que Germanie Greer apontou, anteriormente, como uma espécie de desproteção por parte dos homens por terem escolhido os descaminhos da independência. Isso pode ser percebido a partir do relato de alguns homens que se negavam a iniciar qualquer proposta de vida matrimonial com uma mulher que quisesse trabalhar. Para eles, havia uma ameaça iminente de negação da maternidade, falta de cuidados com o lar e pouca dedicação à vida conjugal. Para as muitas que trabalhavam e que iam contra seus desejos pessoais e acabavam se casando, quando a maternidade já era inevitável em suas vidas, era preciso aceitar o momento e deixar para trás os seus empregos, visando a dedicação exclusiva à criação dos filhos e filhas.

O período relativamente democrático experimentado pelo Brasil entre os anos de 1945 até fins dos anos 50 transitou por momentos de alargamento e mobilidade social para as mulheres. A luta feminista nesse período, como coloca Costa²⁷, vivenciou algum tipo de demobilização em decorrência da percepção de que as mulheres haviam atingido suposta emancipação, principalmente no âmbito trabalhista, importante bandeira do feminismo até o momento. No entanto, a economia brasileira esfria e, segundo Ianni²⁸, cria-se uma grande desigualdade social no período, em decorrência de políticas como o congelamento de salários e uma profunda dificuldade dos governos de Dutra e novamente Vargas em harmonizar a ambivalência entre desenvolvimento interno e a interferência do capital exterior. Essas dificuldades desagradavam a burguesia nacional, que via com desprezo a ideia de aumentos salariais, mobilizações sindicais trabalhistas. Como consequência desse processo, a presença da mulher torna-se mais uma vez desnecessária e problemática, assim como as demais identidades minoritárias.

²⁷ COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: Revista Gênero. Rio de Janeiro, 2005.

²⁸ IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

O fim dos anos 50 e os anos 60 trouxeram para a luz a luta das mulheres, muito influenciados, segundo Costa, por movimentos contestatórios mundiais, como os contra as guerras do Vietnã, por exemplo, a ideia de que pequenos movimentos e ações importam. Nesse sentido, os parâmetros conceituais se movimentam no campo político e geram debates dentro da própria teoria política. Esta possui como tradição perceber uma importância mais significativa para o lugar do que o privado. Nesse sentido, como aponta Costa,

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais.²⁹

Pode-se perceber, portanto, que se por um lado há uma tentativa sistemática de desarticulação e desmonte de qualquer tipo de motivação ou mesmo de organização mais efetiva de mulheres, há, por outro lado, um debate que diz respeito a uma classe média e elite de mulheres, repensando e estabelecendo novos parâmetros dentro da sua própria concepção na estrutura social e utilizando-se de categorias altamente relevantes, como o debate sobre os conceitos de público e privado e como esses se desdobram no campo político. Retoma-se, através de discussão das próprias mulheres, a relevância que o debate acerca do espaço público possui para a teoria feminista e para o processo de emancipação das mulheres. Na teoria Arendtiana, o espaço privado, como já apontou-se

²⁹ COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: Revista Gênero. Rio de Janeiro, 2005, p 3.

na primeira seção, é visto como um lugar restrito para a ação política. Isso não significa dizer que o mesmo não pode ser percebido como lugar onde ocorrem as opressões contra as mulheres, talvez as mais perversas. Também não pode ser entendido como um lugar onde não se estabeleçam disputas dentro da lógica opositória homem/mulher. Aliás, na teoria foucaultiana, por exemplo, os dispositivos de poder aparecem e se estabelecem nos mais íntimos e pequenos espaços, ganhando ampliação em contextos mais institucionais, a exemplo da biopolítica³⁰. Deve-se então refletir de que maneiras, em um sentido não antagônico, mas sim simultâneo e que se equivale, os dois espaços estão se organizando e através de quais pressupostos simbólicos e dispositivos de poder os mesmos operam.

Nos anos seguintes, seguindo o movimento de ampliação e arrefecimento dos debates sobre a mulher na sociedade brasileira, a figura da mesma será fortemente reprimida e controlada nos mais diversos aspectos. Com a ascensão do regime militar em 1964, a presença da mulher passa a ser fortemente repreendida, bem como qualquer tipo de atitude constestatória, vista como insurgente à ordem vigente. Segundo Ridenti³¹, a inserção das mulheres no campo político passa a ser diferenciada nesse momento, seja no sentido de colaborar com o regime ascendente, seja para pegar em armas e participar ativamente do processo de resistência que se gestou durante toda a ditadura militar brasileira. Costa³² aponta que uma parcela significativa das mulheres, de classe média e da elite contribuíram ativamente na manutenção dos valores conservadores remobilizados pela ditadura militar. Segundo a autora,

Não obstante, não se pode esquecer que os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes milita-

³⁰ FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

³¹ RIDENTI, Marcelo Siqueira. *AS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: OS ANOS DE CHUMBO*. *Tempo soc.*, 1990, vol.2, n.2, pp.113-128.

³² COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: *Revista Gênero*. Rio de Janeiro, 2005.

res instalados. No Brasil, merece registro o movimento articulador das Marchas com Deus, pela pátria e pela família, que mobilizou grande número de mulheres em 1964 e 1968. Como em outros lugares, as mulheres foram utilizadas como “massa de manobra” [...].³³

A utilização das mulheres como massa de manobra demonstra a própria contradição que se estabeleceu para estas através da dominação masculina recorrente de séculos. Além disso, deixa bastante clara a eficácia do aparato simbólico e discursivo construídos, que se tornaram profundamente introjetadas com alta permeabilidade histórica. Essas visões de mundo introjetadas, amparadas em uma relação de dominação dos corpos e mentes e que se expressam ações que são uma agressão à própria existência da mulher, explicam essas contradições.

Considerações finais

É possível perceber que o autoritarismo se desenvolve na sociedade principalmente nos momentos de tensão e crise, e acaba surgindo como uma alternativa para as demandas que surgem nesse contexto problemático ou de ruptura. Desta forma, o conservadorismo já existente se amplia e se remobiliza, pois, por um lado, a sociedade tem medo de mudanças e, por outro, as elites veem seu *status quo* ameaçado de alguma forma. No que diz respeito às mulheres, esse movimento de ascensão do autoritarismo e remobilização conservadora acaba gerando contradições e ambivalências, mas que, de maneira geral, tem como desfecho a reapropriação dos corpos e mentes das mulheres. A principal ferramenta para reorganizar da maneira mais apropriada a mulher nesse contexto é o espaço público e sua redefinição.

Na esteira desse debate e da sua fundamental importância, Benhabib³⁴ aponta que Hannah Arendt teve significativa colaboração para a

³³ COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: Revista Gênero. Rio de Janeiro, 2005, p 6.

³⁴ BENHABIB, Seyla. Feminist theory and Hannah Arendt's concept of public space. In: **History of the Human Sciences**, London, v 6, nro2, 1993.

teoria feminista mesmo na sua abordagem sobre o privado. Embora considerasse que a esfera privada não traz questões que se agreguem ao campo político em uma perspectiva de ação e mudança, suas formulações chamaram a atenção para a perspectiva de isolamento das questões das mulheres ao ambiente privado e a ocultação da participação das mesmas em espaços públicos, o que teria como desfecho a “não existência” ou, em outras palavras, a invisibilidade das mulheres como agentes ativas na estrutura social e no campo do político. Segundo Benhabib, é necessário apenas ressaltar que o espaço privado é considerado relevante para o desenvolvimento de diversas situações individuais das mulheres.

Como coloca Scott³⁵, ao lançarem-se no público e no social, todas as identidades tendem a ter uma diminuição da sua esfera particular e individual, visando a inserção em um constructo maior que diz respeito a um grupo identitário ou uma comunidade. Esse processo pode ser observado com as mulheres, considerando-se esta uma identidade ampla e fluída, onde as mesmas acabam por fazer esse esforço de “abandono” de alguns pressupostos privados e individuais para participar do jogo da representatividade e da participação. Porém, como sugere Benhabib, essa perda é necessária para o estabelecimento de possibilidades de reconhecimento e, desta forma, reivindicações políticas e sociais nas suas mais variadas formas. Em outras palavras, Benhabib e Scott sugere que, se não existir a visibilidade, se torna impossível qualquer tentativa de emancipação. Nesse sentido, o privado não pode estar em disputa com o público no aspecto de importância, pois se os debates das mulheres ficam restritos à esfera do privado, perde-se o seu caráter emancipatório e político, de liberdade e igualdade.

Refletir acerca da atuação e presença das mulheres no espaço público a partir de um pressuposto de liberdade significa dizer que no momento em que estas mulheres trazem para o domínio público questões de natureza diversa, essas questões tornam-se imediatamente

³⁵ SCOTT, Joan W.O Enigma da Igualdade. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

problemáticas do campo político, travando debates que possibilitam a ampliação do próprio campo. Também reforça-se a característica de pluralidade, de diferença, que, para Arendt, são constitutivos fundamentais dessa esfera. É especialmente a pluralidade e o antagonismo do campo político que os regimes autoritários objetivam aniquilar, através da mobilização de ferramentas conservadoras disponíveis para limitar a atuação da mulher na esfera pública.

Esse domínio simbólico e discursivo opera e se expressa através do corpo das mulheres, que carrega consigo as marcas de tudo que lhes foi atribuído ao longo da história. Ferramenta eficaz, é verdade, pois como livrar-se do seu próprio corpo para apagar estigmas sociais construídos? Nesse sentido, somente é possível defender a existência e a atuação das mulheres em um pressuposto de emancipação se compreender-se essas sistemáticas tentativas em controlar sua presença, seu entendimento e sua ação no espaço público, com a intenção de coibir a prática no campo do político e nas diversas políticas implementadas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003
- BAUMER, Franklin L. **O pensamento Europeu Moderno, vol. I Séculos XIX e XX**. Lisboa : Edições 70, 1990.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BENHABIB, Seyla. Feminist theory and Hannah Arendt's concept of public space. In: **History of the Human Sciences**, London, v 6, nro2, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: **Revista Gênero**. Rio de Janeiro, 2005.

- DEL PIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- D'INCÃO, Maria A. Mulher e Família Burguesa. In DEL PIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- ENGEL, Magali. “Psiquiatria e Feminilidade”. In DEL PIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- HALL, Stuart. “Needs Identity?” in GAY, P; EVANS, J; REDMAN, P. **Identity: a reader**. London: SAGE Publications, 2000.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LIEBEL, Vinicius. **Questões de Gênero: Conservadorismo e Sexo**. Comunicação na disciplina “Direitas, História e Memória II: opções de Conservadorismo” ministrada pelos professores Dr. Leandro Pereira Gonçalves e Dr. Vinicius Liebel. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ago-dez, 2016
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974. **1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MCGEE DEUTSCH, Sandra. “¿Mala fama?” La vida íntima de mujeres judías argentinas, 1890s - 1940s”, University of Texas-El Paso, consultado em estudiosjudios.ides.org.ar. Acesso em 03/04/2019.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 8, n.2,p. 9-41, 2000.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista- Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. "Trabalho Feminino e Sexualidade" in PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 580- 606.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. AS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: OS ANOS DE CHUMBO. *Tempo soc.*, 1990, vol.2, n.2, pp.113-128.

SCOTT, Joan W.O Enigma da Igualdade. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

Construção de Hegemonia e Articulação da Grande Burguesia Brasileira

*Flávio Henrique Calheiros Casimiro*¹

Introdução

A proposta deste estudo, que se insere no esforço coletivo de um conjunto de trabalhos sobre a reestruturação das direitas no Brasil, tem por objetivo suscitar algumas reflexões teórico-políticas sobre algumas das formas com as quais a burguesia brasileira buscou redefinir suas estratégias de construção e atualização da hegemonia, após o processo de redemocratização, a partir da década de 1990. Nesse sentido, a proposta tenta alinhar um esforço de ordem teórica, a partir do pensamento crítico rigoroso da tradição marxista – principalmente a partir das concepções desenvolvidas por Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas – à pesquisa empírica sobre a atuação de aparelhos privados de atuação política e ideológica da chamada “*Nova Direita*” brasileira. Por sua vez, é importante ressaltar que o texto aqui desenvolvido constitui uma versão adaptada e resumida de algumas das discussões presentes em minha tese de doutorado, publicada pela editora Expressão Popular em 2018, com o título “*A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*”.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professor de História Econômica, Política e Social do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas.

A proposta concentra-se em uma tentativa de refletir sobre a organização da burguesia empresarial e a estruturação da dominação de classe no Brasil, tendo em vista, por um lado, sua complexa relação com o Estado e, de outro, sua posição dependente, porém ativa, no que tange às determinações do capitalismo mundializado. O exercício da dominação de classe pressupõe a existência de um Estado que dê condições e estrutura o poder, universalizando os interesses específicos de determinada classe para todo conjunto social, assim como viabilizando um “bom ambiente de negócios” para a expansão capitalista. Como nos diz Nicos Poulantzas: “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção”². Por conseguinte, o que complexifica a compreensão das formas de dominação de classe, principalmente na conjuntura atual do capitalismo, é, justamente, a observação da estruturação dessa dominação burguesa a partir de interesses e de uma atuação que vai muito além dos limites do Estado, sintonizando-se às relações capital-imperialistas.

Diante do exposto, a proposta deste capítulo é analisar a atuação de alguns aparelhos privados da nova direita no Brasil, como é o caso do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC). As duas organizações são representantes de frações da grande burguesia brasileira e desempenham importante papel de articulação empresarial para a ação política. Constituem, além disso, importante plataforma de expansão internacional dos negócios das frações burguesas as quais representam. Inserem-se, portanto, no conjunto das estratégias de reconfiguração da dominação de classe no Brasil, tanto em sua relação com o Estado, como no processo de internacionalização da burguesia brasileira, entendendo esse processo de forma dialética, como um elemento imperioso do atual estágio do capitalismo mundializado.

² POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 44.

Relação entre Estado e sociedade civil para a atualização da dominação de classe.

Garantir a realização da dominação e direção, ou seja, garantir a construção de uma hegemonia, exige uma atualização constante das estratégias de produção de consenso, onde o custo político e social da manutenção prolongada de um regime ditatorial pode trazer tensões, muitas vezes, perigosas do ponto de vista da legitimidade do poder e, por outro lado, em certa medida, podem dificultar a própria reprodução ampliada da acumulação capitalista. Nesse contexto, a defesa da democracia constituía bandeira comum entre as distintas classes e frações de classe em disputa nos primeiros anos após o processo de redemocratização do país, entretanto, a reconfiguração do papel do Estado nessa nova ordem era campo de disputas, tanto entre as classes, como intra classe burguesa. Destarte, era preciso articular os interesses das distintas frações do capital e a manutenção da dominação burguesa e é justamente nesse aspecto que apontamos para uma condição importante para a compreensão da estruturação do domínio burguês, que nos remete a um debate quanto à concepção de sociedade civil e sua relação com o Estado.

Por conseguinte, apontamos para a concepção de sociedade civil a partir da teoria de Gramsci. Não se trata, porém, da leitura hegemônica a partir da apropriação realizada por Norberto Bobbio, em que a sociedade civil em Gramsci o teria consagrado como o “teórico das superestruturas”, onde a “unicidade entre a sociedade política e sociedade civil, entre ditadura e hegemonia e demais díades gramscianas, é completamente rompida, erigindo-se em seu original lugar, um suposto antagonismo entre os termos”³.

A filosofia da *práxis*, como apresentada pelo filósofo sardo, caracteriza-se justamente pela relação dialética entre tais categorias, assim como sua necessária compreensão a partir de sua relação com a realidade his-

³ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 16.

tórica concreta. Na visão de Bobbio, Gramsci teria promovido uma ruptura com o pensamento de Marx, alterando o conceito de sociedade civil. Entretanto, como afirma a historiadora Sônia Mendonça, um aspecto que merece destaque na crítica à herança perniciosa legada por Bobbio aos gramscianos seria a “sua cegueira quanto ao fato de ser a sociedade civil em Gramsci o caminho por cujo intermédio ele enriqueceu, com novas determinações, a teoria marxiana do Estado, ampliando-a e completando-a”⁴. Sônia Mendonça ainda define que:

O cerne do conceito de sociedade civil em Gramsci refere-se à configuração e à produção de vontades coletivamente organizadas, implicando em visões de mundo, em consciências sociais e em formas de serem adequadas – ou opostas – aos interesses burgueses.

Sua materialidade institucional específica consiste em um conjunto de aparelhos privados de hegemonia e instâncias de associação voluntária, diversas de empresas e instituições estatais, dotadas de formatos variados que vão desde clubes a jornais, associações de moradores, revistas, etc, espelhando a própria complexificação da sociedade capitalista e a pluralização dos interesses nela presentes, tanto de grupos dominantes quanto de grupos dominados⁵.

O poder do Estado enquanto órgão e mecanismo de dominação de classe se edifica não somente no âmbito da sociedade política e da burocracia do poder político que compõe sua ossatura material, – havendo uma separação entre a esfera da política e a esfera da economia como supõe o pensamento liberal – mas, fundamentalmente, essa dominação, como muito bem-apresentado por Gramsci, está alicerçada na relação dialética entre sociedade política e as trincheiras e casamatas avançadas na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci:

a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto das associações na vida civil, constitui para a arte

⁴ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 16.

⁵ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 17-18.

política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc⁶.

A concepção de sociedade civil aqui adotada, portanto, não se encontra em oposição ao Estado, como se esse fosse o espaço do poder político e da dominação enquanto a sociedade civil seria o espaço da produção e da liberdade dos indivíduos – concepção muito característica de uma tradição do liberalismo. A sociedade civil e a sociedade política se fundem na concepção de Estado ampliado ou Estado integral de Gramsci, em que a sociedade civil é o espaço onde o Estado e, por sua vez, a dominação de classe, encontram seu sustentáculo fundamental. Temos aqui a articulação e/ou interdeterminação entre infraestrutura e superestrutura, onde se inicia o poder político, que funda-se com o exercício do poder de classe, em que sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observadas a partir de processos históricos concretos. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes:

Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada⁷.

A partir da concepção de Estado ampliado de Gramsci e do papel edificante do poder pelos organismos atuantes na sociedade civil é que adentramos na discussão sobre as formas de organização da direita brasileira, em seus aparelhos de atuação política e ideológica ou como chamou Gramsci: “aparelhos privados de hegemonia”. Carlos Nelson Coutinho define esses aparelhos como portadores materiais da sociedade

⁶ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere - Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3, p. 24.

⁷ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 216.

civil, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social. A reprodução do capital necessita de atores e intelectuais coletivos que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. E, por conseguinte, a hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida.

Nesse sentido, o historiador Marcelo Badaró Mattos afirma que as classes dominantes não apenas monopolizam ou controlam as agências de governo para garantir seus interesses (embora o façam), mas, para tanto, antes já se organizaram em espaços na sociedade civil – associações, sindicatos, clubes, ONGs, fundações privadas etc. – onde fortalecem os laços de unidade entre os que defendem suas propostas como interesse geral (nacional, de todos, dos cidadãos etc.) e a partir daí, estabelecem consensos, que muitas vezes incluem setores dominados que aceitam tais propostas como se suas fossem⁸.

Nesse mesmo sentido, Poulantzas afirma que o “Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e as classes dominadas”⁹. Ainda segundo Mattos, “essa é a plataforma de força para que esses projetos alcancem a sociedade política (ou Estado no sentido mais restrito), para serem executados como políticas públicas que se apresentam como atendendo a interesses gerais”¹⁰.

A luta pela hegemonia na sociedade, na concepção gramsciana, pressupõe tanto a coerção como a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores. Nessa perspectiva, a hegemonia, além da

⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009. p. 76.

⁹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 36.

¹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009. p. 77.

violência, necessita, em níveis variados, da persuasão e do estabelecimento de consenso. A classe burguesa moderna, nessa linha, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais *on line* (cada vez mais eficazes e sedutoras) que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe a partir do controle do Estado, aqui entendido no sentido estrito.

Na mesma perspectiva, o “intelectual orgânico”, como nos apresenta Gramsci, não se define pelo seu grau de escolaridade ou erudição, mas sim pelo seu tipo de ação, isto é, pela função que exerce no “trabalho” de construção da base de consenso na sociedade. Portanto, coerção e consenso se articulam dialeticamente na medida que o Estado busca “educar” as classes subalternas a partir dos interesses e da concepção de mundo da classe dominante, e por outro lado “pune” aquelas em que o consenso não é capaz de absorver. Como afirma Gramsci:

O Estado, também nesse campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosas” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado¹¹.

Dessa forma, mesmo o Estado sendo fortemente criticado nos discursos e certas concepções teóricas da direita, a burguesia enquanto classe dominante é parte indissociável deste Estado, que por sua vez, em sua essência, garante seus interesses, mas, por outro lado, condensa relações de poder e lutas de classes.

¹¹ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere - Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3, p. 28-29.

A reconfiguração e atualização das direitas no Brasil vem se desenvolvendo paulatinamente, desde os anos de 1990, enquanto processo, que vem se apresentando seja pela ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do poder e significado dos movimentos sociais e trabalhistas. Esse processo passa pela atuação incisiva do Estado, seja por meio da coerção violenta sobre os movimentos e sindicatos, ou mesmo com os processos sucessivos de expropriações sociais, com a desregulamentação e dilapidação de direitos historicamente conquistados.

Essa atuação se faz também através de estratégias simbólicas de produção de consenso, por meio da naturalização de um novo significado de ator social – com a atuação de intelectuais coletivos, de espaços de socialização como instituições religiosas conservadoras, dos meios de comunicação e das novas mídias sociais – despolitizando as relações sociais, esvaziando o debate político de sua profundidade. Trata-se de uma espécie de “gota-a-gota simbólico”, nas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1998), para o qual jornais escritos e televisivos, mídias sociais, instituições e intelectuais contribuem muito fortemente – e algumas vezes mesmo inconscientemente, visto que grande parte das pessoas que reproduzem essas ideias o fazem de forma irrefletida – produzindo, entretanto, efeitos muito profundos. É assim que, no fim das contas, determinados valores e interesses da burguesia, mesmo que questionáveis do ponto de vista da luta de classes, são apresentados sob as aparências de uma suposta inevitabilidade.

Ressalta-se, por sua vez, que o processo de reestruturação e, mesmo, reinvenção das direitas no Brasil, deve ser entendido em sua materialidade histórica, ou seja, como um processo que foi sendo construído de acordo com os embates locais e específicos, porém sem perder a noção de totalidade, tendo em vista as determinações internacionais do capital. Esse novo *modus operandi* do empresariado representante de determinadas frações da burguesia brasileira é condizente e condicionado ao campo de lutas internas, assim como a sua condição dependente no quadro do capitalismo mundializado.

Esse desenvolvimento de entidades de classe evidencia a complexificação da sociedade brasileira em seu processo tardio de ocidentalização. Essas entidades empresariais atuam corporativa e politicamente como sociedade civil, como aparelhos privados de hegemonia, todavia participam íntima e visceralmente do Estado. Por conseguinte, atuando como sustentáculos para a construção da hegemonia da burguesia empresarial, essas entidades de caráter patronal buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação que se manifesta na *práxis* tem um caráter pedagógico de persuasão discursivo-ideológico, conscientemente organizado e executado por agentes e instituições, com o objetivo de defender sua posição de dominação, assim como a ampliação da acumulação capitalista.

A proposta de reforma do Estado constituía a principal bandeira de grande parte da burguesia brasileira, no início da década de 1990, principalmente, em função da forte difusão do programa neoliberal com as determinações das agências internacionais (FMI, Banco Mundial) e o Consenso de Washington. No mesmo sentido, além dos conflitos de classe, tensões inter-burguesas também adquiriam cada vez mais musculatura. O Estado, por sua vez, amplia-se a partir de sustentáculos da sociedade civil que buscam capturar ou executar suas funções, abrindo cada vez mais tensões, reconfigurando-se para contê-las no processo de construção de uma efetiva hegemonia burguesa. Na letra da historiadora Virgínia Fontes:

A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar as massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos

associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, sustentabilidade¹².

Dessa forma, é preciso compreender a conjuntura dos anos de 1990 como um processo complexo e atravessado por interesses e condicionantes internos e externos, apontando as relações entre, por um lado, a necessidade da burguesia em atualizar suas estratégias, o que envolve a reconfiguração da ossatura material do Estado, adaptando-a ao seu projeto e, por outro – na medida em que capital é valor que se valoriza e, desta forma, precisa estar em constante valorização – sua necessidade permanente de expansão e internacionalização, mesmo que de forma subalterna no conjunto do capital-imperialismo mundializado. Pois, como afirma Virgínia Fontes, “as burguesias – ainda que subalternas – precisam continuamente expandir suas fontes de encapsulamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandem suas fontes de extração de mais-valor¹³”.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI): projeto de poder e internacionalização da burguesia brasileira

A Folha de São Paulo publicou uma matéria, em junho de 1989, narmando e enaltecendo o nascimento de um grupo de “grandes” e “comprometidos” empresários industriais, em São Paulo, que se reuniam semanalmente, longe dos “assédios da imprensa”, com o objetivo de “traçar as linhas básicas do que poderá ser o primeiro passo para a retomada do desenvolvimento econômico independente da ação do Estado”. Tratava-se do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. Ainda na matéria, nas palavras do jornalista Frederico Vasconcelos (Folha), o objetivo do IEDI “é ambicioso, mas factível a médio prazo, a julgar pelo peso dos empresários envolvidos: elaborar um projeto indus-

¹² FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 296.

¹³ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 11.

trial realista, dentro de uma estratégia que vise aumentar a produção, a produtividade, o emprego e o salário real”¹⁴.

Nessa conjuntura de intensa mobilização e organização empresarial em seus aparelhos de atuação política e ideológica em 23 de maio de 1989, foi fundado, por cerca de 30 empresários industriais, o IEDI. Sua atuação teve por base a formulação de diagnósticos, estudos e pesquisas sobre a economia brasileira e a questão do desenvolvimento, assim como na elaboração de propostas de políticas públicas. Nesse sentido, a entidade articula importantes frações da burguesia brasileira e busca elaborar uma série de mecanismos para difundir seu projeto de poder. Em seus trabalhos, o IEDI apresenta uma suposta “condição nata” da grande burguesia industrial como sendo o agente político fundamental para direcionar a política brasileira, defendendo seu papel tanto no interior das classes dominantes, como no próprio Estado, aqui entendido no sentido restrito. Para tanto, elaborava diretrizes de ação a partir de um “Projeto de Desenvolvimento Industrial”, pautado na economia de mercado, como sendo a locomotiva para o progresso do país. De acordo com o cientista social Álvaro Bianchi:

Participaram da fundação da entidade e mantiveram nela destacada atuação de importantes industriais, representando empresas e grupos de diversos ramos, principalmente paulistas, mas não só. Entre elas merecem destaque pela importância Aracruz Celulose, Cofap, Coldex Frigor, Gradiente Eletrônica, Metalúrgica Gerdau, Indústrias Votorantim e Grupo Monteiro Aranha. Entre os sócios-fundadores e integrantes do Conselho Administrativo, nove apareceram nas listas de empresários destacados anualmente pela Gazeta Mercantil durante a década de 1980. Também dá mostras da influência dos membros do IEDI a participação destes à frente de entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da indústria Eletro-Eletrônica (Abinee) e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da indústria de Base (Abdib)¹⁵.

¹⁴ Folha de São Paulo, 25/06/1989.

¹⁵ MENDEZ, Álvaro Bianchi. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: EdUnicamp, 2010, p. 187

O IEDI, por conseguinte, a partir de um projeto de poder bem definido, buscava eleger, agregar e articular os setores mais poderosos da grande burguesia brasileira para uma espécie de “tomada de consciência” do seu suposto papel de protagonismo nas decisões políticas nacionais e no estabelecimento de diretrizes para a elaboração de políticas públicas. Apesar de assumir este papel de articulação no conjunto das frações da burguesia, sua ação é eminentemente voltada ao Estado. Para levar a cabo seu programa estrutural de poder, age a partir e por dentro da estrutura estatal, buscando definir ou reconfigurar o papel do Estado no sentido de conduzir todas as suas dimensões no conjunto da vida social.

Entretanto, além de atuar de forma estrutural, partindo de um projeto de poder, em que a redefinição da estrutura do Estado garante maiores taxas de acumulação e a posição hegemônica da grande burguesia, no conjunto das classes dominantes no Brasil, o IEDI, também busca atuar na internacionalização dessa burguesia. O fato é que essas formas de atuação são complementares e dialéticas diante das aspirações capital-imperialistas da burguesia brasileira. O Programa de Desenvolvimento Industrial como plataforma de um projeto de nação para o Brasil compreende, por sua vez, políticas de incentivo à internacionalização da burguesia brasileira.

Além de disputar pelos recursos públicos e financiamentos do BNDES, a defesa do IEDI penetra na questão cambial e cobra por políticas públicas direcionadas ao “investimento para exportação, ampliação do financiamento da exportação e do capital de giro para a produção para exportação, a internacionalização das empresas nacionais”¹⁶. De acordo com um estudo do IEDI, esse processo de avanço do setor industrial brasileiro no exterior estaria muito abaixo das suas possibilidades e a principal razão seria a falta de um “Projeto de Desenvolvimento Industrial” como eixo norteador de todas as esferas da vida social e que, dessa forma, viabilizasse o processo de internacionalização. Obviamente, a estratégia de ação do instituto não está amparada apenas na articulação

¹⁶ Diário do Comércio e da Indústria: 17/11/2002. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/instituto_propoe_maior_agregacao_de_valor.html. Acesso em 20/10/2016.

empresarial, mas na formatação do Estado para o atendimento desses interesses específicos de setores mais robustos da burguesia brasileira.

De acordo com Júlio de Almeida, membro do IEDI, as empresas brasileiras que se instalam no exterior, predominantemente, investem em “serviços técnicos, escritórios de vendas, como fizeram a Sadia (que mantém centros de distribuição nos EUA e na Argentina) e a Embraer (que abriu oficinas e escritórios nos EUA, Europa e Ásia e, no ano passado, anunciou uma joint venture na China)”¹⁷. E complementa: “ou como a siderúrgica Gerdau, que, para driblar barreiras comerciais, adquiriu nos últimos anos usinas no Uruguai, no Chile, nos EUA, na Argentina e no Canadá”¹⁸ acrescenta o estudo.

Dentre os representantes do setor industrial, apresentados pelos estudos do IEDI, aparecem várias empresas ligadas aos próprios membros conselheiros do IEDI, como o Grupo Gerdau, Odebrecht, Embraer e Votorantim. Dessa forma, o IEDI está defendendo os interesses específicos da grande burguesia industrial brasileira, como se fossem um projeto de nação.

Quanto ao seu posicionamento geopolítico no conjunto das determinações capital-imperialistas, no que concerne à inserção do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o IEDI apresenta uma mudança de postura ao longo do tempo. Em algumas análises, apresenta-se de forma mais contida e protecionista, temerosa com uma abertura ampla e, em outros estudos, demonstra uma postura mais otimista e propositiva em relação à adesão do Brasil à ALCA.

No estudo publicado pelo IEDI em 05 de novembro de 1998, “Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial”, o instituto defende que a “regionalização dos mercados no plano internacional constitui uma razão a mais para a articulação entre as políticas de comércio exterior e a Política de Desenvolvimento Industrial”. Nesse sentido, o IEDI aponta

¹⁷ Folha de São Paulo, 02/03/2003. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/investimento_de_fora_vira_deficit_externo.html. Acesso em 20/10/2016.

¹⁸ Folha de São Paulo, 02/03/2003. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/investimento_de_fora_vira_deficit_externo.html. Acesso em 20/10/2016.

que a constituição do MERCOSUL, “ao promover a unificação aduaneira e, futuramente, a integração dos mercados nacionais, está demandando do Brasil a definição de uma estratégia de mais longo prazo”¹⁹.

Para o IEDI, por conseguinte, a defesa de uma política voltada ao cone sul, em detrimento da integração à ALCA, seria mais estratégica para o Projeto de Desenvolvimento Industrial brasileiro. Como apresenta o estudo: “A negociação com os países-membros do MERCOSUL será mais frutífera, facilitada e positiva para o Brasil na medida em que seja orientada a partir de uma estratégia nacional”²⁰. Por fim, o estudo deixa clara a posição defendida pelo IEDI em relação à adesão à ALCA. Assim afirma: “Justamente devido a esta preocupação, o IEDI se manifesta contrário à aceleração das negociações relativas à ALCA, pois ela pressupõe a definição de objetivos estratégicos e a maior consolidação do MERCOSUL”²¹.

Em maio de 2002, o IEDI lançou um estudo denominado “*Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira*”, em que estabelecia as características do que seria um bom acordo para o setor industrial brasileiro. Dentre os quesitos estavam a eliminação de “barreiras não-tarifárias e os subsídios que restringem as exportações em relevantes segmentos brasileiros, tanto industriais, quanto agrícolas e agroindustriais”²². O estudo ainda ressalta:

Não podem ser esquecidos a falência de milhares de empresas e o desemprego gerado na indústria pela abertura malfeita dos anos 90. Por isso, é também imprescindível negociar na ALCA um consistente cronograma de liberalização de importações e uma lista de produtos “sensíveis”, além de adequadas regras de origem e salvaguardas por perdas de margens de preferências de produtos brasileiros em mercados sul-americanos²³

¹⁹ IEDI. Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial. Sumário Estudo publicado em 05/11/1998. p. 14.

²⁰ IEDI. Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial. Sumário Estudo publicado em 05/11/1998, p. 14.

²¹ IEDI. Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial. Sumário Estudo publicado em 05/11/1998, p. 14.

²² IEDI. Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira. Estudo publicado em 21/05/2002, p. 1. In: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30fo403db.pdf>. Acesso em 22/10/2016.

²³ IEDI. Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira. Estudo publicado em 21/05/2002, p. 1.

Já no estudo “ALCA: *Objetivos e Condições*”, publicado em 26 de junho de 2002, o IEDI defende que uma das condições mais importantes para a ampliação das exportações brasileiras “seria abrir mercados externos para produtos nacionais”²⁴. Segundo o estudo do IEDI, uma “parcela significativa das exportações brasileiras está sujeita a um protecionismo internacional que ainda perdura a despeito da abertura e da liberalização comercial mundial ocorridas nas duas últimas décadas”²⁵. O IEDI, neste outro momento, categoricamente passa a apoiar a adesão do Brasil na Área Livre de Comércio das Américas. E assim define:

O IEDI identifica na ALCA uma oportunidade de ampliação de mercados para o Brasil e, portanto, um potencial instrumento para o fortalecimento de nosso setor externo. São essas considerações que justificam a conclusão das discussões havidas no IEDI em torno ao tema. A conclusão geral é que apoiamos a negociação do Brasil para a criação da ALCA²⁶.

Em março de 2003, o IEDI defendia uma estratégia de atuação articulada entre os países pertencentes ao MERCOSUL, no avanço das negociações internacionais. O estudo afirma que seria “essencial manter a unidade do bloco nas negociações em curso na ALCA e com a União Europeia e, ao mesmo tempo, é necessário avançar na coordenação sistemática de posições intra-Mercosul nas negociações multilaterais na OMC”²⁷. O objetivo seria potencializar o poder de negociação de cada um dos países.

A necessidade de internacionalização da burguesia brasileira no quadro capital-imperialista está entre os temas de maior inserção nos estudos publicados pelo IEDI. Em setembro de 2014, o IEDI publicou um estudo sobre as medidas necessárias para a retomada do crescimento e

²⁴ IEDI. ALCA: *Objetivos e Condições*. Estudo publicado em 26/06/2002, p. 2. In: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30fo43e6c.pdf>. Acesso em 20/10/2016.

²⁵ IEDI. ALCA: *Objetivos e Condições*. Estudo publicado em 26/06/2002, p. 2. In: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30fo43e6c.pdf>. Acesso em 20/10/2016.

²⁶ IEDI. ALCA: *Objetivos e Condições*. Estudo publicado em 26/06/2002, p. 2-3. In: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30fo43e6c.pdf>. Acesso em 20/10/2016.

²⁷ IEDI. Mercosul: *Sua Importância e Próximos Passos*. Estudo publicado em 11/03/2003. In: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53de0fo471do.pdf>. Acesso em 22/10/2016.

superação do quadro de crise econômica, denominado “A Reorientação do Desenvolvimento Industrial”. O primeiro elemento apontado pelo instituto nesse sentido foi a necessidade de “potencializar a internacionalização das empresas brasileiras e aproximá-las das cadeias globais de produção. Rever a legislação sobre a taxa dos resultados das empresas no exterior será uma providência indispensável para esse objetivo”²⁸. O ponto fundamental dessas publicações está, justamente, no direcionamento de políticas públicas e adequação da estrutura institucional do Estado, aos interesses específicos da grande burguesia brasileira.

Como nos mostrou Karl Marx: “a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares”²⁹. Nesse sentido, a estratégia de internacionalização da burguesia industrial brasileira conduzida pelo IEDI constitui um dos seus principais mecanismos mobilizadores do empresariado. Justamente porque isso implica em processos de redefinição da própria institucionalidade do Estado. Organizar a burguesia com vistas a sua inserção no quadro internacional do capital exige, por sua vez, mais do que a mobilização e estratégia empresarial. Necessita, sobretudo, de certas condições políticas, econômicas e sociais que demandam formas específicas de atuação do aparelho institucional do Estado para sua viabilização. O IEDI, enquanto aparelho privado de ação política e ideológica da grande burguesia brasileira, atua no sentido de elaborar programas, pressionar e cobrar pela implementação de reformas na estrutura material do Estado, no sentido de garantir a ampliação desse processo no conjunto dos seus interesses de ampliação das taxas de lucro, no quadro da acumulação de capital. A partir dessas conexões, frações da burguesia buscam associar-se no quadro do capitalismo mundializado, como uma das facetas do capital-imperialismo.

²⁸ IEDI. A Reorientação do Desenvolvimento Industrial. Estudo publicado em 05/09/2014. In: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/540f7cof3f431341.pdf>.

²⁹ MARX, Karl; ENGELS, Frederick. O Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A. (org). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo-Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo-Contraponto, 1998, p.11.

O IEDI enquanto intelectual coletivo da burguesia industrial brasileira, ao longo de toda sua existência – tanto em suas publicações, nos seus chamados *Estudos*, nas *Cartas* do IEDI, como nas *Análises* do IEDI, que representam algumas das ações desenvolvidas pela instituição – sempre apresenta a relação com o Estado como sendo fundamental para seu projeto de nação. Apesar de toda ênfase de tais setores da burguesia na defesa incondicional da economia de mercado e outros pressupostos do liberalismo econômico, sua atuação e foco, na verdade, está por dentro do Estado, entranhado em sua estrutura institucional, convertendo as políticas públicas aos interesses privados da grande burguesia como se estes fossem universais. Coloca-se nesse processo de construção de um novo projeto de nação como o verdadeiro portador da “racionalidade” necessária para a transformação e progresso do país, ator político fundamental para o desenvolvimento, e único capaz de conduzir a sociedade brasileira ao quadro de prosperidade do mundo globalizado. O empresário e dirigente da entidade, Eugênio Staub (Gradiente), em entrevista à Folha de São Paulo, resumiu assim as “crenças fundamentais” da entidade: “A primeira é que o desenvolvimento econômico e social está intimamente ligado ao desenvolvimento da indústria, e a segunda é que nós empresários, como **membros da elite**, temos a responsabilidade de desenhar e construir o futuro do país”³⁰

O Movimento Brasil Competitivo (MBC): a reconfiguração do Estado como veículo e resultado da atualização da dominação no Capital-Imperialismo.

Como resultado de um projeto de aprimoramento da organização empresarial chamada Movimento Brasileiro da Qualidade e Produtividade, foi criado, no Rio de Janeiro, em novembro de 2001, o Movimento Brasil Competitivo (MBC). Assim como o IEDI, a instituição foi estrutu-

³⁰ MENDEZ, Álvaro Bianchi. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: EdUnicamp, 2010, p. 187.

rada a partir de empresários pertencentes às frações da grande burguesia brasileira e representantes da sociedade política. Desde 2004, o MBC é reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Em sua fundação, o movimento contava com 13 grupos empresariais, chegando, com dois anos de atividade, ao número de 73 grandes empresas associadas. Em 2002, o movimento mudou sua sede para o Distrito Federal³¹.

O Movimento Brasil Competitivo tem como principal fundador e presidente do seu Conselho Superior o empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Gerdau é presidente do Grupo Gerdau, que inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. e a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., dentre outros, e é líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP). É membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do International Iron and Steel Institute (IISI), membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões, do Conselho de Administração da Petrobras e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal (no Governo Dilma Rousseff). Atuante em diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira, nos anos de 1980 foi membro dirigente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), da União Brasileira de Empresários (UB), dirigente do Instituto Liberal (IL), do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN). Ainda é conselheiro do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), membro do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium (IMIL) e membro do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), dentre outras instituições de representação classista e sindicatos patronais.

Além de um corpo de associados mantenedores que compreende os grandes grupos empresariais nacionais, multinacionais e as grandes empresas ligadas ao Estado, o MBE também conta com um quadro de

³¹ Relatório Anual do MBC, 2006.

associados institucionais que denota a sua capacidade de articulação e seu projeto político, para além dos interesses imediatos da classe burguesa. Dentre as instituições que se associaram ao programa defendido pelo movimento estão as principais organizações sindicais da classe trabalhadora, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Dessa forma, a organização burguesa, além de congregar os interesses do grande capital, incorpora entidades de representação das classes trabalhadoras, como forma de captura e ressignificação de suas bandeiras de luta, propondo um discurso universalizante, o discurso de um partido político, no sentido ampliado como proposto por Gramsci.

Completam o quadro de associados institucionais a partir de 2006: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Centro para Inovação e Competitividade (CIC); Departamento Inter-Sindical de Estudos Econômicos e Estatística (Dieese); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV); Fundação de Desenvolvimento Tecnológico (Fundatec); Fundação Dom Cabral (FDC); Fundação Nacional da Qualidade (FNQ); Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná (IBQP/PR); Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Instituto de Engenharia; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O Movimento Brasil Competitivo alinha-se às organizações da sociedade civil que criam mecanismos de ampliação do Estado, no sentido gramsciano, em que a sociedade civil e Estado estão dialeticamente articulados, desenvolvendo, por sua vez, alternativas para a sua privatização, empresariamento das suas funções sociais, assim como implantando modelos privados de gestão na administração pública. Essa estratégia de reconfiguração da ossatura institucional do Estado é dialeticamente veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa em sua expressão capital-imperialista.

Tendo em vista essa observação, a partir de 2003, o MBC passou a organizar o Congresso Internacional Brasil Competitivo. Dentre os temas das 12 edições do evento de periodicidade anual estão: “Inovação como Fator de Competitividade”, “200 anos de Estado: A inovação na Gestão Pública”, “Gestão Pública e Sustentabilidade”, “Competitividade em Foco”, “3ª Conferência de Inovação Brasil – EUA”³². O então governador do Espírito, Santo Paulo Hartung (PSDB), defendeu a “realização de uma Reforma do Estado brasileiro, com o objetivo principal de promover alterações nas leis que regem o serviço público no País”³³. Hartung foi um dos palestrantes do painel ‘*Gestão Pública Eficiente – Casos de Sucesso em Governos Estaduais*’, dentro do 7º Congresso Internacional Brasil Competitivo, realizado no ano de 2009.

A nona edição do evento promovido pelo MBC foi realizada em 2011, com o patrocínio Máster da Petrobras e também financiado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Odebrecht, Sebrae, Gerdau e pelo Grupo Votorantim. A proposta foi abordar as perspectivas para a implementação “eficiente” da gestão pública adaptada às noções de “Sustentabilidade”³⁴.

O discurso da sustentabilidade configura-se como arma simbólica na luta de classes entre as diferentes concepções de mundo em disputa e mecanismo de naturalização no conjunto dos valores e padrões de sociabilidade do capital, em sua conformação neoliberal. O congresso internacional, por sua vez, constitui-se tanto como uma instância de auto-promoção da entidade, formação de quadros de intelectuais orgânicos, assim como espaço de discussão e mobilização empresarial com articulação na sociedade política.

Atuando no sentido de estabelecer os seus próprios diagnósticos sobre a conjuntura econômica e suas relações com as formas de organização política, o MBC e a Câmara Americana de Comércio para o

³² <http://www.mbc.org.br>, acesso em 01/10/2015.

³³ Jornal ESHOJE, 28/07/2009.

³⁴ Relatório Anual MBC, 2011.

Brasil (AMCHAM) lançaram, em conjunto, no ano de 2006, o projeto denominado Painel de Competitividade. Segundo o relatório de gestão do MBC, o projeto tem como objetivo desenvolver uma abordagem

que reúne indicadores considerados pelos principais estudos sobre competitividade global: *The Global Competitiveness Yearbook* (IMD) e *Doing Business* (IFC/BIRD), totalizando 24 variáveis em três subgrupos: custo e disponibilidade de capital, custo fiscal e institucional, e custo operacional, entre o período de 2000 e 2006. O objetivo do Painel é avaliar quais são os determinantes da competitividade de uma economia, a fim de identificar os principais entraves ao seu desenvolvimento³⁵.

O programa desenvolvido pelo MBC e AMCHAM parte do conceito de competitividade empresarial, que à primeira vista concentra-se em estratégias de gestão e indicadores econômicos, entretanto, no seu horizonte estão também seus pressupostos referentes ao papel do Estado no processo e, acima de tudo, as reformas que seriam “necessárias”, de acordo com sua concepção, para seu alinhamento ao sistema internacional do capital. Ao buscar a chancela de instituições como *The Global Competitiveness Yearbook* (IMD) e *Doing Business* (IFC/BIRD), o MBC assume essa perspectiva alinhada ao capitalismo mundializado.

Outro foco da atuação do grupo de intelectuais do movimento é a articulação da burguesia brasileira, com vistas a sua internacionalização. Nesse sentido, o MBC integrou o grupo de instituições que estruturavam a Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu). A entidade organizava visitas ao congresso norte-americano e às autoridades do poder executivo daquele país, tendo como principais pontos de debate e negociação a agenda para a estruturação de relações bilaterais. Em troca, normalmente, recebia o pacote de orientações de ajustes e reformas de mercado que o Estado deveria passar para a viabilização de um “bom ambiente de negócios”.

³⁵ Relatório Anual do MBC 2006.

Além do MBC, compunham a seção a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro e São Paulo (AMCHAM/RJ e SP), Centro Brasileiro de Relações Institucionais (Cebri), Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) e Fundação Armando Álvares Penteado (Faap)³⁶.

O diretor da Construtora Odebrecht e membro do Conselho Superior do MBC, José de F. Mascarenhas, afirma que o maior avanço da globalização está na “área econômica pelo progresso material que proporciona às populações”. Dessa forma, a burguesia brasileira busca acionar o Estado como mecanismo de viabilização no processo de internacionalização capital-imperialista. Segundo o diretor da Odebrecht, esse modelo econômico de produção “veio para permanecer e os países que não o entenderem ficarão com o seu desenvolvimento atrasado. Essas empresas quase sempre se localizam no topo das cadeias produtivas, atraindo outras, de porte médio e pequeno, mais focadas no mercado interno dos países³⁷.”

A partir dos debates promovidos pela seção, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho de Competitividade Americano (CoC) reuniu, em 2010, empresários, autoridades representantes da sociedade política e membros da comunidade acadêmica para a Segunda Conferência de Inovação Brasil-Estados Unidos na Georgetown University, em Washington, DC. A proposta da conferência se insere no rol de iniciativas da burguesia brasileira, em sua perspectiva de inserção e/ou manutenção de sua posição subordinada, no sistema internacional no quadro do capital-imperialismo.

Dentre os palestrantes no evento estão o diretor da Odebrecht, José de Freitas Mascarenhas; o presidente da Ford para o Mercosul, Marco Oliveira; o presidente da APEX, Alessandro Teixeira; o presidente da ABDI, Reginaldo Arcuri; a presidente do Conselho de Competitividade norte-americano,

³⁶ Relatório Anual do MBC 2007.

³⁷ Relatório Anual do MBC 2007.

Deborah Wince-Smith; e o presidente fundador do MBC, Jorge Gerdau³⁸. A Conferência teve o apoio da Georgetown University, da Michigan State University, da Arizona State University e The University of Akron.

O relatório de resultados da Segunda Conferência de Inovação Brasil-EUA afirma que o evento reuniu 400 executivos de alto nível, reitores de universidades e importantes autoridades governamentais de ambas as nações para abordar o que, segundo os organizadores da Conferência, seriam os cinco grandes desafios globais para o século XXI:

- 1 - Como os Estados Unidos e o Brasil atenderão à demanda global por energia, que aumentará em quase 50% em 20 anos, ao mesmo tempo em que equilibram a necessidade de crescimento sustentável e o uso de outros recursos críticos, como a água?
- 2 - Como poderão dois dos maiores produtores agrícolas alimentar o planeta – que enfrenta a necessidade de dobrar a produção global de alimentos em 50 anos – e continuar a inovar na fronteira das biociências?
- 3 - Como os líderes das duas nações fomentam a criatividade e a inovação em um mundo que, até 2050, terá mais de dois terços da população vivendo em cidades?
- 4 - Quais são as ferramentas e as infraestruturas críticas necessárias para a inovação no século 21 – de redes de transportes e logística à banda larga e computação em nuvem – e como nos preparar para a mudança?
- 5 - Como será a manufatura no século 21 – e como os EUA e o Brasil poderão liderar o desenvolvimento e a implantação de uma plataforma para o mix mais inovador de manufatura e serviços que criará valor para a sociedade? Quais as novas empresas, indústrias e empregos que definirão a prosperidade nas próximas décadas?³⁹

A partir dos temas norteadores, a empresária Deborah L. Wince-Smith, presidente e CEO do Conselho de Competitividade (CoC), em sua apresentação define que a Globalização, a liberalização do comércio e a difusão da tecnologia da informação abriram oportunidades de crescimento e investimentos em todo o mundo. Por outro lado, afirma que

³⁸ Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

³⁹ Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

esse processo teria elevado o patamar de desempenho e criado pressões nas nações, regiões, setores, empresas e trabalhadores para atenderem a novos padrões de competitividade global.

Dessa forma, os organizadores do evento defendem como pressuposto o processo de internacionalização no contexto da globalização como veículo fundamental para o progresso e prosperidade material da sociedade. E, como não poderia ser diferente, o relatório apresenta algumas “adequações” na estrutura institucional do Estado que seriam necessárias para viabilizar tal processo de desenvolvimento econômico, a partir de uma “agenda da eficiência”. Assim define o relatório:

precisamos encarar a “agenda da eficiência”, que se traduz em medidas com impacto direto na produtividade do setor privado e, por conseguinte, na competitividade. Esta agenda inclui: uma reforma tributária, para simplificar e reduzir a nossa carga tributária; a redução na taxa de juros, que só poderá ser conseguida de forma consistente com a redução do deficit orçamentário; e a regulamentação mais flexível do mercado de trabalho⁴⁰.

O relatório de resultados do evento também apresenta que essa parceria entre o MBC, a ABDI e o CoC viabilizou um acordo que selou o compromisso assumido por organizações do setor privado do Brasil e dos Estados Unidos de aumentar a competitividade por meio do desenvolvimento de ações conjuntas e troca de experiências. “A assinatura do memorando formalizou o início de uma jornada de inovação entre os dois países, que teve como marcos as visitas oficiais dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush, então no exercício do cargo”⁴¹.

Como parte do seu programa de internacionalização de frações da burguesia brasileira, o MBC articulou estratégias de inserção em outras economias a partir da organização de projetos de consultorias. Dessa forma, segundo o relatório da entidade, o movimento foi encarregado de desenvolver um trabalho de consultoria com o objetivo de fomentar o

⁴⁰ Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

⁴¹ Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

crescimento econômico de Moçambique. O relatório afirma que o projeto de cooperação surgiu a partir de um encontro realizado em Maputo, capital de Moçambique, na África, e que reuniu representantes empresariais e lideranças governamentais e parlamentares de nações africanas e de outros países, dentre eles Romênia e Brasil⁴².

O objetivo do encontro, de acordo com o MBC, foi debater estratégias que propiciem a criação de um ambiente mais favorável ao comércio e ao investimento em Moçambique. “Vamos disseminar a experiência brasileira no desenvolvimento de ações de melhoria do ambiente de negócio em Moçambique. Além disso, a consultoria é uma fonte geradora de recursos para o Movimento Brasil Competitivo (MBC)”⁴³, explicou o empresário José Fernando Mattos, diretor-presidente do MBC.

Em seu projeto de reconfiguração da aparelhagem estatal, para a promoção de “eficiência” e “competitividade” na gestão pública que viabilize um ambiente propício para os negócios e internacionalização da grande burguesia, em 2007 o movimento organizou o chamado “Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP)”. Segundo o seu relatório anual, o projeto

tem como proposta qualificar a gestão pública brasileira e para isso tem atuado, desde 2005 em melhorias na gestão de estados, municípios e órgão do governo federal, fornecendo orientações de especialistas da iniciativa privada. (...) Para isso, utiliza-se do conhecimento técnico e da metodologia científica para promover melhorias na gestão. Até agora, o PMGP já foi implementado em importantes órgãos da Administração Federal, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, governos estaduais como o de São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Sul e Pernambuco, prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, além do Governo do Distrito Federal⁴⁴.

O MBC busca não somente “educar” ou “formar” a burguesia para o consenso intra-classe, a partir de sua plataforma de “eficiência” e “com-

⁴² Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

⁴³ Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

⁴⁴ Relatório Anual do MBC, 2007.

petitividade”, mas também difundir e instrumentalizar, na aparelhagem estatal, o seu modelo privado de gestão, como proposta “modernizadora”. Como afirma o fundador do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter, “com o programa, ajudamos os gestores públicos a aumentarem a eficiência do Estado na arrecadação de receita, na redução das despesas e na otimização do gerenciamento de projetos”⁴⁵. A partir do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP), o MBC passou a atuar junto a uma série de governos estaduais para a sua implementação, e, entre 2007 e 2010, o programa foi implantado nos governos de São Paulo, com José Serra (PSDB); do Rio de Janeiro, com Sérgio Cabral Filho (PMDB); de Minas Gerais na gestão de Antônio Anastasia (PSDB); do Distrito Federal com José Roberto Arruda (PFL); do Pernambuco com Eduardo Campos (PSB); da Bahia com Jaques Wagner (PT); no estado de Alagoas com Teotônio Vilela Filho (PSDB); no Mato Grosso, com Blairo Borges Maggi (PPS); no Rio Grande do Sul, no governo de Yeda Crusius (PSDB); em Sergipe, com o governador João Alves Filho (PFL); no Pará, com a governadora Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PT).

A revista EXAME publicou uma matéria sobre o programa voltado à gestão pública, desenvolvido pelo MBC. A matéria intitulada “a ‘banda’ boa do setor público” afirma que:

Apesar de desconhecida, há uma parcela do Estado brasileiro que trabalha duro, mede, compara, analisa, persegue metas. E ela está aumentando de tamanho (...). Boa parte desses avanços foi impulsionada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) - entidade que vem assessorando e financiando a modernização administrativa de vários estados e municípios⁴⁶.

O programa organizado pelo MBC tem como principal objetivo a conversão da administração pública dentro dos moldes da iniciativa privada. O projeto incide sobre diferentes áreas da administração, propondo reformas em setores como educação, saúde, segurança pública, meio

⁴⁵ Relatório Anual do MBC, 2007.

⁴⁶ Revista Exame, 20/08/2009

ambiente entre outros, baseados na lógica mercadológica de competitividade. Dessa forma, privatiza-se não a estrutura e ativos diretamente, mas sim as formas de gestão do bem público, de acordo com os preceitos da economia de mercado. Prefeituras, governos estaduais e outros órgãos da esfera pública como a Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Aviação Civil – Aeroporto de Guarulhos – e o Tribunal de Justiça de São Paulo foram contemplados pelo Programa Modernizando a Gestão Pública do MBC.

O MBC, por conseguinte, pode ser caracterizado como uma espécie de organização paraestatal. Sua estrutura penetra e mistura-se ao Estado com seus intelectuais e mecanismos de ação e privatização das formas de gestão, ao mesmo tempo em que seu conselho superior possui assentos natos para altos cargos da estrutura institucional do Estado. Essa organização ultrapassa os interesses imediatos da classe burguesa, incorporando/cooptando/ressignificando, por sua vez, interesses e reivindicações das classes subalternas. O movimento, com significativos canais de acesso à estrutura institucional do Estado, dispõe de um projeto político-ideológico estrutural. O MBC elabora diretrizes e estratégias de ação, tanto no sentido do posicionamento do empresariado nas relações como o Estado, na naturalização de seus padrões de sociabilidade, como também na condução de projetos de internacionalização da burguesia brasileira, entendendo esse processo como dialético para a dominação de classe.

Dessa forma, o Movimento Brasil Competitivo mobiliza os interesses de determinadas frações da grande burguesia brasileira e, para tanto, aciona a chancela do Estado, através de sua articulação com o mesmo. A própria figura de Jorge Gerdau Johanpeter, que dispõe de um impressionante capital político e prestígio não só entre os círculos empresariais, mas, sobretudo, nos gabinetes e estrutura institucional dos governos – transitando e participando tanto de inúmeros aparelhos privados de hegemonia, como de diferentes comissões e conselhos da administração pública, ou seja, por dentro do Estado – ajuda a demonstrar essa complexa e intrínseca relação entre sociedade civil e Estado.

Considerações Finais

Por fim, apontamos o importante processo de ocidentalização da sociedade brasileira como um aspecto fundamental para a compreensão tanto do processo de reinvenção das Direitas no Brasil, como das novas formas de dominação burguesa que se inscrevem a partir da conjuntura dos anos de 1990. Marcelo Badaró Mattos afirma que do ponto de vista da complexificação da sociedade civil, com a multiplicação de partidos, “no sentido amplo e não formal” de Gramsci, ou como são mais comumente chamados “aparelhos privados de hegemonia”, o Brasil do início do século XXI pode ser entendido como plenamente ocidental⁴⁷. É nesse sentido que apontamos o papel dessas frentes móveis de interesse de classe enquanto trincheiras avançadas na sociedade civil, fundamentais para a construção do consenso e, por sua vez, para a estruturação da dominação burguesa. Como nos diz Gramsci:

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica⁴⁸.

Para viabilizar um projeto de dominação, é necessário agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais, até os grandes conglomerados financeiros e industriais, penetrando nos mais diversos níveis da sociabilidade. Destacamos aqui a atuação do em-

⁴⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009. p. 93.

⁴⁸ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere - Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p.48

presário Jorge Gerdau Johampeter como um verdadeiro intelectual orgânico desse projeto de atualização da dominação de classe no Brasil, que além do IEDI e do MBC, atua em uma gama imensa de aparelhos de ação política e ideológica da burguesia brasileira, nessa interconexão com a institucionalidade do Estado restrito.

A dominação de classe depende, por conseguinte, do controle ou captura do Estado, nessa relação dialética que constitui-se como uma estrutura fundamental para a manutenção e reprodução do poder de classe, a partir da universalização dos seus interesses. Essa captura, contudo, não deve ser entendida a partir de uma visão “instrumentalista” do Estado, como se houvesse uma utilização do Estado por uma classe, mas, como visto em Poulantzas, o Estado é uma condensação de relações de força, o que não impede a compreensão de que há uma *natureza* de classe no Estado capitalista⁴⁹. Segundo Sônia Mendonça:

o capitalismo é constituído pela exploração de classes, ainda que ele não se resume ao mero sistema de sua opressão, já que submete toda vida social às exigências do mercado e da mercantilização da própria vida. E o Estado ampliado, sem deixar jamais de ser uma condensação dessas mesmas relações de classe, contribui, para além da simples coerção, para perpetrá-lo⁵⁰.

Por conseguinte, esses aparelhos de organização da ação política e ideológica da grande burguesia brasileira representam, em uma sociedade ocidentalizada, estruturas estruturantes do poder de Estado. Mesmo diante de interesses capitalistas mundializados que, por sua vez, extrapolam as fronteiras dos Estados, esses constituem espaços fundamentais para o exercício da dominação de classe capitalista. Destarte, o papel e abrangência do Estado vai muito além da simples dominação política imediata. Como afirma Poulantzas:

⁴⁹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

⁵⁰ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 25.

o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas⁵¹.

A partir do exposto, afirmamos que essa Nova Direita brasileira, aqui representada pela burguesia empresarial, em algumas de suas frentes móveis, o IEDI e o MBC, vem buscando universalizar a sua concepção de mundo para todo o tecido social, no intuito de legitimar sua posição dominante e, para tanto, o Estado é seu mecanismo fundamental. Essa naturalização de uma cultura única, de uma sociabilidade do capital entranhada nas mais diversas e específicas manifestações da vida social, é que legitima e garante a manutenção sempre atualizada da hegemonia burguesa e, por sua vez, a reprodução ampliada da acumulação capitalista.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CASIMIRO, F. H. C. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI. Antônio. *Cadernos do cárcere - Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. 428 p. v. 3.

⁵¹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 17.

MENDEZ, Álvaro Bianchi. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: EdUnicampi, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. O Manifesto do Partido Comunista. In: Reis REIS FILHO, D. A. (org). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo-Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo-Contraponto, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

Dimensões do anticomunismo na imprensa Católica no pré-1964

*Francis W. de B. Andrade**

Introdução

Discutir e analisar qualquer manifestação anticomunista no Brasil, do ponto de vista de sua elaboração e distribuição, sempre nos coloca sob a difícil ponderação entre entendê-la enquanto instrumento ou convicção de seus produtores. No entanto e de forma mais geral, é notório que o anticomunismo no Brasil sempre foi utilizado pelas classes dirigentes como meio de garantir a manutenção da ordem vigente com vistas a pormenorizar qualquer possibilidade de seu rompimento.

Nesse sentido, é possível identificar que qualquer mínima ameaça aos interesses dirigentes no Brasil a partir da década de 1920 sempre recebeu a alcunha de manifestação comunista, salvo pouquíssimas exceções¹. Tal afirmação se sustenta por exemplo na própria atualidade, onde o discurso anticomunista foi reestruturado e amplamente difundido na campanha presidencial de 2018, inclusive se mantendo extremamente forte mesmo após a posse do atual presidente.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor de História Contemporânea no Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (ISEED/ Campus João Paulo II). E-mail: francis_uff@hotmail.com

¹ Alguns trabalhos foram fundamentais para a elaboração desse artigo, dos quais destaco os seguintes: MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa. Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998; MOTTA, Rodrigo P. S. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002; RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul(1945-1964). 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003; SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros(1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Desta feita, embora sejamos obrigados a reconhecer que as campanhas anticomunistas são estruturadas a partir de dois extremos não necessariamente excludentes, o anticomunismo como ferramenta usada na tentativa de manipulação da opinião pública de um lado e como convicção de outro, o que aqui nos interessa é o seu caráter instrumental.

Nesse sentido, este capítulo se propõe a desenvolver uma avaliação quantitativa/qualitativa de suas fontes exatamente no sentido de apresentar como suas linhas editoriais de órgãos organizavam suas campanhas anticomunistas de acordo com o cenário político nos idos do pré-1964.

No tocante à seleção do *corpus documental*, foi priorizada a possibilidade de contraposição entre jornais de alcance regional como o caso dos mineiros *O Arquidiocesano* e a *Gazeta de Minas* com o influente *O Santuário*, produzido pela Basílica Nacional na cidade paulista Aparecida.²

Em termos teóricos lançamos mão da noção de Estado Ampliado proposta por Gramsci, onde o mesmo se configura como “...*todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados*”³.

Nessa proposição, o papel da sociedade civil é alargado e extrapola a simples questão da liderança ou não frente às questões econômicas, pois para o pensador italiano, a sociedade civil é Estado e juntamente com a sociedade política se conformam enquanto duas esferas concernentes à superestrutura.

² Essas fontes pesquisadas trazem interessantes similaridades e diferenças importantes para o abalçamento final das conclusões alcançadas neste estudo: a) além de ser um periódico de alcance regional com tiragem de 6000 exemplares semanais, O Arquidiocesano era pensado e consolidado por clérigos ligados à sede do Bispado Mineiro, localizada na cidade de Mariana-MG. A população marianense na época era de 32.578 habitantes, estando 15.730 na zona urbana e 16.848 na zona rural; b) a *Gazeta de Minas*, publicada em Oliveira-MG e igualmente ao anterior, também se configura como um periódico de alcance regional, mas com tiragem de 3000 exemplares semanais. Foi o primeiro jornal fundado no estado de Minas Gerais, e desde a fundação até o início da segunda metade do século XX seu comando esteve sob a orientação de leigos, passando então às mãos dos clérigos apenas durante a década de 1950. Nos idos do pré-1964 sua população estava dividida em 15.039 habitantes na zona urbana e 13.657 na zona rural, totalizando 28.696 pessoas; c) O Santuário, com tiragem de aproximadamente 70 mil exemplares semanais, possuía como editores responsáveis, clérigos que ocupavam posição central na Igreja Católica no Brasil, pois era uma publicação oficial do Santuário Nacional. A população de Aparecida era de 19.696 habitantes sendo apenas 4.406 pertencentes à zona rural. Todos os dados populacionais foram extraídos da seguinte fonte: *Anuário estatístico do Brasil 1961*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

³ GRAMSCI, Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 87.

Assim, seguindo as proposições gramscianas, entendemos a sociedade política como expressão da fração hegemônica que controla os aparelhos de coerção física dentro da legalidade, amparados na aplicação das leis e desempenhada pelas forças armadas e polícia. Já a sociedade civil, composta pelos aparelhos privados de hegemonia, se configura a partir do agrupamento das instituições responsáveis pela elaboração/difusão dos valores simbólicos e de ideologias na sociedade, tais instituições são: a igreja, a escola, a imprensa e os partidos políticos, dentre outros.⁴

Portanto, admitindo a Igreja Católica do Brasil enquanto um aparelho privado de hegemonia, são dois pontos a serem apresentados em relação às fontes analisadas: 1 - A exibição dos dados mensais proporcionais relativos à somatória das áreas em cm² dedicadas ao anticomunismo em cada um dos jornais; 2 - A correlação entre as variações desses dados e o contexto sócio-político da época.

Já a hipótese central que norteou o trabalho foi a de que o anticomunismo brasileiro sempre esteve fadado à dinâmica do processo histórico apresentando uma configuração inconstante com contornos de maior e menor recrudescimento em diferentes conjunturas ao longo do século XX.

Como fator indicativo da plausibilidade de tal hipótese temos em um curto período de tempo, julho de 1961 a junho de 1964, a grande variação da intensidade na propaganda anticomunista nas fontes tratadas, definida principalmente por momentos de acirramento da crise em contraposição aos de relativa calma.

O Anticomunismo Católico no pré-1964⁵

A partir da leitura do Gráfico 01 identificamos certa consonância na utilização das áreas dos periódicos pesquisados para a veiculação de maté-

⁴ PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵ Embora o tratamento e análise das áreas dedicadas ao anticomunismo em cada jornal tenham ocorrido em termos proporcionais, duas informações são muito importantes: 1) ao todo foram contabilizadas 989 matérias publicadas no recorte temporal em questão, dentre as quais 266 em *O Arquidiocesano*, 161 em a *Gazeta de Minas* e 562 em *O Santuário*; 2) em números absolutos, o espaço total dedicado às matérias anticomunistas foi de 168.729 m², sendo 40.890 m² em *O Arquidiocesano*, 37.877 m² em a *Gazeta de Minas*, e 89.962 m² em *O Santuário*.

rias anticomunistas em momentos de maior e menor acirramento da crise institucional no Brasil dos idos do pré-1964. Tal consonância se torna mais explícita com as curvas tendenciais de regressão polinomial em seis pontos que, além de amenizar a suposta disformidade, propiciam o alcance da média aproximada entre os pontos sublinhados nos diferentes meses.

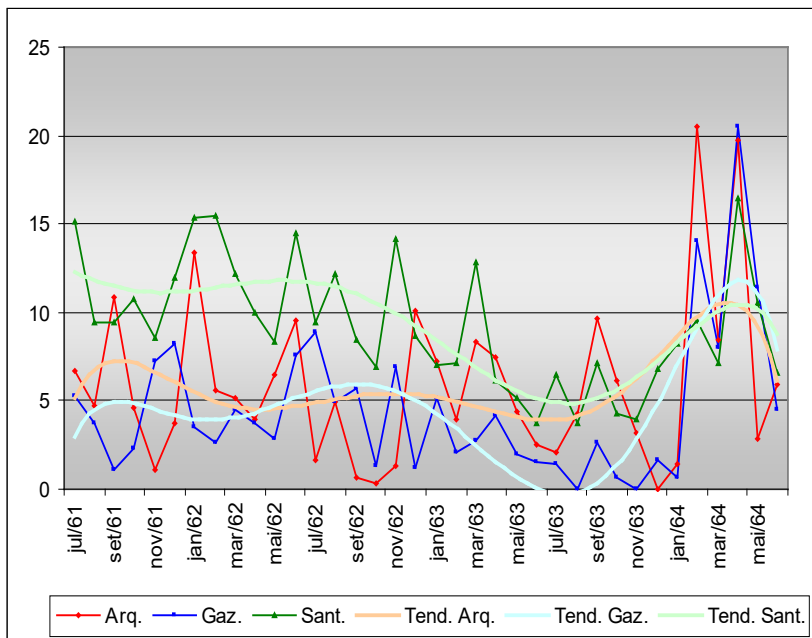


Gráfico 01: Variação (% de cm²) das áreas dedicadas às matérias anticomunistas entre 07/1961 e 06/1964.

Passando a análise pormenorizada desses dados, temos, em *O Arquidiocesano*, os seguintes meses de maiores áreas ocupadas por matérias anticomunistas: setembro de 1961, janeiro de 1962, dezembro de 1962 e março de 1963. Em contrapartida, os meses de menor incidência dessas matérias foram: novembro de 1961 e outubro de 1962. Vejamos qual o teor das matérias relativas a esses meses.

O comportamento da linha editorial comandada pelo arcebispo da Arquidiocese de Mariana-MG, Dom Oscar de Oliveira, no mês de setembro de 1961, é bastante interessante. Ao contrário do que se pode deduzir, um simples reflexo da crise institucional causada pela renúncia de Jânio e

posse de Jango, são outras as questões abordadas. Não que o momento crítico não tenha influenciado e norteado as escolhas do editor chefe deste periódico, mas a verdade é que as temáticas anticomunistas abordadas não contemplaram a crise em nenhum momento.

Os focos de ataque, por assim dizer, em maior proporção visaram a questões globais como o perigo proveniente do que seriam as intenções de domínio mundial por parte da URSS e os embates entre capitalismo e comunismo onde sobressairiam os ideais cristãos. De maneira mais específica ao Brasil, a crítica esteve centrada basicamente nos disfarces dos comunistas que se davam “...a audácia e ao cinismo de se proclamarem Nacionalistas... para entregar a pátria ao domínio estrangeiro”⁶.

Na verdade, a nota de rodapé que segue, veiculada no periódico em destaque, é capaz de sintetizar a tônica dos debates específicos às suas páginas ao longo de todo o mês de setembro do ano 1961: “Para a solução da questão social, precisamos, antes de mais nada, contar com o cristianismo, que tem rejeitado sempre com igual firmeza, os erros do socialismo e as paixões egoístas do capitalismo.”⁷

No caso do mês de janeiro de 1962, as temáticas abordadas já percorrem um caminho mais previsível, a crítica ao reatamento das relações comerciais com os países comunistas, algo que facilitaria o processo de infiltração vermelha no Brasil como afirma a seguinte matéria:

O objetivo das relações comerciais está claro, não é intercâmbio comercial”, declara o Sr. José Luís de Oliveira um dos líderes anti-comunistas das classes comerciais do país; “trata-se de uma ponta-de-lança fincada no Brasil, com tôdas as suas conseqüências. Não teríamos sido os primeiros que, estendendo a mão à Rússia, receberíamos como recompensa algemas nos pulsos.”⁸

O mês de dezembro de 1962 também apresenta índice expressivo de referência anticomunista. Esse dado é bastante interessante, pois na

⁶ *Entreguismo vermelho* In: *O Arquidiocesano*, 3 de setembro de 1961. p. 1.

⁷ *O Arquidiocesano*, 17 de setembro de 1961. p. 1.

⁸ *O Arquidiocesano*, 21 de janeiro de 1961. p. 4.

verdade apenas uma das matérias veiculadas ao longo de todo o mês ocupa grande área no periódico, sendo as outras quatro de pequenas dimensões.

Como um todo, as cinco fazem referência ao comunismo em Cuba, mas a mais expressiva é o “Histórico da infiltração comunista em Cuba”⁹, reprodução de um discurso do deputado Pe. Pedro Vidigal que o conclui elogiando a atuação do então presidente estadunidense John Kennedy quanto à questão cubana.

O que se percebe é a preocupação dos responsáveis pela publicação do jornal em fazer referência, mesmo que de maneira indireta, à crise dos mísseis ocorrida em outubro do mesmo ano, mês que apresenta áreas irrisórias dedicadas ao anticomunismo.

Por ocasião da citação, cabem nesse momento as devidas considerações sobre outubro de 1962 pelo seu baixo índice de áreas utilizadas para difamação do comunismo. Os assuntos abordados nesse mês são exclusivamente ligados às eleições com a ausência de campanhas anticomunistas, sobre a realização do concílio ecumênico e, por último, uma questão regional, comemorações em memória do artista plástico Athayde. Consta ainda uma mensagem de agradecimento do Papa João XXIII a Jango como segue:

Agradecemos de todo o coração a devota e filial mensagem de V. Excia., em seu nome e no do povo brasileiro, por ocasião da abertura solene do Concílio Ecumênico, mensagem na qual V. Excia. manifesta votos de que o primeiro escopo do Concílio redunde em frutos de harmonia social e de paz para a comunidade das nações.

Desejando tóda a prosperidade a essa diletta nação, que se acha tão bem representada pelo episcopado na grande assembléia ecumênica, concedemos a V. Excia. e a todo o povo brasileiro o penhor de abundantes graças celestes e a nossa paterna Bênção Apostólica.¹⁰

⁹ *Histórico da infiltração* In: *O Arquidiocesano*, 09 de dezembro de 1962. p. 3-4.

¹⁰ *Papa manda mensagem abençoando o Brasil*. In: *O Arquidiocesano*, 28 de outubro de 1962.

O tema central no mês de março de 1963 é a infiltração comunista. São várias as matérias que abordam esse problema em diferentes aspectos, lembrando que o assunto infiltração comunista era sempre acompanhado de afirmações que exaltavam a existência de táticas pré-determinadas pela URSS para a concretização de seus planos para o domínio mundial. Existe, por exemplo, uma matéria que acaba por contestar a posição de Jango quanto à resistência anticomunista. Em “O progresso é identificado como dissolução da família cristã”¹¹, é relatada a indignação de Jango com o discurso proferido pelo professor Raimundo de Castro Moniz de Aragão que enfatizava a existência da ameaça vermelha no Brasil. O então presidente da república teria saído furioso de forma súbita, daí o questionamento presente na matéria: “Por que Jango ficou nervoso???”¹²

Como outubro de 1962 já foi problematizado, em relação aos meses de menor incidência anticomunista em *O Arquidiocesano*, resta apenas novembro de 1961. Este, além de possuir um índice baixíssimo, veicula a seguinte matéria:

Presidente João Goulart recebeu carta do arcebispo Dom Vicente Scherer de Porto Alegre, na qual êste relatava sua visita ao Papa, no dia 23 de setembro. Na audiência, o Arcebispo gaúcho chamou a atenção do Santo Padre para as citações do Presidente brasileiro da “Mater et Magistra”, na sua primeira mensagem à Nação. Sua Santidade revelou com isso viva satisfação.¹³

Sumariamente, através da operacionalização dos dados referentes às maiores ou menores incidências de áreas ocupadas por matérias anti-comunistas nas páginas arquidiocesanas, o que se torna mais perceptível é a importância da figura do presidente João Goulart. São os momentos em que são feitas boas referências a Jango, os de menor incidência, assim como em um dos de maior incidência, março de 1963, a crítica aguçada.

¹¹ *O Arquidiocesano*, 03 de março de 1961. p. 4.

¹² *O Arquidiocesano*, 03 de março de 1961. p. 4.

¹³ *Papa satisfeito com palavras de Goulart* In: *O Arquidiocesano*, 05 de novembro de 1961. p. 1.

Passando a tratar da *Gazeta de Minas*, editada por Gumercindo Silveira, os meses de maiores áreas ocupadas pelo anticomunismo são: dezembro de 1961, julho de 1962 e novembro de 1962. Os de menor incidência, setembro de 1961, outubro e dezembro de 1962. Em dezembro de 1961, acompanhada das usuais referências ao perigo de infiltração comunista no governo, a questão mais enfatizada foi o reatamento comercial com os países comunistas preconizado pelo então ministro das relações internacionais San Tiago Dantas. Importante salientar que embora a maioria destas matérias esteja concentrada no mês de dezembro, em novembro já se percebe a insatisfação com o governo e sua suposta infiltração comunista, como ilustra o fragmento seguinte:

A nossa democracia está atravessando um perigoso período de crise. E por isto todo democrata convicto deve manter-se vigilante e deve alertar certas consciências adormecidas.

Os comunistas não dormem e vão ocupando todos os postos chave. É preciso que os democratas aprendam, como já disse certo autor, a ver nos comunistas não irmãos de lutas ou ideais, mas transviados, adversários, ferozes inimigos da democracia a serviço do Imperialismo Russo. Não se trata, pois de combate “apenas no plano das idéias”. É preciso vigiá-los, defendermos contra sua infiltração, desmascará-los e isolá-los para que não sejamos surpreendidos por seus golpes traiçoeiros, que porão risco a nossa própria existência de nação independente.

Especificamente no caso das críticas ao reatamento das relações comerciais, é possível afirmar que estas obtiveram grande repercussão em Oliveira, pois foi realizado um evento em desagravo à atitude governamental como relatado na matéria “A Paróquia, uníssona, repudiou o reatamento com a Rússia”¹⁴. Segundo a notícia, a procissão

Foi um ato de Fé e uma súplica pela Pátria ultrajada pela Rússia comunista desde o tempo do Presidente Dutra que se viu obrigado a cortar as relações com aquele país que pelo menos a Nação Brasileira ainda não sabe, ainda não fez reparação ao Brasil.

¹⁴ *A Paróquia, uníssona, repudiou o reatamento com a Rússia* In: *Gazeta de Minas*, 03 de dezembro de 1961. p. 1.

Foi um protesto respeitoso. Um silêncio comovente durante o longo percurso cívico-religioso, conduzindo a grande Imagem de Jesus Crucificado (tamanho natural). O povo rezava em silêncio. As senhoras iam à frente em alas e os homens num bloco enorme em tórno do Crucificado. Até as crianças estavam comovidas. Ajoelhavam-se, de mão postas, rezando quando a procissão passava ou a acompanhavam como que sentindo o significado do ato.

Apesar da organização ser quase que improvisada, a cidade em pêsso correu à Catedral, enchendo o Templo e a Praça 15. parecia uma sexta feira santa. Multidão incalculável.

Foi com conforto para os sacerdotes que viram quão grande ainda é a reserva de Fé da gente oliverense.

Fato inédito: todos os bares, mercearias, restaurantes e padarias cerraram as portas durante a procissão por iniciativa própria, como adesão ao movimento da Paróquia.

No mês de julho de 1962, a tônica das matérias foi o perigo de infiltração comunista nos diferentes meios sociais já que naquele momento havia “...um corvejar de Crises velhas, Crise novas, Crises espontâneas, Crises fabricadas, Crise de regime, Crise social, Crise econômica, Crises e mais crises. Situação, portanto ideal para que os profetas de uma “nova sociedade intensificassem a pregação de utopias...”¹⁵. Assim, o partido comunista, muito atuante na clandestinidade pelo fato de sua não legalização, teria elaborado “...para o ano de 1962 um audacioso programa secreto...”¹⁶. A divulgação deste plano à sociedade era imprescindível para que a mesma pudesse tomar as devidas precauções. O programa gravitava em torno dos seguintes pontos:

- 1 – Penetração nos grupos escolares;
- 2 – Aceleração dos trabalhos entre a juventude estudantil secundária, sobretudo dos colégios religiosos;
- 3 – Penetração nos Seminários. (Até onde vai a ousadia dos comunistas!)
- 4 – Destruição da vocação sacerdotal nos seminaristas, quando estiverem em férias;

¹⁵ *Sementeiras da revolução* In: *Gazeta de Minas*, 22 de julho de 1962. p. 6.

¹⁶ *Programa comunista para 1962*. In: *Gazeta de Minas*, 01 de julho de 1962. p. 1.

- 5 – Destruição de toda vocação sacerdotal nos meninos do interior, que ainda não foram para o seminário;
- 6 – Semear inimizade no meio da juventude contra o Padre;
- 7 – Impedir a influência dos Sacerdotes no meio das famílias.

Com isso, os comunistas, segundo as próprias palavras impressas no jornal, buscariam “...destruir o Sacerdote para destruírem a Religião, a moralidade, a vergonha, o brio dos cristãos e assim penetrarem na sociedade com maior facilidade”¹⁷. A fim de fornecer aos fiéis as atitudes correspondentes a tais pontos de ação, na mesma notícia são apresentados os seguintes pontos de combate ao mal intrínseco:

- 1 – Perguntar às crianças e aos próprios filhos o que está acontecendo de novo na escola e avisar o vigário do lugar para se tomar providências.
- 2 – Colaborar com os Vigários na defesa dos seminaristas, quando estes forem de férias, aconselhando-os e ajudando-os.
- 3 – Os Vigários, os pais, os professores católicos, as catequistas, vigiem de modo particular os meninos que manifestam o gosto de irem para o seminário, de modo que algum mau elemento não os venha perder.
- 4 – Aumentar a estima para com o Sacerdote, falando-se bem dele e não permitindo que se fale mal de modo algum do ministro de Deus e demonstrando grande alegria quando êle fôr à nossa casa e ensinar às crianças a dispensar-lhe amor e respeito.¹⁸

O alto índice de matérias anticomunistas computado em novembro de 1962 é reflexo de um tipo de exaltação contra os acontecimentos concernentes à chamada crise dos mísseis ocorrida em Cuba no mês anterior. A seguinte matéria pode sugerir o tom apocalíptico no qual as matérias se referiam à União Soviética.

Reiniciando os testes nucleares em agosto, após a paralização das conversações de proscrição das experiências com os Estados Unidos e a Grã Bretanha, os soviéticos detonaram mais de 30 bombas em apenas dois meses. Quase

¹⁷ Programa comunista para 1962. In: *Gazeta de Minas*, 01 de julho de 1962. p. 1.

¹⁸ Programa comunista para 1962. In: *Gazeta de Minas*, 01 de julho de 1962. p. 1.

tôdas explodiram na atmosfera, criando grande perigo para a saúde da população mundial devido à precipitação radioativa provocada.

Khrushchev, que um ano antes prometeu solenemente que a URSS não reiniciaria os testes antes de outra nação, descreveu como histórico um apelo feito pela Assembléia Geral da ONU para que não permitisse a explosão de sua super-bomba. Despresando a opinião pública, os testes prosseguiram e a super-bomba foi detonada.

A intensidade e a importância dos testes soviéticos realizados em tão pouco tempo criou uma grande nuvem de detritos radioativos que ficará no espaço durante muito tempo. Concentrada presentemente no hemisfério norte, dentro de determinado tempo ela se espalhará na direção sul até cobrir todo o globo.¹⁹

Na esteira da preocupação com a situação de tensão propiciada pela crise militar na América Central, a ideia de autodeterminação dos povos também seria eloquentemente combatida no jornal ao longo de todo o mês. Essa ideia que era constantemente reafirmada pelos comunistas brasileiros, pelo menos como afirmam as matérias veiculadas, não passava de pura mentira e retórica vermelha. Um dos questionamentos mais ferozes dentro desse tema pode ser apreciado nas palavras de Zé Canela de Ferro, responsável pela coluna de sugestivo título, “Martelando”, presente na maioria das edições. Segundo Canela de Ferro,

A hipocrisia dos comunistas revolta. Fingem-se defensores da democracia e da liberdade dos povos... enquanto massacram povos e riscam nações do mapa-mundi.

São os comunistas invasores dos países, apoderam-se dos governos democráticos e impõem ditadura feroz e desumana e, fingindo-se amigos das nações, oprimem indivíduos até arrancar a liberdade de consciência e gritam: é preciso respeitar a determinação dos povos, chavão muito conhecido na boca dos esquerdistas de todos os matizes e também dos bôbos, inocentes úteis.²⁰

Os baixos índices alcançados em relação aos meses de setembro de 1961, outubro e dezembro de 1962 se explicam pelo fato da redação do jornal se dedicar mais às questões municipais. Em setembro de 1961, por

¹⁹ *Eis um fato*. In: *Gazeta de Minas*, 04 de novembro de 1962. p. 4.

²⁰ *Auto determinação dos povos?...* In: *Gazeta de Minas*, 04 de novembro de 1962. p. 3.

exemplo, realizavam-se as comemorações dos cem anos de fundação da cidade de Oliveira. Em outubro de 1962, tratou-se em grande medida dos resultados das campanhas eleitorais regionais assim como sua nova configuração política. Por último, o mês de dezembro foi praticamente todo dedicado aos preparativos para as comemorações natalinas. Portanto, três meses em que as discussões sobre o comunismo foram relativamente esquecidas em prol de informações regionais.

Passando à análise do último jornal, editado pelo Pe. Clóvis Bovo, *O Santuário* apresenta todos os meses de maior fervor anticomunista no ano de 1962, são eles: janeiro, fevereiro, junho e novembro. Os meses de baixa campanha anticomunista, se é que pode ser considerada baixa como alerta o gráfico 3, se concentram no período a ser analisado conjuntamente aos outros periódicos, maio de 1963 a janeiro de 1964.

São três os principais assuntos abordados nos meses de janeiro e fevereiro de 1962: a exemplo dos outros jornais, críticas ao reatamento; relatos e críticas ao atentado ocorrido na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no início de janeiro do mesmo ano; comentários sobre a VIII Reunião de Consulta dos membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizado no dia 22 de janeiro em Punta del Este – Uruguai.

Em relação às críticas ao reatamento e ao atentado à UNE, uma única matéria foi capaz de resumir a postura adotada pelos responsáveis pela editoração do jornal. Primeiramente eram contra o reatamento já que este traria uma série de problemas ao país, sendo exatamente o atentado à instituição estudantil consequência e prova da errônea ação governamental. Em acordo com as matérias veiculadas, o atentado na verdade teria sido forjado pelos próprios comunistas no intuito de arregimentar a opinião pública em torno de sua causa. O excerto seguinte é bastante esclarecedor a respeito dessas considerações:

O povo da Guanabara assistiu, a 6 de janeiro, a um ato de melhor técnica de agitação comunista. Verdadeira farsa vermelha, reconhecem-no as próprias autoridades, o metralhamento, às 6 horas da manhã, da sede da União Nacional dos Estudantes, nesta cidade, visando agitar o povo que só quer sossego

para ganhar suadamente o seu pão e não está aceitando fazer o jôgo dos agitadores profissionais.

Costumam os comunistas, como se sabe, praticar atentados contra si próprios, assassinar, mesmo, seus próprios comparsas, para se colocarem como vítimas e levantarem a opinião pública que sempre repudia atos de violência, lançando-a contra a Autoridade. Esta, na Guanabara, é o inimigo número um do Comunismo no Brasil: o bravo Governador Carlos Lacerda.[...]

Serviu, porém, o episódio para comprovar quão infeliz foi a iniciativa do Governo de reatar relações com êsses inqualificáveis que já estão fazendo do Brasil o seu espojadouro. Foi o russo Andronovich entrar no Brasil com imunidades totais e já se desencadeia, como saudação, uma agitação a mão armada, de forma nada brasileira mas no melhor estilo moscovita.²¹

A intenção em transformar o atentado efetuado no que seria uma tática “moscovita” não cessa como é perceptível na matéria seguinte:

[...] Desrespeitando suas verdadeiras proporções, dêle se valeram, para fins demagógicos, autoridades estaduais e mesmo federais já suficientemente conhecidas por suas tendências comunistas.

Mesmo abstraindo dêste fato particular, é preciso ter presente o que nos ensina a experiência de outros lugares onde já se implantou a ideologia vermelha. Provocar agitações dêste tipo é do programa comunista. Mais ainda: promover aparentes atentados contra si mesmos, para aparecerem como vítimas perante o povo e acusarem terceiros, de sua tática. É preciso ter presente isso, pois é provável que ainda outros atos desta natureza se verifiquem no país e que só admitam esta explicação.

Com referência ao caso concreto do “atentado” à UNE, o chefe de polícia da Guanabara, que já afirmara ser tudo “muito suspeito”, admite agora a hipótese de tudo ter sido tramado por elementos da própria UNE. O inquérito policial não terminou ainda. Mas, ninguém deve surpreender-se se êle chegar a esta conclusão, pois estaria tudo rigorosamente de acôrdo com as ordens que Moscou manda para os seus “lacaiois” do mundo inteiro.²²

As considerações sobre o congresso realizado em Punta del Este traduziram-se quase que exclusivamente em críticas sobre a postura adotada pela delegação brasileira. Em linhas gerais,

²¹ *Observatório*. In: *O Santuário*, 21 de janeiro de 1962. p. 1.

²² *Manchetes da semana* In: *O Santuário*, 21 de janeiro de 1962. p. 8.

A atuação da chancelaria brasileira na histórica reunião de Punta del Este, foi de péssima categoria, vergonhosa até. O Brasil, que, nos últimos anos, tanto crescera em prestígio internacional, perdeu-o por completo. Mais ainda, o Itamarati, depois de 31 de janeiro de 61, parece não fazer outra coisa que apresentar-se como uma peça na grande conspiração internacional do comunismo.

Defendendo, embora veladamente, o regime comunista de Cuba, dizia o chanceler fazê-lo para não quebrar a unidade do hemisfério; no entanto, quando já estavam substancialmente definidas as posições em Punta del Este, veladamente ainda, a chancelaria brasileira continuou defendendo o regime de Fidel Castro com o risco, agora, de transformar-se em fator de desagravo.²³

O fato que burilou o mês de junho de 1962 foi a realização de uma exposição soviética no mês de maio no Rio de Janeiro. São inúmeras as matérias veiculadas no mês de junho que se referem ao evento. Dentre as principais observações realizadas, grande parte estava concentrada no dado de que a exposição procurava exaltar o desenvolvimento soviético através de artigos verdadeiramente ultrapassados para os brasileiros. Com o objetivo de endossar essas afirmações, foram publicadas as seguintes opiniões femininas:

- Impressionante. Não vi nem banheira nem chuveiro, das casas conjugadas, apresentadas em maquete...
- Nos objetos de plásticos e nas porcelanas, desenhos grandes e pesadões em geral; no mais, sem novidade para nós.
- “O Raduga-2”, ou TV em côres... não vimos figuras; e gente andava por ali esperando que aquêles risquinhos criassem movimentos e perdessem o jeito de televisão enguiçada.
- No desfile de modas pudemos ver sapatos e luvas de pelica, usados com vestidos toilette. Não diremos fora de moda porque nunca se usou isso. Os manequins não desfilam bem. E deviam tirar logo do desfile aquêlo vestido de noiva, próprio para casamento em Brejo Sêco...²⁴

²³ *Manchetes da semana*. In: *O Santuário*, 04 de fevereiro de 1962. p. 8.

²⁴ *Parecer desfavorável*. In: *O Santuário*, 03 de junho de 1962. p. 1.

Ainda sobre a exposição, também foi destacado aquilo que aos olhos do deputado federal Eurípedes Cardoso de Menezes estava faltando. Segundo suas palavras, faltava

[...] uma documentação fotográfica dos campos de trabalho forçado, dos cidadãos fuzilados por discordarem do regime ou simplesmente por terem sido acusados ou suspeitos de oposicionismo; falta, na exposição soviética, a estatística das igrejas fechadas ou transformadas em “dancings”, em depósitos ou cavalariças.

Falta o retrato dos corifeus do regime, liquidados para que subisse ao poder o ditador Kruchev, falta a fotografia dos tanques de guerra invadindo a Hungria e, em nome da “autodeterminação de todos os povos, esmagando os patriotas que reclamam sua liberdade; falta a relação dos tratados assinados pela URSS e rasgados como “farrapos de papel”; falta o retrato da estátua do menino Pavilik Morozov, existente no parque infantil Krasnopresnesk, de Moscou, erguida para glorificar o “herói” que acusou o próprio pai de haver guardado em casa alimentos necessários à sobrevivência da família, pelo que foi condenado a dez anos de trabalhos forçados.²⁵

Como no caso da *Gazeta de Minas*, o mês de novembro de 1962 apresentou nas páginas de *O Santuário* muitas críticas à chamada crise dos mísseis ocorrida em Cuba, protagonizada pelos EUA e URSS. Os fragmentos da matéria seguinte são bastante explanatórios quanto à posição assumida pelo periódico.

Dificultando o encaminhamento rápido de negociações, Fidel Castro opõe-se à fiscalização no território cubano, porque, segundo êle, isso não é honroso para a soberania nacional de Cuba. No entanto, as bases soviéticas estão sendo desmontadas, por ordem de Kruchev, que o fez sem consultar Fidel.

[...] a fiscalização é o único meio de o mundo se assegurar sobre que fazem os discípulos de Moscou, uma vez que não se pode acreditar nos que foram diplomados pelas escolas de Moscou e Pequim, na arte de serem falsos.

Nem é preciso dizer que o pacifismo comunista está desmascarado e desmascarado de uma forma tão vergonhosa que se viram desarmados, no mundo inteiro, os agentes que trabalham segundo os interesses de Moscou e Havana [...]

²⁵ Deputado federal denuncia a propaganda comunista na exposição soviética. In: *O Santuário*, 03 de junho de 1962. p. 2.

[...] não é possível a “coexistência pacífica” [...]

[...] E agora está claro também o sentido da presença de bases ocidentais na Turquia, na Itália, na Alemanha Ocidental e outros países aliados: defender os povos contra o comunismo que, por todos os meios, pela razão mesma de sua existência, quer chegar ao seu objetivo supremo de dominação mundial. É preciso ter sempre presente isso para se poder compreender certas situações da hora que atravessamos.²⁶

O tom dado à matéria transcrita pode ser estendido às outras que trataram da mesma problemática, pois além de reafirmar as características comunistas incansavelmente ressaltadas pelo periódico, acabavam por justificar a necessidade de existência de bases estadunidenses em diferentes partes do globo. Embora em menor proporção, um acontecimento que também chamou a atenção dos redatores de *O Santuário* e da *Gazeta de Minas* no mesmo mês é relatado no próximo excerto da matéria que foi veiculada em ambos os periódicos em diferentes datas, 11 de novembro em a *Gazeta de Minas* e no dia 18 seguinte em *O Santuário*, demonstrando grande indignação. Com as palavras “Tirem a cruz”

[...] o Sr. Andrey Fomin, Encarregado de Negócios da União Soviética no Brasil, exigiu que fossem raspadas as cruzes que ornavam o carro fúnebre que devia transportar o corpo do Embaixador russo.

Atitude insolente e profundamente ofensiva para todos os brasileiros. Mas existirá ainda o Brasil para o Sr, Fomin? Terá êle pensado que se encontrava na Rússia, ou em algum país dominado por ela? Esqueceu-se de que estava no Brasil, terra de SantaCruz, terra de Vera Cruz, terra que nasceu à sombra da Cruz de Cristo? Pouco importam tais perguntas. O Sr. Fomim quis mostrar que os russos até depois da morte, devem ser consequentes consigo mesmos. O ódio contra a cruz de Cristo não pode diminuir com a morte. Quem passou a vida odiando o Cristo não pode ser acompanhado pelo seu símbolo sagrado depois da morte. Lógica a atitude do Encarregado de Negócios da URSS.²⁷

²⁶ Comentário. In: *O Santuário*, 11 de novembro de 1962. p. 8.

²⁷ “Tirem a cruz!” In: *Gazeta de Minas*, 11 de novembro de 1962. p. 1; “Tirem a cruz da ambulância” – *afrota ao Brasil*. In: *O Santuário*, 18 de novembro de 1962. p. 3.

Dentre outras, a veiculação repetida desta matéria em dois periódicos distintos traz à baila a importância da problematização do comportamento das três linhas editoriais conjuntamente. Correlacionadas, as informações traçadas pelas linhas do Gráfico 01 demonstram grande cumplicidade, mesmo em proporções diferentes, na tentativa de uma veiculação constante de notícias difamadoras do comunismo. As situações similares apareceram em muitos casos, mesmo com algumas peculiaridades, como na ocasião do reatamento das relações comerciais com os países comunistas no final de 1961 e na crise dos mísseis no segundo semestre de 1962.

Há de se perceber que nos dois períodos em que é mais expressiva a similaridade das referidas curvas, as temáticas não se diferenciam em grandes proporções, especificamente nos meses de maio de 1963 a janeiro de 1964 e nos meses de fevereiro, março e abril de 1964.

O Arquidiocesano é o que mais se destaca no primeiro período pelo elevado índice em setembro, mês em que as notícias de cunho “teórico”, por assim dizer, encheram suas páginas. Na verdade, essa foi a principal marca do jornal nessa época ao abordar principalmente assuntos que versavam sobre a incompatibilidade entre comunismo e cristianismo.

Fato de amplo destaque no jornal e por isso responsável pelos baixos índices nos primeiros meses foi a morte do Papa João XXIII e posse de Paulo VI, visitado por João Goulart que teria sido recebido com as seguintes palavras: “Saúdamos em sua pessoa uma grande nação cristã.”²⁸ Os meses de novembro e dezembro acabaram ficando por conta dos preparativos assim como as campanhas natalinas.

A *Gazeta de Minas* era extremamente politizada, dando maior ênfase à política *stricto sensu* em detrimento da própria religião em matérias que ocupavam espaços reconhecidamente anticomunistas em suas edições, diferentemente de *O Arquidiocesano*. Esses espaços eram dois, o quadrante superior esquerdo da primeira página e o lado esquerdo inteiro da terceira. No primeiro não costumavam existir matérias assinadas,

²⁸ Paulo VI a João Goulart. In: *O Arquidiocesano*, 14 de julho de 1963. p. 4.

sendo o segundo dedicado à já citada coluna “martelando” assinada por Zé Canela de Ferro. O declínio desses espaços relativos às problemáticas anticomunistas, entre maio de 1963 e janeiro de 1964, se justifica pela ausência de colaboradores para tal. As informações contemporâneas são as seguintes:

A imprensa do interior sofre com a falta de colaboradores. Não que não os tenhamos. Temos e bons. Infelizmente o comodismo e a preguiça intelectual não deixam. Sempre que batemos às portas de alguns recebemos logo a resposta negativa. Vez ou outra aparece um, para sumir logo em seguida. Poderíamos ter um excelente corpo de redatores cobrindo todos os setores da vida cidadina, do que muito lucrariam Oliveira e os leitores.²⁹

Mesmo seu mais proeminente colaborador teria deixado de assinar para a *Gazeta* na mesma época, Zé Canela de Ferro, como relata com muito pesar a matéria seguinte.

Acontece cada uma em nossas vidas que dificilmente conseguiremos explicar. Ou melhor não se explica. A retirada de Zé Canela de Ferro das páginas da “Gazeta” é uma delas. Quando mais estamos precisando de ajuda (e sobre isso temos escrito sempre) vem a bomba: Canela de Ferro não escreverá mais. Quais os motivos? Talvez. O certo é que aquela pena que sempre visou a justiça, a verdade e a glória de Deus, entrou em férias. Permanentes? Permita Deus que não. Os leitores, sem dúvida, vão sentir a falta dos “Martelando”, feito com aquele estilo sério que nunca regateou louvores, sempre alertando consciências, advertindo os homens contra os erros e males da época, martelando assuntos importantes dentro de uma ponderação impressionante.³⁰

A existência de espaços específicos dedicados às matérias anticomunistas também é patente em *O Santuário*. Nesse caso, estavam concentrados igualmente nos lados direitos das páginas dois e oito. Embora as duas fossem colunas nomeadas, “Chumbo Miúdo” na dois e “Manchetes da Semana” na oito, apenas esta última recebia a assinatura

²⁹ *Informando e comentando*. In: *Gazeta de Minas*, 01 de setembro de 1963. p. 1.

³⁰ *Informando e comentando*. In: *Gazeta de Minas*, 07 de setembro de 1963. p. 1.

de um autor, Pe. Afonso Mattye. Enquanto a primeira versava sobre os mais variados assuntos relativos à religião e à política geralmente contrastados ao comunismo, a segunda dedicava-se ao resumo do que seriam os principais acontecimentos da semana imediatamente anterior à sua publicação.

Na grande maioria dos fatos relatados eram feitas referências ao perigo vermelho, sempre parciais e apologéticas às posições anticomunistas. Essas colunas não receberam corte algum no período em destaque, tanto é que os índices dados como baixos em se tratando exclusivamente de *O Santuário* são bastante expressivos quando comparados aos outros. O interessante é que o foco de ataque nesse momento muda de forma expressiva ao se deslocar dos problemas políticos para outros.

As principais temáticas abordadas também se concentram, a exemplo de *O Arquidiocesano*, no embate entre comunismo e capitalismo, como também na incompatibilidade entre comunismo e cristianismo. Nesse momento, a figura do presidente João Goulart chega a ser bem avaliada pelo periódico, principalmente pela sua aproximação com determinados setores da Igreja Católica. O excerto que segue é capaz de sintetizar tal afirmação.

A realização de um programa de caráter religioso ligado à família para ser transmitido no dia 8 de dezembro por tôdas as emissoras de rádio e televisão do País, e depois possivelmente em tôda a América Latina, ficou assentada durante Audiência especial de 40 minutos que o presidente da República concedeu dia 8-11, no Palácio do Planalto, ao padre Patrick Peyton, criador do Movimento “Cruzada do Rosário em Família”.

[...] dêle participarão, entre outros, o presidente Goulart, o ex-presidente Dutra, o cardeal-acerbispo, D. Jaime de Barros Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli, o próprio Padre Peyton, além de Pelé, Bing Crosby, Sarita Montiel.[...]

O Presidente João Goulart baixou decreto instituindo o dia 8 de dezembro como o “Dia da Família”.³¹

³¹ Dia 8 de dezembro: programa especial da “cruzada do Rosário” In: *O Santuário*, 24 de novembro 1963. p. 1.

Sobre os embates entre comunismo e capitalismo assim como a incompatibilidade entre o comunismo e o cristianismo, seriam as soluções católicas as adequadas para o desenvolvimento social, como afirmam as seguintes considerações:

Nós temos duas vocações: a da eternidade e a de nos realizarmos. Enquanto a Igreja coloca a vida terrena como uma preparação para a eternidade, o comunismo afirma que tudo começa e acaba na terra. Precisamos, cada católico em particular, nos certificar de que a vida eterna é construída aqui na terra. A sociedade humana tem que ser educada para essa realidade eterna.

O estado deve intervir se achar necessário, mas sempre com a preocupação de não magoar o homem. A encíclica do Papa João XXIII afirma que a Santa Igreja, apesar de ter como principal missão santificar as almas, deve diminuir as dificuldades materiais do homem, e se a “*Mater et Magistra*” fôr lida e aplicada por todos, os problemas da humanidade serão resolvidos. O comunismo e o socialismo mutilam e rebaixam o ser criado à imagem e perfeição de Deus.³²

Finalmente os meses de fevereiro, março e abril de 1964 foram os que apresentam maior afinidade entre os assuntos tratados nos três periódicos, mesmo que *O Arquidiocesano* tenha-se mantido um tanto alheio aos fatos mais marcantes. Foram quatro os principais pontos a chamar a atenção no trato das fontes e nos dados impressos no gráfico 3: 1 – a páscoa; 2 – a exaltação do perigo de levantes comunistas; 3 – os relatos da repulsa sofrida por Brizola em Belo Horizonte, no que viria a ser chamado mais tarde de “noite das cadeiradas”; 4 – os relatos sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Detalhes importantes a serem frisados neste momento dizem respeito ao jornal *O Arquidiocesano*, pois, apesar da considerável quantidade de matérias veiculadas no período, não foram abordados os supostos planos de ação revolucionária por parte dos comunistas ou a repulsa contra Brizola em Belo Horizonte no dia 25 de fevereiro. Essa

³² *Dois extremos: comunismo e capitalismo*. In: *O Santuário*, 24 de novembro 1963, p. 2.

última constatação impressiona ainda mais pela proximidade entre sua redação e a capital mineira, cerca de 100 Km de onde ocorreu o evento.

Tanto em fevereiro quanto em março as notícias buscavam como um todo exaltar, mais uma vez em nível teórico, a incompatibilidade entre cristianismo e comunismo: “Alguém que se diga católico ligado ao socialismo ou às esquerdas não é católico.”³³ Apenas quanto à páscoa e às comemorações relativas ao golpe que este periódico entra em plena consonância aos outros dois.

O fato de a páscoa daquele ano ter acontecido no mês de março trouxe a convergência das linhas relativas aos três jornais para patamares relativamente baixos, já que os meses precedente e procedente refletem os embates da crise de forma bastante expressiva. Esse declínio relativo não aconteceu apenas em 1964, mas igualmente nos dois anteriores devido em grande parte à estrutura religiosa assumida pelos periódicos, em virtude de a Semana Santa ser muito valorizada, o que propiciava um momento em que as questões políticas eram deixadas de lado. Nos anos anteriores foram os meses de abril em 1962 e 1963, fugindo à regra apenas a *Gazeta de Minas* em 1963 quando é apresentado um pequeno aclave em seus dados.

Em relação ao segundo ponto, a exaltação do perigo de levantes comunistas, a *Gazeta de Minas*, seguindo sua orientação voltada para a localidade veiculou uma matéria bastante interessante. Além de buscar lembrar o leitor de tal perigo, relata ainda a instauração de uma organização destinada ao combate anticomunista circunscrito primeiramente à cidade de Oliveira. A reunião teria sido convocada por Milton Campos, recebendo

[...] dezenas de homens de projeção no município [que] estiveram reunidos no Oliveira Clube, dia 2 passado, a fim de organizarem em Oliveira – uma Frente Municipalista Democrática – com a finalidade de combater acirradamente – o Comunismo.

³³ *O Arquidiocesano*, 09 de fevereiro de 1964. p. 1.

[...] na oportunidade [foram lidas] as declarações nada otimistas do sr. Bispo Diocesano, que com clareza e dados reais, deixou transparecer o perigo vermelho que ameaça o Brasil.³⁴

Sobre esta mesma questão, *O Santuário* chegou mais longe ao apresentar o que seria um plano revolucionário dos esquerdistas com data marcada para a tomada do poder no Brasil. Segundo o periódico, a íntegra do plano é a seguinte:

- a) organizamos um “grupo de guerrilhas” com a finalidade de: 1) estabelecer um governo popular revolucionário; 2) acabar com a exploração do povo e do Brasil; 3) dar condições de vida digna do homem; 4) reforma agrária total das terras (todo território passará ao Estado); 5) formação de um partido único representado pelos sindicatos, eleitos de Baixo para Cima;
- b) está marcado o início das atividades para o dia 24 - 2 - 64.³⁵

No terceiro ponto, a repulsa sofrida por Brizola em Belo Horizonte, a *Gazeta* veiculou a matéria “A maior Fôrça...”³⁶, de onde foram transcritos os seguintes fragmentos:

Houve em Belo Horizonte um tumulto enorme, dia 25 de fevereiro. De um lado os *esquerdistas*, isto é comunistas ou *nacionalistas progressistas*, nossos conhecidos, com cartazes tipicamente comunistas, e pregando revolução [...] De outro lado, os que não concordaram e não podiam concordar com o assassinio da democracia e da entrega do Brasil como satélite da Rússia. Naturalmente, de lado a lado aparecem os “aproveitadores”.

[...] Um tal deputado [...] dizia que falaria ao povo de qualquer modo [...] Dizem que era cerca de 10.000 pessoas que estavam dispostas a não consentir no tal comício. Mas a minoria – este é o termo exato – dos revolucionários esquerdistas, de qualquer jeito queria o comício. Resultado: baderna, pancadaria, gritos antagônicos pró e contra o conclave [...] pessoas feridas e pisoteadas. Até gente armada de metralhadora [...]

O tal comício não se realizou, graças a Deus.[...]

³⁴ *Resistência democrática*. In: *Gazeta de Minas* 09 de fevereiro de 1964. p. 1.

³⁵ *Revelado plano revolucionário*. In: *O Santuário*, 23 de fevereiro de 1964. p. 5.

³⁶ *A maior fôrça...* In: *Gazeta de Minas*, 08 de março de 1964. p. 1.

Precisamos vencer pela prece a Deus à Mãe SS. Fôï isto a maior força naquela noite de trevas de B. Horizonte.

Um grupo de senhoras de terço na mão rezou, afrontando vais, apupos e pancadarias. A fé, a oração, a coragem de rezar: causa da vitória os filhos do mal foram vencidos. Ninguém, em consciência, pode ser contra as reformas, mas reformas justas e necessárias.

Em *O Santuário*, o acontecimento foi relatado da seguinte forma:

- O povo de Belo Horizonte mais uma vez enfrentou elementos esquerdistas, impedindo a realização de um comício da Frente de Mobilização Popular que teria lugar no prédio da Secretaria de Educação. O deputado Leonel Brisola, um dos mentores do movimento, teve que fugir para não ser vítima da ira popular.

Dezenas de senhoras (muitas de condição humildes), empunhavam o terço no auditório da Secretaria e rezavam fervorosamente enquanto o tremendo conflito se desenrolava entre democratas e esquerdistas.

Note-se em ambas as matérias, apesar de suas peculiaridades como o fato do nome do deputado Leonel Brizola não aparecer na primeira, mas sim a referência a “... um tal deputado...”, que os temas abordados são os mesmos, democratas, esquerdistas, luta entre o mal e a religião, importância do rosário e da fé como principais armas sagradas. Temas esses que continuarão permeando as páginas dos periódicos no momento seguinte, o quarto ponto a ser tratado.

Com o golpe já deflagrado, são as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade e a força do rosário que ganham destaque nos jornais tratados. Os jornais *O Arquidiocesano* e a *Gazeta de Minas*, por exemplo, veicularam a mesma matéria, no mesmo dia exaltando a força do rosário como arma sacra na derrota do intrínseco mal comunista. A matéria transcrevia uma crônica escrita pelo professor Alberto Deodato tecendo, dentre outras, as seguintes afirmações:

No Brasil, foi assim. Foi o rosário que o venceu. O rosário das mãos frágeis das mulheres mineiras que o expulsaram da Secretaria de Saúde. O rosário de quinhentos mil paulistas e um milhão de cariocas, nas procissões mais

bonitas a que esta Pátria cristã já assistiu. Naqueles dois longos desfiles, entre as chaminés das usinas, que são o orgulho de nosso trabalho, e à beira do mar, na cidade que é a glória da natureza e a honra da nossa civilização. Foi ao rosário, rezado alto, nas praças e nas ruas, nas capelas e nos templos. [...] nas cabanas roceiras das abas da serra e da beira dos rios. Na choupana operária. Na mansão dos ricos. O rosário venceu o comunismo no Brasil. E como o poderíamos vencer, sem milagre?³⁷

Porém, o mais interessante ainda estaria por vir nesta crônica, além de afirmar um consenso geral da população brasileira, busca ainda, em tom apocalíptico, exaltar a veracidade do perigo do que seria um levante esquerdista naqueles dias.

A documentação farta, apreendida em todos os setores da Administração Federal, nos está mostrando a impossibilidade absoluta que tínhamos de uma vitória, pelas armas. Foram anos de corrupção. Começava pelo campo. A SUPRA. Em cada município mineiro, um advogado. Trezentos mil cruzeiros mensais. O orçamento desse organismo era o dôbro do de vários estados. Nas cidades, sindicato, como o órgão de corrupção. Direção do Governo, em simulacro de eleição. Os institutos previdenciais, [...] eram depositários [de] bilhões de cruzeiros, para alimentar os falsos trabalhadores nacionais. [...] O C.G.T. a P.U.A. devoradas pelo subôrno às classes mais humildes, o plano de destruição ampliou-se para o esmagamento de tudo que a Nação podia ter de eterno.[...]

Pergunto, agora: foi ou não foi um milagre a redenção? Foi, exclusivamente, milagre. E milagre do rosário. Há um episódio que resume esse milagre. A arrancada da Fortaleza de Copacabana, pelo coronel Montanha. Esse oficial [...] exclusivamente só, tomou a fortaleza mais moderna das costas brasileiras [...] Montanha tinha ou não tinha um rosário no bolso? E era nisso em que Jango não acreditava.³⁸

A *Gazeta de Minas* como não poderia ser diferente, não deixou de veicular uma matéria tratando da marcha ocorrida em Oliveira. Segundo o periódico, foi “...um dos maiores movimentos cívicos-religiosos que

³⁷ *Era nisso em que Jango não acreditava...* In: *Gazeta de Minas*, 19 de abril de 1964. p. 1; *Era nisso em que Jango não acreditava...* In: *O Arquidiocesano*, 19 de abril de 1964. p. 3.

³⁸ *Era nisso em que Jango não acreditava...* In: *Gazeta de Minas*, 19 de abril de 1964. p. 1; *Era nisso em que Jango não acreditava...* In: *O Arquidiocesano*, 19 de abril de 1964. p. 3.

Oliveira já registrou na sua história... uma demonstração de fé e patriotismo”³⁹. *O Santuário*, valorizando incansavelmente o “...vitorioso movimento revolucionário das Forças Armadas contra a ameaça comunista no país...”⁴⁰, comemorava o fato da conquista ter sido “...sem sangue, de alcance continental, foi o que, com a arma pacífica do Rosário na mão, alcançou a alma católica do Brasil”⁴¹.

Na intenção de endossar o clima festivo das procissões da família com Deus, foi veiculada a seguinte matéria em *O Santuário*, sobre o evento ocorrido no Rio de Janeiro no dia 2 de abril:

Era um verdadeiro mar humano de um milhão de pessoas de tôdas as classes sociais, de todos os credos, de todos os partidos democráticos. Levando bandeiras, laços e fita verde-amarela, símbolos religiosos e cartazes, percorreram o trecho entre a Candelária e a Esplanada do Castelo num verdadeiro delírio cívico religioso.

À partida da Marcha, às 16 horas, o público aplaude uma cruz que desce lentamente em paraquedas, lançado de um dos altos edifícios circundantes, sôbre a multidão. [...]

Liam-se nos cartazes e faixas: “Com êste Sinal vencerás”, em torno ao símbolo da Cruz. – “Obrigado Fôrças Armadas com Deus pela Liberdade” – “Reformas, sim. Comunismo, não” – “Um Brasil sempre Livre para nossos filhos” – “O Martelo Foi-se”.

Entre os oradores, o Pe. Caio Alvim de Castro, que ajudou a reação da mulher mineira, de têrço na mão, contra o comício de Brizola; a Sra. Amélia Bastos, pela CAMDE; Monsenhor Francisco Bessa, diretor, no Rio, da Cruzada do Rosário em Família...⁴²

Considerações Finais

Algumas importantes considerações podem ser reafirmadas pelo estudo proposto, elaborado e apresentado neste capítulo. Primeiramente o fato de que o comportamento desses jornais católicos, a *Gazeta* e *O Ar-*

³⁹ *Oliveira marchou pela liberdade*. In: *Gazeta de Minas*, 12 de abril de 1964. p. 1.

⁴⁰ *Revolução sem sangue livra Brasil do comunismo* In: *O Santuário*, 12 de abril de 1964. p. 8.

⁴¹ *Comentário*. In: *O Santuário*, 12 de abril de 1964. p. 8.

⁴² *Marcha da família no rio virou em marcha da vitória*. In: *O Santuário*, 23 de fevereiro de 1964. p. 1.

quidiocesano de alcance regional e *O Santuário* de grande, estavam constantemente atinados não apenas às realidades sociais como também integrados a uma rede, por assim dizer, que visava a doutrinação contra o fantasma do comunismo. Indicação dessa inter-relação pode ser identificada também a partir da forte correspondência entre as matérias, *tiras* e *charges* veiculadas, assim como as que foram reproduzidas repetidamente em mais de um jornal. A grande variação das áreas utilizadas pelas matérias anticomunistas em ambos os jornais acaba por corroborar com os argumentos defendidos por aqueles que reconhecem, no anticomunismo brasileiro, momentos de recrudescimento, nitidamente exposto não só nos meses concernentes à crise de 1964, como também nos outros relativos ao recorte temporal adotado na pesquisa em que era reconhecida qualquer exaltação de algum perigo vermelho.

Referências

- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa. Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul(1945-1964)*. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros(1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Arquivos e Bibliotecas Pesquisados.

Periódicos pesquisados e arquivos.

O Arquiocesano, (1961-1964). Acervo da redação do periódico: Mariana-MG.

Gazeta de Minas, (1961-1964). Acervo da redação do periódico: Oliveira-MG.

O Santuário, (1961-1964). Acervo da redação do periódico: Aparecida-SP.

Bibliotecas consultadas

Biblioteca Central do Gragoatá-UFF.

Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Sociais-UFOP.

**A cultura política dos Padrinhos do Brasil e
a Escola Superior de Guerra:
pensamento político militar e
uma via de institucionalização (1949 - 1954)**

Douglas Biagio Puglia

Compreender o pensamento político conservador no Brasil, suas principais instituições e atores políticos, é de fundamental importância para que se possa entender a sociedade brasileira como um todo e, em especial, neste início de século XXI. O crescente conservadorismo que se observa não se trata de um fenômeno novo, há uma tradição conservadora brasileira que sempre esteve presente no tecido social, algumas vezes com mais força, outras com menos intensidade.

E um dos grupos integrantes do conservadorismo brasileiro são os militares, grupo político extremamente influente no período republicano brasileiro. Engana-se, porém, quem pensa que os militares são um grupo homogêneo politicamente e com as mesmas ideias e perspectivas em relação ao Brasil, da mesma maneira que tratar os militares apenas como um aparato de força que não produziu suas próprias ideias e concepções também é equivocado.

O objetivo deste presente artigo, portanto, é prestar uma contribuição para que possamos melhor entender a Escola Superior de Guerra e a formação de suas ideias políticas. Nesse sentido, muitos já fizeram tal esforço, e a questão será o escopo adotado pelo trabalho, que partirá de diferentes premissas e teorias. A proposta em que se assenta este artigo é

a de que a Escola Superior de Guerra e a fundamentação de suas ideias foram frutos, dentre outras perspectivas, de uma cultura política, oriunda de um grupo de militares que advogavam um posicionamento mais atuante por parte das Forças Armadas nas decisões políticas nacionais. Assim, não se trata de negar a influência externa e o contexto de Guerra Fria que permeiam a criação da ESG, mas demonstrar que muitas das suas concepções e foco partem de um escopo interno. A ESG, sob esta ótica, seria uma tentativa de sintetizar, institucionalizar e concretizar o projeto político deste grupo, além de uma forma de viabilizar os seus anseios de participação nas decisões nacionais.

Logo, propomos que a ESG seria fruto de uma cultura política ligada a um grupo militar específico (com influência muito maior do Exército) e que teria como principal característica implementar uma série de concepções políticas que seriam amparadas na questão da segurança. Em outros termos, seria uma cultura política de Padrinhos do Brasil¹, que partiam da suposição de uma legitimidade autoatribuída de serem os responsáveis pela manutenção da ordem nacional e também se apoiaram no amplo significado que o conceito de Segurança passou a ter para a implementação de suas concepções políticas.

Os Padrinhos do Brasil: aqueles que olham para a nação.

O primeiro ponto para se compreender a formação desta cultura política é constatar que durante o período republicano brasileiro há uma série de intervenções militares na política brasileira. A simples constatação, porém, de que o intervencionismo militar se tratou de um fenômeno recorrente na política brasileira não explica muito. Aliás, muito mais contribui para um maior questionamento das razões deste tipo de atuação e quais seriam os condicionantes, para que melhor pudéssemos

¹ O termo Padrinhos do Brasil foi cunhado pelo próprio autor do trabalho e remete ao antigo significado de padrinhos de batismo, ou seja, na falta dos pais, o padrinho seria o responsável pelo cuidado e educação do apadrinhado. Uma metáfora da relação deste grupo de militares com o Brasil e seus rumos políticos.

compreender os militares dentro desse contexto. Parte-se do pressuposto de que as ações militares na política nacional não podem ser interpretadas como fortuitas e que os militares, à guisa de muitas vezes aliarem-se ou coadunarem-se com setores civis e os interesses de classes dos mesmos, seguiam certos princípios motivadores que partiam da própria instituição castrense. Entende-se, então, que os militares tinham interesses próprios, formaram uma determinada visão específica sobre a política brasileira e a sua condução e, em determinados momentos em que essa visão sobre a política ou mesmo os seus interesses eram postos em risco, ou assim considerado pelos militares, havia a necessidade ou um princípio justificador/legitimador para a ação dos mesmos fora dos trâmites que seriam considerados como legais nos mais variados momentos. Em outras palavras, considerou-se que os militares desenvolveram durante um longo período² uma visão corporativista sobre a sociedade e a política nacional de modo a se sentirem com capacidade para a intervenção e, em 1964, a própria direção política. Voltamos a insistir que esta abordagem não despreza os interesses dos grupos civis nos mais variados momentos, apenas que os militares também tinham objetivos e interesses próprios que não podem ser abstraídos e que eles buscaram impor ou implantar a sua maneira.

Como a proposta é entender a formação de uma cultura política no seio dos militares, a que se convencionou chamar de cultura política dos Padrinhos do Brasil, o primeiro passo seria a definição do grupo a que se refere, já que, deixe-se bem claro, não há o intuito, e também não seria correto, de enquadrar todas as Forças Armadas nessa cultura política. O quadro abaixo determina o grupo que se tomou por base para a compreensão da cultura política dos Padrinhos do Brasil:

² A definição deste longo período seria bastante complexa, mas, grosso modo, pode-se dizer que desde a guerra do Paraguai os militares já não se satisfazem com a posição de coadjuvantes no processo político nacional. É claro que está-se falando de um processo e não de um sentimento e visão que já nasceu pronto e que apenas foi aplicado em momentos propícios. Toda esta trajetória foi de maturação de princípios, como também do desaparecimento de alguns e origem de novos de acordo com o contexto.

Quadro I: Membros formadores da cultura política e engajamento político dos mesmos³

	22	30	32	35	37	45	Clube Militar ⁴	54	55	61	64
Odílio Dinis	S	S	S				S		S	S	S
Canrobert da Costa			S			S	S	S			
Eduardo Gomes	S	S	S	S	S	S		S	S		S
Juarez Távora	S	S	S		S		S	S	S	S	
Cordeiro de Farias	S	S	S		S	S	S			S	S
Peri Bevilacqua		S			S			S		S	S
Ademar de Queiroz											S
João Penaro Bley		S									
Alcides Etchegoyen		S					S	S	S		
Amauri Kruel		S						S		S	S
Mourão Filho										S	S
Castelo Branco							S	S	S		S
Costa e Silva	S	S							S		S
Orlando Geisel		S	S								S
Lira Tavares			S								S
Siseno Sarmiento		S	S				S	S	S		S
Antônio Carlos Murici			S					S		S	S
Idálio Sardenberg		S	S								S
Jurandir Mamede		S					S	S	S		S
Juraci Magalhães		S		S					S	S	S
Emílio Médici		S	S								S
Ernesto Geisel		S	S	S		S					S
Albuquerque Lima		S	S	S		S		S		S	S
Golberi do Couto e Silva								S	S	S	S

Há uma série de princípios para que se possa entender o quadro acima e os nomes citados. Primeiro ponto, há uma estreita relação entre os militares citados e o seu envolvimento em várias crises e situações políticas do Brasil. De 1922 até 1964, não se trata do Exército como um todo que atua na política, ou pelo menos não em um primeiro momento, mas um grupo relativamente constante de atores políticos que pertencem à corporação e que intervieram na política nacional com relativa frequência. Esse apontamento seria o principal para caracterizarmos que

³ As informações contidas neste quadro foram retiradas da seguinte tese de doutorado: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação**: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

⁴ Assinala o engajamento nas campanhas da chapa Azul para as eleições que escolheram a diretoria do Clube Militar em 1950 e 1952. Trata-se de um período no qual as questões do petróleo, da Guerra da Coreia, do acordo militar com os EUA e da volta de Vargas ao Palácio do Catete fizeram do Clube Militar o espelho que refletia os principais conflitos políticos nacionais.

não se trata de uma simples coincidência, que havia uma série de características e elementos que levavam o presente grupo a ser considerado como tal. Enfim, a regularidade de intervenções e também de seus participantes atesta que havia algo mais do que acasos e compatibilidades superficiais.

Um segundo ponto a ser destacado é a própria ideia de aliança que se formaria entre os oficiais citados. Poder-se-ia dizer que o grupo em questão constitui um agrupamento *sui generis*, ou mesmo heterogêneo, uma vez que o reconhecimento entre os membros se deu de uma forma muito mais simbólica do que, especificamente, institucionalizada. Dito de outra forma, todos os membros eram oficiais do Exército, mas, conforme dito, o Exército era bastante heterogêneo para que pudesse, por si só, conferir uma unidade entre esses oficiais. Apesar de importante na concepção do grupo, o fazer parte da corporação militar seria um ponto ainda amplo, que necessitava de outros laços para formação de identidade. E, nesse sentido, não havia uma organização ou instituição que reunisse esses oficiais e representasse as suas concepções. Logo, o Quadro I indica um conjunto de ideias, mas apresenta outra lacuna, como entender os laços desse grupo e o porquê de poderem ser entendidos como tal.

A relação do grupo com a proposta de trabalho aqui apresentada se dá porque muitos dos oficiais citados acima fizeram parte da ESG, e não somente como estagiários, mas também em postos-chave, como membros do corpo permanente da instituição, comandantes e até os formuladores da proposta inicial da ESG. Assim, entender o grupo e a cultura política que eles fundaram ou de que fizeram parte é de fundamental importância, pois as características do mesmo estiveram presentes em muitas das propostas da ESG e nos auxiliam a melhor entender as bases sobre as quais a instituição se assentou.

A própria Escola Superior de Guerra representou, para alguns desses membros, um local não só de discussões, mas de aglutinação das concepções políticas desse grupo, um espaço capaz de institucionalizar o

próprio, como uma forma de materializar não só as ideias, mas também como um quartel-general para esses militares. A ESG vai além do que simplesmente uma Escola que teria por intenção discutir problemas relacionados ao Brasil.

Muito mais do que uma proposta de estudos e de apontar caminhos para o Brasil, era um espaço privilegiado para que o ponto de vista daquele grupo militar fosse apresentado como correto, seria um local de irradiação de uma série de concepções políticas. A compreensão da cultura política dos padrinhos do Brasil se enquadra bem neste ponto, pois muitas dessas concepções partem desse conjunto de símbolos, experiências, projetos e, portanto, visão de mundo e política que foi formada por esses agentes com o passar do tempo.

Cultura política dos Padrinhos do Brasil e a ESG: pressupostos e características.

Muitos são os fatores que devem ser levados em consideração quando está em discussão a percepção sobre o país e o seu processo histórico. A cultura política dos Padrinhos do Brasil aqui proposta não se trata apenas de um conjunto de pressupostos que confere algum tipo de coesão para um grupo militar específico, mas a própria criação de um discurso político que busca a compreensão de uma identidade nacional, entender as razões do atraso brasileiro e, principalmente: a forma de sobrepujar esse atraso. Compreender a cultura política dos Padrinhos do Brasil passa não somente pelo estudo das características, experiências, símbolos e referências que o tornam específico, mas também por características estruturais da sociedade brasileira que influenciam de forma bastante acentuada na própria cultura política em questão, como também de outras culturas políticas brasileiras. Em seus estudos sobre cultura política, em que pese o momento de sua realização, Gabriel Almond constata a seguinte tendência nos estudos sobre o tema:

Los escritos de los especialistas en la cultura política contemporánea se concentran en la experiencia de três regiones: (1) la cultura política de las sociedades industriales avanzadas; (2) el papel desempeñado por la cultura política em el desarrollo de las sociedades comunistas, y (3) el papel de la cultura política, económica y religiosa em la modernización de los países asiáticos.⁵

Essa passagem do texto de Almond nos proporciona uma questão que será de fundamental importância para o entendimento da cultura política dos Padrinhos do Brasil, pois demonstra claramente a influência que o pertencimento a uma determinada região e o seu processo histórico específico tem sobre a cultura política de uma determinada sociedade.

Neste sentido, cabe aqui a proposição de uma quarta categoria de análise, complementar àquelas propostas por Almond, que seria a das sociedades que se encontram em desenvolvimento ou em processo de industrialização, ou seja, que pertenceriam a um grupo específico de países em uma colocação no sistema produtivo mundial de forma muito parecida e que, na verdade, ainda buscam uma real definição deste seu lugar. Para além dessa proposição, também teriam um passado relativamente parecido, principalmente, no que concerne ao fato de serem ex-colônias. Dadas essas características, os países pertencentes à América Latina poderiam ser considerados um quarto grupo e que teria nesses anseios de compreensão de seu papel e junto a isso a superação de um atraso crônico duas de suas características.

Logo, a análise do país é orientada pela dimensão estrutural – a busca de identidade e autonomia – como também pela dimensão conjuntural – um momento de crise e disputa hegemônica –, que levam certos grupos sociais a tomar a dianteira em se apresentar como soluções ou apontar novos caminhos a serem traçados pelo país daquele ponto em diante. Seriam atores políticos que perceberam um momento ideal para que se deixasse a passividade de simples espectadores do mundo político

⁵ ALMOND, Gabriel. El estudio de la cultura política. In: _____. Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes em las ciencias políticas. México: FCE, 1990, p. 81.

para se tornarem atores de fato. Assim poderia ser interpretado o grupo constituinte da cultura política a que chamamos de Padrinhos do Brasil, uma vez que a simples participação na vida política brasileira como coadjuvantes não mais seria o suficiente, mas também haveria a necessidade de um protagonismo político.

Neste tocante há um ponto importante sobre a construção dessa cultura política e de como a ESG se enquadraria neste processo, que é a ideia de legitimidade. A ação e o discurso político não podem ser desvinculados jamais de uma realidade que lhes conceda legitimidade, ou pelo menos de uma série de fatores, construídos pelos próprios grupos e atores políticos, que proporcionem tal legitimidade. A legitimidade, na política, seria como a essência justificadora da ação em si, um elemento que proporciona não necessariamente o sentido, mas muito mais a validade de um determinado processo. Não é o caso de dizer que os militares, ou um grupo de militares, tinham por prática o intervencionismo na política nacional. Uma afirmação dessa natureza soa tão vazia quanto a pergunta de que se somente com a força se poderia fazer um golpe de Estado. O intervencionismo tem que ser interpretado não só no ambiente político que o justificaria, mas também em todas as referências ou pilares de sustentação, fabricados ou não, em que ele se sustentaria. Qualquer movimento político vazio, ou seja, sem a devida legitimidade, estará fadado ao fracasso se contrariar as ordens legais vigentes. Seria ainda mais complexo. Logo, um simples ato de força não se transforma em ato político se não houver um conjunto de fatores que o dotem de significado e, portanto, legitimidade. Pocock destaca muito bem esse ponto:

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua História, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso.⁶

⁶ POCKOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 31.

Analisar a formação da cultura política dos Padrinhos do Brasil, então, seria um longo caminho na compreensão de como os militares que se sentiram compelidos à ação política forjaram laços simbólicos entre si, mas também a forma como constantemente foram criando chaves de leitura para determinadas situações que lhes proporcionassem a devida legitimidade para a ação e a participação na política nacional. Seria como uma enorme jornada, de difícil precisão até que ponto de maneira totalmente consciente, em que cada passo significava um tijolo na construção de um edifício que amparasse e fornecesse a justificativa de cada ato político.

Mas de que maneira a Escola Superior de Guerra se encaixaria na grande construção de uma ação e um discurso legítimos politicamente? A ESG, em primeiro lugar, representaria a institucionalização de uma série de visões de mundo, interpretações sobre o Brasil e de um ideário político que pertencesse ao grupo militar em questão. Foi-lhe atribuído o *status* de *locus* produtor e de divulgação das ideias do grupo político em questão. Seria como pensar em uma organização civil ou de classe. Qualquer grupo civil poderia, obedecendo à legislação de sua época, formar um partido político ou movimento para discussão, debate, apresentação de suas ideias e, assim, participar do jogo político. Aos militares não há essa possibilidade, não se pode formar o Partido dos Militares do Brasil e lançar candidatos aos diferentes cargos eletivos.

Assim, a ESG cumpriu o papel de ser a representante do pensamento político de um grupo de militares e, da mesma forma, dentro das suas especificidades, se fazer presente tanto no debate quanto no jogo político. E aqui, não se está falando em conspiração ou golpes militares, mas dentro do arranjo de funcionamento e inserção política da ESG na sociedade havia maneiras de ela fazer valer as suas prerrogativas dentro de uma legalidade. O que não a inocenta de qualquer outro tipo de ação fora da legalidade, muito menos há a pretensão de excluir a ESG de sua participação na preparação do golpe de 1964. Aliás, houve conferências, como

veremos adiante, que justificariam, mesmo que de forma velada, uma ação contra a ordem vigente se necessário fosse para um “bem maior”. Mas o que importa ressaltar é que, ao dizer-se que a ESG institucionalizou a cultura política dos Padrinhos do Brasil e assumiu algumas de suas prerrogativas políticas, ela foi a saída encontrada para um modo de participação política de agentes dentro de suas especificidades enquanto militares.

Também passou a ser o grande centro em que as ideias deste grupo seriam debatidas. Não se pode assumir que as mesmas ideias que tiveram origem na década de 1920, ou mesmo antes, chegassem da mesma forma no final da década de 1940, momento de criação da ESG, como também que novas proposições não fossem feitas. Logo, não se trata apenas do local de institucionalizar velhos conceitos, mas o de atualizá-los e também de debater sobre os temas que fossem considerados pertinentes.

Não se pode também desprezar um dos maiores objetivos da ESG desde a sua fundação: o de divulgar essas ideias e de cooptar novos membros. Seria um grande passo fazer com que muitas das ideias políticas que eram de militares passassem também a ser de outros grupos sociais, notadamente aqueles que eram considerados como elites dirigentes do país, segundo os próprios membros da ESG⁷. O general Lyra Tavares exemplifica bem o que significou a criação da ESG para a geração dele:

Fazia-se necessária a preparação uniforme de quadros habilitados nesses misteres, para os altos órgãos da administração do País, através de estudos feitos por equipes compostas de representantes credenciados de todos os setores de atividades públicas e privadas, civis ou militares, anualmente renovadas, numa Escola oficial.⁸

Ainda nas palavras do general Lyra Tavares:

⁷ Interessante lembrar que os participantes dos cursos da ESG eram convidados ou passavam por um rigoroso sistema de seleção, de onde eram escolhidos aqueles que se enquadravam no conceito de elite dirigente nacional.

⁸ TAVARES, A. de Lyra. **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, p. 288.

Foi com essa finalidade que se organizou, também no Governo do Presidente Dutra, a Escola Superior de Guerra, como Instituto de Altos Estudos, graças ao qual passamos a encarar, juntos, os civis e os militares de minha geração, o Brasil como um todo, nas suas realidades, nos seus problemas e nos seus rumos. [...] Trata-se fora de qualquer dúvida, de um dos acontecimentos mais fecundos para a criação de uma consciência realística dos problemas brasileiros e a ordenação do pensamento das elites nacionais para bem equacioná-los e resolvê-los, colocando-os acima e a coberto de tendências ideológicas e políticas.⁹

Como se deu a formação das características desse grupo? Quais as principais experiências, símbolos e discursos que norteiam essa cultura política e que a dotam de cores e significados? E, principalmente, de que maneira essa cultura política influenciou o pensamento político da Escola Superior de Guerra? De que maneira esse pensamento chegou até as conferências e documentos dessa Instituição? Essas perguntas norteiam o artigo neste momento, em que se procurou analisar tanto a cultura política dos Padrinhos do Brasil e seus principais traços como também a maneira como a ESG se apoderou ou não dos discursos políticos que surgiam.

Um dos principais pontos neste sentido é o sentimento de superioridade cultivado entre os militares em relação aos civis. Celso Castro, em seu trabalho *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras*¹⁰, deixa bem clara a distinção que há entre o mundo dos militares e o dos civis. Um dos pontos que realça bem essa diferenciação seria a forma como os militares, internamente, se referem aos civis, com o termo *paisanos*. Não se trata apenas de uma simples diferenciação, mas uma forma jocosa e expressão depreciativa utilizada pelos militares, imputando uma série de valores que denotariam a superioridade do Exército, neste caso, frente aos outros grupos sociais. O próprio autor destaca bem esta questão:

⁹ TAVARES, 1976, p. 289.

¹⁰ CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Antes de seguirmos, é necessário explicar um termo extremamente comum entre os militares: “*paísano*”. É normalmente usado no lugar de “civil”, mas embora pareça ser a mesma coisa, não é. “*Paisano*” é um termo claramente pejorativo.¹¹

O estudo de Celso Castro foi realizado no final da década de 80 do século XX, quando já se vivia o período da Nova República, mas o interessante é notar que, mesmo após todo o período ditatorial e de todas as intervenções militares, ainda havia um sentimento de distinção e de superioridade, sentimento esse repassado para as novas gerações de militares que ingressavam na AMAN. O mais importante nesse tipo de diferenciação entre militares e civis é perceber não se tratar de uma prática atual. É de longa data que os militares acabam por se sentir “melhores” ou pelo menos com maior preocupação com temas que eles próprios consideram essenciais.

Esse sentimento de superioridade e de distinção que os militares acabam por preservar durante as gerações é de grande importância para a compreensão da formação da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Os militares cultuam uma superioridade frente aos civis por um aspecto muito simples: a sua função social, a da guerra, implica se sacrificar, se necessário for, pelo país. O único grupo social ao qual se pede a vida para defesa do próprio país é o dos militares, o que lhes conferiria certa soberba sobre os outros grupos sociais, que, na visão dos militares, não teriam o mesmo grau de comprometimento para com a Pátria. Oliveiros Ferreira discute sobre esse assunto: *A ideia de Pátria e a obrigação moral de sacrificar-se em sua defesa fazem, porém, por absurdo ou tolo que pareça, o militar sentir-se diferente do civil.*¹²

Esse tipo de sentimento afeta a própria visão política dos militares, e, por consequência, a do grupo que está sendo analisado. O grande objetivo dos militares seria a preservação da ordem e defesa da Pátria. Ora, o

¹¹ CASTRO, 1990, p. 38.

¹² FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000, p. 33.

conceito de Pátria, apesar de símbolos e algumas referências que remetem ao mesmo, ainda seria muito abstrato. A definição de Pátria é algo bastante complexo, mas entre os militares houve a materialização da ideia de Pátria no Estado, e, junto a isso, também a responsabilidade de preservação do Estado por parte dos militares em função dessa identificação. Isso somente aumenta a distância entre militares e civis, e cada vez torna mais clara a percepção, por parte dos militares, de que eles seriam a última barreira, porém, a mais forte, na defesa do Estado/Pátria, e que, por sua vez, os civis poderiam ser competentes, mas jamais teriam o mesmo apreço e responsabilidade que os militares. O formar-se militar não seria apenas um conjunto de saberes técnicos, mas também um forte componente de valores que se tornam fundamentais no próprio tornar-se militar. Ainda nas palavras de Oliveiros Ferreira:

A identificação da Pátria com o Estado e a Nação, e a do governo com as elites civis, leva os militares a ter uma curiosa percepção daquilo que os civis pensam da política e do mundo. Para eles, os civis têm uma visão mesquinha, imediatista demais, do processo social e político – processo esse que, no entanto, deverá integrar o povo na Nação e essa na Pátria sob um Estado bem organizado.¹³

Oliveiros Ferreira nos apresenta essas características importantes da corporação militar. É essencial analisar a forma como esse conjunto de valores e assertivas chegam aos membros da cultura política em questão. Nas palavras de Geisel:

No entanto, o militar não deixa de ser um cidadão e, individualmente, tem o direito de ter pensamento político. Não deve, é claro, prevalecer-se da força que a nação lhe confiou para atender sua posição política, que é necessariamente individual. Contudo, em ocasiões de crise, quando o país está ameaçado por graves dissensões internas, fomentadas por dirigentes políticos que se desviam de seu encargo de conduzir o país à realização das aspirações nacionais e utilizam o poder para satisfazer seus interesses e ambições pessoais e de seus apaniguados, a nação fica em perigo, e os militares,

¹³ FERREIRA, 2000, p. 38.

em conjunto, poderão ter que atuar com suas forças para afastar drasticamente o perigo manifesto.¹⁴

Através dessa passagem de Geisel, é possível perceber algumas das características apontadas anteriormente. O primeiro ponto seria a posição do militar como cidadão e com capacidade de ação política, negando assim a perspectiva de que os militares deveriam atuar como um elemento neutro, somente preocupado com a defesa. Dentro da conjuntura nacional seria mais indicado dizer que a ideia de defesa e, posteriormente, a de segurança nacional, tomaria proporções maiores e que incluiria aspectos internos de segurança e também com maior ligação na política nacional.

O segundo ponto seria o de identificar nos governantes civis pessoas mais volúveis e que não cumpririam com o seu papel de serem isentos e de atenderem aos requisitos que sua posição requereria. Aliás, os governantes civis acabam por se transformar em um grande inimigo, ou pelo menos, em grande perigo para a Nação em determinadas situações. Vale lembrar que um dos grandes motivadores da ação política do tenentismo seria a política dos coronéis e a identificação destes elementos como os grandes causadores do atraso nacional. Trata-se de uma reafirmação, não necessariamente da incompetência dos civis, mas de um “espírito” mais fraco ou pelo menos sem os valores devidos para que pudessem exercer os mais altos cargos da Nação.

E o terceiro ponto, a visão das Forças Armadas como o elemento que dotaria de equilíbrio o processo político e que funcionaria como fiador da política nacional. Às Forças Armadas caberia a responsabilidade de intervir se fosse necessário, se houvesse algum tipo de mal tão ameaçador que os trâmites normais não pudessem resolver. Ressalta a instituição militar como destacada e superior frente a outros grupos e instituições. A seguinte passagem de Juracy Magalhães corrobora com o que foi dito:

¹⁴ Ibid., p. 111.

Nas conferências que havíamos tido sobre o reordenamento político do país, eu, que sempre mantivera uma visão democrática sobre nossa luta, defende-ra, junto com Juarez Távora, a nomeação de elementos civis para as interventorias dos estados, mas vimos depois que esses homens mostraram-se incapazes de se impor ao meio político conturbado após a vitória, assim, preferimos admitir a solução militar, sobretudo no Norte e Nordeste, diante da absoluta penúria daquelas regiões assoladas mais por governos corruptos do que pelas secas.¹⁵

A passagem se refere ao momento posterior à Revolução de 1930, no qual alguns militares assumiam interventorias em várias regiões do Brasil. Interessante notar como o elemento civil é novamente visto como incapaz, incompetente ou sem as qualidades e valores necessários para assumir determinadas responsabilidades. E, novamente, como a resposta para esse tipo de situação passa a ser militar, pois, como percebe-se nas entrelinhas, eles teriam condições e valores para cumprir com o que deveria ser feito ou com o que a situação pedia.

E é importante notar que esse sentimento de superioridade, que faz parte desta cultura política, aliás, muito mais um sentimento de responsabilidade e de compromisso, não ficou apenas entre os seus membros. Essa tendência acaba por reverberar em outros locais e instituições e cabe perceber que a própria Escola Superior de Guerra passa a ser representante nesse tipo de pensamento e de divulgar essas ideias. Nas palavras de Gois Monteiro em conferência proferida na ESG:

As Forças Armadas hão de estar sempre contra o mal social, e a tarefa dos chefes militares é identificá-lo, isolá-lo através das tradições e das correntes de pensamento com sinal mais a sinal menos, e por entre o torvelinho cada vez mais estonteador das paixões e interesses nacionais e internacionais.¹⁶

Outra característica marcante dessa cultura política e que é incorporada pela ESG é a tradição política intervencionista das Forças Armadas,

¹⁵ GUEIROS, José Alberto. **Juracy Magalhães**: o último tenente. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 118.

¹⁶ MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Coordenação das Forças Armadas**. C - 008 - 52. Rio de Janeiro: ESG, 1952, p. 2.

em especial o Exército, que é construída historicamente e que também faz parte do discurso esguiano. Aliás, a própria forma como os militares se encaixam na política nacional faz com que se faça necessária uma alternativa fora dos padrões tradicionais para uma participação mais efetiva e em total protagonismo em determinados momentos.

A noção de organização, espírito de corpo, de interesses da corporação e o progressivo aumento dessa visão para problemas que fossem considerados nacionais, e não apenas militares, fariam parte do discurso político ou pelo menos da mentalidade política desse grupo e os fariam pensar em transcender os muros das academias militares e agir efetivamente para a transformação da política e sociedade brasileira. Neste ponto, os membros da cultura política dos Padrinhos do Brasil também se enquadrariam neste pensamento e o levariam para a ESG.

O ponto crucial, porém, para que o Exército passasse a desempenhar esta função política na sociedade brasileira foi a Guerra do Paraguai, na qual o Exército teve atuação destacada e viu a necessidade de uma instituição mais profissional, melhor preparada e com capacidade para a defesa nacional mais acentuada. Pela primeira vez, o Exército ganhou destaque nacional e também um grande poder, em outras palavras, os próprios oficiais perceberam o quão importantes eram para a sociedade brasileira, o que lhes proporcionou mais força ou, pelo menos, maior legitimidade na ação política. Segundo Schulz:

De 1850 a 1880, os oficiais parecem ter desenvolvido uma nova consciência de sua importância, de sua responsabilidade política e do seu poder de intervenção. Eles parecem ter abandonado sua antiga lealdade ao imperador e encontrado um novo aliado contra a elite – o povo.¹⁷

Ainda sobre a ligação entre Exército e política no século XIX:

O que interessava aos oficiais era a moralização da política e da burocracia – a bandeira de todos os grupos de oposição brasileiros –, o progresso (aboli-

¹⁷ SCHULZ, John. **O Exército na política**: origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994. p. 88-89.

ção, construção de ferrovias e portos, industrialização) e o atendimento das queixas do próprio exército.¹⁸

O Exército brasileiro passou a se constituir enquanto um elemento que deveria ser equacionado dentro desta estrutura de poder político da segunda metade do século XIX. As aspirações políticas sempre se pautaram por exigências para a própria corporação e suas necessidades, principalmente de cunho material, mas também passaram a tratar de assuntos relativos à própria sociedade brasileira. Havia um anseio por participação política por parte do Exército e também de outros setores da sociedade. Segundo Schulz:

Por volta de 1881, os jornais do exército falavam abertamente do direito dos militares de intervir na política. No decorrer da década, encorajados pelos abolicionistas e pelos republicanos e atacados pelos escravocratas, os oficiais assumiram um papel de importância crescente nas questões brasileiras.¹⁹

Os eventos do final do século XIX representaram para o Exército não somente uma demonstração de força ou mesmo de capacidade de ação e espírito de grupo, mas fundamentalmente proporcionaram uma sensação de poder político e condição de atuação em outros momentos. Não se tratava de ações pontuais, mas do princípio de uma tradição intervencionista que ficou bastante clara durante o período republicano que era iniciado naquele instante. Ainda conforme Schulz:

Uma intervenção bem sucedida na política iria encorajar outras. Os oficiais haviam conquistado o direito de livre expressão de ideias. Agora eles podiam iniciar a luta por melhores salários, melhores condições de vida, pela abolição, pela conscrição, pela industrialização e por um governo honesto.²⁰

E as primeiras ações militares na política, além de conferir esse aspecto de possibilidade de participação em outras, acabou por transcender

¹⁸ *Ibid.*, p. 90.

¹⁹ SCHULZ, 1994, p. 93.

²⁰ SCHULZ, 1994, p.112.

aquele período e se transformar em fonte de influência para outras gerações. Seria como a consideração de que faz parte da própria instituição militar a participação no âmbito político, uma maneira de enraizar determinada conduta que não estaria dentro de um modelo de Exército profissional.

A Escola Superior de Guerra perpetua esse tipo de pensamento, ora, uma Escola que, na teoria, não é uma instituição puramente militar, mas que na prática é gerida e administrada por eles e que discute os problemas nacionais já se trata de um certo tipo de participação política. Claro que dentro de uma legalidade, mas já é uma forma de tentar influenciar e de participar. Há a própria defesa de um papel mais direto das Forças Armadas na formulação da política nacional. Algumas conferências pleiteavam a criação de um Conselho de Segurança Nacional que teria um papel bem mais amplo do que simplesmente discutir a defesa nacional. Na verdade, seria um conselho já formulado dentro do conceito de Segurança Nacional mais amplo, que era defendido pela ESG, no qual grandes áreas como política, economia, psicossocial e militar, para se utilizar da própria divisão da ESG, eram assuntos de segurança. Isso claramente possibilitaria uma maior participação em áreas a que os militares, normalmente, não teriam acesso²¹.

Mas não apenas de maneira indireta foi construído o discurso de legitimidade de intervenção política dos militares na ESG. Em algumas conferências, houve não uma proposição direta, mas indícios de que uma intervenção, se realizada para o bem geral ou para a manutenção das tradições nacionais, poderia ser aceita. Enfim, não se tratava de um tabu, mas de se pensar em algo parecido com um bem maior que deveria ser mantido e os sacrifícios necessários para tal. O amplo conceito de Segurança Nacional proporcionaria aos militares um autoatribuído poder de

²¹ Este tema pode ser analisado nas seguintes conferências da ESG: CASTRO, Aguinaldo Caiado de. **A conjuntura nacional** - fatores militares - organização da segurança nacional. C - 32 - 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953. FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961. LEITE, Pedro da Costa (Coronel). **Presidência da República e Conselho de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950. Entre outros.

análise e de ação que englobaria até a possibilidade de uma intervenção política. Na passagem que se segue de Golbery do Couto e Silva:

Antagonismos dessa ordem poderão manifestar-se e finalmente diluir-se sem que, a qualquer momento, ameacem a paz interna, por muito que produzam a intranquilidade pública, perturbações da ordem, demonstrações turbulentas de massa, golpes terroristas, motins populares e até mesmo quarteladas; outros, entretanto, poderão culminar na subversão armada, na revolução, na guerra civil, em que já se empenhem forças ponderáveis, regulares, irregulares ou improvisadas, em ações mais intensas e prolongadas que quebrem realmente a continuidade da paz. A estes corresponderão, portanto, hipóteses de guerra também.²²

A passagem acima não representa uma clara aceitação do princípio de intervenção de força, porém defende a hipótese de guerra em situações que possam quebrar com a ordem interna. Essa proposição ligada à percepção de superioridade das Forças Armadas frente aos outros grupos sociais, a visão de incompetência e egoísmo das elites dirigentes civis e ao próprio conhecimento técnico da guerra e da defesa próprio dos militares levam ao entendimento de que as Forças Armadas teriam um poder de ação política. Seriam como uma reserva que atuaria em momentos de necessidade ou falha.

Assim, a ação política do Exército não nasceu junto aos jovens oficiais da década de 1920, que originaram esta cultura política, mas vem de longa data, formando uma espécie de tradição perpetuada em determinados grupos do Exército, ou, pelo menos, evocada e lembrada por eles em situações propícias. Portanto, a política e o Exército no Brasil, principalmente da metade do século XIX em diante, caminharam juntas.

Outro evento de fundamental importância para essa cultura política e que leva características importantes para a ESG é justamente o movimento tenentista que tem o seu início em 1922. Dentre outros fatores o destaque aqui se apresenta pelo fato que esse movimento pode ser consi-

²² SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento da Segurança Nacional**. 1ª parte. C - 83 - 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 29.

derado como o marco inicial dessa cultura política, quando, pela primeira vez, importantes membros do grupo se juntam para uma ação política e que estabelecem pilares importantes como o discurso dos “verdadeiros anseios nacionais” que deveriam ser seguidos e respeitados, mesmo que não fique clara a definição dos mesmos e também da incompetência, ou mesmo corrupção, das elites nacionais, que não estariam interessadas no desenvolvimento da nação mas apenas em seus interesses escusos.

O discurso ligado aos anseios nacionais parece um tanto quanto amplo e passível de várias interpretações, mas a ideia é justamente essa. Ao se afirmar tanto que aquilo que os jovens oficiais consideravam errado ou condenável não correspondia aos anseios nacionais, porém, sem apresentar exatamente o que seriam esses anseios, gerava-se a sensação de que apenas aquele grupo conheceria o que seriam esses anseios nacionais e que, portanto, seriam os únicos capazes de percebê-los e realizá-los. Funcionaria como um mito gerado e perpetuado pelo grupo em questão e que, inclusive, chegaria até a ESG, como uma clara influência desse da cultura política. Do ponto de vista prático, funcionaria como um grande discurso legitimador de intervenção, uma vez que o grupo opositor ou o que fosse considerado errado receberia o rótulo de contrariar os anseios nacionais. A melhor definição a que se poderia chegar seria que os anseios nacionais representariam os interesses dos militares e suas concepções, o que também está muito longe de definir com exatidão o conceito, mas, como dito, essa maleabilidade funcionava muito bem para os propósitos do grupo em questão. Lyra Tavares utiliza deste tipo de discurso nesta passagem:

Na verdade, a Revolução de 1922 viera do clima emocional que, como regra, a Nação passava a viver, durante a campanha sucessória, pelos vícios do sistema eleitoral, precária formação política e falta de amadurecimento cívico para que o voto, esclarecido, consciente e livre, fosse, na realidade, a verdadeira arma do cidadão. Não havia partidos políticos que representassem as autênticas alternativas entre programas formulados, com senso de responsabilidade, para o propósito de promover, não a luta política para a simples

conquista do poder, por ambições de grupos, mas a realização dos verdadeiros anseios nacionais.²³

O discurso dos verdadeiros anseios nacionais corrobora e se encaixa perfeitamente em outros típicos discursos políticos que o grupo em questão desenvolveu e também foram utilizados pela ESG. Neste tocante, seria a visão de que as elites dirigentes civis não teriam condições e competência para compreender esses anseios, uma vez que estariam inebriadas pelos seus próprios anseios pessoais ou de grupo ou simplesmente por incapacidade, destacando o papel dos militares neste processo. Se os grupos civis iriam ou não acreditar nisso, não havia tanto problema, bastava que o próprio grupo tivesse essa crença. Colocar que as elites não compreenderiam reforçava a visão de superioridade e também a necessidade de agir fora das maneiras convencionais ou legais da política; já as intervenções serviriam para mostrar os erros e até corrigi-los em determinados casos. Segundo Lyra Tavares, havia até uma visão de mundo e política compartilhada pelos tenentes, mesmo aqueles que não participaram de atos revolucionários e até os que combateram tais ações:

Havia, no conjunto dos tenentes do Exército – os que fizeram, os que acompanharam, os que não fizeram e os que combateram a revolução – uma natural e grande afinidade, fruto dos mesmos estudos e da mesma compreensão do Brasil, sem embargo das convicções próprias sobre o modo de compreender, mais ou menos rigidamente, o que é dever militar, no quadro de uma Nação ainda despreparada para a prática da democracia, na qual a política militante estava longe de inspirar-se, ressalvadas algumas notáveis exceções, numa noção alta do civismo.²⁴

A Escola Superior de Guerra dialogaria e seria influenciada por vários desses elementos constituintes da cultura política dos Padrinhos do Brasil. Dentro do discurso dos verdadeiros anseios nacionais, a ESG acabava por ser idealizada como a instituição capaz não só de perceber esses

²³ TAVARES, 1976, p. 33.

²⁴ TAVARES, 1976, p. 71.

anseios, como ser a digna herdeira e responsável pela tutela dos mesmos. Volta-se para a ESG como a institucionalização do pensamento político do grupo aqui analisado, uma vez que lá seria o local privilegiado, justamente para que se pudesse discutir e definir o que seriam os anseios nacionais. Já se percebe um processo de maturação política dessa cultura política, já que não deixariam o conceito de anseios nacionais tão aberto. Buscou-se até defini-lo²⁵, o que conferiria maior legitimidade, mas de maneira alguma fechá-lo, devido a sua possibilidade prática e, cada vez mais, transformar a ESG como o grande local de definição desses anseios. Um dos que discursou sobre o papel que a ESG teve nesse sentido foi Café Filho:

Para essa obra de renovação espiritual e material, a Escola Superior de Guerra, que é hoje o maior centro de altos estudos, de debates e de investigação do país, está fadada a desempenhar um papel fundamental e decisivo. O curso de altos estudos que aqui se ministra possui o mérito de conciliar a especialização com as ideias gerais, num propósito a que não falta o sopro de um patriotismo de novo estilo, exercido num sentido prático e objetivo. Tem assim, as elites brasileiras, através de sucessivas turmas que frequentam este estabelecimento, a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos, num saudável clima de convívio entre civis e militares, capaz de produzir efeitos psicológicos da maior importância, o sentido de um espírito de maior unidade nas classes dirigentes, estou convencido de que se as forças vivas do país quiserem levar a cabo a grande revolução de mentalidade, de que o Brasil tanto precisa, a sua bandeira poderá ser desfraldada por esta Escola Superior de Guerra²⁶.

No caso da crítica às elites dirigentes, que seriam incompetentes, abre uma grande área para crítica e legitimação de ações políticas, mas também apontaria caminhos para o papel da ESG, no caso, ampliar a visão destas elites e mostrar-lhes o que seriam os verdadeiros anseios nacionais, ou seja, a ESG como o local privilegiado para essas elites

²⁵ Havia uma conferência anual que se chamava *Aspirações e interesses nacionais*.

²⁶ CAFÉ FILHO, João (Vice-Presidente). *Conjuntura Nacional* - Instituições políticas. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954. p. 25.

aprenderem o que seriam tais anseios e a forma de percebê-los. Na verdade, uma forma de cooptação para se conseguir, se não um apoio político, um conjunto de pessoas em postos-chave que poderiam agir de acordo com a convicção do grupo e da ESG. Não mais apenas a instituição no sentido de se pensar o Brasil, mas um local em que fosse capaz de (re)formar aquelas elites e indicar-lhes os caminhos corretos que deveriam ser seguidos. Assim, o discurso, advindo de longa data, de crítica às elites também se consubstancia em uma forma de dotá-las dos instrumentos corretos para interpretação e ação nacional. Em algumas das conferências proferidas na ESG houve a proposição de que os civis deveriam passar por uma série de preparações, tal como os militares teriam em suas várias escolas de formação para poderem exercer funções de maior responsabilidade. Não há citação da ESG como uma destas escolas pelas quais os civis deveriam passar, mas, em uma conferência proferida na própria ESG, sugerindo uma melhor preparação dos civis, fica implícita a sua colocação como um desses locais. Nas palavras de Wagner Estellita Campos:

Outro problema que não pode ficar à margem dos reformadores de nossa máquina administrativa é o de formação de chefes e da consequente fixação de critérios mais racionais e menos empíricos que presidam à constituição das linhas de comando.

O problema, na administração civil, salta aos olhos. Na administração militar, além de os diversos postos da hierarquia significarem também gradação de atribuições e responsabilidades, o acesso aos escalões superiores de chefia – definidos no Generalato – exige conhecimentos hauridos em Escolas Superiores, de formação técnica mais extensa e de aquisição de cultura geral: As Escolas de Estado Maior, as Escolas Técnicas etc.

Na administração civil, onde o preenchimento dos postos de chefia, dos mais modestos aos mais elevados se processa sem quaisquer exigências do mesmo tipo, seria também o caso de adotar-se orientação semelhante, claro que observadas as peculiaridades do funcionalismo civil.²⁷

²⁷ CAMPOS, Wagner Estellita. **A conjuntura Nacional** – Problemas particulares (de base política) racionalização administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953, p. 51-52.

A adoção de inimigos a serem combatidos também é de fundamental importância para a melhor compreensão do fenômeno aqui analisado. Neste ponto, o anticomunismo exemplifica bem uma das principais características da cultura política dos Vigilantes do Brasil, que é a busca e identificação de possíveis inimigos ou antagonistas do Estado brasileiro e, conseqüentemente, das Forças Armadas nacionais. E pelas próprias definições e características do comunismo acabou-se por elegê-lo como um dos inimigos de maior periculosidade, além de a vitória do comunismo representar o Estado, ou seja, a Pátria e toda a sua simbologia nas mãos de pessoas indignas de seu comando. Retoma-se aqui o discurso político do inimigo ou de antagonismos, tão necessário para a própria manutenção da cultura política dos Padrinhos do Brasil, uma vez que as intervenções políticas e a própria legitimidade junto à opinião pública vinham da exposição e da crítica a esses inimigos. Assim, não necessariamente o comunismo, mas um inimigo seria necessário para justificar muitas das atitudes tomadas pelo grupo. Muito mais do que um discurso político próprio dessa cultura política, o comunismo se encaixou muito bem no papel de inimigo tão necessário para o seu modelo de ação política.

A Escola Superior de Guerra também manteve o discurso político da necessidade de um inimigo; aliás, foi além. Dentro da sua busca pela elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) acabou por eleger o comunismo como principal inimigo da Nação e contribuiu de forma decisiva para o anticomunismo brasileiro. A ESG ajudou a construir e manter um inimigo para as Forças Armadas e para o Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de um estado de alerta frente a este perigo. Oliveiros Ferreira, em artigo sobre a ESG, já destacou esse tipo de prática política da instituição:

Não se trata de uma doutrina especificamente anticomunista; estamos diante da mais acabada, ainda que prenhe de contradições, teoria da defesa do *sta-*

tus quo estatal – e grifaria o estatal para com isso significar que se fosse outra a conjuntura internacional, outro seria o inimigo.²⁸

Em uma conferência proferida na ESG pelo general Golbery do Couto e Silva, há uma clara definição do comunismo como um mal a ser combatido:

Ao contrário, cabe incluir os antagonismos ligados à atuação de grupos importantes, tanto ilegais como aparentemente legítimos, que revolucionariamente se proponham a mudança do regime – os partidos comunistas nas democracias de hoje, por exemplo, tanto quanto uma organização clandestina de ideologia democrática nos Estado soviéticos – o irredentismo de minorias linguísticas ou étnicas, as aspirações separatistas de certas províncias, a autodeterminação almejada por populações coloniais.²⁹

Sendo assim, muitos são os fatores que podem ser suscitados para que se possa compreender uma cultura política: experiências, leituras, símbolos, práticas, identidades, formação educacional e profissional etc. O importante, porém, é destacar que ela acaba por formar uma visão de mundo, de acordo com esta cultura que se formou, que condicionaria as opiniões e ações políticas de um determinado grupo. Assim, a cultura política dos Padrinhos do Brasil, através desse conjunto de fatores analisados, acabou por ter uma série de discursos políticos que eram criados ou reforçados de acordo com a situação que se apresentava, dos quais alguns se tornaram bastante sólidos e geraram certa continuidade temporal. Seriam como instrumentos que apenas reforçariam a visão do próprio grupo e os seus objetivos.

E do momento de origem da cultura política em questão, esses discursos vão tomando novas formas e mudando naturalmente ao sabor do tempo e dos acontecimentos, mas, ainda assim, um tanto quanto perdi-

²⁸ FERREIRA, Oliveiros. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho (Org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979, vol. II, p. 283.

²⁹ SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento da Segurança Nacional**. 1ª parte. C – 83 – 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954, p. 28-29.

dos ou sem um grande porta-voz dessas ideias. Na verdade, não havia um local, ou uma instituição que tomasse para si esses discursos, até que, em 1949, com a fundação da Escola Superior de Guerra, esses discursos políticos passam a ter um lar. Não de forma escancarada, a ESG passou a ser a porta-voz de muitas dessas ideias e, principalmente, conferiu uma maior institucionalização desses discursos e os dotou de uma forma, neste caso, a própria Doutrina de Segurança Nacional contém vários destes discursos.

Sendo assim, aqui foram apresentados aspectos que nos auxiliam a compreender tanto a cultura política dos Padrinhos do Brasil quanto a forma como essas pessoas e ideias estiveram presentes na formação do ideário básico da Escola Superior de Guerra.

Referências

- ALMOND, Gabriel. El estudio de la cultura política. In: _____. **Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes em las ciencias políticas**. México: FCE, 1990
- CAFÉ FILHO, João (Vice-Presidente). **Conjuntura Nacional** – Instituições políticas. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.
- CAMPOS, Wagner Estellita. **A conjuntura Nacional** – Problemas particulares (de base política) racionalização administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1953.
- CASTRO, Aguinaldo Caiado de. **A conjuntura nacional** – fatores militares – organização da segurança nacional. C – 32 – 53. Rio de Janeiro: ESG, 1953.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961.

FERREIRA, Oliveiros. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho (Org.). **As ideias políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1979, vol. II.

_____. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000.

GUEIROS, José Alberto. **Juracy Magalhães: o último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LEITE, Pedro da Costa (Coronel). **Presidência da República e Conselho de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1950.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Coordenação das Forças Armadas**. C - 008 - 52. Rio de Janeiro: ESG, 1952.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894**. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento da Segurança Nacional**. 1ª parte. C - 83 - 54. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

TAVARES, A. de Lyra. **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

Liberal na economia, mas conservador nos costumes: uma análise discursiva a partir das conjunções adversativas

*Vinicius Suzigan Ferraz*¹

Introdução

O funcionamento da língua é contraditório e, dessa forma, não adotamos apenas o significado que embute a falta de nexos ou lógica no ato discursivo, mas também uma abertura de uma fenda na história de um grupo, de um pensamento, de uma ideia. Ao tentar entender as suas contradições, o analista do discurso se interessa, obviamente, em tentar revelar as suas dialéticas internas. Assim, é interessante a percepção de que a estrutura da língua torna possível os processos discursivos, ou seja, que a sintaxe e a sua nem sempre tão nítida ambiguidade produza efeitos discursivos. Para o analista do discurso, essa seria a questão e objeto de análise por excelência.

Dessa forma, este artigo visa a entender as contradições de um discurso tão proferido por uma já não tão nova direita no cenário político nacional, o enunciado “liberal na economia, mas conservador nos costumes”. Há de observar que esse discurso já nasce contraditório por si só dentro da estrutura sintagmática, já que carrega, entre as duas orações coordenadas, a conjunção adversativa “mas”, cuja principal função é operar um conflito, uma dialética entre duas frases. Nesse caso, as frases

¹ Bacharel em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela PUC-Campinas. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

operam por adversidade: “(sou) liberal na economia – mas (oposição) – (sou) conservador nos costumes”, ou seja, existe algo dentro da estrutura linguística que eclode um conflito, uma animosidade. Falaremos disso mais à frente.

Para fazer a análise, foi utilizada a análise distribucional de Harris (1952) somente para achar as classes de equivalência dentro do enunciado e a Análise de Discurso (Pêcheux) para interpretar as contradições. Enquanto *corpus* e material, foram selecionados enunciados que expressassem a condição “liberal, mas conservador”, expostos por pessoas notórias do espectro político da direita no Brasil, tais como os então candidatos da eleição presidencial do ano passado, Flávio Rocha e João Amoêdo (NOVO) e do deputado estadual Arthur Moledo do Val (DEM), integrante do Movimento Brasil Livre (MBL). Todos eles proferiram o enunciado “liberal na economia, mas conservador nos costumes” ou “liberal na economia e conservador nos costumes”. Embora os conjuntivos “mas” e “e” sejam fonemas diferentes e tenham funções diferentes dentro da estrutura sintática, é perceptível que, enquanto valor (SAUSSURE, 2006), assumem a mesma condição, já que exprimem a ideia do conflito na conjunção entre orações. Advoga-se, então, que exista uma certa regularidade discursiva no seio do enunciado citado acima, regularidade essa que é passível de análise.

Antagonismo e aproximação histórica entre liberalismo e conservadorismo

Enquanto um estudo estritamente linguístico, seria dispensável tecer as condições históricas dos dois pensamentos postos em contrariedade através do enunciado “liberal, mas conservador”. Todavia, acreditamos ser relevante levantar a historicidade das duas correntes filosóficas de pensamento para explanar, mesmo que sinteticamente, questões de cunho epistêmico para depois adentrarmos na análise dis-

cursiva em si. O exercício funcionará como memória (interdiscurso) para as análises posteriores.

O liberalismo tem uma historicidade muito ligada às revoluções burguesas que eclodiram na Europa, desde o século XVII, com as Revoluções Puritana e Gloriosa, na Inglaterra, à Revolução Francesa, na França, no século XVIII. A eclosão desse tipo de pensamento é inerente à insatisfação da classe burguesa que já detinha a hegemonia e o controle econômico, mas que era submetida ao controle político e jurídico de Estados absolutistas. Supunha, dentre outras coisas, uma movimento de transformação social e crítico ao Estado absolutista, onde a figura do Rei representava as instituições regimentais e de controle. “O Estado sou eu”, disse o Rei Luís XIV (1638-1715). Segundo Marcelo Lira Silva (2011), o Estado liberal vem pra contrapor o Estado absoluto:

A ideia dos progenitores do liberalismo era a de que se deveria erguer um Estado que se contrapusesse àquele Estado advindo do *ancien régime*. Portanto, o Estado liberal ergue-se sobre os pressupostos da limitação do poder estatal em contraposição ao poder estatal absoluto (SILVA, p. 122-123).

Portanto, a ideia central do liberalismo, assim como o seu nome propõe, era criar um Estado que libertasse o indivíduo, politicamente, e protegesse a sua liberdade individual em todas as suas atividades. A ideia da soberania individual perante o Estado foi fomentada, a princípio, como uma ideia progressista e anti-establishment na época, afinal, a troca paradigmática do *status quo* governamental era uma das bandeiras mais efusivas, um germe teórico que se espalhou praticamente por toda a Europa.

A partir das concepções de John Locke (1632-1704), o progenitor do liberalismo político, e sua gnosiologia sobre as definições do liberalismo – de homem, sociedade e direitos individuais – emerge uma concepção psicológico-empírica de indivíduo, onde a ideia central é que o indivíduo

surge antes da sociedade², portanto, assim deva existir direitos individuais, igualdade perante a lei, propriedade privada e o controle mínimo do Estado nas atividades humanas, sejam elas quais forem. Silva diz:

É através desse pressuposto que Locke constrói toda sua gnosiologia e, conseqüentemente, a ideia de contrato social. Há uma prototeoria da linguagem através da qual se afirma que a linguagem – compreendida enquanto necessidade imperiosa de comunicabilidade das ideias privadas – é a única forma mediativa capaz de estabelecer a conexão entre o nome e as coisas, ou seja, entre o mundo das ideias e o mundo real. É através dessa comunicabilidade que se constrói toda e qualquer relação consensual – o Estado, seus limites, e a própria ideia de direitos individuais (LOCKE, 1999 apud SILVA, 2011, p. 123).

Outro autor importante na historicidade epistêmica para a concepção do liberalismo foi o escocês Adam Smith (1723-1790). Com o seu livro clássico “A riqueza das nações”, o pensador conseguiu compreender a troca paradigmática mercantil – sociedade feudal para sociedade industrial – e cunhou o conceito de “Mão invisível do mercado”, concebendo a ideia de John Locke de que a função do Estado nada mais é do que forçar o cumprimento dos contratos econômicos e ele deveria funcionar apenas como um regulador, não devendo influir ou interceder nas ações mercantis. Talvez a ideia central proposta era de que o Estado deveria ser o menor possível e que o mercado se auto regularia por meio dessa suposta mão invisível, ou seja, de que as ofertas de produto pelo mercado e seus preços se adequariam à demanda social de consumo.

Perante a historicidade das teorias econômicas, o liberalismo reinou absoluto como teoria econômica dominante até 1929, onde sofreu o seu primeiro grande golpe com a queda da bolsa de Nova York, acontecimento conhecido como “a grande depressão”. No auge do capitalismo e acabado de superar o Reino Unido como a maior potência econômica

² Ideia proeminente do jusnaturalismo, corrente de pensamento distinta do liberalismo, mas que exerceu grande influência no pensamento liberal. Na medida em que o jusnaturalismo funda os limites do poder a partir de uma concepção geral e hipotética da natureza humana, torna-se o pressuposto filosófico necessário ao liberalismo. Dessa forma, o liberalismo é a imediata consequência imediata e necessária de toda a filosofia jusnaturalista.

mundial no início dos anos 20³, os Estados Unidos sofreu o primeiro grande revés no “American Way of Life”. Como toda essa cultura foi construída sobre os pilares do mercado e do consumo individual e a grande euforia para os grandes capitais era o investimento em títulos na bolsa, rentismo e especulação financeira, uma grande bolha se formou onde o *crash* foi inevitável. O modelo econômico volta revigorado nos anos 70 com o nome de neoliberalismo. Dentre os autores mais conhecidos por essa transformação e renovação teórica do modelo liberal estão Milton Friedman, Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e a Escola de Chicago que, entre outras coisas, pregam a prática de austeridade por parte do Estado, o desmantelamento do Welfare-state e a desregulamentação dos mercados.

Já o conservadorismo tem um pano de fundo bastante diferente. O conservadorismo clássico, surgido após a Revolução Francesa (1789), constitui-se enquanto sistema de ideias e posições políticas, uma corrente de pensamento, em suma, que presa pela manutenção das instituições sociais tradicionais e consolidadas através da história. A família, a comunidade local e nacional, a pátria, a religião, além de práticas e atividades humanas se tratando dos costumes e da moral, tais como convenções e tradições, são algumas das características desse movimento filosófico, já que não é possível falar em conservadorismo global ou caracterizá-lo como um conjunto de ideias políticas definidas, pois os valores a serem conservados variam bastante de acordo com os lugares e com o tempo. Por exemplo, ir à igreja no domingo de manhã pode ser algo a ser considerado tradicional pelos católicos, mas não tem o mesmo efeito em crentes de outras dogmas religiosos, ou seja, certamente não é uma tradição absoluta que encontra reverberação em outras convenções.

Ou seja, o conservadorismo clássico é, basicamente, um sistema de ideias e posições políticas antimodernas, antirrepublicanas, antiliberais e antiburguesas. Jamerson Murilo Souza corrobora:

³ Assumi o posto de maior potência do mundo graças à venda de armamentos e equipamentos bélicos, municiando a primeira Guerra mundial longe dos seus territórios.

É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade. Avanços esses identificados, naquele momento, no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, que implicaram profundas mudanças sócio-institucionais e culturais (SOUZA, 2015, p. 4).

O discurso conservador nega filiações ideológicas claras, mas o resultado e o conteúdo histórico de suas metas enquanto sistema de ideias e teorias políticas estiveram sempre a serviço das forças reacionárias. Ferreira e Botelho explicitam o caráter histórico desse idiossincrático sistema de pensamento:

Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 11, 12).

Os principais autores desse movimento intelectual se encontram nas formulações de Edmund Burke (1729-1797), Joseph de Maistre (1753-1821), Klemens Von Metternich (1773-1859), Benjamim Disraeli (1804-1881) e Alexis de Tocqueville (1805-1859).

Podemos delimitar o conservadorismo clássico, para efeitos de periodização, entre 1789 e 1914, período coincidente com o intervalo entre a Revolução Francesa até o início da primeira guerra mundial. O período correspondente entre os anos 1910 e 1960-70 poderia ser encarado como um período de transformação para o pensamento conservador moderno. Nesse período, o que se vê é uma aproximação do pensamento conservador ao até então antagônico pensamento liberal. Souza continua:

Na sequência de sua incorporação pela nascente sociologia positivista, aproxima-se também do liberalismo, seu antigo antagonista. É uma aproximação que não se realiza irrestritamente. Os conservadores preservam suas tradições ressalvas à estruturação de valores que possam ser universalizados, como o individualismo da tradição liberal, por exemplo. Isso porque, no seu entender, tais valores tendem a subestimar a “complexidade” das possibilidades humanas (SOUZA, 2015, p. 6).

Um conceito (dentre outros) que acaba sendo significativo para a formulação do conservadorismo moderno é o totalitarismo. O nivelamento das experiências fascistas e socialistas, sob o viés do totalitarismo, ofertou um grande aliado ao pensamento conservador. Segundo Souza, o conceito arregimenta as condições ideais para a nova formulação do pensamento conservador:

O conservadorismo moderno incorporou o conceito de “totalitarismo” nesses termos niveladores e, com ele, elaborou uma concepção de mundo que encastela o significado ontológico do tempo presente, esvaziando-o do devir histórico. Realiza esse encastelamento através, de um lado, da blindagem do presente em relação às “utopias” revolucionárias, que desejam transformar radicalmente a sociedade vigente. De outro, projetando-se contrários às “utopias” reacionárias, aferradas que são às formas do passado. Com essa blindagem “presentista” (nem passado - reacionário, nem futuro - revolucionário, somente o presente importa), o conservadorismo moderno acredita estar se movendo em bases “progressistas”, uma vez que rejeita, equalizando, tanto as “utopias” revolucionárias, quanto reacionárias, ambas concebidas, pejorativamente, como idealizações potencialmente “totalitárias” (SOUZA, 2015, p. 7).

O conservadorismo, no Brasil, combina os ideais aqui citados com a nossa realidade concreta. Considerando as condições de inserção subordinada de nossa formação social no circuito de capital mundial monopolizado, fica evidente que o resultado desse conservadorismo tupiniquim tem tonalidades mais à direita, aproximando-o de ideias ao sabor dos reacionários.

O discurso “liberal-conservador” e suas contradições

Inicialmente, é interessante notar que o discurso “liberal-conservador”, tão proferido na pré campanha e também na campanha eleitoral de 2018, é um discurso que tem uma grande aceitação na sociedade brasileira. De certa forma, o termo liberal-conservador foi aceito como normalizado e natural, o que por si só denota a tendência materializada historicamente nas entranhas da sociedade brasileira: a maioria de seus sujeitos aceitam e são interpelados pelo liberalismo, ou seja, a favor da liberdade individual e econômica, da meritocracia, da dignidade do trabalho empreendido e que retorna ao seu benemérito em forma de lucro e qualidade de vida e da propriedade privada. Porém, ao mesmo tempo, muitos se consideram conservadores e tradicionais nos costumes, o que de certa forma freia a liberdade individual, mas não a sua, a do outro, ou seja, eu me considero livre sendo totalmente fechado na minha moral.

Os processos linguísticos, fundantes na capacidade discursiva do sujeito⁴, são resultados das aproximações metafóricas e metonímicas que esse faz uso ao discursar, o deslocando como agente de produção de sentido e, nesse processo de produção sintagmática, pode-se determinar a sua posição ideológica. Assim, as suas marcas linguísticas determinam a posição do sujeito numa métrica ideológica, ou, segundo Althusser, dentro do que Marx e Engels conceituaram como Materialismo Histórico. Isto é, a determinação de ordem econômica, vigente no âmbito social, interpela o sujeito a ponto de entender a realidade a partir das leis que regem tal ordem. Volóchinov nos ajuda:

As leis dessa realidade são as leis da comunicação *signica*, determinadas diretamente por todo o conjunto de leis socioeconômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura colocada diretamente sobre a base econômica. A consciência individual não é a arquiteta da superestrutura ideológica, mas apenas

⁴ Sujeito aqui é tomado como o indivíduo interpelado pela ideologia: o sujeito assujeitado pelas estruturas sociais.

sua inquilina alojada no edifício social dos signos ideológicos (VOLÓCHINOV, 2017, p. 98).

Desse modo, a Análise do Discurso, arcabouço teórico-metodológico empreendido nesse artigo, é herdeira de três regiões de conhecimento: a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo. Não trabalha de modo servil aos três campos pois não se reduz ao objeto da linguística, não entendendo o discurso como fala, mas como efeito de sentido entre locutores; também não se deixa absorver pela Teoria Marxista, mas utiliza-se dela para entender a ideologia como intrínseca ao Materialismo Histórico. As condições de produção econômicas dominantes no mundo globalizado determinam quais são as representações possíveis e hegemônicas dentro de um universo linguageiro; e, por fim, tampouco corresponde, especificamente, ao que era teorizado pela Psicanálise, pois não tenta de forma alguma explicar os processos e funcionamentos da mente humana, mas se vale dela como pressuposto ao pensá-la como inquilina ideológica do processo sócio histórico.

A simbiose explicitada pela união de campos e conceitos políticos tão distintos talvez se explique, do âmbito teórico, pelo conservadorismo moderno citado na retranca anterior. Mas nos parece que essa junção é mais uma tentativa de ser do que realmente é. Vamos ao nosso *corpus* de análise.

Em entrevista à jornalista Madeleine Lacsko, em dois de fevereiro de 2018, o então candidato à presidência da república, Flávio Rocha, ao ser questionado sobre as suas possibilidades na campanha política e os espectros políticos em jogo no pleito, responde:

Estranhamente há um vazio num ambiente de 35 partidos, de dezenas de projetos políticos, você vê todas as combinações mais exóticas: direita na economia e esquerda nos costumes, direita nos costumes e esquerda na economia. Agora o candidato coerente, que seja liberal na economia e conservador nos costumes, que esse sim seria o contraponto ao período que causou esse estrago não só na economia, mas também nos valores da sociedade brasileira, esses vácuo não existe (ROCHA, 2018)

A materialidade discursiva desse enunciado particular expressa um tom político notório, de quem se assume enquanto algo novo de todos esses partidos que não se assumem enquanto posição, mas também faz o então candidato assumir a sua posição e também exprimir a qualidade como se fosse a melhor. Ao aplicarmos a Análise Distribucional proposta por Zellig S. Harris (1952), conseguiremos dinamizar e categorizar alguns aspectos linguísticos da sentença colocada acima. A sentença “vazio num ambiente de 35 partidos” pode ser colocada na mesma valoração de “dezenas de projetos políticos”, ou seja, presume-se que todos os partidos políticos e as dezenas de projetos políticos são, nas palavras deles, um vazio. O que ele chama de combinações exóticas? “Direita na economia e esquerda nos costumes, direita nos costumes e esquerda na economia”. Essas combinações exóticas, segundo a distribuição sintática dentro do enunciado acima, propõe também que essas combinações exóticas é que levaram “ao período que causou esse estrago não só na economia, mas também nos valores da sociedade brasileira”. Segundo ele, existe apenas uma comparação que não é exótica, a do candidato liberal na economia e conservador nos costumes, o que seria o contraponto ao período anterior. Assim, como propõe Harris:

[...] a análise (distribucional) da ocorrência de elementos no texto é aplicado somente a respeito para o texto sozinho, isto é, em respeito para outros elementos no mesmo texto e não a respeito de nada mais na linguagem (HARRIS, 1952, p. 1, tradução nossa).

A análise distribucional de Harris serve para entendermos como cada elemento sintático, dentro de um determinado enunciado, funciona como substituição. Uma frase pode ser substituída pela outra e assim terem a mesma equivalência semântica, mas serve apenas como um exercício interessante dentro do sintagma.

Se tratando da contradição entre os dois conceitos, liberal e conservador, embora o enunciado proferido tenha enquanto estrutura duas orações coordenadas sindéticas, não encontramos nenhuma conjunção

coordenativa adversativa (mas, porém, todavia, entretanto) mas encontramos a aditiva “e”. Conforme a nossa explicação histórica das duas correntes de pensamento e suas contradições inerentes, a conjunção coordenativa aditiva “e”, ao expressar uma relação de adição “sou liberal e conservador”, também expõe a contradição do locutor, que se mostra ou como um ser político populista, aquele que joga para o público, sem algum sentido real de interlocução ou um desinformado sobre a historicidade dos conceitos proferidos, utilizado apenas como uma forma de deslegitimar o “que já estava aí” e tentar significar “somos o novo”.

O segundo enunciado a ser analisado é de João Amoêdo (NOVO), entrevistado dia 21 de maio de 2018 no programa Roda Viva da TV Cultura. O então candidato respondeu o seguinte quando perguntado sobre a sua posição política-ideológica:

Eu sou um candidato liberal na economia e me considero conservador nos costumes, mas o principal ponto é o seguinte, eu respeito que cada um tenha a sua definição sobre o que quer ser. O fato de eu ser conservador nos costumes não deve obrigar que a minha opinião seja majoritária (AMOÊDO, 2018).

Aplicando novamente a análise distribucional de Harris, podemos fazer algumas trocas de orações dentro do mesmo enunciado para equivalê-las. Podemos equivaler “liberal na economia e conservador nos costumes” por “eu respeito que cada um tenha a sua definição do que quer ser”. Por mais que tenhamos que encerrar a análise distribucional no próprio texto, a vontade é comparar as equivalências acima com as definições de conservadorismo citadas acima. É óbvio que fica incongruente o discurso, pois, se ele realmente se considera conservador, vai prezar incessantemente pela manutenção da ordem e dos costumes, visando a sociedade burguesa.

Outra vez a função da conjunção coordenativa aditiva fazendo o papel de adversativa, já que são pontos antagônicos no discurso político. Há de se salientar que a pergunta da jornalista em questão faz a prerrogativa que esse texto busca fazer, perguntando para o então candidato se ele era

liberal ou conservador. Parece que a simbiose entre os dois termos é uma anomalia política dos tempos atuais, que visa a enaltecer a liberdade individual, mas só aquela legitimada pelo poder vigente e histórico, não contemplando as outras visões de mundo ou maneiras de ser.

Por fim, a materialidade discursiva exposta pelo agora deputado estadual Arthur Moledo do Val, publicado dia 10 de agosto de 2016 no seu canal no YouTube, intitulado Mamaefalei. Segue a transcrição:

Depois que eu comecei a ler sobre política, depois que eu comecei a entender muito dessas coisas aí é que eu percebi que existe o liberalismo e a gente tem que tomar muito cuidado porque eu, pelo menos, confundia muito o nome liberalismo com os liberais americanos que não tem nada a ver. Os liberais americanos são um pessoal mais voltado pra esquerda, eles não são tão conservadores. Eu sou a favor das liberdades individuais no sentido que as pessoas podem fazer o que elas quiserem (VAL, 2016).

Pela análise distribucional de Harris, podemos equivaler algumas orações: “comecei a ler sobre política” por “comecei a entender muito dessas coisas aí”; “liberais americanos” por “nada a ver”, “pessoal voltado pra esquerda” e “não são conservadores”. Presume-se que liberal-conservador seriam os liberais não americanos voltados para direita, numa confusão teórica de difícil entendimento. Acho que o que ele quis dizer é que nos EUA, assim como na Europa, a nomenclatura para as ideologias políticas são diferentes do Brasil, sendo que nesses lugares a dicotomia mais usada para distinguir a rivalidade política, ao contrário da famosa esquerda-direita no Brasil, é considerada a díade liberal-conservador, respectivamente. Na Europa, dependendo do lugar, também é usualmente utilizado o antagonismo dicotômico socialista-liberal.

No texto dele não encontramos nem a conjunção coordenativa adversativa nem a aditiva, mas podemos entender, pela análise distribucional, que ele é uma pessoa à direita nesse espectro político, que ele é conservador, mas que se mostra contraditório, já que diz respeitar as liberdades individuais de cada um.

Considerações finais

As formações ideológicas comportam várias formações discursivas. A ideologia não é algo fixo, mas dinamizado por eventos sócio-históricos e, assim como a linguagem, respeita as condições de produção de sentido que imperam de tempos em tempos.

Assim, observando o nosso corpus de análise e aplicando, de forma metodológica, a análise distribucional de Harris (1952) e também a Análise de Discurso visando a entender as contradições do discurso “liberal-conservador” por meio das conjunções coordenativas, conseguimos traçar que esse tipo de discurso é proferido de forma a respeitar a vontade da audiência, haja visto que esse era o tipo de discurso que grande parte da sociedade brasileira compactua, afinal, elegeram o candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) para a presidência, esse que tinha o mesmo discurso como síntese, mas que se mostra na prática um articulador muito mais voraz na área dos costumes e do conservadorismo.

Achamos também condizente discutir, mesmo que basicamente, os conceitos e o que alguns autores colocam sobre o que é o liberalismo e o conservadorismo e como essas correntes de pensamento articulam discursos na contemporaneidade.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

HARRIS, Z. S. **Discourse Analysis**. *Language*, 28, pp. 1-30. 1952^a.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: sentidos e fundamentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, Editora Cultrix, 2006.

SILVA, Marcelo Lira. **Fundamentos do liberalismo clássico: a relação entre estado, direito e democracia**. Aurora. 2011.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Conservadorismo Moderno**. UFPB. 22p. 2015.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org